

Em Tempo — de histórias

VOLUME 24

Abr/Jun. 2025

ISSN: 2316-1191



Em Tempo — de histórias

ISSN: 2316-1191



EDITORA CHEFE

Maria Clara Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade de Brasília, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos
Sociais, Coimbra, Portugal

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade de Brasília, Brasil

Isabela Mendes Fechina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade de Brasília, Brasil

Lara Lima Resende

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Júlia Guimarães Salgado

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade de Brasília, Brasil

Thompson Clímaco

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Vinícius Rosalvo de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da
Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil



CONSELHO CONSULTIVO

Profa. Dra. Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)

Profa. Dra. Caroline Pacievitch (UFRGS)

Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes (UNIFESP)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Profa. Dra. Francine Iegelski (UFF)

Profa. Dra. Iraneide Soares da Silva (UESPI)

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG)

Profa. Dra. Juciene Ricarte (UFCG)

Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Profa. Dra. Leandra Domingues Silvério (UFTM)

Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (USP)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)

Profa. Dra. Maria Socorro Ramos Militão (UFU)

Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily (UDESC)

Profa. Dra. Marina Thomé Bezzi (UnB)

Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)

Profa. Dra. Martha Campos Abreu (UFF)

Prof. Dr. Mauro César Coelho (UFPA)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS)

Profa. Dra. Simone Batista da Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP)

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

André Gustavo de Melo Araújo

Coordenador

Marcos Aurélio de Paula Pereira

Coordenador Adjunto

Rodolfo Nunes

Secretário Executivo

EDITORAÇÃO

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Isabela Mendes Fechina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Lara Lima Resende

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Júlia Guimarães Salgado

Mestanda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Thompson Clímaco

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Vinícius Rosalvo de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

REVISÃO TÉCNICA

Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal



Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Isabela Mendes Fechina

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Lara Lima Resende

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Clara Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Maria Júlia Guimarães Salgado

Mestanda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA

Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

Lara Lima Resende

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Thompson Clímaco

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Vinícius Rosalvo de Oliveira

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

CONTATO

Maria Clara Silva

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de
Brasília — Brasil

emtempodehistorias@unb.br

(61) 3107-6666/ (61) 3107-6680

A forma e o conteúdo dos textos publicados, assim como as opiniões, citações e dados neles contidos, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Em Tempo de Histórias [recurso eletrônico]. -

v. 24 n.46 (2025). - Brasília, DF: Universidade de Brasília,
Instituto de Ciências Humanas (ICH), Programa de Pós-
Graduação em História (PPGHIS).

e-ISSN:2316-1191

DOI: 10.26512/emtempos.v24i46

Disponível apenas online.

Título Abreviado: Rev. Tem. His

Sigla da publicação: RETH.

Título, resumos e textos em português e inglês.

1. História - Periódicos.

SUMÁRIO

Editorial _____ pg. 1-6

Escritas biográficas e suas fontes: reflexões sobre o acervo do Barão do Rio Branco

Elizabeth Santos de Carvalho _____ pg. 7-32

Em torno do vigário Francisco Gonçalves Barroso: escravidão, solidariedade e trânsito para a liberdade (Porto Feliz, São Paulo, c.1863 - c.1873)

Carlos Santos da Silva _____ pg. 33-64

Entre permanência, adaptações e mudanças: a circulação do sangue e a anatomia do coração na medicina árabe medieval

Mauricio Ribeiro Damaceno _____ pg. 65-88

História Urbana: variedade temática, interdisciplinaridade, conceitos e base teórica

Jaciane Aparecida Jesus da Cruz _____ pg. 89-112

Mobilizações femininas contra a carestia na Campanha pela Paz e no Movimento Custo de Vida

Ana Clara Nunes Tavares e Layana Sales de Oliveira _____ pg. 113-136

Os princípios educativos feministas impressos e expressos no jornal 'Nós Mulheres' nos anos de 1970

Andreza da Silva Vieira e Gislaine Aparecida Valadares de Godoy _____ pg. 137-162

A prostituição e o escândalo político como formas construtoras da identidade homossexual masculina weimariana: uma análise a partir da obra de Christopher Isherwood (1939-1976)

Mateus Henrique Siqueira Gonçalves _____ pg. 163-187

Saúde íntima feminina na Inglaterra do século XVII através do trabalho de Hannah Woolley

Giovanna Cobello _____ pg. 188-215

Vaquejada de Currais Novos/RN: a elaboração discursiva de uma tradição (1975-1977)

Fabiana Alves Dantas _____ pg. 216-233



Recebido em 06/06/2025
Aceito em 09/06/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.58726

EDITORIAL

Thompson Clímaco

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0002-1638-3320>

Lara Lima Resende

Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina
<https://orcid.org/0009-0009-4866-5574>

A história, em sua essência, cumpre o papel de observar as transformações que ocorrem ao longo do tempo e impactam a sociedade, buscando, a partir disso, oferecer explicações fundamentadas. Contudo, a própria disciplina também é marcada por constantes reconstruções, manifestando os ideais, pensamentos, inclinações e contradições humanas de cada época. Cada geração revisita o passado a partir de novas óticas e contextos, ampliando as perspectivas sobre o conhecimento histórico e revelando que há sempre uma história dentro da própria história. Essa natureza dinâmica, em constante reconstrução, faz da história um campo aberto, sensível tanto às rupturas quanto às permanências, sempre condicionado pelo tempo de sua análise e pelo contexto social de onde parte a investigação.

A relação com o passado, em diferentes contextos e heranças, promoveu profundas transformações nas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, num movimento cada vez mais globalizado. Isso gerou representações coletivas e ações públicas que se moldam conforme a natureza e o tempo dos eventos históricos. Entretanto, a ausência de diálogo entre distintos segmentos acadêmicos muitas vezes reforça visões hegemônicas, negligenciando múltiplas perspectivas.

É nesse cenário que a reflexão historiográfica de autores como Sanjay Subrahmanyam, Giovanni Levi e Michel-Rolph Trouillot se torna central. Subrahmanyam (2017) aponta que a história, com frequência, é construída a partir de narrativas autocentradas, ancoradas em vínculos regionais, nacionais ou identitários, alertando para o risco de uma história que, sob o pretexto de globalidade, repita lógicas de integração sob termos hegemônicos do Ocidente. Já

Giovanni Levi, recusa a oposição entre micro-história e história global. Para ele, o que realmente importa é a “escolha dos procedimentos analíticos” e a capacidade de fazer perguntas novas a partir de objetos e escalas variadas, sem cair em dicotomias metodológicas estanques (Levi, 2019, p. 37-38).

Nessa linha, o aporte teórico e metodológico de Trouillot torna esse quadro ainda mais instigante, pois ele radicaliza o debate sobre o poder na produção da história e o papel dos silêncios como parte constitutiva das narrativas históricas. Trouillot evidencia que a história nunca é apenas aquilo que se conta, mas, sobretudo, aquilo que se cala. A produção do passado envolve não só a seleção de fatos, mas também processos ativos de silenciamento, nos quais o poder define o que pode ser dito, lembrado e legitimado (Trouillot, 2016, p. 19). Para o autor, o desafio é expor as raízes desse poder e tornar visíveis os mecanismos que naturalizam narrativas dos vencedores, marginalizando experiências subalternas e tornando “impensáveis” determinados eventos históricos, como a Revolução Haitiana (Trouillot, 2016, p. 118-123). Trouillot ainda ressalta que todo processo histórico opera em meio a tensões entre o que ocorreu e o que se diz ter ocorrido, sendo a fronteira entre ambos sempre fluida, disputada e permeada por relações de força (Trouillot, 2016, p. 22-27). Mais do que buscar a “verdade” única do passado, cabe ao historiador interrogar as condições de produção da história, os silêncios impostos e os limites das próprias categorias em circulação.

Esse horizonte crítico, plural, atento aos silêncios, escalas e disputas, é o que move o volume 24, número 46 da Revista Em Tempo de Histórias. Os trabalhos aqui reunidos transitam da teoria à prática, da micro-história à análise de processos globais, atentos à pluralidade das experiências e à necessidade de renovar os paradigmas explicativos. Ao mobilizar debates de método, lutas sociais, disputas de gênero e classe, reafirmamos que a vitalidade da historiografia reside, sobretudo, na capacidade de interrogar de novo e a partir do singular, os dilemas do nosso tempo.

Para dar conta dessa diversidade, os artigos foram organizados em três blocos articulando métodos, debates políticos e disputas de identidade. O primeiro bloco focaliza na metodologia, biografia e interdisciplinaridade, com ênfase em trajetórias individuais, uso das fontes e diálogo entre disciplinas, ressaltando o rigor teórico-metodológico e a circulação internacional do conhecimento. O segundo bloco aborda questões de gênero, feminismo e resistência social, destacando o protagonismo de sujeitos marginalizados e as lutas femininas e LGBTQIA+ em contextos de repressão e construção da consciência histórica.

O terceiro bloco discute identidade, tradição e narrativas regionais, mostrando como essas categorias são disputadas e ressignificadas na relação com a memória e o pertencimento frente aos desafios contemporâneos.

O número 46 inicia com o artigo “Escritas biográficas e suas fontes: reflexões sobre o acervo do Barão do Rio Branco”, de Elizabeth Santos de Carvalho, que propõe ampliar o diálogo entre distintas áreas do saber para promover um uso mais crítico das fontes documentais, seja em investigações biográficas, intelectuais ou em outros recortes possíveis. A autora analisa a formação e o tratamento dos conjuntos documentais do Barão do Rio Branco, destacando a importância dos arquivos pessoais como instrumento de autoformação e atribuição de sentido à trajetória de vida. Outro ponto de contribuição do artigo reside em mostrar como a organização arquivística revela não só os modos de construção do acervo, mas também os próprios processos do fazer histórico, sobretudo nas histórias de vida marcadas pela subjetividade.

O trabalho seguinte, “Em torno do vigário Francisco Gonçalves Barroso: escravidão, solidariedade e trânsito para a liberdade (Porto Feliz, São Paulo, c.1863 - c.1873)”, de Carlos Santos da Silva, analisa escravidão, emancipação e a conquista da liberdade por meio da trajetória do vigário Barroso. O texto avança metodologicamente ao utilizar uma abordagem micro-histórica refinada para explorar dinâmicas sociais e redes de solidariedade que atravessaram o processo abolicionista, revelando a complexidade das práticas emancipatórias e os dilemas coletivos do período.

Nesse sentido, o trabalho “Entre permanência, adaptações e mudanças: a circulação do sangue e a anatomia do coração na medicina árabe medieval”, de Mauricio Ribeiro Damasceno, analisa a reinterpretação dos textos greco-romanos realizada pelos médicos árabes medievais. Esses estudiosos buscavam ressignificar as noções de anatomia e fisiologia herdadas da Antiguidade, propondo novos entendimentos sobre a ciência médica. O estudo da medicina árabe evidencia, assim, um processo de reinterpretação e integração de diversas tradições médicas — persa, grega, síria e indiana —, o que contribuiu para uma ampliação das redes de saber, tanto no intercâmbio de conhecimentos quanto na superação de fronteiras culturais e intelectuais.

Este primeiro bloco, portanto, encerra-se com “História Urbana: variedade temática, interdisciplinaridade, conceitos e base teórica”, de Jaciane Aparecida Jesus da Cruz, que apresenta um balanço das abordagens urbanas ao integrar dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. O artigo reafirma o

caráter interdisciplinar da História Urbana, demonstrando sua relevância para compreender as sociedades contemporâneas e consolidando-a como área central para o debate historiográfico atual.

Na sequência, o volume mobiliza o debate sobre gênero e resistência social, colocando em destaque as experiências e lutas de mulheres e LGBTQIA+ em diferentes contextos. Dessa forma, o segundo bloco é iniciado pelo artigo “Mobilizações femininas contra a carestia na Campanha pela Paz e no Movimento Custo de Vida”, de Ana Clara Tavares e Layana Sales. As autoras exploram de forma comparativa a atuação política de mulheres em dois momentos cruciais da história recente do Brasil, destacando como as experiências de mobilização feminina enfrentaram a repressão estatal e as adversidades do contexto econômico. Ao analisar práticas cotidianas de luta, estratégias de organização em redes e táticas de enfrentamento à carestia, o artigo revela a centralidade das mulheres não apenas como agentes de denúncia, mas também como protagonistas de transformações sociais concretas.

Na sequência, o artigo “Os princípios educativos feministas impressos e expressos no jornal ‘Nós Mulheres’ nos anos de 1970”, de Andreza da Silva Vieira e Gislaine Aparecida Valadares de Godoy, amplia o debate ao investigar a dimensão pedagógica e cultural do feminismo durante o período da ditadura militar. O estudo destaca o papel do jornal alternativo como espaço privilegiado para circulação de ideias, construção de saberes e fortalecimento de redes de solidariedade entre mulheres. Por meio da análise das seções, temas e estratégias editoriais do periódico, as autoras demonstram como o “Nós Mulheres” atuou na formação de uma consciência coletiva, promovendo não só denúncias de opressões, mas também experimentações com novas linguagens, símbolos e práticas educativas voltadas para o empoderamento feminino.

Ainda no bloco 2, também expandindo o escopo das lutas sociais, o artigo “A prostituição e o escândalo político como formas construtoras da identidade homossexual masculina weimariana: uma análise a partir da obra de Christopher Isherwood (1939-1976)” de Mateus Henrique Siqueira Gonçalves. O autor examina de modo inovador como a experiência da homossexualidade masculina na Berlim das décadas de 1920 e 1930 foi atravessada pela comercialização do sexo, pelo escândalo político-midiático e pela construção identitária em meio às repressões e disputas morais no contexto do colapso da República de Weimar e à ascensão do nazismo. Ao analisar os processos de marginalização e resistência, o artigo evidencia como a sexualidade se torna categoria histórica e política

de visibilidade, disputa e emancipação, estabelecendo pontes com os debates contemporâneos sobre direitos, cidadania e memória das dissidências sexuais e de gênero.

Este bloco é finalizado com o trabalho “Saúde íntima feminina na Inglaterra do século XVII através do trabalho de Hannah Woolley”, de Giovanna Cobello. A autora investiga a saúde íntima das mulheres sob a perspectiva de Hannah Woolley (1622–1675), uma doméstica inglesa que praticava medicina caseira. O estudo busca compreender como a sociedade inglesa do século XVII abordava temas como menstruação, fertilidade e gravidez, com base nos receituários de Woolley voltados ao corpo feminino. O trabalho destaca a importância da produção de saberes por mulheres e o valor de suas perspectivas em assuntos tradicionalmente analisados por homens.

Por fim, mas não menos importante, o bloco dedicado à identidade, tradição e narrativas regionais encerra o número com o artigo “Vaquejada de Currais Novos/RN: a elaboração discursiva de uma tradição (1975-1977)” de Fabiana Alves Dantas. O texto examina como a vaquejada foi erigida em tradição e símbolo de identidade do sertão potiguar a partir da atuação da imprensa e dos agentes locais. O estudo mostra, com rigor, que a tradição é fruto de negociações, disputas e apropriações políticas, econômicas e culturais, revelando como diferentes grupos sociais mobilizaram o passado para legitimar pertencimentos, afirmar projetos regionais e silenciar outras memórias. Ao articular fontes jornalísticas e relatos orais, o artigo contribui para o debate sobre invenção de tradições e usos públicos da história, evidenciando a importância de compreender as memórias coletivas como campos de disputa e de poder no cenário contemporâneo.

Ao reunir, neste número, abordagens que atravessam o rigor metodológico e as inovações da micro-história, os embates das lutas de gênero e das dissidências, e as disputas por identidades e memórias no plano regional, o volume evidencia a força do diálogo entre diferentes campos e escalas da experiência histórica. Ao articular essas três dimensões – método, conflito e memória –, o número 46 reafirma a vitalidade da pesquisa histórica comprometida tanto com o questionamento dos silêncios e das hegemonias quanto com a ampliação de perspectivas e práticas que compõem o nosso tempo. O leitor encontrará aqui não apenas uma amostra da pluralidade do campo, mas também o convite para pensar a história como território de debate, construção coletiva e permanente rearticulação.

A disposição dos artigos, assim, reflete uma aposta no rigor do trabalho coletivo, na renovação de abordagens e na valorização do protagonismo discente e docente, presente em todas as pesquisas aqui reunidas. Trata-se de um volume que expressa o compromisso com a crítica historiográfica, análise atenta das fontes e a construção de novos paradigmas interpretativos, em sintonia com os desafios do ofício do historiador.

Ao entregar este número, agradecemos o esforço coletivo de autores, pareceristas, conselho editorial, redes de pesquisa e instituições de fomento, sem os quais sua realização não seria possível. É dessa comunidade ampliada que emerge a vitalidade do campo e o compromisso com a produção de conhecimento rigoroso, plural e socialmente engajado. Convidamos os leitores e leitoras a percorrer os caminhos abertos por este volume, desafiando narrativas hegemônicas e construindo, junto conosco, novas possibilidades para o pensamento histórico.

Referências

LEVI, Giovanni. Frail frontiers? Local politics and the notion of the social: microhistory and the 'grisaille' view. **Past & Present**, Supplement 14, v. 242, p. 37–49, nov. 2019. Disponível em: https://academic.oup.com/past/article/242/Supplement_14/37/5637694. Acesso em: 29 de maio de 2025.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no **Collège de France** em 28 de novembro de 2013. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2017, vol. 30, n. 60, p. 219-240.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 2016.



Recebido em 18/12/2024
Aceito em 27/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56516

ARTIGO

Escrita biográficas e suas fontes: reflexões sobre o acervo do Barão do Rio Branco¹

Biographical writing and its sources:
reflections on the collections of the baron of Rio Branco

Elizabeth Santos de Carvalho

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0005-8045-1542>

RESUMO: Sem perder de vista a amplitude e as modulações do “espaço biográfico”, considero o arquivo pessoal e a biblioteca particular como fontes para a escrita biográfica centrada na trajetória intelectual. Partindo dessa premissa, examino a relevância do acervo particular do barão do Rio Branco para a análise dos textos que produziu, aprofundando reflexões em torno da composição e organização do seu arquivo e apresentando considerações acerca da sua coleção de livros. Esta análise não se restringe aos itens separadamente, mas busca evidenciar a relação que preservam com o conjunto ao qual pertencem. O que permite trabalhar aspectos do contexto de produção desses conjuntos documentais e possibilita a concepção desses itens como fragmentos de vida. Desse modo, o artigo visa intensificar a troca de conhecimentos entre diferentes áreas do saber, a fim de promover um uso mais crítico dessas fontes, seja em estudos biográficos, de história intelectual ou em outras abordagens possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Barão do Rio Branco. Arquivo Pessoal. Biblioteca particular.

ABSTRACT: Without losing sight of the breadth and modulations of “biographical space”, I consider the personal archive and the private library as sources for the biographical writing centered on the intellectual trajectory. Based on this premise, I examine the relevance of the Baron of Rio Branco’s private collection to analyse the texts he produced, deepening reflections on the composition and organization of his archive and presenting considerations about his book collection. This analysis is not restricted to the items separately, but seeks to highlight the relationship they maintain

¹ O presente artigo apresenta reflexões que derivam da tese de doutorado defendida em abril de 2024, ver Carvalho (2024). Agradeço a colaboração das equipes do Arquivo e da Biblioteca Históricas do Itamaraty, pelo auxílio prestado à pesquisa, inclusive com a indicação de catálogos utilizados neste trabalho.

with the group to which they belong. This allows the investigation to focus on aspects of the production context of these documentary sets, and enables the conception of these items as fragments of life. In this way, the article aims to intensify the exchange of knowledge between different areas in order to promote a more critical use of these sources, whether in biographical studies, intellectual history or other possibilities.

KEYWORDS: Baron of Rio Branco. Personal Archive. Private Library.

Introdução

Desde as “Vidas Paralelas” de Plutarco, as narrativas biográficas têm assumido contornos diversos. Se o interesse pelo outro permanece uma constante ao longo do tempo, as formas de narrar vidas e os personagens eleitos passam por contínuas variações. Mudam as perspectivas de análise, assim como os recursos discursivos mobilizados. A biografia se configura, então, como um campo de experimentações, onde a relação com a escrita da história apresenta aproximações e distanciamentos.

Diante da busca pela cientificidade marcante do Oitocentos e da valorização de forças coletivas, em um novo regime de historicidade – que passou a olhar mais para o futuro, sendo, inclusive, forma de dar sentido ao passado, o gênero biográfico afastou-se dos núcleos de maior prestígio da historiografia. Nesse momento, a biografia ficou mais restrita a produções de menor visibilidade dentro do campo da história, “admitida apenas como gênero acessório, mas fundamental na implementação da pedagogia cívica e patriótica das nações em construção” (Schmidt, 2012, p. 191). O espaço mais promissor encontrado em obras de literatura resultou em uma produção vigorosa neste campo. Já na década de 1980 essa dinâmica foi alterada e aquele que foi considerado um “gênero impuro”, mais uma vez, se aproximou como forma legítima de escrever e compreender a História (Schmidt, 2012, p. 192).

Das tensões que permeiam esta imbricada relação, as pesquisas centradas em trajetórias e histórias de vida enfrentam alguns desafios relativos às fontes utilizadas. Por vezes, é necessário lidar com a carência, ou mesmo a ausência, de documentos pessoais. Em outros casos, um volumoso arquivo desafia o pesquisador, que precisa equacionar seus objetivos e o tempo disponível.

A fim de ampliar o debate em torno do tema, o presente artigo aprofunda a análise da formação e tratamento desses conjuntos documentais, partindo da experiência com o acervo do barão do Rio Branco. A quantidade expressiva de documentos e publicações reunidas pelo antigo chanceler caracteriza uma das dimensões do que denomino ‘desafio Rio Branco’. Ou seja, uma das dimensões do

“desafio biográfico” (Dosse, 2009) de um estudo dedicado ao barão. O universo de notas e apontamentos de pesquisa presentes no arquivo pessoal e na biblioteca particular do biografado constitui um dos desafios enfrentados por uma proposta biográfica que visa traçar o perfil intelectual do personagem.

Desse modo, pretende-se enriquecer as discussões por meio do diálogo entre pesquisadores que, nos anos de 1990, contribuíram com trabalhos sobre os arquivos pessoais e a escrita da história, e estudos mais recentes que oferecem novas perspectivas de abordagem. A reflexão sobre a construção de histórias de vida através da documentação, como defendido por autores como Contardo Calligaris, Priscila Fraiz e Heloisa Bellotto, é fundamental para entender como os arquivos pessoais não apenas conservam vestígios materiais, mas também são instrumentos de autoconstrução e invenção de sentidos sobre a vida e a obra de seus proprietários. Nesse contexto, a manutenção da ordem original dos documentos e a preservação dos registros que documentam como esses acervos foram constituídos e organizados, torna-se essencial para evitar a perda de nuances autobiográficas e garantir que seja possível recuperar o processo de construção institucional do perfil atribuído ao titular.

Este trabalho busca, portanto, examinar as complexidades envolvidas na utilização de arquivos pessoais e das bibliotecas particulares como fontes para a escrita da história, considerando as implicações dessas práticas para a produção de conhecimento histórico, as metodologias de tratamento e as questões relacionadas ao manuseio e à interpretação de documentos que falam da intimidade e da subjetividade de indivíduos históricos.

Fontes para a escrita biográfica: a constituição e organização dos arquivos pessoais

Estudos dedicados aos arquivos pessoais e às bibliotecas particulares avançaram nas últimas décadas, estabelecendo diálogos importantes entre diferentes campos. As reflexões de historiadores sobre esse tema atingem um marco importante nos anos de 1990, como veremos mais adiante. A interdisciplinaridade está presente desde o tratamento técnico até a análise desses materiais (Bellotto, 1998). Este aspecto não pode ser dissociado do crescimento dos estudos biográficos, que marcou a historiografia a partir da década de 1980. O aumento da busca por documentos pessoais pode ser relacionado à descoberta e/ou à valorização de novos conjuntos documentais, além do crescimento de reflexões em torno do tratamento dos acervos (Gomes, 1998).

Em trabalho de referência para os estudos biográficos, Leonor Arfuch ressaltava certa obsessão em guardar e preservar variados registros de vida, que multiplicaram os itens pessoais em instituições de guarda. Este é o caso de diários, cartas, depoimentos, fotografias e tantos outros elementos, das mais variadas características. Tentando lidar com as potencialidades da escrita biográfica e suas dimensões, diante desse universo plural e da impossibilidade de limitá-las a gêneros literários específicos, a autora recupera a expressão “espaço biográfico” de Philippe Lejeune, de modo que o termo espaço remete a uma concepção ampla, sem fronteiras estanques. Ou seja, trata-se de uma concepção fluida, sem demarcações rígidas que restrinjam seus elementos constitutivos, permitindo agregar diferentes formas de narrar vidas. Assim, a noção de espaço biográfico corresponde a um horizonte de inteligibilidade e não a um mero somatório de gêneros (Arfuch, 2010).

Os objetos pessoais se configuram como fontes privilegiadas na busca por vestígios que possam auxiliar as formulações sobre um determinado sujeito. Chegam a ser considerados quase como um portal de acesso a esse passado que se pretende recuperar, como peças de um mosaico multifacetado. Esse material é utilizado como caminho para um mergulho no universo alheio, como forma de conhecer e prefigurar um eleito (Dosse, 2009). Nesse sentido, diferentes trabalhos contribuem com reflexões em torno do biográfico. Além de Leonor Arfuch, outros autores, a partir de perspectivas distintas, têm empenhado esforços para lidar com projetos biográficos, como François Dosse em seu trabalho “O desafio Biográfico”, publicado originalmente em 2005.

Os itens reunidos em arquivos e bibliotecas particulares destacam-se como fontes por excelência da escrita biográfica. Conjuntos acumulados ao longo da trajetória, agrupam registros de uma vida, por vezes amontoados e guardados no transcorrer da rotina, ou até mesmo sistematicamente organizados (Calligaris, 1998, p. 46). Seja pelo acúmulo, em função das atividades desempenhadas, ou pela vontade de guardar, são produtos de escolhas, recortes de um existir documentado. Com intenção ou não, acabam formando os arquivos pessoais. O que resulta nesses arquivos é fruto de repetidas seleções, triagens “guiadas por intenções sucessivas e às vezes contraditórias” (Artières, 1998, p. 21). Esse processo imprime aspectos marcantes sobre o titular, assim como silêncios, o que, muitas vezes, acaba sendo reproduzido nas biografias dedicadas às histórias de vida desses indivíduos, construídas a partir dessa documentação.

A revalorização do indivíduo na história e a retomada da escrita biográfica pela historiografia, progressivamente a partir da década de 1980, levou ao já mencionado descobrimento dos arquivos pessoais pelos historiadores, conforme discutido por Ângela de Castro Gomes (1998).² Em seu texto “Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados”, a autora trata da composição e do caráter dos documentos que constituem esses arquivos, ressaltando que, a princípio, esses itens não teriam sido produzidos para serem divulgados, para o conhecimento público, mas como parte da vida privada, como elemento da intimidade, onde seria possível conhecer ‘de fato’ aquele indivíduo. Trata-se de uma documentação imbuída de um fascínio, que se imaginava ser capaz de revelar uma ‘história verdadeira’. Esse aspecto acaba por conferir o encantamento denunciado no título. Para além das potencialidades dessas fontes, a autora sinaliza uma crítica necessária. O feitiço, como qualifica Ângela Gomes, está posto para os pesquisadores nos contornos dos arquivos pessoais que se revelam aos seus olhos como “ilusão da verdade”. A ideia de ter acesso à intimidade, a uma suposta verdadeira face desses personagens, acaba por fabricar ilusões, que atravessam o caminho do historiador dedicado à escrita biográfica.

Entre o recolhimento ou a aquisição, o processamento e a disponibilização dos documentos aos pesquisadores, há inúmeras operações que intervêm nesse conjunto documental. É necessário que essas ações sejam registradas e preservadas de modo que seja possível recuperar a organicidade, o vínculo do titular com a constituição desse acervo.³ Aspecto que deve ser considerado tanto para os arquivos quanto para as bibliotecas.

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que abriga na seção de Manuscritos mais de 200 coleções particulares, fornece bons exemplos sobre a questão. O histórico da coleção de José Carlos Rodrigues evidencia a importância de tais informações (Perez, 2018, p.349-353). Ainda em vida, o antigo proprietário do *Jornal do Commercio* leiloou seu acervo, o qual incluía sua valiosa biblioteca. O conjunto foi arrematado por Júlio Benedito Ottoni, que doou todo o lote para a instituição, garantindo assim que não fosse desmembrado. Dada a diversidade deste acervo, os itens foram destinados às seções de acordo com suas

2 A “Revista Estudos Históricos”, editada pela Fundação Getúlio Vargas em 1998, reúne os artigos apresentados no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em novembro do ano anterior. Nela encontram-se contribuições de profissionais de diversas áreas que compartilham o interesse pelos arquivos pessoais, um exemplar da intensa relação entre esses conjuntos documentais e as biografias que se multiplicavam.

3 O princípio de organicidade refere-se à característica do documento, determinado por sua proveniência, de modo que evidencia aspectos do produtor (estrutura, funções e atividades) em suas relações internas e externas (Arquivo Nacional, 2019, p. 11).

características, registrando-se as devidas remissivas. A biblioteca de Ramos Paz, analisada por Tânia Bessone no seu trabalho “Palácio de destinos cruzados”, é um caso similar. Graças aos esforços de amigos do bibliófilo, como Capistrano de Abreu, sua coleção não foi dispersa, tendo sido adquirida em leilão por Arnaldo Guinle que, em seguida, a doou à Biblioteca Nacional (Bessone, 1999, p. 141-176).

A publicação do guia de coleções da seção de Manuscritos fornece um importante panorama, apresentando histórico e informações de arranjo e descrição das coleções que detém. Contudo, há casos de carência de registros do processo de aquisição e tratamento inicial, o que dificulta o processamento e a análise da documentação, além de diluir aspectos da dimensão autobiográfica. Seja no caso das bibliotecas particulares ou dos arquivos pessoais, a ausência desses dados acarreta a perda da orientação do titular sobre seu acervo e a consequente prevalência da organização atribuída pela instituição. Ou seja, aspectos da autoimagem esmaecem (como o titular escolheu guardar, preservando-se apenas o que escolheu guardar) e uma representação biográfica institucional acaba sendo fixada através do arranjo elaborado.

O preceito de manutenção da ordem original dos documentos pode conferir ainda mais densidade à dimensão autobiográfica do arquivo pessoal. É o caso do arquivo de Gustavo Capanema, analisado por Priscila Fraiz (1998). Além da preocupação em reunir e guardar, Capanema se esforçou em organizar de forma sistemática seu próprio arquivo, deixando, inclusive, muitos registros desses esforços, como planos de classificação e propostas de arranjo. No desafio de analisar esse conjunto documental, Priscila Fraiz se vê diante da vontade expressa de ordenar e organizar esse universo documental, podendo tanto o ato de reunir como o impulso por ordenar estarem ligados diretamente à vontade declarada pelo titular de produzir suas memórias. É nesse sentido que a autora considera o arquivo particular de Gustavo Capanema um “projeto de construção autobiográfica” (Fraiz, 1998, p. 61).

Ao analisar em paralelo o arquivo e os esboços deixados pelo titular, Priscila Fraiz observa que no mesmo viés da coleção, que retém de forma fragmentária um tempo passado, os escritos de Capanema são recortes na tentativa de criar um sentido para sua trajetória, pautado no perfil do homem de Estado. Em sua conclusão, a autora defende que a escrita das memórias não se consumou, mas seu espaço autobiográfico se configurou no próprio arquivo, na produção de sentido para sua vida a partir da ordenação dos documentos.

De diferentes maneiras, os estudiosos tratam da intencionalidade presente nesses documentos e das construções de ‘personagens pessoais’. Construções de imagens de si, para si e para os outros. Representações que podem assumir formas diversas, tanto pelos documentos pessoais como no seu próprio processo de acumulação (Gomes, 1998, p. 126).

Nesse sentido, Contardo Calligaris, em seu ensaio “Verdades de autobiografias e diários íntimos”, discorre sobre a construção de si através dos documentos e do próprio arquivo pessoal como “atos autobiográficos”. Localizando as especificidades desse conjunto documental na sociedade moderna, o autor defende que “Falar ou escrever de si - como reparou Foucault (1976) - é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito - subordinada à sua sinceridade” (Calligaris, 1998, p. 45). Não é demais lembrar que a verdade permanece como aspiração e redundante em ilusão, e, neste caso, especificamente, na conhecida e amplamente discutida “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1998).

Os textos de Ângela Gomes, de Priscila Fraiz e de Contardo Calligaris estão fundamentados no mesmo princípio de que os arquivos são também formas de elaboração de si. Destaca-se a afirmativa de Calligaris sobre esses documentos, em especial os diários dos titulares dos arquivos pessoais, onde ele afirma que: “Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade. O ato autobiográfico é constitutivo do sujeito e de seu conteúdo” (Calligaris, 1998, p. 49).

Da mesma forma, Heloisa Bellotto aponta os questionamentos de Terry Cook sobre a aplicabilidade dos preceitos da arquivologia aos arquivos pessoais, tal como a questão do contexto de produção dos documentos. Ao desconstruir o pressuposto da imparcialidade dos documentos e dos arquivistas, o arquivo pessoal e os arquivos públicos podem ser considerados a partir de “um foco teórico comum centrado na construção da memória social e coletiva” (Bellotto, 1998, p. 204). Estas questões estão localizadas no amplo debate em que o arquivo não corresponde à ideia de um depósito de fatos, ou materialização do passado, mas sim à concepção do arquivo como agente e “parte do processo de construção de discurso sobre o passado” (Heymann, 2012, p. 23). Reflexões que consideram tanto os procedimentos de constituição desses arquivos quanto seus tratamentos técnicos posteriores.

Feita as ressalvas quanto aos perigos do ‘feitiço’, cabe ressaltar aspectos da composição dos arquivos pessoais. Os gêneros e formatos documentais

encontrados são variados. Eles podem ser textuais, filmográficos e sonoros, iconográficos, cartográficos e digitais, tais como: esboços e textos; notas de pesquisa; correspondências; fotografias; postais; fitas de VHS, base de dados, entre tantos outros. Em muitos casos, a correspondência destaca-se como um documento característico desses acervos, representando um volume expressivo.⁴

Nota-se que a correspondência constitui um lugar de diálogo, um espaço rico de registros de sociabilidades. Através dessas cartas é possível conhecer relações estabelecidas pelo titular, por onde são discutidas ideias, transitam impressões e confissões, amizades são criadas ou até mesmo desfeitas. Essa documentação pode apresentar informações preciosas sobre posições políticas e afetivas e os possíveis deslocamentos nesses dois sentidos. Ao se referir à comunicação epistolar da elite cultural, Ângela Gomes observa: “a correspondência é lugar de sociabilidade: é lugar de troca de ideias, de construção de projetos, de amores e de ódios e por fim, mas não em último lugar, de pedir emprego, porque intelectual geralmente é pobre, mas é ambicioso” (Gomes, 1998, p. 124).

Em arquivos de personagens que se destacaram pela produção intelectual, por exemplo, é comum encontrar, em sua correspondência, registros de redes de cooperação de pesquisas. Era comum que as cartas levassem solicitações e remetessem informações, muitas vezes acompanhadas de livros e outras publicações relativas aos interesses de estudo compartilhados pelos interlocutores. Somam-se ainda a esses acervos notas avulsas e apontamentos de pesquisas. Vestígios dos estudos, onde podem estar preservados os manuscritos de uma obra com correções e supressões, coleta de dados e esboços de projetos incompletos ou não executados. Registros que auxiliam nas reflexões sobre suas escolhas e sobre seu processo de produção. A utilização de arquivos pessoais em trabalhos dedicados ao processo de criação de determinadas obras e seus autores é um dos temas analisados por Thiago Nicodemo e Paulo Iumatti em artigo que reflete sobre o uso dessas fontes e a escrita da história no Brasil (Iumatti; Nicodemo, 2018).

Os documentos que constituem o arquivo pessoal devem ser mantidos, sempre que possível, na ordem em que foram criados e congregados para que o conjunto não perca características fundamentais. O tratamento do arquivo pessoal implica conhecer a vida e a obra do titular, em função da qual o conjunto

4 Essa característica se aplica de maneira sistemática aos acervos reunidos antes da ampla disseminação de ferramentas tecnológicas – como o correio eletrônico, quando a correspondência era um meio usual de comunicação.

documental se constitui (Barros; Tognoli, 2011, p. 68). Portanto, a manutenção da ordem, conforme as atividades e a produção do titular, garante o sentido original e contribui para imprimir a dimensão autobiográfica. O desafio em lidar com os arquivos pessoais reside na complexidade dessas relações. Para além de mera ordem de produção, essa organização é subjetiva, está diretamente relacionada às atividades e interesses de um indivíduo. Encontrar as relações dessa imbricada rede de registros e memórias depende, inclusive, do conhecimento do contexto e dos interesses do seu produtor (Bellotto, 2007). As questões relativas ao histórico e formação desses conjuntos documentais podem fornecer dados importantes para o pesquisador que se lança ao desafio biográfico.

Rio Branco: uma proposta biográfica e suas fontes

A partir das reflexões acerca da constituição e da organização dos arquivos pessoais, apresento considerações sobre o acervo do barão do Rio Branco, alinhadas à formulação de uma proposta de escrita biográfica que confere destaque à sua trajetória e produção intelectuais (Carvalho, 2024). Esta análise não pretende se restringir aos textos que produziu; ela dialoga com seus percursos e com o seu material de pesquisa, o que inclui sua biblioteca particular, assim como sua correspondência, cadernetas de anotações, e até mesmo os projetos inacabados. Abordagem que evidencia a relevância do acervo que reuniu e das relações entre os itens que os compõem.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco (1845-1912), ganhou notoriedade como encarregado da defesa do Brasil em arbitragens internacionais. Primeiro, com a questão de Palmas, em 1895, que definiu a fronteira com a Argentina e, logo depois, em 1900, com a questão do Amapá, que definiu a fronteira com a Guiana Francesa. Os laudos favoráveis ao Brasil lhe garantiram grande projeção e prestígio, sendo considerados marcos na sua trajetória. Por conta dessa repercussão, Rio Branco foi convidado, em 1902, pelo então presidente eleito, Rodrigues Alves, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, tendo permanecido na gestão da pasta até sua morte, em 1912. A maioria dos trabalhos dedicados ao barão traça o perfil de um homem de Estado, centrado justamente na sua atuação a partir de 1893.⁵

⁵ Da ampla bibliografia dedicada ao barão do Rio Branco, destaco os três trabalhos de maior fôlego: “Rio Branco (biografia)”, de Álvaro Lins (1945); “A vida do barão do Rio Branco”, de Luiz Viana Filho (1959); e “Juca Paranhos: o barão do Rio Branco”, de Luís Cláudio Villafañe Gomes dos Santos (2018).

Esse personagem, que passou a ser identificado como o ‘definidor do território nacional’, ou, para usar uma expressão de Rui Barbosa, como o *Deus Terminus* das fronteiras, é definido primeiramente pela erudição, considerado um ‘grande conhecedor da história e da geografia do Brasil’. Na verdade, essa característica aparece entre os argumentos que justificaram a sua indicação para as missões de arbitragem e, depois das vitórias, foram ainda mais enaltecidas – ou seja, essa faceta foi associada ao longo da sua trajetória, tendo maior ou menor projeção, e foi posteriormente ressaltada pela escrita biográfica.

O momento mais profícuo da sua produção intelectual, contudo, corresponde ao período anterior, compreendendo os anos de formação, o começo da sua atuação política e a fase inicial da sua carreira diplomática. O interesse pelos estudos históricos resultou nos primeiros textos que publicou na década de 1860, levando ao ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1868. Na mesma época, estreou na imprensa e passou a explorar as diversas possibilidades oferecidas pelo trabalho como periodista, aliando a pesquisa histórica à escrita combativa das folhas partidárias.⁶ Ao longo desses anos, planejou escrever obras históricas que almejava publicar.

A mobilização para a aquisição dos bens do barão do Rio Branco pelo governo brasileiro, em 1913, um ano após a sua morte, garantiu que o seu acervo fosse preservado em uma única instituição: o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O que evitou o desmonte, comum a tantos outros acervos, como foi o caso da biblioteca de seu pai, o visconde do Rio Branco, e de seu amigo, Eduardo Prado (Bessone, 1999). Da mesma forma, a aquisição contribuiu para a preservação da memória desse personagem, cuja representação como mito político foi fortemente vinculada à memória do Itamaraty.

A natureza diversa dos bens fez com que o acervo fosse distribuído e mantido por diferentes setores do MRE. Os livros foram encaminhados para a biblioteca, documentos e anotações para o arquivo, mapas e desenhos para a mapoteca e mobiliário e obras de arte destinados ao museu no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. A maioria desses objetos estava na casa de Rio Branco, na rua Westfália, em Petrópolis, conforme descrito na avaliação anexa à documentação de aquisição dos bens.⁷

6 Os primeiros textos redigidos por Rio Branco são os artigos sobre o capitão de Fragata Luís Barroso Pereira (1862), “Episódios da guerra do Prata” (1864) e o esboço biográfico do barão do Cerro Largo (1868). No mesmo período, contribuiu com a revista francesa *L'Illustration* (1865-1868) e no Recife participou do jornal *O Vinte e Cinco de Março* (1865-1866).

7 A relação de bens da casa do Barão do Rio Branco, na antiga rua Westfália, 279, em Petrópolis, faz parte do processo de aquisição dos bens do Barão do Rio Branco pelo governo brasileiro, ver

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1913, constam informações da aquisição. Os móveis, assim como as gravuras, mapas e pinturas a óleo, devido ao valor pecuniário mais evidente, foram detalhados. Já os itens da biblioteca, os papéis e documentos foram citados de forma genérica como “um lote de caixas para manuscritos” e por duas vezes mencionados “um grande lote de livros diversos” (Ministério das Relações Exteriores, 1913, p. 24). O mobiliário do escritório, organizado em dois ambientes, sugere o volume expressivo dessa parte do acervo, como é possível observar nos seguintes itens do referido documento: “111-Uma papeleira grande de canella / 112-Uma estante giratoria de canella [...] 118-Quatro estantes para livros, de ferro [...] 121-Uma armação de canella para livros / 122-Uma papeleira de canella com 12 gavetas [...] 125-Uma estante de ferro para livros” (Ministério das Relações Exteriores, 1913, p.23-24).

Pouco depois da conclusão da compra dos bens do barão, foi inaugurada a Sala Rio Branco e disponibilizada para consulta parte da biblioteca do antigo ministro. Os livros instalados em uma das dependências do ministério, organizados por Gastão da Cunha, estavam dispostos em três estantes de jacarandá, tendo ao centro da sala uma mesa rodeada pelas cadeiras provenientes da sala de jantar da rua Westfália. A notícia publicada no Correio da Manhã ressalta a reverência prestada pelo Itamaraty: “Tudo ali, desde o objeto mais insignificante quanto ao seu valor intrínseco, até a obra mais rara, assinala e revive pontos da existência do ilustre brasileiro” (À memória do barão do Rio Branco vão ser hoje prestadas várias homenagens, 1916, ano 15, n. 6195, p. 3).

Há menção de que sua biblioteca tenha reunido mais de seis mil exemplares (Lins, 1965, p. 116), no entanto, o inventário mais recente do MRE contabiliza cerca de 1500. A ausência de um catálogo, a exemplo do caso de Ramos Paz (Bessone, 1999, p. 141-176), ou mesmo de um inventário no processo de aquisição, somados à demora para o tratamento do acervo, podem estar entre as justificativas para imprecisões de dados e possíveis perdas. Data de 1962 o catálogo mais antigo da Coleção Barão do Rio Branco (CBRB) identificado pela pesquisa.

Quanto ao Arquivo Particular do Barão do Rio Branco (ABRB), só na década de 1930 houve um esforço sistemático de organização, com posterior publicação do catálogo. Destaca-se uma edição de 1951, organizada por Aluizio Napoleão, com informações sobre os procedimentos realizados e o arranjo atribuído ao acervo. Diferente do caso de Capanema (Fraiz, 1998), não há registro de uma

organização ou de uma classificação desenvolvida por Rio Branco. A descrição inicial desse conjunto condiz com a imagem que se popularizou do seu escritório pela fotografia de Augusto Malta: um verdadeiro caos. A organização exposta no catálogo foi atribuída pela instituição. Apenas após esses tratamentos que se estimou o volume do arquivo, que compreende pouco mais de 20.500 itens.

Nota-se que uma das diferenças entre os itens que compõem uma coleção de arquivo ou de biblioteca reside no aspecto singular do documento arquivístico – ele é único, enquanto o livro, ou um número de periódico, é um exemplar da respectiva tiragem. Mas, em uma biblioteca particular, o item tem agregado o fato de ser parte de um conjunto – compor a coleção reunida por um sujeito o diferencia. O que pode ser acentuado quando constam anotações no exemplar, estando repleto de outras informações atribuídas pelo titular, tornando-se, então, um item único, tal qual o documento arquivístico.

Embora a simples presença de um livro em uma biblioteca particular não seja suficiente para afirmar que o titular o tenha lido, as anotações e marcações encontradas nas páginas desses exemplares apresentam claros indícios de suas preferências de leitura. A biblioteca reunida por Rio Branco não correspondia meramente a uma coleção de bibliófilo. A maioria dos seus livros estava ligada aos seus interesses de estudo e à sua atuação profissional. O barão tinha por hábito fazer apontamentos e marcações de leitura, o que resultou em um universo paralelo de notas em boa parte dos seus volumes. A partir dessas considerações, é possível ter a dimensão da singularidade tanto do ABRB quanto da CBRB como fontes para o estudo dedicado à sua trajetória e produção intelectual, podendo fornecer um perfil do leitor (Darnton, 1992), por reunir os dados sobre ‘quem’ e ‘o que’ esse sujeito lia.

O Arquivo Barão do Rio Branco

Enquanto alguns estudos biográficos carecem de fontes, a investigação dedicada a Rio Branco precisa lidar com um amplo acervo. O barão preocupou-se em arquivar a sua vida, tendo preservado, inclusive, um volumoso material para as obras que teria pretendido escrever um dia.⁸ Porém, ao mesmo tempo que fornece dados para a escrita biográfica, o arquivo tem suas armadilhas, afinal: “Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e a mais evidente é a de ser lido pelos outros” (Farge, 2009, p. 11-12). A dimensão

⁸ Sobre a “vontade de arquivar a própria vida” ver Artières (1998).

autobiográfica, mencionada ao longo deste artigo, deve ser considerada, e está profundamente ligada à seleção do titular daquilo que escolhe preservar e daquilo que prefere esquecer (e que seja esquecido).

A fotografia do gabinete de Rio Branco, capturada por Augusto Malta um dia após a morte do chanceler – já mencionada algumas linhas acima – revela amontoados de papéis e encadernados sobre mesas espalhadas em todo o ambiente. A imagem é um pequeno lembrete de que a organização do arquivo pessoal, na tentativa de estabelecer uma ordem, impõe uma interpretação do seu titular, afinal “o arquivo supõe o arquivista”. A própria notação arquivística pode ser entendida como um “jeito astucioso de domá-lo” sinalizando a “utopia presente na vontade de um dia apossar-se dele exaustivamente” (Farge, 2009, p. 11-12). A análise dessas fontes, tão caras ao estudo biográfico, deve considerar tais intervenções, para não reproduzir uma elaboração anterior.

É possível notar que a organização, exposta nos primeiros catálogos do arquivo Rio Branco (1951 e 1967), estava alinhada com a representação do homem Estado. Nas séries propostas, a atuação nas questões de delimitação de fronteiras e na gestão do Ministério das Relações Exteriores são elementos de destaque, assim como seu perfil intelectual. O que poderia haver de mais pessoal no seu arquivo acaba dissipado em classificações gerais. Esta documentação fica entre escondida e esquecida em meio aos maços das séries “Diversos” ou “Outros Assuntos”.

A revisão apresentada no catálogo de 2012 pouco altera o arranjo anterior. O maior ganho está no detalhamento dos itens, o refinamento da descrição evidencia alguns aspectos antes ignorados. Nos dois momentos, esses instrumentos são frutos, ou melhor, são viabilizados pelos projetos de comemorações. O primeiro impulsionado pelo centenário de nascimento de Rio Branco em 1945, e o segundo pelo centenário de morte, em 2012. Comemorações que estão profundamente relacionadas ao trabalho de memória em torno dessa personagem e da sua associação à memória institucional. Ou seja, as representações que derivam desses trabalhos correspondem, ou até poderia-se dizer, estão comprometidas com a interpretação oficial do patrono da instituição. O que não desmerece esses produtos, mas define o escopo a ser seguido e os limites a serem respeitados. E esses limites, normalmente, ficam dentro do traçado dos arranjos propostos.

Em paralelo, também devemos observar a concepção da coleção “Obras do Barão do Rio Branco”, editada pela primeira vez em 1945. Além dos volumes dedicados às Questões de Limite (I ao V), fazia parte da coleção as Efemérides

Brasileiras, e os volumes de Biografias, Estudos Históricos e Discursos.⁹ A temática que define os volumes da edição corresponde a muitas das séries do seu arquivo particular, o que também evidencia a associação entre o material de pesquisa reunido em seu acervo e a sua produção intelectual. Ora, se considerarmos que um arquivo pessoal corresponde ao conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por um indivíduo em função das suas atividades ao longo da sua existência, nada mais coerente do que a identificação desses subconjuntos. A questão é que, ao mesmo tempo, as atividades de um indivíduo não se restringem aos aspectos da vida pública, à sua atuação política ou à sua carreira. Esses elementos que foram priorizados nas organizações anteriores correspondem também às interpretações dos projetos biográficos dedicados ao barão na mesma época. Aqui faço referência direta à biografia encomendada em 1943, pelo Ministério das Relações Exteriores, ao crítico literário Álvaro Lins, e publicada em 1945. Este foi o primeiro projeto biográfico elaborado com suporte dessas coleções, tendo o autor desfrutado do privilégio de acessá-las antes de sua disponibilização ao público.

É possível acompanhar a consolidação de uma narrativa que se torna predominante, marcada pela biografia encomendada, pela organização do seu arquivo (ABRB) e pela edição das Obras do Barão. Todos esses elementos conversam entre si, foram produzidos no mesmo contexto, vinculados a um mesmo projeto, e passaram a ser referências consideradas incontornáveis na bibliografia sobre Rio Branco.

Retomando os catálogos, se a edição de 2012 já trazia resultados vinculados aos avanços das práticas arquivísticas quanto à descrição do acervo, uma nova revisão em andamento – no bojo do projeto de tratamento dos acervos,¹⁰ – ao propor um novo arranjo, evidencia o potencial do conjunto documental, que, tal como seu titular, reúne características diversas, congrega perfis interpretativos, de modo que sinaliza outras possibilidades de leitura. A apreciação do histórico do tratamento desse acervo e a elaboração dos instrumentos de pesquisa evidenciam o aspecto interpretativo vinculado ao trabalho dos arquivistas e técnicos responsáveis pela concepção do arranjo. O arquivo reúne, ao mesmo tempo, elementos autobiográficos (o que Rio Branco escolheu guardar e documentos

9 A primeira edição desta coleção reúne nove volumes, publicados entre 1945 e 1948. Uma segunda edição, revista e aumentada, foi publicada em 2012, composta por dez volumes.

10 Do período da pesquisa 2019-2023 até o momento (dezembro de 2024), estão em andamento o projeto de tratamento dos acervos e a realização de obras nas edificações do Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde estão armazenados os acervos do barão do Rio Branco.

como exemplares de “escritas de si”) e biográficos (seleção e organização por outrem).

Conforme dados do catálogo de 2012, o Arquivo Particular do Barão do Rio Branco reúne 20.549 itens, que apareciam descritos da seguinte maneira: I. Correspondências (16.317 itens); II. Relações exteriores (585 itens); III. Limites (1.004 itens); IV. Estudos Históricos (1.848 itens); V. Outros (795 itens) (Arquivo Histórico do Itamaraty, 2012). Segundo informações de 2022, o estudo da revisão em andamento propõe alterar de forma significativa a estrutura do arranjo, que passaria de cinco para dez séries, de modo que a classificação “Outros Assuntos” seria extinta. Há a proposta de criação de algumas séries equivalentes, como no caso da “II. Relações Exteriores” e seus correspondentes “5. Atividade Diplomática” e “6. Atividade como Ministro”. A série “IV. Estudos Históricos” teria como equivalente a “7. Produção Intelectual”. A maior diferença está na proposta de criação da série “1. Documentos pessoais”, a maioria dos elementos que a compõem estava identificada anteriormente em “V. Outros Assuntos” (Arquivo Histórico do Itamaraty, 2022)¹¹

Considerando o período do estudo inicial (2018) e que a mencionada revisão ainda não foi concluída, observo que a análise apresentada foi realizada a partir do Catálogo de 2012, tendo como foco as séries “Estudos Históricos” e “Diversos”. Esta seleção tinha como objetivo relacionar a documentação e especificamente as anotações de Rio Branco com os textos que produziu. Os cadernos de notas, presentes entre os documentos “Diversos”, complementam o universo de apontamentos do barão ao longo das suas pesquisas. Do mesmo modo, foram selecionados itens de “Correspondências” considerando os principais interlocutores sobre seus estudos.¹²

Cabe ressaltar a relevância de certos conjuntos documentais do ABRB. O conjunto denominado “Biografias” constitui um exemplo do seu método de pesquisa, e ajuda a compreender uma das formas de abordagem do elemento biográfico no processo de análise de Rio Branco. Este material guarda relação direta com os textos que produziu, correspondendo a 192 pastas nominais, reunidas em onze maços. É possível observar que notas ou notícias biográficas,

11 Os catálogos do arquivo do barão do Rio Branco mencionados correspondem a instrumentos de pesquisa impressos pelo setor de arquivo e disponibilizados na sala de consultas para pesquisadores.

12 A fim de evitar que as notas excedam os limites do presente artigo, cito apenas a correspondência de Rio Branco com Capistrano de Abreu; barão Homem de Melo; Graciano Azambuja; Rodolfo Dantas; barão de Alhandra; e Gusmão Lobo, ressaltando a importância destas cartas para a compreensão da rede de cooperação intelectual estabelecida pelo barão.

por vezes, foram produzidas por copistas ou amigos em seu auxílio. Em outros casos, correspondem a dados reunidos a partir de memórias de familiares, enviados a pedido de Rio Branco. Há cartas que registram essas solicitações e o relato de informações prestadas pelos familiares. Outras foram produzidas pelo próprio barão a partir de seus apontamentos.

As duas volumosas pastas sobre o visconde do Rio Branco têm relação direta com a biografia que Paranhos Júnior escreveu sobre a vida de seu pai (1880-81), constando, inclusive, os manuscritos do texto. Em menor quantidade, mas ainda assim em volume expressivo, são os itens reunidos acerca do imperador D. Pedro II, com destaque para os recortes da coluna “Cartas de França”, publicada no Jornal do Brasil, escrita pelo barão que assinou como Ferdinand Hex. A matéria corresponde ao relato dos funerais do imperador exilado, tema predominante entre os demais recortes preservados na pasta.

Ao examinar os nomes presentes na série, fica evidente o vínculo entre o material compilado e os textos elaborados por Rio Branco. Cinquenta e sete correspondem a figuras mencionadas nos escritos biográficos, sendo trinta delas citadas especificamente no artigo sobre o almirante James Norton, publicado no Jornal do Commercio, em 12 de outubro de 1911, sob o pseudônimo Bernardo Faria. Um número ainda maior está relacionado às Efemérides Brasileiras, onde constam oitenta e seis menções. Já nos textos identificados como Estudos Históricos, foram encontradas referências a vinte e nove nomes. Assim, 109 desses personagens aparecem em ao menos um dos textos de Rio Branco, sendo dezoito compartilhados entre as três categorias (Biografias, Efemérides Brasileiras e Estudos Históricos), e todos são identificados pela atuação militar. O exame do conjunto evidencia que essa documentação, ligada ao projeto de escrita da história militar, foi fundamental para a elaboração dos trabalhos que Rio Branco produziu.

A Coleção Barão do Rio Branco

As anotações de pesquisa do barão do Rio Branco não se restringem aos itens do seu arquivo pessoal, também estão presentes e são características da sua biblioteca. Os apontamentos parecem se multiplicar pelos espaços em branco e se desdobrar pelos papéis colados junto à encadernação dos livros. Esse volume expressivo de notas permite acompanhar muitas das suas leituras e identificar relações com os textos que redigiu. Antes de relacionar algumas das informações

presentes nos exemplares, cabe observar as dificuldades em conhecer de forma integral e precisa a referida coleção.

Para apreciação da CBRB foram analisados os seguintes instrumentos de pesquisa, localizados junto à Biblioteca Histórica do Itamaraty: 1. Catálogo da coleção elaborado por Armando Brito de Souza, que identificou 1.686 títulos, assinalando os itens anotados pelo barão (Souza, 1962); 2. Livro de Tombo da Coleção, produto do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Fundação Alexandre de Gusmão, que registrou 2.291 volumes (Centro de História e Documentação Diplomática, 2001-2002); 3. Descrição da CBRB no Banco de dados Pergamum, em que foram identificados 1.548 títulos, assinalando os itens anotados pelo barão.¹³ Em publicação de 1951, Marco Romero comenta sobre a importância da aquisição de coleções para a Biblioteca Histórica do Itamaraty, mencionando que “A coleção Varnhagen somava 4.413 obras e 4.156 volumes e a do Barão do Rio Branco possuía 1.480 obras e 1.778 volumes” (Romero, 1951, p. 5). A diferença dos dados apresentados aponta as dificuldades impostas em função do alargado lapso temporal entre a aquisição e o tratamento do acervo.

As anotações nos exemplares e informações registradas em diferentes fontes permitem identificar alguns aspectos que orientaram as escolhas de Rio Branco e ajudam a contar um pouco da história desta coleção. O Juca Paranhos, como era conhecido na juventude, costumava assinar e datar os livros que adquiria. Prática abandonada com o tempo, acabou substituída pela marcação do *ex-libris* que escolheu para sua biblioteca. Os exemplares que preservam o registro inicial oferecem indícios de leituras da época de estudante, correspondendo às aquisições dos anos 1860 – títulos que confirmam a predileção pelos estudos históricos e ainda podem ser relacionados a alguns dos textos que publicou. A maioria desses livros corresponde às publicações de história, com destaque para os volumes dedicados à história do Brasil e também àqueles sobre a Inglaterra e a França.

Alguns estão relacionados às leituras curriculares, como o “Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil adotado no Colégio Pedro II, nos Liceus e Seminários do Império” e do “Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará”, ambos de Thomas Pompeu Souza Brasil. Do mesmo modo,

13 As informações sobre a Coleção do Barão do Rio Branco, descritas no banco de dados Pergamum, foram coletadas entre 2019 e 2020. Em razão do tratamento do acervo, a ferramenta encontra-se indisponível.

encontram-se exemplares de direito, e especificamente de direito comercial, que acompanharam os estudos nos anos da faculdade.

Além das notas de Juca Paranhos, esses exemplares conservam lembranças de amizades, como o registro na folha de guarda do “*Correspondance de Don Pédre Premier, Empereur Cosntitutionnel du Brésil...*” em que se lê: “Oferecido por L. F. da Veiga a seu amigo e colega José Maria da Silva Paranhos Júnior em 13/08/1861.” No mesmo ano, A. J. de Souza ofereceu ao companheiro os nove tomos das “Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil” de Pizarro, publicados entre os anos de 1820 e 1822. Já a “História da fundação do império”, de Pereira da Silva, acompanhou a mudança de Paranhos Júnior para Recife, no último ano da faculdade.¹⁴ Entre as anotações presentes nas páginas do livro, encontram-se algumas efemérides da guerra do Paraguai. Destacam-se ainda as censuras que faz ao autor, tendo escrito em uma página do livro “História do Brasil de 1831 a 1840”, o seguinte comentário: “(...) escritor que improvisa e inventa em todas as intituladas Histórias que publica” (Fischer, [1945]b, v.1, p. 147). Comentários similares cheios de ironia podem ser encontrados em diversas obras.

A viagem que Juca Paranhos realizou pela Europa, entre março de 1867 e janeiro de 1868, pode ser acompanhada pelos guias de viagem que guardou junto aos seus livros. Da conhecida coleção Guides-Joanne, o exemplar “*Guide du voyageur a Londres et aux environs*”, de Elisée Réclus, conserva a assinatura do jovem Paranhos, que escreveu nas folhas finais sobre encomendas de roupas e sapatos em Londres e em Paris, bem ao estilo aristocrático que imprimiu à sua imagem. Além do lazer do *grand tour*, aproveitou ainda a ocasião para adquirir os livros “*A description of works relating to America published between the Years 1492 and 1551 (Bibliotheca Americana Vetustissima)*” de Henry Harrisse – que, aliás, é o autor com maior número de obras na CBRB –, e “*Les Hollandais au Brésil, Notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVIIe. Siecle (1853)*”, de P. M. Netscher.

As anotações de Rio Branco à referida publicação de Netscher foram aventadas por José Honório Rodrigues para serem editadas, nos moldes dos comentários à obra “A guerra da Tríplice Aliança”, de Louis Schneider, conforme publicados pelo barão em 1875-1876. O projeto de Rodrigues não chegou a ser realizado, mas os comentários registrados por Rio Branco no seu exemplar da

¹⁴ Obra publicada entre 1864 e 1868, com gravação de sinete seco com a identificação “S. Paranhos Júnior”, além de assinatura no tomo IV datada de 03/02/1866.

“História da Guerra do Paraguai”, de Theodore Fix, foram divulgados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil em 1960. Nota-se que o interesse despertado pelas anotações presentes nos exemplares da CBRB orientou algumas publicações.

As leituras curriculares do jovem Paranhos aparecem marcadas pela pena inquieta do estudante. Ao mesmo tempo em que fazia anotações da rotina escolar, como a lista dos professores do seu 5º ano, se distraía com pequenos desenhos. Nunca abandonou essa prática da juventude, manteve o costume de preencher os espaços vazios dos seus livros e papéis avulsos com desenhos e caricaturas encontradas com frequência no acervo.

A identificação de outras marcas de proveniência ajuda a conhecer um pouco mais a constituição da CBRB. Uma delas se destaca das demais: refiro-me aos livros que herdou do seu pai. Ainda que parte da documentação do inventário do visconde do Rio Branco tenha sido identificado ao longo da pesquisa, algumas lacunas não permitem precisar todos os itens que Paranhos Júnior selecionou da biblioteca de seu pai.¹⁵ Contudo, por meio de dedicatórias e do ex-libris do visconde, é possível conhecer a maioria dos volumes incorporados à biblioteca do barão. Escolhas que parecem ter sido definidas pelos interesses de estudo mais do que pelo valor da obra. Aliás, se a situação financeira da família impunha a necessidade do leilão dos bens do Conselheiro Paranhos, não faria sentido ficar com os itens de maior valor.

Assim, Paranhos Júnior enriqueceu a sua coleção particular com as obras dos juristas Victor Alexis Désiré Dalloz e Samuel von Pufendorf, além dos livros do historiador e biógrafo francês Jean-Baptiste Capefigue e do trabalho sobre literatura brasileira de Ferdinand Wolf, o qual considerava pioneiro do gênero.¹⁶ O interesse pelo mencionado jurista alemão confirma-se ainda pela presença de uma gravura de von Pufendorf moldurada na casa de Rio Branco em Petrópolis. Esses exemplares não foram escolhidos para enfeitar estantes, muitos deles estão repletos da típica anotação de leitura do barão e ainda podem ser identificados entre as referências de seus textos.

Como é o caso da “Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras”, de Pereira Pinto, publicação de direito

15 Conforme estipulado em testamento pelo visconde do Rio Branco, seus herdeiros puderam escolher exemplares de sua biblioteca. Paranhos Júnior selecionou cinquenta volumes. Em outro artigo, ainda em andamento, faço uma análise mais detalhada desta coleção.

16 Trata-se da publicação “*Le Brésil littéraire*”, de Ferdinand Wolf, publicada em Berlim (1863). O comentário de Paranhos Júnior foi publicado no jornal A Nação (RJ), em 27/2/1874.

internacional com marcações e notas sobre *uti possidetis*, que, além de constar entre as referências da biografia do visconde escrita por seu filho em 1881, seria mencionado em um artigo publicado em 1906.¹⁷ Do mesmo modo, destaca-se o “*Apuntes para la historia de la Republica Oriental del Uruguay*”, de Antônio Deodoro Pascual, mencionado no “Episódios da guerra do Prata”, nos “Esboço biográfico do barão do Cerro Largo” e nos “Apontamentos para a história militar”, além de outros artigos de imprensa dedicados ao tema. A predileção pela história também justifica a escolha dos livros de Pierre-François-Xavier de Charlevoix e de Pedro Lozano sobre o Paraguai, ou ainda as publicações que tratam de aspectos das guerras ao sul.

É pela afeição ao pai que escolheu preservar alguns livros, como “O acordo de 20 de fevereiro”, que reúne os artigos publicados por José Feliciano de Castilho, em defesa do visconde, à ocasião da demissão de 1865. Ou ainda a coleção “Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e Senado” que, segundo consta em nota, foi organizada e publicada por Paranhos Júnior, em 1871.

O conjunto assinala a projeção do visconde na trajetória intelectual de seu filho, que, além de selecionar leituras, também escolheu lembranças que gostaria de guardar de seu pai. No volume “Constituição política do Império do Brasil”, o barão anotou na primeira folha de guarda: “Este exemplar da Constituição do Império e do Ato Adicional pertenceu ao visconde do Rio-Branco. Ele o tinha sempre consigo nos últimos anos de sua vida. Trazia-o sempre no bolso” (Fischer, [1945]b, v.1, p. 328). As notas evidenciam que não se tratava simplesmente de um livro, era um item pessoal carregado de outros significados.

Ainda que haja outros aspectos que complementam as informações sobre a formação da biblioteca particular de Rio Branco, cabe avançar sobre a contribuição dos exemplares para análise da produção intelectual do barão. Nesse sentido, destaca-se tanto a associação entre a coleção e as referências presentes nos textos que publicou, quanto as anotações presentes nos exemplares da coleção.¹⁸ Por ocasião das comemorações pelo centenário do nascimento do barão, em 1945, João Guilherme Fischer reuniu dados sobre todas as obras

17 Trata-se do artigo “Brasil, Estados Unidos e Monroísmo”, publicado sob pseudônimo J. Penn no *Jornal do Commercio* (RJ), em 12/05/1906.

18 Sobre esta última observação, vale destacar que, diante de restrições de acesso ao acervo no momento da pesquisa, a disponibilização dos manuscritos do levantamento realizado por João Guilherme Fischer viabilizou boa parte do trabalho. João Guilherme Fischer (1876-1952) pertencia aos quadros do Itamaraty, foi vice-cônsul em Cobija, Chile, em 1909; serviu no gabinete do Barão do Rio Branco até 1911; em Paris de 1911 a 1934, e no Itamaraty 1934-1944.

anotadas por Rio Branco pertencentes à CBRB. O levantamento foi consolidado no texto “Introdução às anotações do barão do Rio Branco”, em que contabiliza os apontamentos, além de notas e documentos colados e apensos, que identificou nos livros: “O presente trabalho resulta do estudo de 1157 obras de 966 autores, em cujas 1848 volumes foram anotadas 27.458 páginas, acrescidas de 594 notas coladas e mais 767 soltas” (Fischer, [1945]a, p. 1). Em três volumes intitulados “Os livros anotados pelo Barão do Rio Branco”, Jango Fischer oferece extratos das anotações do barão, assim como parte dos documentos preservados junto às obras. Por fim, ele organizou um volume com os índices dos livros anotados.¹⁹

Através deste levantamento e das informações compiladas, foi possível acessar dados importantes que permitem relacionar leituras, pesquisas e os textos que Rio Branco produziu. Dada a importância que a obra de Francisco A. de Varnhagen assume na formação e produção de Paranhos Júnior, vale destacar estas referências, sendo este um indicativo da utilização dessas obras. Entre os seus apontamentos, Fischer observa que centenas de páginas, dos nove títulos de Varnhagen presentes na CBRB, são acompanhadas pelas notas do barão. Dos quais o pesquisador destaca a “História das lutas dos holandeses no Brasil de 1624-1654”, livro que conta com mais de 230 páginas repletas de anotações, acrescidas de notas coladas ou costuradas. Questão ilustrada pela descrição das folhas de rosto e de guarda preenchidas com dados de pesquisa contendo, inclusive, informações biográficas, como as anotações referentes ao conde Bagnoli.

Correções e outros apontamentos complementares se estendem pelas volumosas notas. Por vezes, Rio Branco identifica as fontes utilizadas pelo historiador que não foram mencionadas por Varnhagen, como no trecho em que assinala “Tudo isto é cópia do resumo da carta de Nassau” (Fischer, [1945]b, v. 1, p. 32). Em outros casos, censura os dados utilizados pelo autor. A visão que Juca constrói do passado nacional é tributária dessas obras e, embora avance na pesquisa documental, é, em grande medida, orientada pelo mesmo método. As citações e ratificações apareceriam em maior quantidade após o aprofundamento dos estudos e pesquisas nas décadas de 1870 e 1880. Exemplos de como as referidas notas às obras de Francisco A. de Varnhagen se multiplicam nos exemplares da

19 O trabalho de Jango Fischer seria lançado como parte das publicações comemorativas de 1945, promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Esta edição estava prevista, inclusive, em um dos relatórios da comissão responsável pelas atividades daquele ano. Contudo, não há registro de que tenha sido efetivada. É possível que o volume expressivo tenha inviabilizado a publicação. Nos manuscritos de Jango Fischer, depositados na Biblioteca Histórica do Itamaraty, consta uma nota de doação datada de 17/09/1965, pouco mais de dez anos após a sua morte, em 1952.

CBRB, fornecendo importantes vestígios que contribuem para estudos dedicados aos textos produzidos por Rio Branco.

A predileção por personagens militares, assinalada pelos primeiros esboços biográficos que publicou, é reiterada pelo volume de estudos do gênero reunidos na sua biblioteca. Muitas dessas obras, repletas de marcações e anotações nas margens das páginas, carregam os registros de leitura do seu titular. A CBRB soma mais de cem títulos dedicados à história de vida de personagens, majoritariamente militares. Publicações, de características diversas, editadas em diferentes idiomas, variam entre biografias, escritos autobiográficos, galerias de homens ilustres, além de dicionários biográficos.

Entre os exemplares da sua biblioteca há uma incidência expressiva de títulos que reúnem notícias biográficas. Obras de referência que acompanhavam seus estudos, as quais complementava e atualizava com as informações que conseguia coligir. Os dicionários biográficos de Sacramento Blake e Inocêncio contam com algumas dessas ratificações. As biografias presentes na Revista do IHGB também figuram entre as leituras e referências utilizadas por Rio Branco. A seção dedicada à “biografia de varões ilustres” é acompanhada por marcações em diversos números. Vale ressaltar que a seleção de personagens “distintos por letras, armas e virtudes”, conforme impressa nas páginas da Revista, refletia o projeto do Instituto e, em muitos casos, mantinha seu olhar em um passado distante capaz de apaziguar as contestações recentes, diluindo indícios de ruptura e reforçando a continuidade e evitando possíveis constrangimentos com personagens ainda atuantes. O que reafirmava a proposta de uma identidade articulada por uma “retórica da nacionalidade” (Cezar, 2003, p. 75), onde a biografia é utilizada como recurso para elaboração de um passado comum que engloba personagens brasileiros e portugueses.

Por certo, as biografias se configuram como uma das frequentes formas de leitura sobre o passado que informavam o barão do Rio Branco. Personagens que ele acompanhou tanto nos textos biográficos quanto pelos documentos que coligiu em suas pesquisas de história militar. No artigo dedicado a Luís Barroso Pereira, recorre, pela primeira vez, ao elemento biográfico. Recurso que aparece mais desenvolvido no Esboço biográfico de José de Abreu, publicado, justamente, na Revista do IHGB. Já nas primeiras linhas fica evidente o perfil que Paranhos Júnior pretende ressaltar do seu personagem. Do mesmo modo, destacam-se os textos que redigiu sobre James Norton (1911) e o visconde do Rio Branco (1881),

além de verbetes biográficos publicados na *Grande Encyclopédie* francesa e necrológios divulgados em jornais da época.²⁰

Considerações Finais

Ainda que Rio Branco não tenha dedicado o mesmo esforço de Gustavo Capanema na sistematização do seu acervo, é marcante a preocupação em reunir e guardar. O volume expressivo das suas coleções exige fôlego e condiz com o perfil do grande erudito, aspecto da autoimagem trabalhada pelo barão e divulgada por seus contemporâneos e seguidores. Através dessas manifestações, as coleções se configuraram como exemplares do conhecimento alardeado em sua época e reiterado nas referências dos seus biógrafos.

No caso Capanema, a análise de Priscila Fraiz defende que o arquivo do ex-deputado se tornou o seu projeto autobiográfico, devido à sistematização a qual se dedicou na ordenação das fontes, tendo a escrita das suas memórias permanecido fragmentária em seus esboços. Nas coleções de Rio Branco, não há uma intenção manifesta de produção de memórias. Foi em razão dos projetos de história militar e diplomática, que reuniu o seu acervo.

O barão não se furtou em divulgar o conjunto que havia reunido, chegando a anunciar que possuía no seu arquivo particular, em Petrópolis, “preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888” (Rio Branco, 2012, v. 7, p. 121). Outras manifestações também contribuíram para aumentar as expectativas sobre o arquivo de Rio Branco. Se tornou célebre o comentário de seu amigo, Eduardo Prado, em que afirmava que o mundo de notas coligidas pelo barão permitiria que ele publicasse um livro que seria um “monumento de história do Brasil”. Isso porque, segundo Prado, o barão do Rio Branco teria sempre em alguma gaveta a última palavra sobre qualquer assunto brasileiro (Prado, 1897).

Sem concluir as prometidas histórias, o acervo se convertia na sua maior obra. Após a morte de Rio Branco, não tardou para surgirem publicações de manuscritos localizados nas gavetas do seu arquivo. Assim, foram divulgados textos na Revista Americana e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vale lembrar que entre esses inéditos constava a “História da Independência” de Francisco A. de Varnhagen, cujo manuscrito o barão detinha,

20 O necrológio do conde de Porto Alegre, publicado no jornal A Nação (RJ), em 1875, e de Eduardo Lemos, publicado no jornal *Le Brésil* (Paris) e traduzido pelo Jornal do Commercio (RJ), em 1884, exemplificam o caso.

pelo menos, desde 1889,²¹ e havia complementado com suas típicas anotações e comentários.

O aspecto fragmentário dos esboços de Capanema encontra certo paralelo no “mundo de notas” reunido por Rio Branco, e ambos demonstram o descompasso entre os projetos, as expectativas, o que cada um realizou e o que ficou inacabado. A escrita fragmentária típica das Efemérides ou das notas de rodapé, na revisão de trabalhos como das Histórias de Varnhagen e de Louis Schneider, juntamente com as anotações no seu arquivo e biblioteca, podem ser consideradas parte significativa da sua obra.

Não há valor de item que se justifique sem conhecer todo esse conjunto. Seja em Capanema ou Rio Branco, persistem histórias inacabadas, tanto das obras que se perderam na promessa dos titulares quanto nas possibilidades de leituras e escritas dedicadas às suas vidas. A apreciação do acervo a partir da proposta biográfica centrada na trajetória intelectual demonstra possibilidades de abordagem para além do escopo restrito ao perfil do homem de Estado.

Referências

À MEMÓRIA DO BARÃO DO RIO BRANCO VÃO SER HOJE PRESTADAS VÁRIAS HOMENAGENS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano 15, nº 6195, 10 fev. 1916, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=26878. Acesso em: 10 dez. 2024.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Catálogo do Arquivo Particular do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. **Catálogo do Fundo do barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro, 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. Publicações Técnicas, n. 55. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-33, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Ponto de Acesso**,

21 Francisco A. de Varnhagen faleceu em 1878 sem ter publicado a “História da Independência”. Não é possível precisar como e quando Rio Branco teve acesso aos manuscritos do historiador. Utilizo o ano de 1889 por ser a data em que o barão referenciou pela primeira vez a obra, constando remissivas nos textos que produziu, naquele ano, no âmbito da Exposição Universal de Paris.

Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4868>. Acesso em: 07 abr. 2024.

BELLOTTO, Heloisa. Arquivos Pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo com Terry Cook. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2063>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Comentários à palestra “Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de FHC”, proferida pela Prof. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo. **Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico**. Instituto Fernando Henrique Cardoso, 5 e 6 de novembro de 2007.

BESSONE, Tânia. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-192.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998, p. 43-58. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2071/1210>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CARVALHO, Elizabeth Santos de. **O barão do Rio Branco: histórias inacabadas**. 2024. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ), Rio de Janeiro, 2024.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. **Livro de tombo da coleção do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Itamaraty, 2001-2002.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil XIX. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3 jan.-jun. 2003.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 199-236.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

FISCHER, Jango. **Introdução às anotações do Barão do Rio Branco**. [Rio de Janeiro]: [s. n.], [1945]a.

FISCHER, Jango. **Os livros anotados pelo Barão do Rio Branco, v. 1**. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1945]b.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 11, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>. Acesso em: 07 jun. 2023.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos Pessoais e a escrita da História: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018, p. 97-120. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (biografia)**. 2. ed. Coleção Brasileira, vol. 325. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). **Relatório do Ministro das Relações Exteriores, 1913**. Disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/854-relacao-de-moveis-e-objetos-da-casa-do-barao-do-rio-branco-petropolis-1914>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PEREZ, Eliane (org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: FBN, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/publicacoes/guia-colecoes-divisao-manuscritos-fbn>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PRADO, Eduardo. O barão do Rio Branco. **Revista Moderna: arte e letras**, ano 1, n. 11, Paris, 15 dez. 1897, p. 333-336.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do. **Obras do barão do Rio Branco, v. 7**. Brasília: FUNAG, 2012.

ROMERO, Marcos. **Notícia histórica sobre a Biblioteca do Itamaraty**. [Rio de Janeiro]: Ministério das relações exteriores, Serviço de documentação, [1951].

SOUZA, Armando Brito de. **Catálogo da coleção Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: MRE. Divisão de Documentação. Biblioteca, 1962.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205.



Recebido em 10/02/2025
Aceito em 07/04/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56571

ARTIGO

Em torno do vigário Francisco Gonçalves Barroso: escravidão, solidariedade e trânsito para a liberdade (Porto Feliz, São Paulo, c.1863 - c. 1873)

On the vicar Francisco Gonçalves Barroso: slavery, solidarity, and
the path to freedom (Porto Feliz, São Paulo, c. 1863 - c. 1873)

Carlos Santos da Silva

Doutorando em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0002-0684-1321>

RESUMO: Este artigo objetiva analisar o crescente debate acerca da instituição da escravidão, da emancipação e da passagem para a liberdade na segunda metade do Oitocentos, no Império do Brasil. Utilizaremos a trajetória do vigário Francisco Gonçalves Barroso enquanto padre da paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz. Para tal, lançamos mão de um *corpus* documental variado: registros de batismo de escravos, ações de liberdade, inventários *post mortem* e jornais. Figura emblemática na região, transitou entre os nomes proeminentes da vila e foi fundamental para o processo de reformas ocorridas na cidade. No entanto, sua atuação política dinâmica foi preponderante para que se criasse ao seu redor uma rede de solidariedade aos escravos. Assim, não se trata de conhecer os sabores e dissabores vividos pelo pároco; sua biografia nos ajuda a mergulhar nos litígios acerca da legitimidade da sociedade escravista e do surgimento do abolicionismo no Brasil oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Trajetória. Liberdade.

ABSTRACT: This article aims to analyze the growing debate surrounding the institution of slavery, emancipation, and the transition to freedom in the second half of the 19th Century in the Empire of Brazil. We will examine the trajectory of Father Francisco Gonçalves Barroso, who served as the priest of the Nossa Senhora Mãe dos Homens parish in Porto Feliz. To achieve this, we draw upon a varied documentary corpus: baptismal records of slaves, freedom suits, post-mortem inventories, and newspapers. An emblematic figure in the region, he moved among the prominent names of the town and played a fundamental role in the reform processes that took place in the city. However, his dynamic political engagement was crucial in fostering

a network of solidarity with slaves around him. Thus, the focus is not on the personal triumphs and challenges experienced by the priest; rather, his biography provides insight into the disputes over the legitimacy of the slaveholding society and the emergence of abolitionism in 19th Century Brazil.

KEYWORDS: Slavery. Trajectory. Freedom.

O amor fraterno permaneça. Não vos esqueçais da hospitalidade, porque graças a ela alguns, sem saber, acolheram anjos. Lembrai-vos dos prisioneiros, como se fôsseis prisioneiros com eles, e dos maltratados, pois também vós tendes um corpo.
(Hebreus, cap. 13, ver. 1-3)

No dia 12 de abril de 1835, na freguesia de Cachoeira, às margens do Rio Paraguaçu, na Bahia, chegava ao mundo o menino Francisco Gonçalves Barroso. O futuro sacerdote só passou pela pia batismal após seis meses de seu nascimento, no dia 12 de outubro. Destarte, contrariando os ensinamentos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que estipulava o prazo de até 8 dias para os recém-nascidos serem batizados, estabelecendo, inclusive, uma multa de dez tostões para os pais que descumprissem (Vide, 2007, p. 14). Filho de pai homônimo e de Maria Rosa Barroso, enveredou-se pelo prestigioso caminho da vida clerical. Foi consagrado padre pelo seminário da Bahia no dia 14 de novembro de 1858 e capelão da Catedral da Bahia em 1859. Antes de assentar-se em Porto Feliz, o recém-pároco teve passagem pelo Rio de Janeiro. Assim, ainda no ano de 1859 foi instituído capelão interino da Casa de Correção e vice-reitor do Seminário Episcopal de São José no ano de 1860 (Barroso, Anno XXXVI, n. 10.095, 1890, p. 1).

Francisco Gonçalves Barroso deu início ao seu sacerdócio à frente da paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, efetivamente, em fevereiro de 1863. Sabemos disso porque ao consultar os registros de batismos da cidade, encontramos uma nota do reverendo informando ter tomado “posse da paróquia de Porto Feliz no dia 15 de fevereiro de 1863. E só daí em diante [foi] responsável pelos assentos” (Registro de Batismo de Escravos, Livro 1 (1941-1864), ACDS, f273v). Com efeito, foi a partir deste momento que o reverendo iniciou seus serviços religiosos como vigário encomendado da cidade de Porto Feliz (Câmara Eclesiástica, Anno VIII, n. 2234, 1873, p. 2). Permaneceu no cargo, ao menos, até

1873.¹ Mas não desempenhou apenas um cargo religioso, foi uma personalidade influente na região e envolveu-se em conflitos políticos, religiosos, além de ter atuado como curador em interseção por escravos.² Todavia, não apenas esteve envolvido em conflitos, foi, igualmente, um homem de tamanho prestígio, afinal, o catolicismo ainda estava enraizado na sociedade, não à toa era a religião oficial do Império do Brasil

Tencionamos com este artigo utilizar a trajetória de Francisco Gonçalves Barroso em sua passagem por Porto Feliz enquanto cenário para refletirmos sobre os debates ocorridos na segunda metade do século XIX em torno dos projetos emancipacionistas, da força da instituição escravista e do surgimento do abolicionismo. Utilizaremos a técnica de cruzamento onomástico para seguir o nome do pároco em diferentes documentos e, portanto, percebê-lo agindo em contextos sociais diversos (Poni; Ginzburg, 1989, p. 173–174). Por meio de uma abordagem microscópica, pode-se apreender aspectos do vivido e das relações sociais dos agentes que seriam imperceptíveis em escala macro, o que demonstrou ser basilar para compreendermos a participação do vigário na luta (dos escravos) por liberdade em Porto Feliz na segunda metade oitocentista.

Para tal, compete um breve histórico sobre o cenário de atuação do pároco. A cidade de Porto Feliz foi fundada em torno da rota das monções, quando ainda se chamava Araritaguaba, no início do século XVIII. Sua economia girava em torno de serviços voltados aos monçoeiros, como a produção de canoas e alimentos, utilizando o trabalho cativo de indígenas, crioulos e africanos (Godoy, 2002). Em 1797, foi elevada a Vila Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz impulsionada por uma elite local escravista que havia estabelecido engenhos na região, sobretudo, devido ao processo de expansão açucareira em São Paulo. Ao longo do século XIX, houve crescimento demográfico tanto de livres quanto de escravos, inicialmente com maioria de cativos crioulos, mas posteriormente com predominância de africanos, em razão do acesso ao tráfico transatlântico. Em 1829, a vila contava com 9.609 habitantes, sendo 51,3% de cativos. O auge populacional ocorreu em 1836, com 11.293 habitantes (36,9% escravos), mas em 1843, a população caiu para 8.992, com 45,8% de cativos. A ascensão dos engenhos de açúcar levou à concentração de escravos nas mãos de grandes

1 Ano em que encontramos o último registro de batismo do padre. ACDS, Batismo de Escravos, Livro 2 (1871-1887), f7v; ACDS, Batismo de Livres, livro 9 (1873-1883), f6.

2 Este artigo utiliza os termos escritos nas fontes, portanto, termos de época, como “escravos”, “preto”, “crioulo” etc., porque fazem parte das disputas concernentes aos autos cíveis de liberdade e escravidão.

senhores, embora os pequenos senhores sempre tenham representado a maioria. Em 1829, os grandes senhores (com 21 ou mais escravos) correspondiam a 26,3% e detinham 70% dos cativos, enquanto os pequenos senhores (com 1 a 10 escravos) representavam 59,9%, mas concentravam apenas 14,8% da escravaria (Guedes, 2008, p. 45–135).

A paisagem social encontrada por Francisco Gonçalves Barroso era distinta. Porto Feliz já apresentava queda demográfica na primeira metade do século XIX – devido aos desmembramentos de Piracicaba (1824), Capivari (1832) e Pirapora (1842) –, acentuada após 1850: de 11.293 habitantes em 1836 para 8.992 em 1843 e, em 1854, apenas 4.437 (–50,7%), com 1.567 escravos, que ainda representavam 35,3% da população. Houve recuperação demográfica posterior, mas não para a população escrava: em 1874, eram 7.669 habitantes e 1.547 cativos (20,2%) (Guedes, 2009, p. 2). Os engenhos de açúcar perderam força com o declínio da cultura na região. Em meados da década de 1860, inseriu-se a cultura algodoeira que dividia espaço com outras, inclusive a açucareira. Havia engenhos com café, principal cultura da segunda metade do Oitocentos, mas nunca de forma exclusiva ou predominante – sempre coexistindo com outras culturas. Em Porto Feliz, o café nunca foi predominante. Os grandes senhores enfraqueceram. Entre 1860 e 1870, os pequenos senhores (1 a 9 escravos) representavam 90% dos senhores e concentravam 60% dos cativos, enquanto os grandes (20 ou mais) eram 3,3%, com 21,6% dos escravos. Entre 1871 e 1880, os pequenos senhores passaram a 91,7%, detendo 64% dos cativos, e apenas 2,6% tinham 20 ou mais escravos, concentrando 15,3% da escravaria³.

Antes de prosseguirmos, convém ressaltar que, ainda que o crescimento da população escrava tenha estagnado – essencialmente devido ao fim do tráfico transatlântico de cativos em 1850 e, aparentemente, ao fato de os senhores da região não terem tido acesso ao mercado interno de escravizados, ao menos não em grande escala –, não se pode negligenciar que nada menos do que 20,2% dos habitantes eram escravos em 1874, com uma ampla disseminação da posse escrava. As ações de liberdade e a atuação do vigário em prol da emancipação de cativos demonstram tanto o apego à escravidão na localidade quanto a ascensão de ideias emancipacionistas e abolicionistas contestatórias das sociedades escravistas.

³ A posse de escravos, para a primeira metade do século XIX, foi aferida por Guedes por meio das listas nominativas. Para a segunda metade do século, não há essa documentação disponível. Dessa forma, utilizamos os registros de batismos para estimar a posse escrava, tratando-se, portanto, de uma aproximação (Silva, 2021, p. 55–74).

Formação sacerdotal

Convém analisarmos sua formação sacerdotal e isto não se trata de mera formalidade biográfica. Expliquemo-nos melhor, o processo longo e disciplinado que desembocará na ordenação religiosa de um padre influencia, decerto, diretamente na construção de seu caráter, mas isso não significa que anula a personalidade do agente. Portanto, o que visamos encontrar em sua formação são defluências em relação ao trato com os mancípios⁴. Como foi observado, Francisco Barroso se sagrou padre pelo seminário da Bahia em 14 de novembro de 1858. Assim, temos que a data e a região em que ocorreu o seminário coincidem com o arcebispado de D. Romualdo Antônio de Seixas. Ora, quais ideias eram defendidas pelo arcebispo da Bahia? Quais foram os impactos dessas ideias no recente padre Barroso?

D. Romualdo Antônio de Seixas foi um importante arcebispo da Bahia entre os anos de 1828 e 1860. Além disso, tornou-se um dos precursores do ultramontanismo no Brasil.⁵ Entretanto, sua atuação não se limitou ao mundo religioso, tendo exercido atividade política e auxiliado na consolidação do Estado imperial brasileiro. Desta forma, compôs a Junta Governativa do Grão-Pará em 1821 e 1823. Atuou, ainda, como parlamentar em três períodos: 1826–1829, 1834–1837 e 1838–1841. Vê-se um desempenho efetivo tanto no parlamento quanto na promulgação de uma reforma empreendida na Igreja Católica no Brasil, no decurso do século XIX (Santos, 2014, p. 70–81).

Nascido na vila de Cametá, província do Pará, em 7 de fevereiro de 1787, Romualdo Antônio de Seixas fora adotado por seu tio D. Romualdo de Souza Coelho, que exerceu a função de bispo da diocese do Pará. Por conseguinte, estudou no Seminário Episcopal da diocese do Pará até completar 15 anos, quando então foi enviado para estudar no Real Hospício das Necessidades, dos Oratorianos, em Portugal. Instituição vinculada ao pensamento conservador da Igreja Católica. Não à toa, pois se tratava de entidade antagônica a vertente vigente na Universidade de Coimbra à época por conta das reformas pombalinas, que tinha como linha o anglicanismo⁶ (Santos, 2014, p. 20–33).

4 O termo “mancípio” é utilizado neste texto para se referir ao indivíduo que não é livre, ou seja, que está na condição de escravo. Como recurso literário, para evitar o uso excessivo da palavra escravos, optamos por empregar mancípios e cativos como sinônimos ao longo do texto.

5 É uma vertente católica que tem na figura do pontífice e do modelo eclesiástico tridentino sua principal referência. O conservadorismo era uma das principais características, e situava-se contra os ideais “liberais, iluministas e socialistas” – entre aspas, pois não era incomum encontrar padres e papas que mesclavam as ideias conservadoras e liberais (Coelho, 2016, p. 15–22).

6 Vertente católica, advinda da França, que advogava uma maior independência dos sacerdotes em relação à Roma. Os bispos e os concílios deveriam se constituir como a maior autoridade,

O comportamento do prelado pode nos indicar possíveis caminhos à compreensão da conduta do vigário Francisco Gonçalves Barroso, haja vista ter se formado pelo arcebispado da Bahia em sua gestão. Embora se possa observar a governança política e religiosa do arcebispo, o alto clérigo aduzia ser essencial o equilíbrio entre os poderes, isto é, as atividades políticas e litúrgicas não deveriam ser mescladas. Assim, assuntos relacionados ao Estado deveriam ser tratados pelo parlamento, enquanto os relativos ao âmbito religioso pela Igreja Católica (Santos, 2014, p. 96).

D. Romualdo Antônio de Seixas defendeu uma religiosidade ortodoxa, centralizada no papado, mas não apenas. Averso às crenças populares, empreendeu reformismo, intervindo nos costumes e na religiosidade popular baiana, alegando que deveriam voltar-se para o verdadeiro catolicismo. Diante deste cenário, travou conflitos com liberais em torno do celibato dos sacerdotes, tais como o padre Diogo Antônio Feijó, que se posicionava favorável ao casamento dos clérigos, inconcebível para o arcebispo baiano (Santos, 2014, p. 168). Ora, dado que o prelado estava imbuído de concepções conservadoras, tendo em conta sua aproximação com o ultramontanismo, teria influenciado no antiescravismo do vigário Francisco Gonçalves Barroso?

Como D. Romualdo Antônio de Seixas vislumbrava a instituição da escravidão? Embora fosse considerado conservador, devemos relativizar esse adjetivo, pois era um tanto quanto mais complexo do que este predicado deixa transparecer. Cabe frisar que toda forma de insubordinação era rechaçada pelo arcebispo, ainda que conduzida por mancípios porque julgava ser o próprio “Deus quem lhes destinou esta dura sorte que só Ele pode adoçar e que o suicídio, a revolta e outros crimes são condenados pela lei divina com eternos suplícios” (Santos, 2014, p. 120). Logo, aos escravos cabia a obediência e a fidelidade, sendo guiados pela sã doutrina cristã do catolicismo. Seria, assim, o prelado um defensor da ordem do escravismo brasileiro? O que o arcebispo pensava em relação ao tráfico atlântico de escravos africanos?

Em relação ao tráfico atlântico de africanos, o prelado envolveu-se em litígio político contra o deputado Cunha Matos. Ambos eram membros da Comissão de Diplomacia e Estatística, encarregada da convenção instituída entre o Império brasileiro e o Império britânico em 23 de novembro de 1826, com o intuito de extinguir o tráfico. Matos votou contra a extinção do tráfico, mas saiu

derrotado, enquanto o arcebispo foi um dos deputados que votaram pelo fim da prática. Seis meses após a votação, os deputados litigaram em torno do tráfico e da interferência britânica na questão (Santos, 2014, p. 120–127). Tais debates, decerto, não se limitavam ao âmbito religioso; eles representam a gênese de um debate jurídico frutífero que se estendeu por todo o século XIX, influenciado pelo humanismo, pelos debates sobre o direito civil e pelos livros jurídicos que fundamentavam as posições (Dias Paes, 2014). Assim, anteciparam-se discussões que se prolongariam anos depois, com a constituição do Instituto de Advogados Brasileiros (IAB), entre seus juristas, devido à ilegalidade do tráfico transatlântico após 1831 (Pena, 2005).

Segundo a cosmovisão de Matos, a escravidão e toda a sua estrutura, leia-se o tráfico negreiro e a utilização dos escravos, eram parte do direito natural. No entanto, o direito natural era compreendido enquanto direito social, “logo os direitos naturais eram deduzidos da necessidade de existência de uma dada sociedade” (Peixoto, 2012, p. 4-5). Para o deputado, o africano contribuía com o Brasil por intermédio do trabalho e, desta forma, escapava do bárbaro continente africano, sendo a miscigenação um processo de evolução. Outrossim, frisava que não existia nada nos preceitos do catolicismo contrário à escravidão, além da recomendação de que os escravos fossem bem tratados.

A intervenção de D. Romualdo Antônio de Seixas foi energicamente oposta aos pressupostos defendidos por seu colega de parlamento. Segundo o prelado, a instituição escravista e sua fonte de alimentação na América portuguesa/Brasil imperial, em outras palavras, o tráfico transatlântico de africanos, serviu apenas para intensificar a guerra no continente africano, não tendo nada de positivo porque só favoreceu o afastamento desses povos do cristianismo. Além disso, propôs substituir a mão de obra escrava pela de imigrantes europeus, pois estes eram tidos por ele como homens trabalhadores honestos. No entanto, diferentemente dos escravos advindos da África ou de seus descendentes, defendeu a inserção dos indígenas enquanto cidadãos integrados ao Império, naturalmente como cristãos (Santos, 2014, p. 124–126).

De mais a mais, envolveu-se em polêmica a respeito da nomeação de um vigário pardo, Celestino Euzébio da Assunção, filho de alforriados, nomeado vigário colado da vila de Camamu no dia 1 de agosto de 1840. No entanto, os membros das irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Assunção se opuseram à sua nomeação. Apesar de ser livre, pois nascera de pais já libertos, as irmandades alegaram o “defeito de cor”. Havia conflitos em torno de

sua condição de filho de ex-escravos, mesmo que estes já fossem libertos quando de seu nascimento. Conforme Larissa Freire, “mesmo tratando-se de um cidadão livre, pesava sobre sua pessoa o estigma de liberto” (Freire, 2012, p. 80). Ainda assim, não se pode desprezar sua mobilidade social por intermédio da Igreja, que o levou ao mais alto cargo do baixo clero – o de vigário colado. Outrossim, conforme Alex Costa, a população de Camamu “nos primeiros anos do Segundo Império (1840-1889) beirava 80% de pessoas livres, sendo que, desse conjunto, mais de 60% era composta por pretos e pardos” (Costa, 2018, p. 275). Não havia somente críticas; o pároco contava, também, com apoio.

Quanto à posição do arcebispo, mesmo sob ataques de opositores, D. Romualdo de Seixas aprovou a eleição do pároco e confirmou seu nome diante de dois outros padres concorrentes. Ora, se em sua visão a escravidão era uma espécie de castigo divino, ao menos a adoção do cristianismo pelos escravos, libertos ou livres descendentes de ex-escravos, para o arcebispo, parecia atenuar ou quiçá fazer desaparecer a “punição divina” (Santos, 2014, p. 127–129). Cabe frisar que, sendo participante da elite imperial, posicionar-se contra o tráfico de africanos não era nada desprezível.

Aliás, conservadorismo, ultramontanismo e antiescravismo não foram, necessariamente, excludentes. D. Antônio Ferreira Viçoso, arcebispo ultramontano de Mariana, Minas Gerais, entre 1844 e 1875, defendeu abertamente, por meio do jornal “Selecta Chatolica”, o fim da escravidão. Ainda assim, em sua vida, administrou serviços de escravos de instituições religiosas, além de ter herdado cativos. Todavia, não foram encontrados escravos em seu testamento. Segundo Ítalo Santirocchi e Manoel Martins, “era difícil manter-se imune a ela entre os anos de 1819 (quando Viçoso chegou ao Brasil) e 1875 (ano de sua morte)”. Assim, os autores concluem que “a eventual posse de escravos não diminui em nada seu empenho e seus ensinamentos contrários à escravidão” (Santirocchi; Martins, 2017, p. 213–218).

Decerto, o vigário Francisco Gonçalves Barroso foi influenciado, em sua formação, pelo zelo religioso e pelas ideias antiescravistas de D. Romualdo de Seixas. Contudo, o vigário Barroso avançou e agiu em um contexto de críticas muito mais contundentes contra a escravidão.

Parentesco espiritual

O vigário Gonçalves Barroso assinou o batismo de 479 escravos no período em que exerceu sua função como padre da Igreja local, mas não escreveu necessariamente os assentos porque dizia que para constar “mandei fazer este que assino”. 138 foram redigidos por um padre desconhecido e assinado pelo vigário, 70 por um padre autorizado para assinar em nome do vigário. Além disso, 46 escravos que passaram pela pia batismal foram consagrados por outros sacerdotes, mas com a benção de Francisco Gonçalves Barroso⁷ (Registro de Batismo de Escravos, Livro 1 (1831-1864); Livro 2 (1871-1887); Livro 9 Misto (1963-1872), ACDS). O leitor pode argumentar que esses dados são comuns ao exercício da função de um padre e, portanto, não indicam nenhuma relação do vigário com os escravos que participavam do ritual do batismo. Não está de todo errado, o batismo era, sem dúvida, parte da atividade de um sacerdote. Ademais, no Brasil de antanho, onde imperava uma sociedade escravista, era incumbência dos padres o batismo de livres e escravos. Mas, como veremos adiante, o vigário apadrinhou e atuou como curador de escravos em ações de liberdade. De mais a mais, ao realizar suas funções na Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz, o padre Barroso viu nascer e fez batizar vários bebês cativos. Também viu alforrias de pia, casamentos e, certamente, enterros e rituais fúnebres. Junto a outros padres, ele fez e deixou que se realizassem vários batismos e transcrições de registro de batismo nos livros destinados para tal fim. Igualmente, ele viu chegar a chamada Lei do Ventre Livre, e valeu-se dela, mas deixemos essa parte para seu tempo, pouco mais a frente.

Dito isto, faz-se necessário compreender melhor a importância do batismo em uma sociedade pautada nos valores do catolicismo. O batismo é o primeiro sacramento, ele é imprescindível para participar dos demais sacramentos. Segundo as Constituições Primeiras, trata-se da porta de entrada na Igreja Católica e do acesso ao reino dos céus, uma vez que, sem o batismo, não há perdão dos pecados e, conseqüentemente, não há salvação. Outrossim, ao passar pelo rito batismal, o fiel torna-se filho adotivo de Deus e herdeiro de sua glória (Vide, 2007, p. 12–14). Ora, convém ressaltar que tais ensinamentos não soavam como meras palavras para a sociedade brasileira do Oitocentos, uma vez que o catolicismo não apenas era a religião oficial, como estava enraizado na sociedade imperial brasileira.

⁷ Na condição de vigário encomendado da paróquia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz, decerto Francisco Gonçalves Barroso acumulava muitos compromissos. Assim, o vigário delegava a padres subordinados a tarefa de realizar os batismos em sua ausência.

Cumprе ressaltar a importância do parentesco espiritual, legitimado pelas Constituições. Segundo Silvia Brugger, “foi, a partir do século IX, que este sacramento – instituído, segundo a narrativa bíblica, por João Batista, no Rio Jordão – passou a contar com a presença necessária de padrinhos” (Brugger, 2007, p. 283). Segundo as Constituições, os padrinhos poderiam ser escolhidos pelo pai, mãe ou o responsável pela criança; já os batizando adultos (livres) tinham livre escolha. Os padrinhos se tornavam pais espirituais responsáveis por ensinar a doutrina cristã, por conseguinte originava impedimento de matrimônio entre os padrinhos e seus afilhados (Vide, 2007, p. 26–27). Os vínculos espiritual e social com o batizando ampliavam suas alianças e laços familiares. Ou seja, o que estava em jogo no compadrio era mais que um ritual litúrgico.

A princípio estamos tratando dos laços compadrescos de livres, mas os escravos também estavam inseridos, sobretudo na sociedade escravista da América portuguesa/Brasil imperial, o que diferenciava do padrão estabelecido no sul estadunidense (Tannebaum, 1968). Os escravos adultos deveriam estar instruídos nos ensinamentos da fé Católica. As crianças escravas, se não fossem batizadas e possuísem sete anos ou mais, também não deveriam ser sacramentadas sem o consentimento. Se as crianças fossem filhos de infiéis, seus senhores deveriam separá-los dos pais após completar os sete anos e ensiná-los o evangelho, para que assim fosse possível convertê-los e batizá-los (Vide, 2007, p. 18–23). Isto requeria pais espirituais.

A legislação canônica amplamente adotada demonstra a sua importância para os escravos no Brasil colonial/imperial. Diferentemente dos laços consanguíneos, o apadrinhamento era uma escolha essencial para as expectativas dos escravos, podendo incluí-los em uma rede de proteção diante de eventual conflito com o seu senhor e de solidariedades na busca pela liberdade.

Assim, o compadresco como aliança religiosa e social permaneceu até fins do Império do Brasil, mas remontam ao período colonial. Gudeman e Schwartz são considerados pioneiros nos estudos sobre o compadrio escravo no Brasil por conta de um artigo publicado em 1988. Desde então, a historiografia se empenhou em analisar compadrios via assentos de batismo (Gudeman; Schwartz, 1988). De modo geral, podemos pontuar algumas das principais conclusões das pesquisas sobre compadrio, sendo a maioria direcionada aos escravos: as escolhas de compadres e comadres poderiam ser na horizontal e vertical, cativos escolhiam compadres do mesmo plantel ou de outros senhores, mas também forros, pobres etc. As escolhas formavam redes de sociabilidade e de proteção (Bacellar, 2011).

O compadrio entre os escravos em uma sociedade católica não seguia apenas uma lógica. Os escravos até podiam escolher os padrinhos de seus filhos; no entanto, suas escolhas poderiam não ir de encontro à vontade senhorial. Destarte, no caso de um senhor selecionado pelos mancípios não possuir bom relacionamento com o senhor do escravo, desautorizava-se o compadresco. Apesar de ser raro o apadrinhamento de cativos pelos próprios senhores, não era incomum que esta tarefa fosse cumprida por seus filhos ou parentes. Não obstante, o compadrio poderia ampliar e fortalecer os laços entre os escravos e, concomitantemente, marcar uma hierarquia entre eles e estender suas redes de sociabilidade entre livres e alforriados (Ferreira; Guedes, 2020).

O vigário Francisco Gonçalves Barroso não apenas batizou escravos por aspectos inerentes a função de pároco, mas também foi a escolha de ao menos dez mães escravas ou de senhores, se admitirmos que eles tinham certo controle sobre as escolhas dos padrinhos. Sendo assim, Francisco teceu alianças não somente com os pais dos batizados e seus afilhados, mas também com os senhores dos mancípios. Ora, “não há razão para se considerar que a cerimônia lhe era [ao senhor] totalmente indiferente” (Bacellar, 2011, p. 4).

A escolha de um padre em uma sociedade onde a moral católica predominava não era uma contradição, nem avessa aos valores escravistas. Assim sendo, a aceitação de um vigário por ambas as partes envolvidas – senhores e escravos – expressava a mais profunda normalidade. No entanto, ainda que refletisse um costume comum, uma vez que os batismos realizados pelos párocos não foram exceções, na letra fria da lei era proibido pelas Constituições Primeiras, que impediam o apadrinhamento por padres (Vide, 2007, p. 26). Logo, embora esse quesito fosse frequentemente descumprido, apadrinhar cativos foi uma decisão de Francisco Gonçalves Barroso.

Quadro 1

*Relações de Escravos apadrinhados pelo Vigário Francisco Gonçalves Barroso
– Porto Feliz – 1864 – 1873⁸*

Ano	Batizando	Sexo	Pai	Mãe	Senhor do batizando	Madrinha
1864	Antero	M	Sebastião	Justa	Antônio Fernandes Camargo	D. Adelaide Maria Camargo
1865	Januário	M	Incógnito	Luísa	D. Carlota	D. Gertrudes Correa Leite
1865	Roberta	F	Incógnito	Felícia	Antônio Luís Coelho	C. Carolina Vicência Kuns
1867	Francisco	M	Incógnito	Joaquina	D. Luísa Prates Oliveira	Amélia Maria Mendonça
1869	Alfredo	M	Incógnito	Lídia	Dulcelina Arruda Camargo	D. Ana Inocência Camargo
1870	Francisco	M	Incógnito	Joana	D. Ana Joaquina Moraes	N. S. Mãe dos Homens
1871	Marcílio	M	Incógnito	Justina	D. Bernardina Cândida	Virgínia Augusta Camargo
1871	Bernardino	M	Daniel	Fausta	Luís Teixeira Fonseca	Cândida Romualda
1872	Emídio	M	Francisco	Felícia	Tenente Luís Antônio Carvalho	D. Maria Núncia Rodrigues
1873	João	M	Incógnito	Ricarda	D. Ana Joaquina Marins	Joaquina Fernandes [ilegível]

ACDS, Batismo de Escravos, Livro 1 (1831-1864); Livro 2 (1871-1887); Livro 9 Misto (1863-1872).

O vigário Francisco Gonçalves Barroso batizou dez crianças cativas filhas de dez mães diferentes, todas escravas de senhores distintos. Da mesma forma, compareceu à pia batismal nove senhoras diferentes para acompanhá-lo como comadres, e uma Santa. Das dez crianças apadrinhadas pelo vigário, apenas três tiveram o pai registrado, 70% eram filhos de pais incógnitos (Quadro 1). Esses dados demonstram a amplitude das relações do padre na cidade de Porto Feliz. Pois dez senhores escolheram o vigário como padrinho ou aceitaram as opções de seus cativos, assim como dez mães e três pais escravos requereram o pároco para o pai espiritual de seus rebentos. Para sete das dez crianças o padre era o único pai espiritual. Agregando todos os batismos, o padre se envolveu em uma rede, sendo ele próprio o nó central, com 42 pessoas, e uma santa, incluindo crianças que unem os adultos, pais, mães, senhores e madrinhas. O padre deu seu nome a dois afilhados.

⁸ **REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS.** Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba, Livro 1 (1831-1864), f. 292v; Livro 2 (1871-1887), f. 1, 2, 95; Livro 9 Misto (1863-1872), f. 79v, 82, 102v, 117, 124, 132 (ACDS, Sorocaba, SP).

Na perspectiva dos escravos, a escolha do padre como pai espiritual de seus filhos era uma escolha vertical, sem sombra de dúvidas, visto que ser vigário paroquial, para além do prestígio social, era uma função que exigia constante contato com distintos setores da sociedade. Isto posto, queremos sublinhar que a escolha de um padre para apadrinhar seus filhos poderia também significar um risco, pois implicava relações de solidariedade estabelecidas a longo prazo; ademais, um padre nem sempre se fixava até o fim de sua vida em apenas uma paróquia, sobretudo na condição de vigário encomendado. Se o padre fosse deslocado para uma província ou cidade distante, o afilhado perderia com isso o laço de proteção de seu pai espiritual. Todavia, ainda que o amparo presencial do padre fosse perdido, sua força moral e simbólica permaneceria, assim como sua rede em prol da liberdade, como veremos.

Prestígios e conflitos na comunidade

Em 9 de dezembro de 1872, o vigário Barroso foi homenageado nas páginas do jornal “A Reforma: Órgão Democrático (RJ)”. O nobre motivo da homenagem era que chegava ao fim o ano letivo do colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz, fundado pelo pároco. Estavam em seu primeiro ano e o relato é deveras interessante:

Maravilhou-nos o estado de adiantamento de meninos, que em menos de dez meses de estudos fizeram bonitos exames de português, catecismo, latim, francês e geografia. [...] A tarde fizeram os alunos um passeio pelas ruas da cidade, com uma banda de música a frente. A noite assistimos ainda no colégio a uma cerimônia simples, mas tocante. Aí, em uma das salas do estabelecimento, achava-se armado em altar com a imagem de Nossa Senhora, padroeira do colégio. Nessa ocasião executou-se o hino a ela dedicado, no qual tomaram parte alguns alunos do colégio. Comoveu-nos o espetáculo daqueles ainda infantes cultores das letras e da música, virem coroar aquela festa das virgens as homenagens de seu talento! (Nemo, Anno IV, n. 294, 1872, p. 3)

Ora, se por um lado o fato de apadrinhar e exercer a função de curador dos escravos nas causas de liberdade poderia criar inimizades, por outro a fundação de um colégio, certamente, atraiu bons olhos da elite local. O relato demonstra o orgulho de ter seus jovens aprendendo geografia, português, francês e latim. O ensino religioso do catecismo juntamente com o hino dedicado à Nossa Senhora Mãe dos Homens encerrava o espetáculo. Assim, o relato segue orgulhoso do ensino laico vinculado ao ensino religioso, uma vez que o futuro, por conta da educação, seria primoroso e “oxalá que outros municípios pudessem contar em seu seio estabelecimentos de educação, como o que hoje felizmente conta Porto Feliz!” (Nemo, Anno IV, n. 294, 1872, p. 3).

Porém, cinco anos antes, em 5 de abril de 1867, o padre entrava em ação em favor dos menos favorecidos. Desta feita, estava dedicado a aprovar um projeto em prol dos morféticos. Segundo o vigário, o projeto era necessário em decorrência do estado de miséria e abandono em que viviam, jogados em todas as partes da cidade. Era por intermédio de esmolas que os morféticos conseguiam sobreviver, viviam em concubinos, embriagados, deixados a todos os tipos de vícios existentes. O vigário não se exime de apontar os responsáveis:

o barbarismo de muitos senhores em libertar os seus escravos, quando morféticos, para livrar-se de sustentá-los, não pesando-lhes na consciência o mal que fazem com isso à sociedade; a vida errante dos morféticos para os quais parece que não há Deus nem religião, pois que são privados da palavra divina, dos sacramentos e de todo o estímulo para o bem (Barroso, Anno II, n. 497, 1867, p. 2).

Segundo a denúncia, os senhores não eram apenas bárbaros, mas também prejudicavam a sociedade. Para além dos problemas de vadiagem, já mencionados, o descaso com os morféticos atingia localidades próximas. Portanto, era necessário o cuidado com seus enfermos, repartindo entre as localidades a responsabilidade, para fazer desaparecer das ruas todo infortúnio causado pelos morféticos, além de restituir “aos infelizes que a sofrem o direito que têm sobre o pasto espiritual” (Barroso, Anno II, n. 497, 1867, p. 2). A espiritualidade era um fator importante para o vigário, que correspondia, por exemplo, com a Lei n.º 41, de 04 de abril de 1865, que instituía as “instruções a respeito do asilo de morféticos da cidade de Itu”. No Art. 7.º informa que o “ecônomo fará diligência de instruir os morféticos na doutrina cristã” (Brasil, Lei n.º 41, 1865). Preocupação presente no pároco de Porto Feliz.

As bases para o projeto compreendiam todas as cidades e vilas próximas. O pároco sugere a cobrança de um imposto anual de 2\$000 réis sobre todos os maiores de 20 anos, o que considerava insignificante porque despendiam mais com esmolas por consternação ou medo de punição divina com a mesma enfermidade. Mas o vigário vai além e propõe uma multa de 400\$000 réis para os senhores que insistissem em abandonar seus mancípios. Mais ainda, a arrecadação dos impostos ficaria a cargo dos coletores que os entregariam a uma comissão em que o pároco fizesse parte. Este detalhe é bastante importante porque o padre era peça fundamental em todo o trabalho. Além do sustento físico, seria o responsável pelo sustento espiritual. Segundo o vigário Francisco Gonçalves Barroso, a “comissão feita pelo governo da província será imperfeita, senão compreender o pároco,

pois que é ele, pelo seu caráter, o defensor nato dos pobres” (Barroso, Anno II n. 497, 1867, p. 2).

Com efeito, o padre se via como defensor espiritual e material de pobres, leprosos e escravos, ou de uma combinação deles nas mesmas pessoas. Mas a pobreza também poderia ser espiritual. Como vimos, o tutor do padre ainda justificava a escravidão pelo pecado, como punição divina. Ao se definir como defensor dos pobres, em 1867, ano em que batizou o escravo Francisco, filho da escrava Joaquina, o padre demonstra que a sua participação nas causas de liberdade dos escravos, exercendo a função de curador, não foi coincidência. A sua atuação, se considerarmos o seu argumento de defensor dos pobres devido à função sacerdotal exercida, revela que, ao menos para o padre, o evangelho de Jesus Cristo era o motivo, era a sua missão, seu fardo, a sua cruz. Naturalmente.

Embora o vigário estivesse constantemente comprometido com demandas sociais, estas não se deram em detrimento de assuntos religiosos, sobretudo em relação a temas que diziam respeito aos valores tradicionais da Igreja Católica, fruto, decerto, de sua formação no bispado baiano advindo de D. Romualdo Antônio de Seixas. Quiçá inspirado em seu tutor, utilizou-se da imprensa e, através do periódico “O Apostolo”, entrou em contenda para defender D. Francisco Aires em polêmica ocorrida em Recife. Cabe sublinhar que D. Romualdo também utilizou os artigos em jornais para defender suas convicções (Santos, 2014, p. 144–157).

No ano de 1869, D. Francisco Cardoso Aires suscitou querelas ao proibir que José Inácio de Abreu e Lima, também conhecido como o “General das Massas”, fosse sepultado no cemitério público de Recife. Entre os motivos para a atitude do prelado estava que José de Abreu teria defendido a distribuição de bíblias protestantes – consideradas falsas por divergências encontradas no cabeçalho dos títulos – a contragosto do cônego Joaquim Pinto de Campos, acarretando desavenças com o clero. Como mesmo em seus últimos dias se negou a se arrepender de tal atitude, lhe fora negado o sepultamento eclesiástico. À vista disso, Lima foi sepultado no Cemitério dos Ingleses (Cavalcanti, 2009, p. 203; Rodrigues, 2008, p. 27–30).

Assim, Francisco Gonçalves Barroso saiu em defesa de Aires em artigo publicado no jornal “O Apostolo”. O litígio era contra o bacharel Henrique do Rego Barros, que defendera o general Lima por meio de críticas contundentes ao prelado recifense. Segundo o vigário de Porto Feliz, era parte da missão dos sacerdotes a instrução dos povos, mas se em tempos primitivos a ignorância era

decorrência do judaísmo e do paganismo, atualmente (século XIX) se apresenta de forma mais sofisticada. De acordo com o vigário,

hoje é a ignorância, como no século XVI, mais pretensiosa. Ela cobre-se de títulos pomposos, acompanha-se de cortejo social, e, o que é pior, enche-se de orgulhosa contumácia. Lastimamos, contudo, que dá ortodoxa faculdade do Recife saísse um bacharel para sustentar absurdos contra a disciplina da Igreja Católica e contra um distinto, ilustrado e virtuoso prelado, qual é o Exm. Sr. Dr. Francisco Cardoso Ayres. É certo que os tempos mudam-se, e com eles os bons costumes (Barroso, Anno IV, n. 17, 1869, p. 134–135).

Nas palavras do vigário, a disciplina da Igreja Católica era inquestionável. Além disso, na perspectiva do pároco, tratava-se de um absurdo que um bacharel, advindo de uma instituição ortodoxa, se voltasse contra a decisão do prelado. Assim, em sua visão, era direito legitimado do diocesano negar sepultamento eclesiástico àqueles que não falecessem no Senhor (Jesus). Era o caso de Lima, de acordo com Barroso, porque já enfermo, negou-se a retratar-se com Joaquim Pinto de Campos, mesmo a pedido do diocesano. As palavras do vigário eram pesadas, e por vezes sarcásticas. Assim, o pároco de Porto Feliz faz a seguinte crítica ao ilustre bacharel:

como achar-se coerência nas ideias religiosas do ilustre bacharel, se ele só excetua da discussão dois dogmas católicos - existência de Deus e a imortalidade da alma [...] Talvez que o desejo de reputação a todo o transe levasse o desconhecido e ilustre bacharel a proceder desta maneira, estribando-se na fofice de um nome de família, que não pode recomendar sempre a qualquer indivíduo, máxime se é ele incapaz de pensar com acerto. A não admitir-se a hipótese acima, o que fica sendo o escrito do ilustre bacharel? Um acervo de disparates, ditos em tom magistral, sem merecimento algum. É o que pensamos acerca do escrito do Sr. Henrique do Rego Barros, que analisamos por mera diversão. Porquanto a nenhum católico instruído terá abalado em suas crenças (Barroso, Anno IV, n. 17, 1869, p. 134–135).

Não obstante estivesse residindo em Porto Feliz em 1869, ano do embate com o bacharel, o pároco não se furtou em entrar em debate com o que estava ocorrendo em Recife. A utilização dos jornais, o ânimo para o debate público e a inclinação à educação escolar fundamentada nos preceitos da Igreja Católica, evidenciam que o vigário absorveu os ensinamentos de D. Romualdo Antônio de Seixas. Mais ainda, manteve-se fiel aos dogmas Católicos, tal como o prelado lhe ensinou. A própria utilização de artigos escritos em jornais, certamente foi uma inspiração no arcebispo baiano, uma vez que D. Romualdo utilizou o jornal “O Noticiador Católico” para combater o que ele entendia como “má imprensa”, bem como o catolicismo popular – também malvisto por Francisco Barroso – e as ideias liberais (Santos, 2014, p. 262–269). Entretanto, o liberalismo foi evocado

pelo vigário. Ora, se o pároco aguerrido de Porto Feliz se intrometeu em uma polêmica em Recife, também cultivou inimigos em Porto Feliz.

Ainda quando estava bem recente enquanto vigário de Porto Feliz, em fins do ano de 1864, precisamente em 23 de outubro, iniciava-se um conflito bem intenso que se deu por meio de artigos escritos em jornais. Mas não principiou por intermédio do vigário. Tratava-se de artigo escrito por um anônimo, nomeado “um devoto” de Pirapora, que questionava um sermão do vigário proferido em razão da festa do Espírito Santo. O devoto indagava a premissa do sermão que considerava ter afirmado que a verdadeira felicidade não estava nas riquezas e prazeres da vida. É interessante observar o incômodo causado pela dicotomia riqueza/felicidade. Segundo o devoto,

O orador [vigário Francisco Gonçalves Barroso] querendo demonstrar, que não é na riqueza e prazeres, que se acha a verdadeira felicidade aduziu exemplos de Salomão, e Balthazar; julgamos, que claudicou, porquanto segundo nos reza a história, Salomão foi um rei sábio, e que reinando quarenta anos soube manter no seu estado, uma paz constante, celebrizando-se pelo incremento, que deu ao comércio e cultura das artes. A sua infidelidade para com Deus ou antes a sua desgraça, data da velhice, consequência não da riqueza, mas da idolatria [...] Reconhecemos com o orador, que a verdadeira felicidade consiste no amor da criatura para com o Criador, baseado na prática dos mandamentos; mas, apartamo-nos de sua autorizada doutrina, de que é inconciliável essa felicidade com a riqueza. [...] Lembramos ao orador, o jovem muito rico, de que nos diz S. Matheus no seu Evangelho-cap.10 v.16 (Um Devoto, n. 2528, 1864, p. 3).

O devoto teve em vista refutar teologicamente os argumentos do vigário e sublinhar que não há incompatibilidade entre riqueza e o cristianismo. A princípio o motivo do incômodo nos parece ser somente o tema do sermão do pároco, mas outro trecho do artigo dá a entender certo desconforto com a própria figura do padre Francisco Barroso. O devoto informa que recebe com humildade as verdades advindas do discurso do pároco, “porquanto trazem sempre o cunho da perfeição ou antes da persuasão, cumpre acreditá-las, e nunca discuti-las, mormente quanto transmitidas por luzeiras da ciência teológica” (Um Devoto, n. 2528, 1864, p. 3). O devoto não acreditou nas palavras do sermão sem questioná-las, ao contrário, pois ao escrever um texto e contradizer o vigário, trouxe a discussão para o debate público, dado que o artigo não ficaria sem resposta.

A resposta veio três semanas depois, no dia 13 de novembro de 1864, através do artigo intitulado “Ao devoto de Pirapora”, publicado, igualmente, pelo jornal “Correio Paulistano”:

Que devoto **perverso**?! Onde foi que eu disse tal parvoíce? VMC., senhor Devoto, é bem visionário. Eu dou-lhe licença para reproduzir o trecho do - meu- discurso, em que vmc. achou essa proposição; e se o não fizer, consinta que lhe chame-pela primeira vez - **Devoto da**

mentira. Sobre a aplicação da riqueza é que eu <talvez> me aparte um pouco do seu modo de pensar; porque tenho gravado em meu espírito esta máxima da Bíblia: **o que dá ao pobre empresta com juro ao Senhor; e o senhor lhe dará a paga da sua boa obra** (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864a, p. 2. Grifos nossos).

A resposta do vigário é interessantíssima pela explícita hostilidade; é verdade que o texto do devoto contém críticas incisivas, mas a faz com certas sutilezas, dispensadas pelo pároco de Porto Feliz. Ainda acerca da riqueza, o devoto alega que a velhice de Salomão e a consequente idolatria foram as causas de sua infidelidade, e não a riqueza. O vigário, ironicamente, recomenda aos gramáticos analisarem o “penúltimo período, por ser a velhice – segundo o devoto – consequência da idolatria!” (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864a, p. 2). Segue advertindo que se a velhice interfere em nossas ações, todos os velhos estariam, dessa forma, livres da sentença de Jesus Cristo.

O vigário Francisco Gonçalves Barroso finaliza o artigo convidando o devoto a se apresentar, pois do contrário não o responderia mais. Obviamente não o faz com tanta fineza porque ao retrucar uma afirmação do devoto de que não devemos confundir “preceito com conselho”, o pároco informa dispensar tal ensino, pois não seria possível “aprender a doutrina de um mascarado; tire a máscara do anônimo, e me achará na estacada pronto para lhe mostrar que não o temo” (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864b, p. 2). Na verdade, o devoto também era um padre e ao respondê-lo o vigário de Porto Feliz deixa ver características de sua personalidade.

O debate é longo e marcado por discussões ríspidas. O devoto era o reverendo Francisco da Costa Araújo Mello e todo embate foi principiado por uma carta do Mello que o vigário Francisco Gonçalves Barroso não teria respondido. Segundo o pároco de Porto Feliz, apesar de ter escrito uma resposta e enviado por mãos de José Dias, Francisco Mello não foi encontrado, por conta de estar em São Paulo. Estando em poder da carta novamente, o vigário, com a benção do “padre mestre João Paulo, de Itu,” resolveu guardá-la, pois não era “uma questão para a glória de Deus” (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864b, p. 2).

O motivo teológico por trás de todo o litígio era na verdade que o reverendo Mello acreditava que o vigário Francisco fosse partidário da doutrina da predestinação. Apesar de aparentar um debate simples, portanto sem necessidade de animosidade, o texto do padre Francisco Mello pressupõe que o vigário Francisco Barroso advogava a predestinação absoluta. Na concepção da “predestinação irrestrita”, a salvação é fruto pura e simplesmente da escolha de

Deus, independentemente de méritos individuais, sem a necessidade de boas obras ou de qualquer ação humana. Por outro lado, os que negam essa doutrina sublinham os atos meritórios, isto é, a salvação depende do esforço individual, das ações humanas e da fé e obediência aos mandamentos de Deus. Portanto, a salvação é alcançada a partir desses preceitos. Por consequência, o padre Mello teceu críticas incisivas aos defensores da predestinação irrestrita. Em carta escrita ao vigário Barroso, Mello afirmou ser a predestinação fruto de atos meritórios, e “se do seio do catolicismo tem surgido opiniões opostas, atribuo a erros da inteligência, que se esforça por sobrepujar o que não lhe é dado compreender” (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864b, p. 2).

Antes de responder à carta do reverendo Francisco da Costa Araújo Mello, o vigário Francisco Gonçalves Barroso – que, ao descobrir tratar-se de outro clérigo, preferiu amenizar os ânimos para não dar munção aos inimigos da Igreja – resolveu deixar a sutileza novamente de lado. Ao observar um deslize ortográfico de Araújo Mello, o vigário escreveu desejar “saber se quem escreve assim sabe gramática portuguesa, – tem conhecimento da lógica, – e finalmente fé”. Em apenas uma frase questionou o conhecimento gramático, a inteligência e a fé de seu colega de púlpito. Em relação a predestinação alegou serem os predestinados conhecidos nos céus. Contudo, seus nomes são desconhecidos na terra. Desta forma, somente a perseverança na fé e a prática das boas obras levariam a predestinação, isto é, os atos meritórios (Barroso, Anno XI, n. 2543, 1864b, p. 2).

O debate rendeu mais três artigos no “Correio Paulistano”: um informe solicitado por Francisco Gonçalves Barroso em que solicitava ao redator que apresentasse a assinatura da carta para que comprovasse os erros gramaticais (Barroso, Anno XII, n. 2593, 1865a, p. 2); o artigo publicado pelo reverendo de Pirapora, intitulado “Terminante resposta ao Sr. Padre Francisco Gonçalves Barroso” (Mello, Anno XII, n. 2593, 1865, p.2-3); e, por fim, o último artigo publicado pelo vigário de Porto Feliz com o título de “Necrologia: por ocasião do passamento literário do devoto de Pirapora, sepultado na <terminante> aos 4 de janeiro de 1865” (Barroso, Anno XII, n. 2604, 1865, p. 2).

Evidentemente o padre Barroso não cultivou apenas inimigos políticos ou eclesiásticos. Encontramos nas páginas dos jornais sua participação ativa em prol de melhorias para a cidade de Porto Feliz, bem como elogios e agradecimentos a ele direcionados. Valeu-se de requerimentos para efetuar reparos nas torres da matriz (Barroso; Moraes, Anno X, n. 2262, 1863, p. 2); utilizou a imprensa

para agradecer publicamente ao presidente da província o dinheiro para as obras realizadas na Igreja matriz (Barroso; Carvalho, Anno XI, n. 2465, 1864a, p. 2), recomendou os serviços do Sr. João Batista Alves, responsável pelas obras das torres, por, “além de ser consumado no ofício de carpinteiro”, conhecer “perfeitamente o de pedreiro” (Barroso; Carvalho, Anno XI, n. 2517, 1864b, p. 3); agradeceu, elogiou e manteve boas relações com os piraporanos (Barroso, Anno XII, n. 2721, 1865c, p. 1), cobrou o conserto da estrada que ligava Porto Feliz com Sorocaba (Expediente da Presidência, Anno XIII, n. [ilegível], 1866, p. 1). O vigário utilizou-se bastante do recurso jornalístico, seja para responder enfaticamente seus inimigos, ou para estabelecer relações afetivas com seus paroquianos, eclesiásticos e figuras importantes na cidade. Além de prestar contas de doações e/ou cobrar das autoridades serviços para o bem de Porto Feliz.

Ademais, foi elogiado pela reforma do cemitério público de Porto Feliz (O Viajante, Anno XII, n. 2646, 1865, p. 3). Seu sobrinho, que foi voluntário na guerra do Paraguai, foi recepcionado por figuras importantes da cidade que sublinhavam o parentesco com o vigário Francisco Gonçalves Barroso (Porto-Feliz, Anno V, n. 1402, 1870, p. 3), sendo inclusive festejado em Itu (Barroso, Anno V, n. 1418, 1870, p. 2). Se aventurou no mundo da política ao lado de figuras liberais, embora sem sucesso (Expediente da Presidência, Anno XIII, n. [ilegível], 1866, p. 1), mas do fracasso político-eleitoral não se deduz desprestígio social, pelos menos entre cativos. Foi figura proeminente no incentivo da cultura algodoeira em Porto Feliz (Epaminondas, Anno XII, n. 2830, 1865, p. 2-3). Cumpre lembrar que na década de 1860 o algodão estava em alta por conta da Guerra de Secessão (Canabrava, 2011).

Além das divergências teológicas, o extenso debate nos privilegiou com informações acerca da personalidade do vigário Francisco Gonçalves Barroso. Ao que tudo indica, sua inclinação e fidelidade ao catolicismo eram sinceras. Contudo, não impediram o litígio com outro padre por discordâncias teológicas e sociais. Através do debate também somos informados que o vigário possuía inimigos políticos, e salta aos olhos o vigor com que defendia seus argumentos. De boa oratória e escrita, perspicaz, persuasivo e dispondo de recursos tais como a imprensa, o padre tinha o necessário à construção de uma rede de solidariedade aos pobres e para o embate em torno da liberdade de escravos por intermédio das ações de liberdade.

Redes de solidariedade

Em 22 de novembro de 1872, na acanhada cidade de Porto Feliz, província de São Paulo, o escravo Salvador – em fins de primavera, mas talvez já vislumbrando um verão em liberdade, quem sabe começar o vindouro ano com o “pé direito”? – impetrou uma ação de liberdade contra o seu senhor Lucio Fidencio de Moraes. Para este propósito contou com a ajuda do vigário Francisco Gonçalves Barroso, que entrou com a ação “a rogo do escravo Salvador”. Segundo Francisco Barroso, “tendo conseguido com trabalho seu e doações que lhe fizeram, formar um pecúlio; quer na forma da lei de 28 de setembro de 1871, redimir-se do cativo, indenizando a seu senhor o preço do seu resgate” (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 2, 1871). Salvador procurou seu senhor para tratar de sua liberdade, negociar os termos, leia-se o preço de sua liberdade, mas sem sucesso na empreitada.

Precisamente em 09 de setembro de 1872, um mês e treze dias antes do auto cível requisitado por Salvador, a preta Josefa entrara com uma ação de liberdade em oposição a seu então senhor João de Arruda Penteado. Josefa, “tendo por doações que lhe foram feitas conseguido [formar] um pecúlio”, pretendia livrar-se do cativo conforme o Artº 4 §2º da lei de 28 de setembro de 1871. O “a rogo” foi feito pelo padre Francisco Gonçalves Barroso, seu curador e responsável por tratar de sua liberdade, visto que ela não conseguiu entrar em acordo “com seu senhor a despeito do preço do seu resgate” (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 3, 1872).

É interessante observar que, no primeiro caso, o escravo Salvador, por meio de seu curador, deixa evidenciado que conseguiu o pecúlio por meio do seu trabalho e de doações, ressaltando que o pecúlio também era fruto do seu esforço laboral⁹. Embora o valor total da indenização para seu senhor só foi possível devido às benesses por ele recebidas. No processo de Josefa, por outro lado, não há menção alguma à ocupação da escrava como recurso à compra da alforria, posto que Francisco Barroso ressaltou apenas que sua curatelada conseguiu formar pecúlio por doações. É no mínimo curioso que esses escravos tenham tido acesso a doações para indenizar seus senhores.

9 O trabalho foi uma forma de diferenciação social. Ser especializado em determinado ofício poderia facilitar o acesso à autonomia e à mobilidade social, assim como a ocupações menos penosas, à formação de pecúlio e ao alcance da alforria. Samuel da Rocha, um alforriado que faleceu senhor de escravo, ressaltou, dentre suas lembranças, “as irmandades, a Igreja e ‘minha ferramenta de carpinteiro’”, demonstrando a importância que sua ocupação teve no decorrer de sua vida (Guedes, 2010, p. 68).

Estamos agora no ano de 1873, passados alguns meses da ação de Salvador e Josefa, quando os escravos Domingos e Antônio, concomitantemente, entraram com uma ação de liberdade no dia 19 de fevereiro do mesmo ano. Apesar de senhores diferentes, as ações estão interligadas, portanto, analisaremos as ações na totalidade. Domingos era escravo de José Jorge d'Oliveira e de d. Delfina Maria de Andrade, Antônio era escravo de Francisco Egídio d'Oliveira e de d. Delfina Maria de Andrade. Como pode ser observado, dona Delfina de Andrade aparece como senhora em companhia de José e Francisco d'Oliveira. Tal situação ocorreu porque os escravos eram herança de Manoel José Oliveira e d. Delfina era sua viúva. As ações dos pretendentes à liberdade foram requeridas pelo mesmo curador, o vigário Francisco Gonçalves Barroso, que se incumbiu de defender “seus direitos”, requerendo “o que for a bem do mesmo”. Domingos e Antônio “tendo conseguido formar um pecúlio por meio de doações que lhe foram feitas”, quis “resgatar-se do cativo, indenizando aos seus senhores o preço da liberdade” (Ação de Liberdade, pasta 12, docs. 4 e 5., 1873a e 1873b).

O leitor mais atento, por certo, já percebeu o denominador comum de todas essas ações de liberdade, a saber, o vigário Francisco Gonçalves Barroso. Todas as quatro ações de liberdade têm em comum, para além das doações, a presença do padre, na qualidade de curador para tratar da liberdade dos cativos, intervindo no processo de negociação dos escravos com seus senhores. A figura do vigário como defensor de Salvador, Josefa, Antônio e Domingos não pode passar despercebida, como se fosse uma personagem comum na trama das histórias aqui contadas. Compreendemos que as relações de solidariedade no qual os escravos estavam imbricados passam pela atuação do padre Barroso como vigário de Porto Feliz.

Nas últimas décadas da escravidão, o sistema jurídico foi um importante caminho para os escravos que aspiravam ascender à liberdade, ainda que possam ser aferidas desde, pelo menos, fins do período colonial (Mattos, 2014, p. 179). Assim, é relevante analisar os autos de liberdade pelo viés jurídico e social, e pesquisadores têm prestado atenção para processos jurídicos como fontes, assim como para a lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871. Mas ao cruzar os dados, como visto até aqui com o vigário Francisco Gonçalves Barroso, podemos compreender além do processo jurídico.

A escravidão na América portuguesa não foi instituída sobre uma legislação unificada que tratasse de sua implantação. Mas as Ordenações Filipinas respaldaram o sistema escravista e regularam “as relações entre senhores e escravos pelo menos até a Independência do Brasil” (Grinberg; Mattos, 2018,

p. 219), ainda que certos artigos tenham perdurado todo o Oitocentos. Porém, a alforria, longe dos tribunais, era vista, socialmente, sobretudo como uma concessão senhorial, ou seja, era através da relação entre senhor e escravo pela via da alforria que o escravo conseguia ter acesso à liberdade. Em última instância, dependia da autorização de seu senhor, até 1871, a partir de quando o Estado imperial interveio mais diretamente na relação senhor-escravo.

Porém, ainda no pós-1871, não raro antes de chegar ao tribunal, o escravo buscava um acordo com seu senhor – exceto se, desde o início da tentativa, fosse manifesto pelo senhor a impossibilidade de negociação. A lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, ratificou o pecúlio, um costume antigo vigente na escravidão, mas que agora possibilitava a compra da alforria mediante a indenização do valor do cativo ao senhor. Mas até onde iria essa autonomia sem a autorização senhorial? A lei legitimou alforria via pecúlio; porém, o escravo necessitava do consentimento de seu senhor para acumular pecúlio pelo trabalho. No entanto, doações, legados e heranças estavam resguardados, mesmo à revelia do senhor (Brasil, Lei n.º 2.040, 1871). Não estamos dizendo que era impossível acumular pecúlio pelo trabalho; contudo, sem a autorização senhorial, o escravo dependia do apoio de outros setores da sociedade para conseguir acumular o pecúlio e requerer a ação de liberdade. Nas quatro ações que verificamos, os escravos, por meio do padre, utilizaram sempre o mesmo argumento. Assim, na impossibilidade de um acordo com o senhor sobre o preço de sua liberdade, solicitavam à justiça que fossem avaliados e, desse modo, pudessem indenizar o senhor pelo preço da alforria. Na falta de acordo, a lei.

Voltemos para as ações de liberdade e seus desfechos. Na impossibilidade de acordo entre as partes – senhor e escravo – restava o litígio judicial para que fosse estabelecido o preço da alforria através do arbitramento judicial.

Na demanda judicial de Josefa, o vigário indicou como depositário o capitão Belizário Augusto de Sena. No dia 14 de setembro de 1872, a mando do doutor Aquilino Leite do Amaral Coutinho, juiz municipal de Porto Feliz, João de Arruda Penteado foi intimado pelo oficial de justiça para que a libertanda fosse retirada de sua posse. Entretanto, ao chegar ao local, o oficial foi informado pelo senhor que não poderia “entregar a escrava por se achar fugida, constando nos estar a dita escrava Josepha em casa do mesmo capitão Belizário A. de Sena”. Situação que foi comprovada, ao se dirigir à casa do capitão, quando a encontrou em posse do capitão (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 3, 1872).

Alguns meses após esse embate judicial, em 20 de fevereiro de 1873, um caso parecido ocorreu nos processos de Domingos e Antonio. O oficial de justiça, ao tentar intimar José Jorge de Oliveira para entregar o libertando Domingos, foi informado de que o escravo não estava em sua casa, “constando-me que estava o dito escravo Domingos, em casa do Reverendo Francisco Gonçalves Barroso”. Ao chegar à casa de Ana Setúbal para intimar Francisco Egídio de Oliveira, o oficial também foi informado de que o libertando estava sob o poder do vigário. Destarte, o oficial apanhou os libertandos e entregou ao depositário José de Lara Lopes. Com efeito, o padre defendeu os escravos além do previsto no processo jurídico. É óbvio que os cativos sabiam para onde correr. E não foi casual que a ida dos escravos para a casa do padre ou dos depositários antecederse as intimações aos senhores (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, docs. 4 e 5, 1873).

O procedimento para a ação de liberdade era entrar com o requerimento, mas somente após a ordem do juiz municipal o escravo poderia ser retirado do poder de seu senhor e entregue ao poder do depositário. Não foi o que aconteceu. Josefa, Domingos e Antônio não estavam em poder de seus senhores; Josefa já estava com seu depositário, e Domingos e Antônio puseram-se sob a proteção do vigário Barroso. É interessante observar que, em nenhum momento, tal atitude foi questionada. Os senhores apenas informaram o ocorrido e esperaram o processo. Os escravos fugiram para a casa de quem era capaz de lhes dar guarida.

Se os senhores sabiam onde estavam seus escravos, por qual motivo não foram buscá-los? Certamente o vigário Barroso contava com prestígio e com uma rede de apoio para desenvolver bem sua tarefa. Os depositários escolhidos eram parte da rede estabelecida pelo pároco, a fim de adquirir, através da justiça, a liberdade dos escravos.

Observemos o desenlace da escrava Josefa. Os arbitradores, Joaquim Floriano de Toledo – indicado por João Arruda Penteado – e Joaquim Viegas Muniz – escolhido por Francisco Gonçalves Barroso –, avaliaram em 1\$300:000 réis o valor da indenização da libertanda. O depositário do pecúlio era João José Marques, figura que já é nossa conhecida porque fora indicado como arbitrador do escravo Salvador. Não foi mera coincidência estar ao lado do vigário em duas circunstâncias nas quais o pároco atuou como curador em prol dos escravos. A bem da verdade, atesta a sustentação da rede de apoio tecida pelo padre para lutar em benefício da liberdade dos escravos (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 3, 1872). Chegava, dessa forma, o fim da escravidão de Josefa, agora alforriada devido a uma rede de colaboração de setores livres: o padre,

o depositário, o avaliador e, certamente, pela capacidade da cativa de também custurar essa trama. Quiçá aproveitou-se do batismo de seu filho Benedito pelo vigário Francisco Gonçalves Barroso, um ano antes, no dia 26 de agosto de 1871, para ensejar uma aliança que se provou exitosa (Registro de Batismo de Escravos, ACDS, Livro 9 Misto (1863-1872), f134v).

A estratégia do vigário Francisco Gonçalves Barroso para os casos de Domingos e Antônio foi anexar a avaliação dos cativos feita no inventário de Manoel José de Oliveira, pai de José e Jorge, que herdaram os mancípios juntamente com sua mãe, dona Delfina Maria de Andrade. Em 1852, os escravos crioulos – à época menores de idade – Domingos, com 13 anos, e Antônio, com apenas nove, foram avaliados, respectivamente, em 400\$000 e 250\$000 réis (Inventário de Manoel José Oliveira, MRCI, pasta 277, doc. 3, 1852). Na data das ações de liberdade de ambos, em 1873, Domingos contava 34 anos, e Antônio, 30, tempo suficiente para se tornarem especializados em determinado ofício. Logo, os valores de suas alforrias estariam bem acima do estipulado no inventário feito há mais de 20 anos. O pároco devia saber disso e, certamente, sua intenção ao pedir o valor das avaliações do inventário era forçar uma quantia menor para os cativos na barganha contra seus senhores – uma ampla brecha para a liberdade dos cativos.

No entanto, o juiz indeferiu a petição do padre e argumentou que

Conquanto o art. 56 §1 do Decreto de 13 de novembro de 1872 [passa a ampliar o decreto] do art. 4º §3 da lei de 28 de setembro de 1871; o art. 40 §3 do citado decreto esclarece a matéria e decreta que o preço da avaliação será o preço da indenização tão somente antes da partilha ou da aquisição: portanto, em vista das razões impostas nos autos do artigo referido indefiro a petição da p.2, e passa-se mandado de levantamento do depósito, depois de citados, digo, de intimados d'este despacho o curador e mais intimados. Porto Feliz 28 de Fevereiro de 1873 (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, docs. 4 e 5, 1873a e 1873b).

Desta feita, o vigário, os escravos e seus cooperadores perderam o processo porque o juiz entendeu que o art. 40, §3º, do decreto de 13 de novembro de 1872 invalidava o argumento do pároco, que estava fundamentado no decreto 56, §1º, o qual sublinha que “em quaisquer autos judiciais, existindo avaliação e correspondendo a esta a soma do pecúlio, será a mesma avaliação o preço da indenização (Lei - art. 4º, §2º), para ser decretada *ex officio* a alforria.” O juiz não priorizou outros artigos de lei com os quais o padre deu entrada na ação.

Todavia, nem todas as ações de liberdade eram resolvidas exclusivamente pelo arbitramento judicial. Em alguns casos, senhor e escravo conseguiam chegar a um acordo antes mesmo dessa etapa. Foi o que ocorreu com o escravo Salvador.

Após cumprir todos os trâmites processuais – requerimento, escolha do curador, deliberação do depositário responsável pelo libertando e outro pelo pecúlio, escolha dos arbitradores etc. –, o vigário logrou êxito no acordo em prol da manumissão. Embora ele tenha sido depositado na casa de José Manoel Antunes e tanto seu senhor quanto o vigário tenham escolhido os arbitradores – sendo João Batista da Silveira Ferreira o escolhido por Lucio Fidêncio de Moraes e João José Marques pelo padre Francisco Gonçalves Barroso –, o pleito não precisou de sentença judicial. Lucio Fidêncio entrou em acordo com o libertando e fixou o valor de um conto de réis. Foram testemunhas do acordo Francisco Antônio de Carvalho, João José Marques e João Vieira de Almeida Júnior. Assim, por intermédio do vigário Barroso, Salvador recebeu sua carta de liberdade e se tornou liberto, como se de ventre livre tivesse nascido.

É mister prestarmos atenção em algumas palavras utilizadas por Lúcio Fidêncio de Moraes, que inicia a carta deixando claro sua autoridade sobre o preto crioulo Salvador, seu escravo. Ressalta que ele, o senhor, portanto, o detentor do direito de alforriar ou não, concedeu a liberdade para que Salvador a usufruísse. Não sabemos o valor que Salvador tentou pagar por sua liberdade antes de requerer a ação, nem há certeza se tentou algum acordo antes de chegar ao tribunal, mas tudo indica que Lúcio não teria outra saída senão libertar seu mancipio. O valor de um conto de réis provavelmente seria o preço acordado entre os avaliadores. Mesmo assim, o desfecho escolhido por seu senhor reflete seu apego à escravidão. Ter sido ele o responsável pela concessão da liberdade do escravo era simbolicamente importante para a autoridade senhorial que encarnava (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 2, 1871).

A partir desse momento, não há mais vestígios do vigário Francisco Gonçalves Barroso nas ações de liberdade em Porto Feliz, pois 1873 foi o último ano de sua estadia na cidade como pároco da Igreja de Nossa Senhora da Mãe dos Homens. Mas, como mencionamos, o vigário não estava sozinho e instituiu uma rede de apoio e proteção que utilizou a Lei do Ventre Livre para libertar escravos, seja “por amor”, por interesse ou “por temor a Deus” (Bellini, 1988, p. 83–84).

Em 28 de março de 1873, o preto Martinho impetrou uma ação jurídica em prol de sua liberdade por conta de ter acumulado pecúlio através de esmolas e doações, mas não entrou em consenso sobre o valor de sua alforria com sua senhora, dona Ana Viegas Muniz. Martinho estava disposto a passar pelos avaliadores e chegar a um denominador comum com sua senhora e, para tal fim,

contou com a ajuda de José de Lara Lopes como seu depositário e de João José Marques como seu curador (Ação de Liberdade, MRCI, pasta 12, doc. 7, 1873c).

José de Lara Lopes e João José Marques já nos são personagens conhecidos; o primeiro foi depositário dos escravos Domingos e Antônio. João José Marques foi o avaliador do escravo Salvador, escolhido pelo vigário Francisco Barroso, e atuou no caso da escrava Josefa como depositário do pecúlio acumulado por ela. Assim, embora o vigário não estivesse mais em Porto Feliz, isso não impediu que sua base de sustentação continuasse a agir por intermédio do processo judicial. Além de José e João, o capitão Belizário Augusto de Sena foi escolhido como avaliador por parte do curador de Martinho. O capitão Belizário de Sena também é nosso conhecido. Rememoremos: foi ele o depositário da escrava Josefa. Logo, novamente atuavam em prol da liberdade de um escravo personagens envolvidos em redes libertadoras, que se manifestavam, também, nos autos de liberdade em que o vigário Barroso protagonizara.

O processo ocorreu de acordo com os parâmetros, isto é, avaliação – estabelecido o valor de um conto e quinhentos réis –, exibição do valor da alforria, entrega do valor ao depositário responsável por fornecer o dinheiro ao senhor do escravo, e, após dois meses e 19 dias, Martinho estava próximo da liberdade. Quase tudo estava pronto, exceto pelo fato de que o processo não estava ocorrendo em juízo competente. O processo foi requerido no juízo de órfãos, mas deveria ter sido no foro comum, portanto foi julgado nulo. Seja como for, o caminho para a liberdade de Martinho estava aberto, por conta de uma rede de proteção e solidariedade com raízes no prestigioso padre Francisco Gonçalves Barroso.

Considerações finais

A reconstrução de fragmentos da vida do vigário Francisco Gonçalves Barroso em sua passagem como pároco da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens nos coloca defronte não apenas a questões subjetivas e biográficas. Em Porto Feliz, foi padre, educador e inaugurou um colégio, além de construir uma grande teia de relações com diversos agentes sociais, entre eles os escravos. Atuou como curador nas causas de liberdade e utilizou as ações judiciais como estratégia para garantir a alforria de cativos. Ora, era o nascimento do abolicionismo, mesmo que o termo ainda não fosse utilizado. Não restam dúvidas de que era um exímio antiescravista, como atestado em sua passagem por Santos, onde foi um dos fundadores da “Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro”, ao lado de nomes

como Antonio Bento e Luiz Gama (Dias, 2014, p. 14). Assim, lutou até que a abolição se tornasse realidade, vindo a falecer em 1890.

Os rastros deixados pelo vigário nos ajudaram a observar a gênese da construção da identidade abolicionista e a complexidade do clero, que ao mesmo tempo legitimava o escravismo e contava com nomes importantes da vida clerical que se levantavam contra a escravidão. Obviamente, o padre era apenas uma personagem, porém com características elucidativas para a compreensão do florescimento do antiescravismo no Brasil. Entretanto, também podemos perceber a força da escravidão, enraizada nos costumes locais mesmo na segunda metade do século XIX, rivalizando com as nascentes ideias emancipacionistas e abolicionistas. Outrossim, a importância das relações de solidariedade foi fundamental para que os escravos vislumbrassem a liberdade.

Referências

ACÇÃO DE LIBERDADE. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 12, Doc. 2. (MRCI, Itu, São Paulo, 1871). 1871.

ACÇÃO DE LIBERDADE. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 12, Doc. 3. (MRCI, Itu, São Paulo, 1872). 1872.

ACÇÃO DE LIBERDADE. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 12, Doc. 4. (MRCI, Itu, São Paulo, 1873a). 1873.

ACÇÃO DE LIBERDADE. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 12, Doc. 5. (MRCI, Itu, São Paulo, 1873b). 1873.

ACÇÃO DE LIBERDADE. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 12, Doc. 7. (MRCI, Itu, São Paulo, 1873c). 1873.

BACELLAR, Carlos. **Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira.** Anais eletrônicos do XXVI Encontro Nacional de História, São Paulo, p. 1-11, jul. 2011.

BARROSO, A' assembléa provincial. **Diário de S. Paulo (SP)**, São Paulo, 12 de abril de 1867, Anno II, n. 497, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/709557/1906>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. A propósito do escrito do bacharel H. do Rego Barros. **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1869, Anno IV, n. 17, p. 134-135. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/343951/1218>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Agradecimentos aos Ituanos. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1870, Anno V, n. 1418, p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/709557/5519>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Ao devoto de Pirapora. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 13 nov. 1864, Anno XI, n. 2543, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/446. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Aos Piraporanos. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 20 jun. 1865, Anno XII, n. 2721, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/1158. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Necrologia: por ocasião do passamento literário do devoto de Pirapora, sepultado na terminante aos 4 de Janeiro de 1865. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 27 jan. 1865, Anno XII, n. 2604, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/672. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Snr. Redator. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 13 jan. 1865, Anno XII, n. 2593, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/628. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves. Uma explicação ao público. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 11 dez. 1864, Anno XI, n. 2566, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/535. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Padre Francisco Gonçalves. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 4 mai. 1890, Anno XXXVI, n. 10.095, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_05/353. Acesso em: 12 jan. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves; CARVALHO, Francisco Antônio de. Ao Il^{mo}. E ex^{ma}. S^r. presidente da província dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 6 ago. 1864, Anno XI, n. 2465, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/122. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves; CARVALHO, Francisco Antônio de. AO ILLM. SR. JOÃO BAPTISTA ALVES. **Correio Paulistano (SP)**, 9 out. 1864, Anno XI, n. 2517, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/331. Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROSO, Francisco Gonçalves; Moraes, José Manoel. Porto-Feliz. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 27 nov. 1863, Anno X, n. 2262, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/8551. Acesso em: 12 dez. 2020.

REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS. Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba, Livro 1. (ACDS, Sorocaba, São Paulo). 1831-1864.

REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS. Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba, Livro 2. (ACDS, Sorocaba, São Paulo). 1871-1887.

REGISTROS DE BATISMO DE ESCRAVOS. Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba, Livro 9 Misto. (ACDS, Sorocaba, São Paulo). 1863-1872.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor - escravo em cartas de alforria. In: JOSÉ REIS, João (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade.** Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 73-86.

BRASIL. **Lei n. 2040, de 28 de setembro de 1871.** “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos”. Art. 4º. § 2º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n. 41, de 04 de abril de 1865.** “Dá instruções a respeito do asilo de morféuticos da cidade de Itu”. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1865/lei-41-04.04.1865.html>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal** - Família E Sociedade. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.

CÂMARA ECLESIASTICA. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 2 de abril de 1873, Anno VIII, n. 2234, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&Pesq=%22francisco%20gon%c3%a7alves%20barroso%22&pagfis=8754>. Acesso em: 12 dez. 2020.

CANABRAVA, Alice Piffer de. **O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo**. 1861-1875. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2011.

CAVALCANTI, Paulo. **Eça de Queiroz: agitador no Brasil Recife**: Cepe Editora, 2009.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos Ultramontanos no Brasil do Século XIX**: Os Bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. 2016. Doutorado em História Tese de Doutorado) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2016.

COSTA, Alex Andrade. Poder político, racialização e cidadania: disputas em torno de um vigário, filho de libertos, na província da Bahia. In: REGINA CÉLIA LIMA XAVIER; OSÓRIO, Helen (org.). **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. 1ª ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018. p. 270–302.

DIAS, Vera Lucia Alba Rei. **Uma associação abolicionista na cidade de Santos**: Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro – 1886. anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Santos, p. 1-16, set. 2014.

DIAS PAES, Mariana Armond. **Sujeitos da história, sujeitos de direitos**: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860-1888). 2014. Mestrado em Direito (Dissertação de Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

EPAMINONDAS. Correio Paulistano - Quarta-Feira, 10 de novembro de 1865, **Corresp. do Correio**. Porto-Feliz, 24 out. 1865, ano XII, n. 2830, p. 2–3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/1598. Acesso em: 13 mar. 2024.

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 4 out. 1866, Anno XIII, n. [ilegível], p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/2710 Acesso em: 12 dez. 2020.

FERREIRA, Roquinaldo; GUEDES, Roberto. Apagando a nota que diz escrava: Efigênia da Silva, o batismo, o compadrio, os nomes, as cabeças, as crias, o tráfico, a escravidão e a liberdade (Luanda, c. 1770-c. 1811). **Almanack**, Guarulhos, v. 26, p. 1–57, dez. 2020.

FREIRE, Larissa Almeida. **“Eu não serei, tu não serás, ele não será vigário no Camamú”**: religião e cidadania na Bahia oitocentista (1828-1842). 2012. Mestrado em História (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Bahia, 2012.

GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718 – 1838)**. 2002. Mestrado em História Econômica (Dissertação de Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2002.

GRINBERG, Keila; MATTOS, Hebe. **Código Penal Escravista e Estado**. Dicionário da Escravidão e da Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade** - Estudos sobre o negro no Brasil. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 33-59.

GUEDES, Roberto. **A Resistência da Escravidão** (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). 4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2009.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativoiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GUEDES, Roberto. Samuel da Rocha: escravo, aparentado, forro, carpinteiro e senhor (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 57-81, jul. 2010.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. 3a edição ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MELLO, Francisco da Costa Araújo de. Terminante resposta ao sr. padre Francisco Gonçalves Barroso. **Correio Paulistano (SP)**, São Paulo, 13 jan. 1865, Anno XII, n. 2593, p. 2-3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/628. Acesso em: 12 dez. 2020.

NEMO. Retificação. **A Reforma: Órgão Democrático (RJ)**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1872, Anno IV, n. 294, p. 3 (numeração do pesquisador). Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/226440/4300>. Acesso em: 12 jan. 2020.

OLIVEIRA, José Manoel. **Inventário Post-Mortem**. Museu Republicano Convenção de Itu, Pasta 277, Doc. 3. (MRCI, Itu, São Paulo). 1852.

OVIJANTE, Porto Feliz. **Correio Paulistano**, São Paulo, 18 mar. 1865, Anno XII, n. 2646, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/846. Acesso em: 13 mar. 2024.

PEIXOTO, Rafael Cupello. **A abolição do tráfico de escravos para o Brasil**: a filosofia política iluminista e pensamento religioso nos debates parlamentares de 1827. Anais do XV encontro regional de História/ANPUH-Rio, p.1-9, jul. 2012.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: Jurisconsultos, Escravidão e a lei de 1871**. 1ª edição. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 2005.

PORTO-FELIZ. **Diário de S. Paulo**, São Paulo, 18 mai. 1870, Anno V, n. 1402, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/709557/5456>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PONI, Carlo; GINZBURG, Carlo. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; ENRICO, Castelnuovo; PONI, Carlo (Org.). **A Micro-história e outros ensaios**. Algés: Difel, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). **Revista de História Regional**, v. 13, n. 1, p.23-38, mai. 2008.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; MARTINS, Manoel J.B. “Quanto ao serviço dos escravos, eu os dispensei”: D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo ultramontano e antiescravista (século XIX). In: DEMÉTRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.). **Doze Capítulos sobre escravizar gente e governar escravos**: Brasil e Angola - séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. p. 197-227.

SANTOS, Israel Silva dos. **D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)**. 2014. Doutorado em História (Tese de Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SILVA, Carlos Santos da. **Expectativas de liberdade e de escravidão: solidariedades, conflitos e incertezas nas relações entre senhores e escravos (Porto Feliz, São Paulo, 1864-1888)**. 2021. Mestrado em História (Dissertação de Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2021.

TANNEBAUM, Frank. **El negro en las Américas: esclavo y ciudadano**. Buenos Aires: Paidós, 1968.

UM DEVOTO. PIRAPORA, 12 DE OUTUBRO. Correio Paulistano (SP), São Paulo, 23 out. 1864, Anno XI, n. 2528, p. 3 (numeração do pesquisador). Disponível em: https://memoria.bn.br/docreader/090972_02/375. Acesso em: 12 dez. 2020.

VIDE, Arcebispo D. Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2007.



Recebido em 20/12/2024
Aceito em 16/05/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56609

ARTIGO

Entre permanências, adaptações e mudanças: a circulação do sangue e a anatomia do coração na medicina árabe medieval

Between Continuities, Adaptations and Changes: Blood Circulation and Heart Anatomy in Medieval Arab Medicine

Maurício Ribeiro Damaceno

Doutor em História pela Universidade Federal do Mato Grosso

<https://orcid.org/0009-0000-7220-6428>

RESUMO: A medicina árabe medieval consolidou-se como um campo de integração entre tradições gregas, persas, sírias e indianas, fomentando a circulação e adaptação de saberes. Nesse contexto, médicos como Rhazes, Avicena, Ibn al-Majūsī e Ibn al-Nafīs desempenharam papéis fundamentais ao reinterpretar criticamente os textos gregos e propor novos entendimentos sobre a anatomia e a fisiologia. Essa crítica e a introdução de novas noções sobre a anatomia e a fisiologia do coração e dos pulmões ajustaram interpretações anteriores e ampliaram os horizontes do saber médico. Ao revisitar os conceitos de Galeno, médicos árabes como Ibn al-Nafīs questionaram noções aceitas, propondo explicações que refletiam uma observação mais precisa e contextualizada das funções corporais. Essas contribuições transformaram o entendimento sobre a circulação sanguínea revelando a capacidade de adaptação dentro de redes de saberes médicos medievais.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina árabe. Circulação do sangue. Redes de saberes médicos.

ABSTRACT: Medieval Arab medicine established itself as a field of integration among Greek, Persian, Syriac, and Indian traditions, fostering the circulation and adaptation of knowledge. In this context, physicians such as Rhazes, Avicenna, Ibn al-Majūsī, and Ibn al-Nafīs played crucial roles by critically reinterpreting Greek texts and proposing new understandings of anatomy and physiology. Their critiques and the introduction of new notions regarding the anatomy and physiology of the heart and lungs adjusted earlier interpretations and expanded the horizons of medical knowledge. By revisiting Galenic concepts, Arab physicians like Ibn al-Nafīs challenged accepted notions, offering explanations that reflected more precise and

contextualized observations of bodily functions. These contributions transformed the understanding of blood circulation, revealing the capacity for adaptation within medieval medical knowledge networks.

KEYWORDS: Arabic medicine. Blood circulation. Networks of medical knowledge.

Introdução

A recepção e as adaptações das teorias antigas feitas por médicos árabes¹ ilustram a complexidade e o dinamismo das redes de saberes na Antiguidade e na Idade Média. Ao longo do tempo, as interações entre diferentes tradições médicas não apenas geraram novas interpretações, mas também transformaram as práticas e teorias médicas. O estudo das divergências sobre a anatomia do coração e a circulação do sangue, por exemplo, revela que esse conhecimento não se limitou a uma simples oposição de pontos de vista. Pelo contrário, o dinamismo das ideias gerou novas ramificações no entendimento médico, ampliando os horizontes sobre o corpo humano e suas funções. As influências dos comentários que reinterpretaram a visão antiga sobre a circulação sanguínea exemplificam como as ideias podiam ser adaptadas a diferentes contextos. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar como médicos árabes reinterpretaram criticamente os saberes greco-romanos sobre a anatomia e a circulação do sangue, destacando os diálogos, apropriações e mudanças que caracterizaram esse processo de reelaboração do conhecimento médico.

Para tanto, três movimentos — “permanências, adaptações e mudanças” — que também compõem o título deste trabalho, oferecem um ponto de partida importante para refletir sobre as transformações do saber médico na Idade Média. Não se trata aqui de desenvolver uma discussão conceitual exaustiva sobre esses termos, mas de utilizá-los como ferramentas analíticas que ajudam a iluminar as diferentes dinâmicas em jogo na circulação e na reformulação das ideias médicas. No escopo desta análise, o termo “permanência” remete a certos elementos teóricos e descritivos que, mesmo diante de novos contextos, continuaram a estruturar o pensamento médico. Já “adaptação” diz respeito aos esforços empreendidos para traduzir, reinterpretar e fazer dialogar com esse legado, em universos culturais e intelectuais distintos, sem que isso implicasse necessariamente uma ruptura total com os fundamentos anteriores. Por fim, “mudança” diz respeito a momentos em que concepções consolidadas foram questionadas ou deixadas de lado, dando lugar a novas interpretações e possibilidades de compreensão do corpo humano

¹ Termo usado para designar médicos que escreveram suas obras principalmente em língua árabe.

— como se verá, por exemplo, nas reformulações propostas por Ibn al-Nafis (1213–1288) em relação à anatomia galênica.

Tendo isso em vista, é importante destacar que a medicina grega foi absorvida e modificada pelos romanos a partir do final do século III a.C., mas foi no século IX, com as traduções realizadas em lugares como Bagdá, que se consolidou um ponto de virada para a disseminação do conhecimento médico grego. Durante esse período, praticamente todos os textos médicos gregos conhecidos foram vertidos para o árabe, o que marcou um momento decisivo na transmissão do saber médico no medievo (Pormann; Savage-Smith, 2007, p. 23-24).

Nesse contexto, a influência de califas como al-Manṣūr (714-775) foi crucial, uma vez que ele patrocinou de forma sistemática esse movimento de tradução, que foi apoiado também por califas subsequentes, como al-Ma'mūn (786-833). Esse apoio não apenas preservou o saber grego, mas também permitiu que ele fosse reinterpretado e adaptado à realidade da escrita em árabe. Embora a medicina árabe² fosse profundamente moldada pelas traduções do conhecimento grego, ela não se limitou a uma mera reprodução desse saber (Pormann; Savage-Smith, 2007, p. 24-26).

Ao mesmo tempo, a medicina árabe incorporou influências de outras tradições médicas, como a síria, persa e indiana. A tradução desses saberes não se deu de forma passiva, mas resultou em uma verdadeira transformação do conhecimento, que foi assimilado, adaptado e integrado ao novo contexto (Pormann; Savage-Smith, 2007, p. 36-37).

Nesse processo, a escola nestoriana de Gundishapur, importante centro de saber, exerceu papel fundamental ao formar e influenciar médicos notáveis, como Yuhannā ibn Māsawayh (Mesue) (777–857), além de contribuir para o desenvolvimento de tradições médicas que impactaram praticantes persas, como Rhazes (865–925), Ibn al-Majūsī (Haly Abbas) (930–994) e Ibn Sīnā (Avicena) (980–1037). Esses médicos, que pertenciam aos círculos persas arabizados, enriqueceram a terminologia médica árabe, incorporando termos persas e, possivelmente, noções da medicina indiana, especialmente na farmacologia. No entanto, o maior legado foi o da medicina grega, cuja influência foi particularmente

2 Como nos explica Françoise Micheau (1985), a expressão “medicina árabe” é empregada não para indicar que os estudiosos dessa tradição eram exclusivamente árabes, mas porque o árabe foi a língua comum utilizada para a transmissão do conhecimento médico durante esse período. Muitos dos mais importantes médicos e filósofos da medicina medieval, como al-Rāzī (Rhazes), Ibn al-Majūsī (Haly Abbas), Ibn Sīnā (Avicena), eram, na verdade, de origem persa. Embora seja possível utilizar o termo “medicina islâmica” para se referir à medicina desenvolvida no contexto do império islâmico, vale ressaltar que muitos de seus mais destacados representantes eram cristãos ou judeus, o que evidencia a diversidade religiosa e cultural desse campo do conhecimento.

forte através do helenismo tardio e das escolas de Alexandria. Galeno (129-217), com sua vasta obra, teve um impacto duradouro, sendo que Ḥunayn ibn Ishāq (808-873) traduziu numerosos tratados galênicos para o árabe. O movimento de tradução trouxe aos sábios árabes uma medicina racional, ancorada nas regras da lógica aristotélica, com o galenismo sendo visto não apenas como um sistema médico, mas também como um sistema filosófico e científico mais amplo, sem excluir uma “apreensão da realidade” médica, que distanciava esse saber de uma mera cópia do passado (Jacquart; Mischeau, 1990, p. 271).

O impacto desse movimento de tradução foi tão profundo que, em Bagdá, as comissões para a criação de obras originais em árabe sobre temas científicos e filosóficos tornaram-se quase tão frequentes quanto as solicitações para traduzir textos a partir do grego. O impulso para a pesquisa e análise trouxe sofisticação a diversas áreas do saber, não apenas relacionadas às traduções. O vasto acesso a essas ideias fez com que as áreas abordadas pela literatura traduzida passassem a atrair as mentes mais influentes da época. A prática de debates intelectuais, de diversas naturezas, se tornou parte do cotidiano intelectual, com os patronos não se limitando a apoiar os textos gregos, mas também se envolvendo ativamente nas questões ideológicas e nas novas provocações que esse saber suscitava (Gutas, 1998, p. 123-125).

As mudanças e adições nos textos traduzidos, em relação ao original grego, muitas vezes amplificadoras e explicativas, ou sistemáticas e tendenciosas, indicam que as traduções não foram realizadas de forma estritamente literal. Em vez disso, elas foram moldadas para atender a objetivos específicos e a posições teóricas já defendidas no contexto intelectual da época. As escolhas feitas na seleção dos textos gregos para tradução estavam frequentemente ligadas às discussões ideológicas e científicas em andamento na sociedade abássida, o que revela a natureza orgânica do movimento de tradução e como ele foi influenciado pela dinâmica intelectual do período (Gutas, 1998, p. 146).

As contribuições de Galeno, por exemplo, não marcaram um ponto final na história da medicina. Suas ideias sobre a circulação do sangue³, a anatomia e os fluxos vitais do corpo foram discutidas, contestadas e reinterpretadas por médicos de diferentes regiões. Ao mesmo tempo, sua influência foi essencial para estabelecer um marco de referência que serviu de base para futuras explorações e

³ Na Antiguidade, o entendimento da circulação sanguínea não era concebido da forma como o entendemos hoje, como um sistema de circuito fechado. A abordagem sobre o sangue e o corpo humano era, em grande parte, médico-filosófica e estava profundamente ligada à teoria dos humores e ao equilíbrio dos elementos no corpo.

ajustes. Isso nos leva a questionar: de qual Galeno estamos falando? O Galeno de Pérgamo, que viveu entre os séculos I e II d.C., ou o Galeno adaptado, traduzido e alterado ao longo dos séculos por uma rede de pensadores e praticantes? O Galeno de Pérgamo ou o Galeno global, que se espalhou do Oriente ao continente africano, à Península Ibérica e além?

Então, quando analisarmos os diversos tratados médicos que tratam da anatomia dos órgãos vitais e da circulação sanguínea nas páginas seguintes, é precisamente essa fluidez que estamos abordando, e são esses questionamentos que precisamos fazer. Afinal, sem compreender esse contexto, corremos o risco de perpetuar o equívoco de que o conhecimento médico medieval era uma mera cópia do passado.

A medicina árabe e seus tratados: a circulação do sangue e a anatomia do coração em seus tratados

Como vimos nas linhas anteriores, a discussão sobre as divergências nos saberes médicos da Antiguidade e da Idade Média e a formação de novas redes de conhecimento, requer uma análise cuidadosa das mudanças teóricas que ocorreram ao longo desses períodos. Na Antiguidade Clássica, para os greco-romanos⁴, as concepções sobre a circulação do sangue e a função dos órgãos internos, como o coração e o pulmão, eram moldadas por uma abordagem filosófica, caracterizada pela observação e pela tentativa de compreender os processos do corpo humano em termos de equilíbrio e interações internas. Esses saberes, registrados em textos como o “*Corpus Hippocraticum*”⁵ (420 - 350 a.C), constituíam um entendimento do funcionamento do corpo, mesmo que distante dos conhecimentos mais detalhados que viriam a ser desenvolvidos posteriormente.

Na obra “O coração”⁶, embora não contenham tantos detalhes anatômicos, essas ideias já indicavam uma tentativa de compreender os processos internos

4 Faz referência aos povos das antigas civilizações grega e romana, que floresceram entre os séculos VIII a.C. e V d.C., deixando um amplo legado cultural, filosófico, científico e médico. Esse acervo de saberes influenciou significativamente gerações posteriores, que se dedicaram a escrever, traduzir e adaptar o conhecimento médico, especialmente em língua árabe.

5 Refere-se a uma extensa coletânea de escritos médicos da Grécia Antiga, composta por aproximadamente 60 obras, tradicionalmente atribuídas a Hipócrates (460 a.C. – c. 370 a.C.) — embora se reconheça que muitas delas tenham sido redigidas em períodos posteriores e por diferentes autores.

6 O primeiro tratado existente a mencionar as válvulas do coração, pertencente à Coleção Hipocrática, foi possivelmente escrito em um período aproximadamente contemporâneo a Erasítrato de Ceo (310-250 a.C.), ou um pouco depois.

do corpo, com ênfase na composição do coração e dos órgãos vitais. Para os hipocráticos:

O coração é um músculo extremamente forte [...]. Ele contém, em um único contorno, duas cavidades separadas [...]. Essas cavidades são bastante diferentes: a do lado direito está posicionada para baixo, ajustando-se de perto à outra. [...] A outra cavidade está localizada um pouco mais abaixo e se estende em direção à linha do mamilo esquerdo, onde, de fato, sua pulsação é observada. Ela possui uma parede espessa ao redor e é escavada por dentro, formando uma cavidade semelhante à de um almofariz. É envolvida e acolchoada pelo pulmão, sendo por ele cercada, o que ajuda a controlar e moderar o próprio calor do coração. O pulmão, por sua vez, é frio em si mesmo e é resfriado pela respiração (Hipócrates, 1984, p. 469-470).

A descrição das cavidades do coração, divididas entre o lado direito e esquerdo, sugere uma percepção inicial de que cada lado desempenha funções distintas, mas sem uma compreensão total de suas interações. A ênfase na observação da pulsação no lado esquerdo, em particular, indica um interesse pela dinâmica interna do órgão, embora a relação entre os ventrículos e a circulação sanguínea não seja totalmente explícita. Essa visão reflete uma tentativa de vincular o funcionamento do coração à manutenção da vida, sem, no entanto, detalhar os mecanismos circulatórios que viriam a ser elucidados com o tempo, com novas ramificações dessa rede do saber.

Em relação ao pulmão, sua descrição como regulador do calor cardíaco sugere uma concepção integrada do corpo, onde os órgãos não eram vistos de forma isolada, mas como parte de um sistema interdependente. O pulmão, ao ser caracterizado como frio e responsável por moderar o calor do coração, reflete a ideia de que a regulação térmica era fundamental para o equilíbrio do organismo. Esta concepção dinâmica, que associa a função do coração à do pulmão, apresenta uma tentativa de compreender o corpo como um sistema de forças.

Ainda sobre o tema, a obra “O coração” apresenta um aparente desconhecimento da função das veias, artérias e do lado esquerdo e direito do coração. Na concepção hipocrática:

[...] enquanto a inspiração para a cavidade esquerda se realiza através das veias, na cavidade direita ela ocorre por uma artéria; pois os vasos que são macios têm maior poder atrativo, sendo mais capazes de distensão [...]. [...] é óbvio que a cavidade esquerda não é nutrida pelo sangue visível: se você matar um animal cortando sua garganta e abrir a câmara esquerda, encontrará ela totalmente vazia, exceto por um pouco de soro e bile, e as membranas que eu descrevi. Mas a artéria não estará vazia de sangue, nem a câmara direita (Hipócrates, 1984, p. 471-472).

Este trecho reflete a tentativa de compreender as funções do coração e a circulação do sangue por meio da observação direta e do raciocínio baseado em dados acessíveis à época. A distinção entre as cavidades esquerda e direita do

coração, associando a primeira às veias e a segunda às artérias, revela um esforço para entender como os diferentes vasos sanguíneos se relacionavam com as funções do coração. A ideia de que os vasos macios tinham maior poder atrativo, sugere que a distensão dos vasos seria influenciada pelas suas propriedades, mostrando um esforço para conectar as características dos vasos com o movimento do sangue.

Mais tarde, o corpus de teorias médicas da Antiguidade encontrou em Galeno uma das suas expressões mais complexas, cujas influências reverberaram na medicina praticada ao longo da Idade Média. Galeno, visto em um contexto de intercâmbio de saberes entre diversas culturas, sintetizou tradições que remontam à escola de Alexandria, onde pensadores como Herófilo (335 a.C. - 280 a.C.) haviam investigado a anatomia. No entanto, Galeno ampliou esses conhecimentos ao propor uma visão sobre a circulação sanguínea, desafiando as noções prevalentes em sua época. Entre suas principais contribuições, destaca-se a ideia de que as artérias não transportavam apenas ar, como se pensava, mas também sangue — uma revisão significativa da fisiologia dos vasos sanguíneos (Nutton, 2002, p. 800-801).

Para Galeno, o sangue venoso originava-se no fígado (centro do sistema venoso) e deslocava-se até o ventrículo direito do coração. A partir daí, uma distinção funcional era feita: parte do sangue seguia para nutrir o corpo, enquanto a outra parte era direcionada ao ventrículo esquerdo por meio do septo interventricular. Lá, o sangue se misturava com o *pneuma*⁷, introduzido pelas veias pulmonares, formando o sangue arterial. Essa visão hierarquizada da circulação refletia a concepção galênica do corpo humano como uma estrutura articulada em equilíbrio, onde cada componente tinha uma função indispensável ao todo (Delizoicov, 2002, p. 103-105).

Em sua obra “Sobre o uso das partes”, Galeno enfatizou o papel central do coração, descrevendo-o como a fonte e o repositório do “calor inato”, uma noção que remonta às tradições hipocráticas (Aird, 2011, p. 120). Nesse contexto, o coração era considerado o centro vital, e os orifícios dos dois vasos do ventrículo

⁷ A doutrina dos “*pneumas*”, ou espíritos, de Galeno foi uma ampliação e modificação do sistema de Erasístrato de Chio (310 a.C. - 250 a.C.). Galeno introduziu a ideia de três tipos de “*pneumas*”: o “*pneuma vital*”, relacionado à vida e à respiração, localizado no coração; o “*pneuma animal*”, responsável pelas funções sensoriais e motoras, que circulava pelo cérebro e pelos nervos; e o “*pneuma natural*”, um conceito ampliado que Galeno introduziu como um fluido vital localizado no fígado, sendo responsável pela digestão, nutrição e crescimento. Galeno modificou a teoria de Erasístrato ao considerar que os vasos partiam do fígado, e não do coração, para distribuir o “*pneuma natural*”, que ele acreditava ser inato e essencial para a preservação da vida (Delizoicov, 1999, p. 04-05).

esquerdo eram destacados como elementos cruciais para a conexão entre o coração e as artérias. Ele observou que:

[...] o coração é uma espécie de fonte e lar do calor inato, pelo qual o animal é governado, qualquer parte dele é importante, mas mais ainda aquelas cuja função é preservar a vida de todo o animal. Essas partes são os orifícios dos dois vasos do ventrículo esquerdo do coração, que os médicos costumam chamar de ‘pneumático’, pois por meio desses orifícios o coração se conecta com as artérias [...] (Galeno, 2010, p. 301-302).

A concepção galênica do coração como o ponto de origem do calor e do movimento vital refletia sua visão fisiológica, em que o calor inato era essencial para a vida e a regulação das funções corporais. Este paradigma permeou a medicina medieval, sendo transmitido por meio de traduções e comentários de estudiosos de regiões sob domínio do islã e, posteriormente, absorvido pelos centros de ensino médico ao redor do Mediterrâneo e além.

Cabe destacar que a literatura médica antiga foi preservada e transmitida em centros intelectuais ativos, como Alexandria, no Egito, e especialmente Gundishapur, no sul do Irã. Quando os mulçumanos conquistaram as regiões do Oriente Próximo e Médio no século VII, eles não destruíram esses centros culturais. Eles assimilaram sua herança e a expandiram. Por meio de um extenso projeto de traduções realizado com rigor científico, obras e teorias como as de Galeno tornaram-se amplamente conhecidas, divulgadas e aplicadas. Também foram traduzidos para o árabe textos de Hipócrates (460 a.C. - 377 a.C.), o tratado botânico de Dioscórides (40-90), os escritos de Rufo de Éfeso (98-117), compilações de autores bizantinos como Alexandre de Tralles (525-605) e Paulo de Egina (625-690), entre muitas outras. Essa incorporação da herança grega contribuiu para a formação de um vocabulário técnico em língua árabe, com a adaptação de diversos termos do grego, como *to xérion* (remédio em pó), exemplo que será explorado mais adiante. A origem e os alicerces da ciência árabe, portanto, encontram-se nessa herança estrangeira, com influências predominantes do mundo grego e helenístico, mas também da tradição hindu e indianas (especialmente na farmacologia) (Micheau, 1985).

De volta ao excerto da obra de Galeno, notamos que o “pneuma”, ou ar vital, que fluía através desses orifícios, fazia parte de uma visão dinâmica da fisiologia, na qual o corpo era concebido como um sistema interconectado de funções, regido pelo calor inato. Essa teoria teve um impacto duradouro, influenciando estudiosos árabes, judeus e cristãos da Idade Média, que, em suas práticas e ensinamentos,

continuaram a trabalhar com os princípios galênicos, reinterpretando-os dentro de seus próprios contextos culturais e práticos.

Segundo a fisiologia de Galeno, adotada por médicos árabes, não existia um conceito de circulação do sangue, mas sim dois circuitos distintos: um em que o sangue era transportado pelas veias para nutrir os órgãos e outro em que o espírito vital circulava pelas artérias, carregando as forças essenciais à vida. Esse espírito vital seria formado no ventrículo esquerdo, a partir da mistura do ar dos pulmões com uma pequena quantidade de sangue que passaria do ventrículo direito por meio de poros na partição do coração (Micheau, 1985).

Em sua busca por entender a estrutura dos órgãos e suas funções, e apesar das variações anatômicas entre os animais, Galeno também propôs que fosse possível identificar certos padrões comuns entre aqueles que compartilhavam um modo específico de respiração. Em sua obra, ele escreveu que:

O número de ventrículos do coração [...] não é o mesmo em todos os animais. Todos os que inspiram o ar pela boca, nariz e faringe têm o pulmão e, além disso, o ventrículo direito do coração, mas todos os outros não têm pulmão nem a cavidade do lado direito do coração (Galeno, 2010, p. 304).

Na passagem acima, ao estabelecer comparação com órgãos de animais, o médico de Pérgamo demonstrou que suas análises parecem ter partido de dissecações realizadas em corpos de animais⁸ e não em corpos humanos. Além disso, essa observação de Galeno sobre a anatomia dos ventrículos cardíacos e sua comparação entre os animais servia a dois objetivos principais: em primeiro lugar, ele buscava organizar o conhecimento fisiológico a partir da observação, e em segundo lugar, tentava estabelecer uma certa homogeneidade nos processos biológicos, ignorando as variações naturais entre as espécies. Ao sugerir que a estrutura do coração, especialmente no que diz respeito aos ventrículos, não variava significativamente entre os animais que compartilhavam certos modos de respiração, Galeno adotou uma visão essencialista dos órgãos, como se suas funções e estruturas fossem universais e imutáveis, independentemente das peculiaridades de cada espécie.

No entanto, essa tentativa de sistematização da fisiologia humana e animal revelou também as limitações do entendimento galênico, especialmente no que tange ao papel dos pulmões na oxigenação do sangue. Embora ele reconhecesse a

⁸ Para a pesquisadora Susan Standring (2016, p. 35), Galeno recorreu à dissecação e à vivisseção de uma diversidade de animais como parte de seu esforço para entender a estrutura e o funcionamento do corpo. Entre os espécimes examinados estavam macacos, peixes, gatos, cães, serpentes, porcos, avestruzes, grous, bois, fetos caprinos ainda no útero e até mesmo um elefante de guerra adquirido no *Circus Maximus*.

presença do pulmão e do ventrículo direito nos animais que respiravam pela boca, nariz e faringe, não atribuíam ao pulmão a função central de oxigenar o sangue — um conceito que, mais tarde, seria aprimorado por comentaristas, como Ibn al-Nafis.

Quando Galeno discutiu o fluxo sanguíneo no coração, ele dedicou uma atenção particular ao papel dos orifícios no septo interventricular, oferecendo uma descrição detalhada, ainda que incompleta, da dinâmica cardíaca. Ele afirmou que:

Da mesma forma, no próprio coração, a parte mais sutil é arrastada do ventrículo direito para o esquerdo, pois o septo possui alguns orifícios entre eles, que podem ser vistos em sua maior parte, semelhantes a fossas de boca mais larga que se estreitam continuamente (Galeno, 2003, p. 155-156).

Nesta observação, Galeno tentou descrever o fluxo do sangue através do septo interventricular, sugerindo que o sangue passava diretamente de um ventrículo para o outro. No entanto, essa concepção ainda refletia o entendimento limitado dos processos fisiológicos da época, particularmente no que diz respeito à circulação pulmonar. Galeno não compreendia que o sangue deveria ser oxigenado nos pulmões antes de retornar ao coração. Sua teoria, embora fundamentada, carecia da explicação do papel dos pulmões na oxigenação do sangue, algo que, apesar de suas limitações, constituiu uma base para o desenvolvimento da medicina no Medievo, período em que suas obras foram amplamente estudadas e comentadas.

Bem mais tarde, entre aqueles que escreviam em árabe, surgiram importantes adaptações sobre a anatomia do coração e a circulação sanguínea. Essas adaptações tomavam como base a concepção galênica. Um exemplo relevante é o de Ibn Zakariyyā' al-Rāzī, conhecido no Ocidente como Rhazes, médico persa nascido em Ray, região de Teerã. Em sua obra *Liber Almansoris* (*Kitāb al-Manṣūrī*), ele afirmou que:

O coração, em sua forma, é semelhante a uma pinha. Sua extremidade é arredondada, sendo de algum modo aguda, e se estende para as partes inferiores do corpo. Sua raiz, por outro lado, está situada na parte superior. O coração possui uma cápsula que consiste em um espesso tecido, que o envolve. Esta cápsula, no entanto, não o cobre completamente, mas apenas na proximidade de sua raiz (Rhazes, Primeiro Tratado, Cap. XIII, 1510-1511, f. 15r).

Ao comparar o coração com uma pinha, Rhazes estabelece uma analogia visual que, embora não seja completamente distinta da visão de Galeno, sugere uma tentativa de aproximação mais pragmática e ‘terrena’ à anatomia do coração. Galeno, como vimos, descrevia o órgão de maneira mais abstrata, centrado na

funcionalidade e nos processos vitais. O coração para Galeno era, acima de tudo, um centro de movimento de sangue, fundamental para a circulação. Já para Rhazes, a forma do coração não era apenas uma questão de função, mas uma questão quase tátil, algo que pudesse ser visualizado de maneira concreta. Isso não significa uma ruptura radical com a tradição, mas sim uma adaptação, uma revisão que tentava tornar a medicina mais palpável e acessível.

O entendimento de Rhazes sobre os ventrículos do coração também reflete sua aproximação com Galeno, mas, ao mesmo tempo, revela nuances que indicam um olhar às discrepâncias que o conhecimento do seu tempo podia oferecer. Ele descreveu o ventrículo direito, afirmando que:

Entre o ventrículo direito e o esquerdo, existem algumas aberturas. O ventrículo direito possui duas aberturas, uma pela qual as veias que vêm do fígado entram e pela qual o sangue passa para o ventrículo direito do coração.

Acima disso, existem três membranas, cujo percurso começa externamente e se completa internamente, com a função de se fecharem contra o que entra. A outra abertura é a da veia que continua desse ventrículo para o pulmão, a qual, apesar de ser uma veia e não uma artéria, tem túnicas grossas e espessas. Por isso, é chamada pelos anatomistas de veia arterial. As túnicas das artérias são mais espessas, mais duras e mais grossas que as das veias, porque as artérias se movem continuamente enquanto a pessoa está viva; se fossem rompidas por esse movimento, o dano seria maior do que o causado pela ruptura das veias (Rhazes, Primeiro Tratado, Cap. XIII, 1510-1511, f. 15r-15v).

Esse trecho revela o empenho de Rhazes em detalhar as funções e características do sistema venoso e arterial, estabelecendo uma distinção entre as veias e artérias, algo que Galeno também havia abordado, mas de forma menos específica. Ao descrever a veia que conecta o ventrículo direito ao pulmão e a sua espessura, Rhazes não só reafirma o conhecimento galênico sobre a circulação sanguínea, mas também traz uma ênfase nas diferenças estruturais das veias e artérias. Ele percebeu a dinâmica do movimento do sangue e suas implicações para a integridade das veias e artérias, com uma preocupação prática que indica uma observação mais atenta dos fluxos e das características anatômicas.

Rhazes seguiu aprofundando sua análise ao descrever também o ventrículo esquerdo do coração:

O ventrículo esquerdo possui também duas aberturas. Uma delas é a abertura da grande artéria, de onde saem todas as artérias do corpo. Acima dessa abertura, existem três membranas cujo percurso começa na parte inferior e termina externamente, para que se fechem e se voltem contra o que sai do coração, seja saliva ou sangue. A outra abertura é a da veia que vai em direção ao pulmão e pela qual ocorre a penetração do ar, através da qual o ar é transmitido do pulmão para o coração. Acima dela, há duas membranas cujo percurso começa externamente e se completa internamente, para que se abram e se ajustem, permitindo

que o ar possa entrar no coração (Rhazes, Primeiro Tratado, Cap. XIII, 1510-1511, f. 15v).

Aqui, Rhazes descreveu as aberturas do ventrículo esquerdo com detalhes que revelam uma adaptação. A explicação sobre o fluxo de ar do pulmão para o coração se conecta à teoria galênica sobre a função do pulmão, mas a maneira como Rhazes apresenta as membranas que regulam a entrada e saída do ar sugere um esforço para explicar de forma mais precisa o funcionamento dessas estruturas. A referência à penetração do ar pode indicar um entendimento mais focado no papel do pulmão na circulação sanguínea, possivelmente refletindo a introdução de noções mais refinadas no contexto médico árabe, que integrava práticas de dissecação mais sistemáticas.

Além disso, Rhazes forneceu uma visão sobre as veias, que se originam no fígado e se ramificam para várias partes do corpo. Ele afirmou que:

Todas as veias se originam da parte saliente do fígado. [...] Após atravessar o diafragma, as veias se dispersam em ramos mais finos, que se espalham pelo tecido que divide o peito em duas partes e se conectam à cápsula do coração e às glândulas, que os médicos chamam de 'morum', e se espalham pelos membros, [...]. Posteriormente, um grande ramo se separa desses, que se conecta a uma das duas aurículas do coração, especificamente à direita, e se divide em três partes. Uma dessas partes entra na cavidade direita do coração, que é a maior. A segunda parte circula externamente pela superfície do coração, distribuindo-se por toda a sua extensão. A terceira parte se conecta às partes inferiores do peito e nutre os membros dessa região. Depois de atravessar o coração, a veia segue reto até alcançar as clavículas do peito (Rhazes, Primeiro Tratado, Cap. V, 1510-1511, f. 10r-10v).

Essa descrição da circulação venosa pode ter expandido os conhecimentos pregados por Galeno, especialmente no que diz respeito à ramificação das veias e seu papel na nutrição dos membros e do corpo. A atenção de Rhazes aos detalhes das veias e sua conexão com o coração, como se espalham para os membros e se conectam à cápsula cardíaca, mostra um aprofundamento das concepções, particularmente no que se refere à rede de vasos que interligam os órgãos vitais. Este trecho reflete uma tentativa de dar uma visão mais integrada da circulação, aperfeiçoando em certos aspectos o entendimento anatômico e fisiológico do corpo humano.

Por fim, cabe destacar que Rhazes também apresentou uma aparente crítica à contagem dos ossos feita por Galeno, em particular à sua inclusão de um osso no coração. Para ele:

[...] quando todos os ossos do corpo forem contados, como Galeno numerou, serão duzentos e quarenta e oito: exceto o osso que está na epiglote, que por louvor à letra grega é chamado de osso semelhante, cuja figura é esta.

Também o osso que está no coração, que por alguns cirurgiões é chamado de cartilagem [...] (Rhazes, Primeiro Tratado, Cap. II, 1510-1511, f. 6v-7r).

Rhazes afirmou que, ao enumerar os ossos do corpo, Galeno os listou como sendo 248, com a exceção de alguns elementos, incluindo um osso encontrado no coração, que, segundo alguns, era denominado cartilagem. Esse ponto exige uma análise cuidadosa, pois a menção direta de Rhazes a Galeno sugere que ele acreditava que a autoridade galênica reconhecia a existência de um “osso” no coração. Contudo, é possível que Rhazes tenha interpretado passagens das obras de Galeno de forma ambígua, especialmente aquelas que tratavam da estrutura do coração, cujas descrições poderiam ter sido entendidas de maneira variável. Galeno, em uma de suas descrições anatômicas, afirmou que:

[...] talvez Aristóteles tenha razão no que disse. Ele afirma, de fato, que o osso é uma espécie de suporte e base do coração, e por isso se encontra nos animais grandes. É, sem dúvida, evidente que um coração grande suspenso em um tórax grande necessitará, logicamente, de uma parte com essas características. [...] a natureza, que em todos os lugares une as origens dos ligamentos a uma cartilagem ou a um osso cartilaginoso, não deixaria de lado os ligamentos do coração [...] uniu as origens de tudo isso a esse osso cartilaginoso, que descrevi nos ‘Procedimentos anatômicos’. Nos animais grandes, portanto, há um osso cartilaginoso e nos pequenos, uma espécie de corpo cartilaginoso. [...] (Galeno, 2010, livro VI, p. 333-334).

Em outra de suas obras, Galeno acrescentou ainda:

De fato, o osso do coração, que há quem pense que existe nos animais grandes, embora não em todos eles, está presente em todos eles e em todos os demais, mas não é realmente osso em todos, e sim cartilagem [...]. E à medida que o tipo de animal é de tamanho mais considerável, a cartilagem adquire maior substância óssea. Por isso, nos animais maiores, nos quais a maior parte de sua substância é óssea, convém mais chamar isso de ‘osso’ e não ‘cartilagem óssea’ (Galeno, 2002, p. 342-343).

Nos fragmentos extraídos das obras de Galeno, observamos certas incertezas nas definições apresentadas. Não há menções diretas ao corpo humano, talvez porque suas observações tenham sido baseadas principalmente em animais mortos ou vivos⁹ e em argumentos teleológicos de que a natureza não faz nada em vão (Aird, 2011, p. 119-120). Galeno reconheceu a teoria de Aristóteles, segundo a qual o osso serve como suporte e base para o coração nos animais de grande porte, observando que a rigidez dessa estrutura seria necessária para garantir a segurança e estabilidade dos ligamentos cardíacos. No entanto, fez questão de esclarecer que essa estrutura nem sempre seria verdadeiramente óssea. Em muitos casos, tratava-se de uma cartilagem que, nos animais maiores, adquiria características de estrutura óssea, enquanto nos menores permanecia predominantemente

⁹ Como porcos e bois, frequentemente usados como exemplos em várias de suas obras.

cartilaginosa. Desta forma, quando Rhazes mencionou um osso no coração, é possível que ele estivesse lidando com essas diferentes concepções apresentadas por Galeno, que não excluem o ser humano, mas tampouco oferecem uma definição clara e universal sobre a natureza dessa substância cardíaca.

De volta ao excerto da obra de Rhazes, o uso de “alguns cirurgiões” na frase em que descrevia o que seria chamado de cartilagem¹⁰, pode indicar que ele estava ciente de interpretações divergentes ou de uma possível confusão terminológica. Há, portanto, uma possível sobreposição de tradições, na qual Rhazes pode ter combinado o conhecimento galênico com tradições locais ou interpretações que surgiram após Galeno, como era comum na medicina árabe, que frequentemente harmonizava textos antigos com observações e classificações mais recentes. Este aspecto é fundamental para nossa discussão, pois reflete a complexidade do processo de circulação de saberes e a adaptação desse conhecimento em diferentes contextos históricos, geográficos e culturais.

Isso nos permite abrir um parêntese nas análises dos tratados para voltarmos brevemente às questões relacionadas à tradução de obras do grego para o árabe. Entre os séculos VIII e X, a medicina árabe antiga enfrentou um confronto com a medicina grega, especialmente na terminologia, à medida que termos árabes para órgãos, doenças e remédios foram desafiados pela terminologia grega trazida pelas traduções. Esse processo foi impulsionado pela ascensão do árabe como língua administrativa e pela diminuição do uso do grego, gerando uma crescente demanda por traduções para o árabe e o siríaco. A tradução de obras médicas, filosóficas e científicas exigiu a criação de novos termos e a adaptação dos existentes, principalmente para conceitos como a fisiologia humoral, sem correspondentes diretos no árabe. A aplicação dos princípios de Galeno para uma terminologia científica consistente foi limitada devido à complexidade do processo. Esse movimento de tradução foi impulsionado pelo declínio do grego nos centros helenizados e pela ascensão do árabe no império árabe islâmico, substituindo o aramaico e o copta (no Egito) até o final do século X. Embora não tenham criado dicionários bilíngues amplos, os tradutores elaboraram glossários técnicos e médicos, encontrados em fontes como os dicionários siríacos do final do século IX e nas obras dos primeiros médicos árabes (Biesterfeldt, 1994, p. 68; Endress, 2001, p. 161-162).

¹⁰ Não encontramos, nas obras de Rhazes, uma discussão clara sobre a diferença entre osso e cartilagem. Ele define os ossos como responsáveis pelo sustento e movimento do corpo, conectados por uma substância especial chamada ligamento, descrito como um corpo branco, duro e sem sensibilidade (Rhazes, *Liber Almansoris*, primeiro tratado, cap. I, f. 2r-4v).

Esse enriquecimento do léxico ocorreu de diversas maneiras: pela transliteração direta de termos gregos, pela adaptação de palavras estrangeiras à estrutura árabe ou pelo emprego de palavras já existentes com novos significados científicos. Isso tornou possível abordar conceitos e temas que eram inéditos para a tradição linguística árabe. Um exemplo notável é o termo grego *to xérion* (remédio em pó), que foi inicialmente adotado como *iksīrīn*, derivado do siríaco, e posteriormente transformado em *iksīr* no árabe, com o acréscimo do artigo definido *al-iksīr*. Esse termo, ao ser traduzido para o latim, deu origem à palavra moderna “elixir” (Micheau, 1985).

De volta às fontes, encontramos no manuscrito de outro médico persa ramificações dessa rede de saberes, que se estendiam entre diferentes áreas da medicina árabe e suas interações com as tradições médicas em grego. ‘Alī ibn al-‘Abbās al-Majūsī, latinizado como Haly Abbas (930-994), abordou em sua obra “*Kāmil al-Sinā‘ah al-Tibbīyah*” (980 d.C) uma série de questões sobre o corpo humano, aprofundando a compreensão dos processos fisiológicos do coração, pulmão e circulação sanguínea. Ibn al-Majūsī, em muitos pontos, refletiu a herança dos estudos galênicos, mas também se propôs a reinterpretar e expandir esses conhecimentos à luz das observações feitas por ele. Ao tratar da anatomia do coração, ele escreveu:

Quanto ao coração: ele é composto de fibras de diferentes disposições, e a maior parte de sua carne é sólida. A diferença na disposição das fibras se deve ao movimento distinto que realiza, ou seja, à sua expansão e contração. [...] os pulmões envolvem o coração de todos os lados, assim como a mão envolve os objetos que segura, como mencionamos anteriormente. Seu formato é semelhante ao de uma semente de pinheiro [...] O topo do coração é cônico e ligeiramente inclinado para o lado esquerdo, pois o espírito vital reside neste lado do coração, e a grande artéria, da qual se originam as artérias que irrigam os outros órgãos, brota deste lado, sendo possível perceber o pulso no lado esquerdo (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala¹¹ 3, cap. 21, 2022, l. 1-8).

Essa descrição, que coloca o coração como um órgão estruturado por fibras e com características particulares de movimento, ecoa a teoria de Galeno sobre a anatomia do coração, mas também revela uma interpretação mais detalhada das funções fisiológicas do órgão. Ao descrever o coração como um órgão com fibras de disposições distintas, que se expandem e contraem, Ibn al-Majūsī tentou aprofundar a compreensão do funcionamento do coração como um mecanismo complexo. A relação que ele estabeleceu entre a localização do “espírito vital” e a anatomia do órgão, além de sua ênfase na artéria que emerge do coração, refletiu uma fusão de teoria anatômica com princípios fisiológicos.

¹¹ Artigo ou discurso.

Sobre a cavidade direita do coração, Ibn al-Majūsī observou:

A cavidade direita contém duas aberturas: uma pela qual entra a veia cava, que transporta o sangue proveniente do fígado para essa cavidade. No ponto de entrada desta veia, há três membranas que se conectam de dentro para fora, de modo que se abrem quando o sangue entra, mas se fecham após a entrada, impedindo que o sangue saia durante a expansão do coração. A segunda abertura é por onde sai a veia não pulsante, cuja estrutura é semelhante à de uma artéria, e que se dirige aos pulmões para nutri-los, conforme explicamos anteriormente ao tratar dos pulmões (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 3, cap. 21, 2022, l. 13-19).

Ibn al-Majūsī propôs aqui uma organização do sistema cardiovascular que se alinhava em grande parte com os ensinamentos de Galeno, particularmente em sua ênfase nas funções das válvulas do coração, responsáveis por controlar o fluxo sanguíneo e impedir o retorno do sangue. No entanto, a descrição de Ibn al-Majūsī, que menciona as “membranas” que se abrem e fecham, refletiu uma tentativa de dar maior clareza e precisão à explicação dos mecanismos fisiológicos. Essa adição não apenas deu uma compreensão mais detalhada dos movimentos das válvulas, mas também um aprofundamento nas ideias galênicas que buscavam compreender o funcionamento do sistema circulatório de forma mais ampla.

Na descrição da cavidade esquerda do coração, ele afirmou:

Quanto às duas aberturas na cavidade esquerda: uma delas é a abertura da veia pulsante, que se assemelha à veia não pulsante [...]. Este é o vaso por onde o ar passa dos pulmões para o coração e o sangue vai do coração para os pulmões. Na abertura desse vaso, há duas membranas, com a parte superior voltada de fora para dentro, que se abrem quando o ar entra do pulmão para o coração. A outra abertura na cavidade esquerda é a abertura do grande vaso pulsante chamado aórtico, que é a origem de todas as artérias do corpo. Esta abertura possui três membranas, com a parte interna voltada para fora, permitindo a saída do sangue e do espírito vital do coração, impedindo sua entrada após isso (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 3, cap. 21, 2022, l. 20-27).

O excerto demonstra uma das contribuições de Ibn al-Majūsī na anatomia cardiovascular, ao abordar a estrutura da artéria pulmonar e da aorta. Sua observação das duas camadas musculares na artéria pulmonar é um exemplo da crescente atenção aos detalhes morfológicos dos vasos sanguíneos. Ao contrário das descrições anteriores, que eram mais superficiais, a identificação dessas camadas reflete um esforço para entender a complexidade funcional e estrutural do sistema vascular. Da mesma forma, ao descrever a aorta com maior precisão, Ibn al-Majūsī evidenciou um interesse particular nos vasos principais que desempenham um papel fundamental no fluxo sanguíneo, o que, no contexto de seu tempo, representava uma abordagem mais detalhada e refinada da anatomia humana.

Quanto ao ritmo do coração, ele escreveu:

Essas duas cavidades do coração batem em uníssono, mas a cavidade esquerda bate mais forte, pois contém uma maior quantidade de sangue e espírito vital. A cavidade direita, por sua vez, contém uma quantidade menor de sangue, e por isso seu batimento é mais fraco (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 3, cap. 21, 2022, l. 28-30).

Aqui, Ibn al-Majūsī propôs uma explicação sobre a diferença no ritmo do coração, atribuindo-a à quantidade de sangue presente em cada cavidade. Embora essa ideia fosse semelhante com a teoria galênica de que o coração distribuía o sangue e os humores vitais para o corpo, a ênfase no “espírito vital” como um fator determinante do ritmo cardíaco revelou um elemento particular da medicina árabe medieval, que buscava conectar a fisiologia com os princípios espirituais e filosóficos herdados da tradição aristotélica. A explicação de Galeno estava centrada mais na distribuição dos fluidos do que em uma concepção unificada de ritmo vital.

Assim como Rhazes, Ibn al-Majūsī também arriscou comentar sobre a presença de uma estrutura óssea no coração. Quanto a isso, ele disse:

Na base do coração, no ponto mais largo, há um osso cartilaginoso que se assemelha à base do coração. O coração é envolvido por uma membrana chamada “cápsula do coração”, que não está diretamente conectada ao coração, havendo um espaço entre ela e o coração (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 3, cap. 21, 2022, l. 38-41).

Ibn al-Majūsī perpetua a ideia de Galeno de que há uma substância rígida associada ao coração, posicionando-a especificamente na base e atribuindo-lhe um papel estrutural. A menção a um “osso cartilaginoso” em vez de simplesmente cartilagem pode ser interpretada como uma tentativa de descrever a adaptação dessa estrutura em diferentes espécies, considerando que a rigidez varia conforme o porte do animal, como sugerido por Galeno e reafirmado por Rhazes. Enquanto Galeno focava na funcionalidade do osso ou cartilagem como suporte para os ligamentos cardíacos, Ibn al-Majūsī contextualiza essa estrutura dentro de uma visão mais ampla da anatomia do coração, abordando também a relação com o pericárdio. A referência à cápsula do coração é particularmente relevante porque destaca a separação entre o coração e seu revestimento.

Por fim, Ibn al-Majūsī descreveu a rede de veias que se ramificam a partir do coração:

[...] a parte que sobe passa até entrar no diafragma, onde se dividem duas veias que nele se inserem para alimentá-lo. Depois disso, ramificam-se dele veias finas que se conectam à membrana que divide o tórax em duas metades, às coberturas do coração e à glândula conhecida como timo. Em seguida, ramifica-se dele uma parte que se conecta à aurícula do coração, dividindo-se em três seções: a primeira entra na cavidade direita das cavidades do coração e vai para os pulmões; essa

é a maior dessas seções e é conhecida como a veia arterial, pois sua formação se assemelha à de uma veia pulsante. A segunda circunda o coração externamente, distribuindo-se por toda a sua superfície e alimentando-o. A terceira vai para a parte inferior do tórax, nutrindo os músculos entre as costelas e outras estruturas presentes ali. Após ultrapassar a região firme, ramificam-se dele numerosas veias finas, semelhantes a cabelos em sua espessura, que se distribuem nas partes superiores das membranas que dividem o tórax em duas metades (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 2, cap. 12, 2022, l. 39-45).

Ibn al-Majūsī ainda definiu outras ramificações do sistema de veias que se espalham por todo o corpo. Sua observação sobre a comunicação funcional entre as ramificações terminais de veias e artérias revela uma tentativa de compreender a circulação sanguínea de forma integrada, sugerindo que o fluxo entre esses vasos não é apenas físico, mas também funcional. A descrição das diversas ramificações das veias e artérias em regiões como o tórax, os pulmões e a cabeça demonstrou uma tentativa de mapear o percurso e a distribuição dos vasos. Ibn al-Majūsī detalhou como as estruturas maiores se ramificavam em vasos menores, alimentando órgãos específicos, e observou como as veias se dividiam ao se aproximarem da clavícula, criando um complexo sistema de irrigação. Ibn al-Majūsī se aproximou ainda de um entendimento da diferença funcional entre veias e artérias (Ibn al-Majūsī, vol. 1, maqala 2, cap. 12, , 2022 [980 d.C], l. 46-62).

Avicena, uma base importante no medievo e também receptor da medicina antiga, pouco contribuiu com esse tema. Na verdade, optou por seguir as tradições, descrevendo a anatomia e funcionamento dos órgãos de acordo com aquilo que aprendeu nos manuscritos que teve acesso. Quanto à estrutura e forma do coração, manteve as descrições de Galeno, admitindo a existência de passagens (poros) entre as cavidades. Para ele:

[...] dentro dele [coração] há três ventres, a saber, dois grandes ventres, e um ventre médio, que Galeno chamou de fossa, ou passagem, não ventre, para que seja um receptáculo de nutrientes, pelo qual ele se nutre, uma substância densa e forte, semelhante à substância dele, e a energia do espírito gerado nele a partir do sangue sutil. E entre os dois ventres estão os caminhos; esses caminhos se dilatam quando o coração se dilata, e se estreitam ao longo de seu comprimento. E a base do ventre esquerdo é mais alta que a base do ventre direito, e a base do ventre direito desce muito. E as veias pulsantes são as artérias criadas, e todas, exceto uma delas, têm duas camadas [...] (Avicena, Livro III, Disc. I, Seção XI, Trat. I, Cap. I, 1507a, f. 257vb – 258ra).

O excerto de Avicena demonstra a integração entre anatomia galênica, filosofia aristotélica e metafísica árabe, caracterizando o coração não apenas como órgão funcional, mas como centro de transformação vital. A descrição dos ventrículos, das artérias e do ventre médio enquanto passagem reflete a tentativa

de compreender a dinâmica cardiovascular sob a lente das teorias greco-romanas. O coração é visto como o local onde o sangue, ao ser refinado, gera o espírito vital (pneuma), substância sutil que conecta o material ao imaterial, alimentando o corpo e a alma. A distinção entre a base elevada do ventrículo esquerdo e a posição mais baixa do direito simboliza uma hierarquia orgânica comum à cosmologia médica medieval, que atribuía maior nobreza ao lado esquerdo, relacionado ao calor vital e à energia arterial.

Em outra passagem, encontramos novas evidências do retorno a teorias não apenas galênicas, mas também aristotélicas. Para Avicena:

Deus criou a concavidade do coração esquerdo para que fosse o depósito do espírito e a fonte de sua geração. Ele também criou o espírito como portador das virtudes da alma, conduzindo-as aos membros dos animais, por meio de si mesmo. Assim, Deus produziu primeiro o apêndice das forças da alma, que é o espírito, e, em seguida, o fez fluir para os membros do corpo, ainda por meio dele. Ele gerou o espírito a partir da sutileza dos humores e de sua natureza ígnea, assim como criou o corpo a partir da densidade dos mesmos e de sua natureza terrena. (Avicena, *Trat. I*, Cap. I, 1507b, f. 544ra).

A passagem de Avicena sobre o coração, influenciada pela concepção cardiocêntrica de Aristóteles, destacava a importância desse órgão não apenas na fisiologia, mas também nas emoções e na cognição. Aristóteles via o coração como o centro vital do ser humano, encarregado da circulação sanguínea e da regulação das emoções; ele afirmava que “o princípio dos sentidos e de todas as virtudes animais deve estar no coração, e é por isso que o coração é criado primeiro” (Aristóteles, *Livro XV*, 1992 [350 a.C.], f. 97). No entanto, ele atribuía ao cérebro uma função distinta, não o reconhecendo como a fonte das emoções ou da inteligência. Com uma clara perspectiva cardiocentrista, Aristóteles estabelecia o coração como a verdadeira sede da ‘alma’, das emoções e do intelecto, conferindo uma formalidade a essa ideia que perdurou por séculos (Castro; Landeira-Fernandez, 2011, p. 803). Uma ideia claramente oposta à de Platão, que atribuía ao cérebro, uma posição central (cefalocentrista). Ele pregou que:

[...] os primeiros em regularidade e lisura que, em virtude da sua precisão, eram mais capazes de produzir fogo, água, ar e terra, o deus escolheu-os separadamente dos outros gêneros, misturou-os uns com os outros na medida certa, concebendo uma mistura de sementes para todo a espécie mortal, e produziu a medula a partir deles. Em seguida, plantou e aprisionou nela os gêneros de alma, e, na sua distribuição inicial, dividiu imediatamente a medula em figuras equivalentes em número e qualidade aos das figuras que estava destinado que cada espécie tivesse. Depois, moldou em forma de círculo perfeito essa parte da medula, a qual, semelhante a um terreno lavrado, havia de receber a semente divina, e chamou-lhe “encéfalo”, de tal forma que, quando cada ser vivo estivesse acabado, o recipiente que o contivesse seria a cabeça. Aquilo que era suposto conter o resto da alma (a sua parte mortal) dividiu-o em figuras redondas e, ao mesmo tempo, alongadas;

a este conjunto deu o nome “medula”, e, lançando a partir delas os laços de toda a alma [...] (Platão, 2011, p. 177).

Um pouco mais tarde, no século XIII, essa rede teórica foi enriquecida pelas contribuições de Ibn al-Nafis (1213-1288), médico natural de Damasco, que viveu grande parte da sua vida no Cairo. Em seu tratado “*Sharḥ Tashrīḥ al-Qānūn*” (Comentário sobre a Anatomia em Al-Qanun) (1242 d.C), ele contestou diretamente as teorias de Galeno e Avicena sobre a circulação sanguínea, argumentando que o sangue não se deslocava diretamente do ventrículo direito para o esquerdo. Em vez disso, propôs que passava pelos pulmões, onde se misturava com o ar, antes de retornar ao ventrículo esquerdo. Essa revisão marcou uma mudança substancial, evidenciando o questionamento e adaptação dos saberes antigos dentro das redes de conhecimento em expansão. Em suas palavras:

Essa cavidade (onde o sangue é afinado) é a cavidade direita das duas cavidades do coração. Se o sangue é afinado nessa cavidade, deve necessariamente passar para a cavidade esquerda, onde o espírito é criado. Mas entre essas duas cavidades não há passagem, pois essa parte do coração é fechada e não tem aberturas aparentes, como alguns acreditavam, nem uma abertura não aparente adequada para a passagem desse sangue, como Galeno acreditava. Os poros do coração estão obstruídos e seu corpo é espesso, e não há dúvida de que o sangue, quando afinado, passa na veia arteriosa para o pulmão para permear sua substância e se misturar com o ar, sua parte afinada purificada; e depois passa na artéria venosa para chegar à cavidade esquerda [...]; tendo se misturado com o ar e se tornado apto para a criação do espírito. O que resta dessa mistura, menos atenuada, o pulmão usa para sua própria nutrição (Ibn al-Nafis, 1988, p. 293-294).

O excerto de Ibn al-Nafis sobre a circulação do sangue apresenta uma abordagem distinta em relação às concepções galênicas, revelando a complexidade das discussões médicas árabes. Ao afirmar que o septo do coração não possui poros, sejam eles visíveis ou invisíveis, Ibn al-Nafis contradiz a visão de Galeno, que sugeria a existência de passagens entre os ventrículos. Essa ideia trouxe uma nova perspectiva sobre o trajeto do sangue, destacando que ele se move dos ventrículos aos pulmões para se misturar com o ar e retornar ao coração. A ênfase dada à importância dos pulmões nessa circulação indica uma ampliação do entendimento das funções cardíacas e respiratórias.

A ideia da existência desses chamados poros, desconsiderado por Ibn al-Nafis, intrigou os anatomistas por mais de mil anos, sendo considerada uma peça essencial no modelo proposto por Galeno. Isso ocorria porque, na época, não se reconhecia que uma grande quantidade de sangue circulava dos pulmões para o coração. No ventrículo esquerdo, acreditava-se que o sangue se misturava com o pneuma, derivado do ar inalado, dando origem ao chamado “espírito vital”, que

era distribuído pelo corpo através do sangue arterial. Parte desse espírito vital chegaria ao cérebro, onde se transformaria em “espírito animal”, posteriormente transmitido pelos nervos, que eram vistos como estruturas ocas. Durante o processo de formação do “espírito vital” no ventrículo esquerdo, pensava-se que resíduos fuliginosos eram gerados e retornavam ao pulmão por meio da veia pulmonar, sendo eliminados do corpo durante a expiração (West, 2008, p. 1878). Essa era a concepção aceita, de Galeno até Ibn al-Nafis!

Além disso, Ibn al-Nafis também descreveu as estruturas e funções do coração, buscando corrigir conceitos que, segundo ele, não correspondiam aos achados empíricos. Isso incluía questionar a noção de que o coração possuía três ventrículos e a ideia de uma comunicação direta entre os ventrículos direito e esquerdo. Para ele:

[...] E a afirmação dele [Avicena] de que o coração tem três ventrículos [...] não está correta, pois o coração tem apenas dois ventrículos, um preenchido com sangue no lado direito e o outro preenchido com o espírito no lado esquerdo, e entre esses dois não há absolutamente nenhuma abertura, pois se houvesse, o sangue passaria para o local do espírito e estragaria sua essência. Além disso, a dissecação desmente o que eles disseram, já que o septo entre essas duas cavidades é muito mais espesso do que em outras partes, para evitar que sangue ou espírito passem e se percam. [...] novamente, a afirmação dele [Avicena] de que o sangue que está no lado direito serve para nutrir o coração não é verdadeira de forma alguma, pois a nutrição do coração vem do sangue que passa pelos vasos que permeiam o corpo do coração (Ibn al-Nafis, 1988, p. 388-389).

A citação de Ibn al-Nafis destaca uma crítica direta às concepções de Avicena e Galeno sobre a estrutura e função do coração. Ao afirmar que o coração possuía apenas dois ventrículos e que o septo entre eles não permitia passagem de sangue, Ibn al-Nafis corrigiu a noção de comunicação direta por poros, ideia defendida por Galeno. Ele reforçava sua análise ao mencionar a espessura do septo, que impedia a mistura entre sangue e espírito, preservando suas propriedades distintas. Essa observação sublinhava a importância dos pequenos vasos coronários. Com isso, Ibn al-Nafis se distancia das ideias amplamente aceitas de seu tempo.

Ibn al-Nafis também descreveu a função dos pulmões, sugerindo que estes desempenhavam um papel vital na oxigenação do sangue, algo que Galeno não reconheceu adequadamente. Para ele:

O pulmão é composto por partes, uma das quais são os brônquios, a segunda as ramificações da artéria venosa e a terceira as ramificações da veia arteriosa, e todas estas são conectadas por uma carne solta e porosa. [...] A necessidade do pulmão pela veia arteriosa é transportar para ele o sangue que foi afinado e aquecido no coração, para que o que se infiltra através dos poros dos ramos desse vaso nos alvéolos do pulmão possa se misturar com o ar ali presente e se combinar com ele, e o composto resultante se torne apto a ser espírito quando essa mistura

ocorre na cavidade esquerda do coração. A mistura é levada à cavidade esquerda pela artéria venosa (Ibn al-Nafis, 1988, p. 293-294).

O excerto de Ibn al-Nafis oferece uma descrição detalhada da anatomia e da função do pulmão em sua relação com o sistema cardiovascular. Ele apontou que os brônquios, as ramificações da artéria venosa e da veia arteriosa são unidas por um tecido poroso que permite a circulação e a mistura do sangue com o ar. A veia arteriosa tem, segundo ele, a função de transportar o sangue refinado e aquecido no coração até os pulmões. Nos alvéolos pulmonares, o sangue se infiltra através dos poros das ramificações e se mistura com o ar, preparando-se para formar o espírito vital na cavidade esquerda do coração.

Os meios pelos quais Ibn al-Nafis (1213–1288) conseguiu essas informações ainda são incertos. Não se sabe se suas conclusões sobre a circulação pulmonar foram resultado de conjecturas teóricas, experimentos em animais, como macacos, ou autópsias humanas sistemáticas. O que se sabe é que somente 300 anos depois estudiosos europeus alcançaram a mesma descoberta, com as (re)descobertas de Michael Servetus (1511–1553) e Matteo Realdo Colombo (1516–1559). Somente em 1547 a obra de Ibn al-Nafis foi publicada, traduzida para o latim por Andrea Alpago de Belluno (1450–1521). Antes disso, permaneceu esquecida (Martins e Silva, 2009, p. 1248-1249; Al-Ghazal; Zubairi, 2022, p. 3).

Considerações finais

A medicina árabe medieval configurou-se como um espaço de integração entre diferentes tradições médicas, articulando saberes gregos, persas, sírios e indianos em uma rica rede de práticas e teorias. Centros como a escola nestoriana de Gundishapur foram cruciais para ampliar os limites (se é que limites podem ser definidos) do conhecimento médico. Movimentos de tradução, como o iniciado em Bagdá no século IX com o apoio de califas como al-Manşūr e al-Ma'mūn, marcaram a circulação e a reelaboração do saber médico, resultando na criação de um vocabulário técnico em árabe que permitiu a sistematização e adaptação das teorias herdadas.

Longe de se limitar a uma mera reprodução, os médicos árabes reinterpretaram criticamente os textos gregos, oferecendo novas perspectivas para temas centrais, como a anatomia e a circulação sanguínea. Trabalhos como os de Rhazes, Ibn al-Majūsī e Ibn al-Nafis exemplificam um olhar atento e questionador sobre as concepções de Galeno, introduzindo nuances que dialogavam com as práticas e debates de sua época. Essa abordagem produziu textos que refletiam

as dinâmicas do ambiente intelectual árabe, no qual os saberes não eram apenas transmitidos, mas também reconfigurados com base em novas observações e questões filosóficas.

Esses movimentos de tradução e interpretação não apenas transformaram a medicina árabe, mas também ressoaram em outros contextos. Durante o Renascimento, a redescoberta e a tradução desses textos para o latim permitiram que a Europa medieval entrasse em contato com uma medicina que transcendia suas próprias fronteiras. Assim, a prática médica árabe medieval evidenciou o caráter fluido e relacional do saber, um processo contínuo de intercâmbio em que múltiplas tradições contribuíram para compreensões mais amplas e complexas sobre o corpo humano e a saúde.

Referências

- AIRD, W. C. Discovery of the cardiovascular system: from Galen to William Harvey. **Journal of thrombosis and haemostasis**. Carrboro, vol. 9, nº1, p. 118-297, julho/2011.
- AL-GHAZAL, Sharif Kaf; ZUBAIRI, Rumaisa. Ibn al-Nafis – The First who described the Pulmonary Blood Circulation. **Journal of the British Islamic Medical Association**. Londres, vol. 10, nº 4, p. 1-6, maio/2022.
- ARISTÓTELES. **De animalibus - Part Three, Books XV–XIX – Generation of Animals**. Michael Scot's Arabic–Latin Translation. Leiden/New York/Cologne: Brill, 1992.
- AVICENA. Libellus de viribus cordis. In: **Liber canonis Auicenne reuisus et ab omni errore mendaque purgatus summaque cum diligentia impressus**. Veneza, 1507b. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_KFbsVhOVfasC. Acesso em: 17 dez. 2024.
- AVICENA. **Liber canonis Auicenne reuisus et ab omni errore mendaque purgatus summaque cum diligentia impressus**. Veneza, 1507a. Disponível em: <https://archive.org/details/libercanonisauiooavicgoog>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BIESTERFELDT, H. H.. Zur medizinischen Terminologie des arabisch-islamischen Mittelalters. In: JACQUART, Danielle (Org.). **La formation du vocabulaire scientifique et intellectuel dans le monde árabe**. 1ª ed. Turnhout: Brepols Publishers, 1994. p. 66-90.
- CASTRO, Fabiano S.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Alma, corpo e a antiga civilização grega: as primeiras observações do funcionamento cerebral e das atividades mentais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 798–809, dezembro/2011.
- DELIZOICOV, Nadir Castilho. **O movimento do sangue no corpo humano: história e ensino**. 2002. Tese em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- DELIZOICOV, Nadir Castilho. Trajeto do Sangue no Corpo Humano: Instauração - Extensão - Transformação de um Estilo de Pensamento. **Atas do II Encontro**

Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Valinhos. p. 01-13, setembro/1999.

ENDRESS, Gerhard. Bilingual lexical materials in the arabic tradition of the hellenistic sciences. In: HAMMESSE, Jacqueline; JACQUART, Danielle (Org.). **Lexiques bilingues dans les domaines philosophique et scientifique (Moyen Âge - Renaissance).** Paris: Brepols, 2001. p. 161-174.

GALENO. Del uso de las partes. In: **Biblioteca Clásica Gredos, 389.** Tradução Mercedes López Salvá. Madri: Editorial Gredos, 2010.

GALENO. Procedimientos anatómicos. Libros I-IX. In: **Biblioteca Clásica Gredos, 305.** Tradução Mercedes López Salvá. Madri: Editorial Gredos, 2002.

GALENO. Sobre las facultades naturales – Las facultades del alma siguen los temperamentos del cuerpo. In: **Biblioteca Clásica Gredos, 313.** Tradução Juana Zaragoza Gras. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

GUTAS, Dimitri. **Greek Thought, Arabic Culture: the Graeco-Arabic translation movement in Baghdad and early ‘Abbāsid society (2nd–4th/8th–10th c.).** Londres: Routledge, 1998.

HIPÓCRATES. The heart. In: LLOYD, Geoffrey Ernest Richard (Org.). **Hippocratic Writings.** Tradução de G. E. R. Lloyd, J. Chadwick, W. N. Mann, I. M. Lonie e E. T. Withington. Londres: Penguin Books, 1984. p. 468-473.

IBN AL-MAJŪSĪ. **Kāmil al-Sinā’a al-tibbīya.** Developed and maintained by CCRAS-NIIMH, Ministry of AYUSH, Government of India, 2022. Disponível em: http://ccras.res.in/kamil/#/caraka_ebook_view. Acesso em: 2 mai. 2025.

IBN AL-NAFĪS. **Kitab Sharh Tashreeh Al-Qanun.** Qattaya S. (edit.). Cairo: The Supreme Council for Culture and the Egyptian Book Bureau. 1988.

JACQUART, Danielle; MICHEAU, Françoise. **La médecine arabe et l’Occident médiéval.** Paris: Maisonneuve et Larose, 1990. 271 p.

MARTINS E SILVA, João Alcindo. Da descoberta da circulação sanguínea aos primeiros factos hemorreológicos (1ª parte). **Revista Portuguesa de Cardiologia.** Lisboa, v. 28, n. 11, p. 1245-1268, novembro/2009.

MICHEAU, Françoise. **L’âge d’or de la médecine arabe. L’Histoire,** Paris, n. 74, jan. 1985. Disponível em: <https://www.lhistoire.fr/l%C3%A2ge-dor-de-la-m%C3%A9decine-arabe>. Acesso em: 17 dez. 2024.

NUTTON, Vivian. Logic, Learning, and Experimental Medicine. **Science.** Washington, v. 295, n. 5556, p. 800-801, fevereiro/2002.

PLATÃO. **Timeu-Crítias.** Tradução do grego, introdução, notas e índices: Rodolfo Lopes. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

PORMANN, Peter E.; SAVAGE-SMITH, Emilie. **Medieval Islamic Medicine.** Cairo: The American University in Cairo Press, 2007.

RHAZES. **Liber Almansoris.** In: Opera parua Abubetri filii Zacharie filii arasi, vol. 1. Lyon, 1510/11, ff. 1r-216v. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/106091D3>. Acesso em: 2 mai. 2025.

STANDRING, Susan. A brief history of topographical anatomy. **Journal of Anatomy.** Cambridge, v. 229, n. 7, p. 32-62, julho/2016.

WEST, John B. Ibn al-Nafīs, the pulmonary circulation, and the Islamic Golden Age. **Journal of Applied Physiology.** Baltimore, v. 105, n. 6, p. 1877-1880, dezembro/2008.



Recebido em 12/12/2024
Aceito em 10/02/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56477

ARTIGO

História Urbana: variedade temática, interdisciplinaridade, conceitos e base teórica

Urban History: thematic variety, interdisciplinarity, concepts and theoretical basis

Jaciane Aparecida Jesus da Cruz

Mestranda em História na Universidade Estadual de Santa Cruz

<https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>

RESUMO: O presente artigo busca pensar a História Urbana como variedade temática, enfatizando sua interdisciplinaridade e relevância para a compreensão das dinâmicas das cidades. Através de revisão bibliográfica, analisa conceitos e bases teóricas que conectam a História Urbana aos campos historiográficos, sendo eles História Econômica, História Política e História Cultural, partindo da máxima que toda história é social. Destaca-se ainda a evolução das cidades enquanto palimpsestos históricos e culturais, abrangendo a complexidade social, econômica e espacial das áreas urbanas. A cidade é apresentada como produto e processo, refletindo relações de poder e transformações socioculturais. O artigo reafirma a importância de integrar diversas abordagens teóricas para compreender a dinâmica urbana, consolidando a História Urbana como uma variedade essencial para a historiografia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço urbano. Historiografia Urbana. Estudos do Urbano.

ABSTRACT: This article seeks to consider Urban History as a thematic variety, emphasizing its interdisciplinarity and relevance for understanding the dynamics of cities. Through a bibliographic review, it analyzes concepts and theoretical bases that connect Urban History to the historiographical fields, namely Economic History, Political History and Cultural History, based on the maxim that all history is social. It also highlights the evolution of cities as historical and cultural palimpsests, encompassing the social, economic and spatial complexity of urban areas. The city is presented as a product and process, reflecting power relations and sociocultural transformations. The article reaffirms the importance of integrating diverse theoretical approaches to understand urban dynamics, consolidating Urban History as an essential variety for contemporary historiography.

KEYWORDS: Urban space. Urban Historiography. Urban Studies.

Introdução

O século XIX na Europa foi marcado pelo crescimento e expansão das cidades, notadamente em lugares como Londres e Paris, devido à Revolução Industrial. Esse aumento urbano impulsionou os primeiros esforços de planejamento urbano. Líderes europeus enfrentaram o desafio de ordenar e higienizar as cidades, buscando soluções para a vida urbana. Nesse contexto, estudiosos como Fustel de Coulanges (2006), Max Weber (2004) e George Simmel (1995) refletiram sobre o passado urbano, oferecendo valiosos testemunhos sobre a cidade e sua evolução na segunda metade do século XIX (Raminelli, 1997, p. 271).

Fustel de Coulanges, considerado o primeiro historiador moderno dedicado ao estudo da cidade, causou polêmica acadêmica com seu trabalho “A Cidade Antiga” (1864). Ele investigou a relação entre religião, política e o modelo de Estado greco-romano, abordando a origem da propriedade privada e as revoluções que moldaram essas sociedades. Seu foco estava na organização das cidades-estado destacando a evolução social desde a família até a pólis. Coulanges argumentou que a sociedade grega se desenvolveu a partir da família, necessitando da pólis para alcançar seu estágio mais avançado. O “ser político” nasceu na cidade refletindo as preocupações da segunda metade do século XIX, marcada pela ideia de progresso e teorias sobre a ordenação e compreensão das etapas da história humana (Raminelli, 1997, p. 272).

A hermenêutica urbana se refere à interpretação do espaço urbano como um texto. Ou seja, como uma obra que pode ser analisada, interpretada e compreendida em sua complexidade. É relevante observar uma abordagem que pense a cidade como um produto cultural e histórico, cujo significado vai além de sua função utilitária, para melhor compreender seu contexto e evolução ao longo do tempo (Lepetit, 2001).

Dessa forma, este texto busca fazer um levantamento bibliográfico, expondo e discutindo, sobre a colocação da História Urbana como uma variedade temática que está conectada aos três campos da História: Econômica, Política e Cultural (partindo da máxima de que toda história é social). Além disso, busca-se expor conceitos e bases teóricas para estudos em História Urbana, além de levantar a questão da interdisciplinaridade.

As investigações urbanas envolvem equipes interdisciplinares, ampliando os objetos de pesquisa para reconstruir a complexidade da estrutura social e

destacar as relações no espaço urbano. Essa “Nova História Urbana” se caracteriza pelo emprego de teorias para organizar o extenso material empírico, reconhecendo que os dados não se organizam naturalmente em conjuntos compreensíveis (Raminelli, 1997, p. 276-277).

A necessidade de se pensar a História Urbana como variedade temática

Há uma emergência da História Urbana para se consolidar como uma variedade temática do conhecimento histórico, principalmente no mundo ocidental. Silva (2002) busca apontar e analisar os principais eventos, marcos e discussões, que pautaram essa emergência utilizando como base a literatura britânica e estadunidense da segunda metade do século XX¹, em específico as décadas de 1960, 1980 e 1990. De acordo com Silva (2002)

Isso ocorre devido ao papel pioneiro desempenhado pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos no avanço das análises históricas sobre a cidade, bem como ao potencial de disseminação internacional proporcionado pela língua na qual essas contribuições foram formuladas (Silva, 2002, p. 75).

A principal dificuldade na identificação do surgimento desse campo de conhecimento decorre da ausência de uma definição clara do que poderia ser denominado como História Urbana. Ao longo do tempo, a história das cidades tem se confundido com a própria narrativa das civilizações e do território, abrangendo tanto a história local quanto a história dos países e das regiões. O gênero estabelecido das biografias urbanas, até as primeiras décadas do século XX, era predominantemente composto por obras de não especialistas em história (Silva, 2002, p. 76).

Tanto a história do urbanismo quanto a organização física dos sítios urbanos eram, por sua vez, principalmente abordadas por arquitetos e/ou urbanistas, nem sempre historiadores de formação. Essa produção permaneceu, por muito tempo, vinculada ao domínio da história da arte e/ou da arquitetura, com pouca ou nenhuma ênfase em aspectos econômicos, sociais ou políticos. Basicamente, referia-se mais à dimensão estética e formal, dentro do contexto da história da produção cultural (Silva, 2002, p. 76).

¹ A literatura britânica e estadunidense da segunda metade do século XX desempenhou um papel central na consolidação da História Urbana como campo de conhecimento devido à sua vanguarda na análise histórica da cidade e à ampla difusão proporcionada pela língua inglesa. Essa produção se destacou por marcos epistemológicos e debates historiográficos que influenciaram a historiografia ocidental, especialmente nas décadas de 1960, 1980 e 1990. A escolha por essa literatura, para o autor (Silva, 2002) se justifica pela sua relevância internacional, embora implique a exclusão de contribuições significativas de outras tradições não difundidas em inglês.

Outra fonte de interesse pelo contexto urbano surge das perspectivas historiográficas originadas em outros campos disciplinares². Abordagens provenientes principalmente da geografia, mas também da demografia, têm-se mostrado especialmente fecundas nesse sentido. A partir dessa diversidade de perspectivas, surgiram contribuições relevantes, algumas vezes com enfoques temáticos, como é evidenciado na história da urbanização, ou em abordagens em que o ambiente urbano se destaca como elemento crucial na interpretação histórica, como no caso do papel das cidades no desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2002, p. 76). Essa produção historiográfica, caracterizada por sua considerável heterogeneidade, apresenta poucas referências teóricas comuns, não revelando uma identificação clara com um campo denominado “História Urbana”, configurando-se melhor como uma temática distribuída pelos campos fundamentais da historiografia - economia, política e cultura. Um caso peculiar é observado na Suécia onde existe uma tradição expressiva em História Urbana desde o início do século XX, fundamentada na história local. Isso inclui a criação, em 1919, do Instituto de História Urbana no país³ (Silva, 2002, p. 76).

Questões da historiografia

Somente a partir de meados do século XX é que começaram a surgir as primeiras iniciativas para a formação de um campo de conhecimento específico: a História Urbana. Como era de se esperar, essas iniciativas tiveram origem nos países com uma rica tradição em produção historiográfica, notadamente Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os estudos voltados para os processos de desenvolvimento, industrialização e urbanização ocupavam uma parte significativa das preocupações dos pesquisadores em ciências sociais. Essa abordagem do urbano difere substancialmente dos trabalhos anteriormente dominantes, como biografias urbanas e história do urbanismo (Silva, 2002, p. 76). Assim,

2 As perspectivas historiográficas sobre o urbano derivam de diferentes campos disciplinares, especialmente da geografia, da demografia e da economia. A geografia urbana contribuiu para a análise da organização espacial das cidades, do crescimento urbano e da relação entre espaço e sociedade. Já a demografia trouxe abordagens sobre o crescimento populacional, os fluxos migratórios e as transformações sociais no meio urbano. Além disso, uma perspectiva econômica e social interpreta as cidades como elementos centrais no desenvolvimento do capitalismo, destacando seu papel como centros de produção, comércio e inovação.

3 A produção historiográfica sobre o urbano é bastante heterogênea, sem referências teóricas comuns ou uma identificação clara com um campo específico denominado “história urbana”. No entanto, a Suécia representa um caso particular nesse contexto, pois, desde o início do século XX, desenvolveu uma tradição consolidada de estudos urbanos, fortemente baseada na história local. Essa tradição foi institucionalizada em 1919 com a criação do Instituto de História Urbana, evidenciando um esforço pioneiro na sistematização desse campo de estudo.

Se, por um lado, a necessidade de transdisciplinaridade foi uma questão consensual, o mesmo não pode ser dito da inserção da História Urbana em relação ao conjunto da ciência histórica. Duas posições antagônicas se delinearam. De um lado, aqueles que viam na História Urbana um campo de conhecimento específico e diferenciado do resto da produção historiográfica. A contemplação dos processos ligados ao fenômeno urbano complementou e forneceu elementos explicativos a dimensões não abordadas pelo conjunto da história social (Silva, 2002, p. 78).

O termo “urbano” não pode ser aplicado de maneira simplista ao conceito de cidade. O adjetivo “urbano” se refere a uma dimensão específica da história que não é adequadamente explicada por outros quadros de referência, da mesma forma que ocorre com a história econômica ou a história cultural. Embora não estejam formalmente incluídos no grupo de historiadores urbanos, Henri Pirenne e Fernand Braudel personificavam e ilustravam uma perspectiva que enfatizava a dimensão urbana como um elemento crucial na explicação do desenvolvimento histórico, ou seja, a “cidade como um processo” (Silva, 2002, p. 78).

Em oposição à perspectiva de “cidade como processo”, é possível observar historiadores e cientistas sociais que veem o espaço urbano apenas como o cenário onde ocorrem conflitos e transformações sociais. Alguns deles, paradoxalmente, autodenominavam-se historiadores urbanos por um período. Contudo, nessa abordagem, não existia uma História Urbana como um domínio específico, os fenômenos abordados eram considerados apenas incidentes urbanos. Essa visão ficou conhecida como a perspectiva “urbano como sítio” (*urban as a site*) em inglês. Na verdade, esse debate ultrapassa e precede a formação dos grupos autodenominados historiadores urbanos. A historiografia marxista, na pessoa de Hobsbawm e Hilton, questiona o papel da História Urbana, visto que

No famoso artigo “*From Social History to the History of Society*”, questiona o potencial da História Urbana como paradigma explicativo da mudança social. Outra referência importante, também na mesma linha crítica, é o artigo de R. H. Hilton, *Towns in English feudal society*, que questiona a interpretação de Henri Pirenne de que as cidades são a antítese e fator de desagregação da sociedade feudal (Silva, 2002, p. 80-81).

Há, portanto, uma extensa linha de questionamento não apenas relacionada à História Urbana, mas abrangendo todas as análises de processos sociais que utilizam o urbano como categoria de estudo. Na Europa, a “constituição da História Urbana” foi atribuída à formação do “grupo de Leicester”, enquanto nos Estados Unidos, o papel equivalente foi desempenhado pelo *New Urban History*. Este último surgiu com a conferência *Nineteenth Century Industrial City*, em 1968, organizada por Richard Sennett e Stephan Thernstrom na Universidade de Yale.

A História Urbana concebida pelo *New Urban History* adotou uma perspectiva sociológica contrastando com um enfoque mais econômico do grupo de Leicester. O *New Urban History* se destacou pela busca de conexões entre dados históricos e teoria sociológica, pela aplicação de abordagens quantitativas e pelo interesse em aspectos das experiências cotidianas. Embora inicialmente entusiástico, o movimento enfrentou críticas devido à falta de explicação do contexto nos comportamentos analisados. No entanto, sua contribuição significativa foi a transferência de métodos sociológicos para o estudo urbano, evidenciada no projeto coletivo de pesquisa, o *Philadelphia Social History Project*, liderado por Hershberg. Este projeto utilizou análises informatizadas para examinar o desenvolvimento metropolitano, comportamentos sociais e conexões entre organização espacial e relações sociais no contexto da industrialização.

O ano de 1980 marcou um período significativo na História Urbana, com a realização da *Dyos Memorial Conference*. Inicialmente organizada por Dyos e, após sua morte, por Derek Fraser e Anthony Sutcliffe, a conferência ocorreu em um contexto de certo desencanto. Apesar disso, a década de 1980 foi prolificamente produtiva para a História Urbana. Nesse período, as críticas às abordagens quantitativas estadunidenses estavam amplamente absorvidas e a experiência do *Philadelphia Social History Project*, embora não pudesse ser um modelo geral, apresentou resultados interessantes.

A produção historiográfica urbana na Inglaterra permaneceu abrangente e multifacetada, mas durante a década, surgiu uma considerável produção tanto francesa⁴ quanto alemã⁵. Houve uma diminuição das ambições explicativas da História Urbana, marcada pela cautela em relação a uma “interpretação urbana da história”, após as críticas dos anos 1970. A década também testemunhou um aumento nas contribuições da sociologia e a manutenção do peso hegemônico das biografias urbanas, agora contextualizadas em vez de isoladas.

Na década de 1990, a História Urbana europeia manteve sua dinâmica e produtividade com avanços notáveis em projetos de pesquisa, publicações e associações nacionais e redes, como a Associação Europeia de Historiadores Urbanos. Esse dinamismo contrasta com a posição marginal da História Urbana nos Estados Unidos. Apesar dos avanços na transdisciplinaridade, houve

4 O principal aspecto foi a fusão entre história urbana e história social, contrastando com a abordagem adotada na Grã-Bretanha. Destaca-se, ainda, a publicação coletiva e de grande relevância de *Histoire de la France urbaine*, uma obra em cinco volumes lançada entre 1980 e 1985 (Le Goff et al., 1980-1985).

5 A produção alemã se consolidou com foco na história das administrações locais, além de abordagens econômicas, demográficas e do cotidiano (Pinol, 1991, p. 6-9).

reconhecimento dos desafios na prática efetiva dessa abordagem. A produção, embora efervescente, carece de sínteses abrangentes, sendo predominantes as coletâneas com contribuições limitadas por barreiras nacionais.

A transcendência da dimensão local foi um grande desafio nos anos 1990, e as biografias urbanas, tema constante desde os anos 1960, continuaram a ser predominantes. As análises sobre biografias urbanas evoluíram ao longo do tempo, passando de uma previsão de extinção para uma consideração como produção adequada para historiadores juniores na década de 1980. Nos anos 1990, percebeu-se que as biografias persistem, em parte, devido à estrutura da pesquisa acadêmica, mas estratégias de transcendência foram propostas, como estudos comparativos e análises de redes urbanas.

As perspectivas de desenvolvimento destacam o risco de empobrecimento da História Urbana devido à fragmentação de interesses em grupos específicos, como períodos históricos ou temas como planejamento/urbanismo e morfologia urbana. Essa crítica guarda semelhança surpreendente com as objeções à abordagem “urbano como sítio”, na qual o objeto é considerado acidentalmente urbano (Silva, 2002, p. 85). Em parte, essa crítica surge da persistente busca por desenvolver uma compreensão abrangente do objeto, enriquecida por diversas contribuições.

Ao longo da evolução dos estudos urbanos, observamos repetidas tentativas de criar esse conhecimento completo, frequentemente na busca por uma teoria geral sobre o urbano, todas sem êxito. A complexidade e pluridimensionalidade inerentes ao domínio do urbano e da cidade exigem a adoção de diversas abordagens historiográficas. Ou seja, isso posiciona a História Urbana como uma variedade temática que abrange uma diversidade de subtemas, como a História Urbano-Portuária, Culturas Urbanas, Urbanização para Industrialização e entre outros. O crucial é que a cidade permaneça sempre como o objeto central de estudo, reconhecendo sua natureza multifacetada e complexa. Dessa forma, é necessário integrar diferentes conhecimentos e abordagens para aprimorar a compreensão da dinâmica urbana.

Assim, a História Urbana, como temática de estudo, concentra-se na análise da evolução das cidades ao longo do tempo, buscando compreender não apenas os aspectos físicos, mas também as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas que moldaram e foram moldadas pelo ambiente urbano. Sua abordagem interdisciplinar é fundamental ao estabelecer diálogos com áreas

como a sociologia, antropologia, geografia, arquitetura, economia, ciência política e literatura para obter uma compreensão holística das cidades.

Teorias como a dos lugares centrais, produção do espaço e urbanas críticas exploram as interações entre o espaço urbano e a sociedade. A cidade é frequentemente contextualizada como um palimpsesto, onde diferentes camadas do passado coexistem com o presente, representando distintos períodos históricos. A História Urbana está intrinsecamente ligada aos processos de modernização e urbanização, examinando as transformações sociais na era da modernidade.

A interdisciplinaridade nos estudos urbanos

A História Urbana constitui um ramo especializado na investigação do desenvolvimento de áreas urbanas e cidades ao longo do tempo. Este campo abrangente analisa uma variedade de elementos, incluindo a origem e expansão das cidades, as transformações sociais, econômicas e culturais presentes nas zonas urbanas, as dinâmicas de poder, as mudanças arquitetônicas e a interação entre o ambiente urbano e seus habitantes.

Mais do que apenas examinar as estruturas físicas, a História Urbana se concentra nas experiências humanas intrínsecas a esses ambientes. Além disso, destaca-se ao explorar o papel das cidades como pólos de inovação, comércio, cultura e política. Esta temática de estudo não apenas desvela a evolução destes centros urbanos, mas também investiga minuciosamente as complexidades sociais, econômicas e políticas que emergem nesses contextos urbanos, assim como redes urbanas e na relação entre a(s) cidade(s) e a sua região - como as regiões metropolitanas.

Além disso, a História Urbana se concentra nas mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorrem nas áreas urbanas, revelando as dinâmicas de transformação que moldam as comunidades urbanas. As relações de poder também ocupam um espaço significativo, sendo estudadas para compreender como as estruturas de liderança e influência se desenvolvem e se transformam nas configurações urbanas.

Na frente social, a História Urbana examina as interações humanas dentro das cidades, investigando como as comunidades urbanas evoluem, organizam-se e se adaptam. Questões de classe, estratificação social e diversidade são abordadas para revelar as dinâmicas sociais que moldam a vida urbana. A análise das relações de poder nas cidades, incluindo estruturas políticas e movimentos

sociais, proporciona uma visão aprofundada das forças que influenciam a trajetória das comunidades urbanas.

A contraposição entre as classes em uma sociedade radicalmente dividida faz com que as contradições na construção, ordenamentos e usos das cidades aflorem, mas, de acordo com Lepetit (2001) esse processo não só não inviabilizou historicamente a cidade capitalista, como é seu principal fundamento:

A cidade não dissocia: ao contrário, faz convergir em no mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais cinco pares de evolução de certas formas produzidas ponto A complexidade é imensa (Lepetit, 2001, p. 177).

A perspectiva política na História Urbana destaca o papel das cidades como centros de governança, inovação e conflito. A evolução dos sistemas políticos urbanos, desde a antiguidade até os dias atuais, é explorada para compreender como as cidades se tornam pontos cruciais de tomada de decisões e palcos de transformações políticas significativas (Benevolo, 2005).

No âmbito cultural, a História Urbana mergulha na riqueza das expressões artísticas, arquitetônicas e intelectuais que emanam das cidades. A diversidade cultural, as práticas cotidianas, as manifestações artísticas e as influências recíprocas entre a cidade e sua cultura são estudadas para capturar a identidade única de cada ambiente urbano.

Por fim, a análise econômica na História Urbana examina o papel das cidades como centros de comércio, inovação econômica e produção. O estudo das transformações econômicas, ao longo do tempo, incluindo o desenvolvimento de mercados, a industrialização e as consequências das mudanças econômicas globais, contribui para uma compreensão abrangente do papel econômico das cidades.

Em conjunto, essas frentes, perspectivas e abordagens da História Urbana convergem para formar um quadro rico e interconectado. Ao integrar aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos, esta disciplina oferece uma narrativa holística que revela a dinâmica e a complexidade das cidades ao longo de sua história, contribuindo para uma compreensão mais profunda das sociedades urbanas. A interdisciplinaridade na História Urbana se evidencia na integração de conceitos provenientes da arquitetura, geografia, sociologia, antropologia, economia e outras áreas afins. A análise da formação e expansão das cidades, por exemplo, requer uma compreensão não apenas das mudanças arquitetônicas,

mas também das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldam esses espaços urbanos.

A sociologia desempenha um papel crucial ao examinar as relações de poder nas cidades, investigando como as estruturas sociais se desenvolvem e influenciam as comunidades urbanas. A antropologia, por sua vez, contribui para a compreensão das experiências humanas dentro desses ambientes, explorando a interação entre o ambiente urbano e seus habitantes (Castells, 2014). A geografia urbana oferece uma perspectiva espacial, analisando a distribuição e a organização dos elementos urbanos, enquanto a economia fornece insights sobre as questões econômicas e comerciais que moldam o crescimento urbano. A interação entre cultura e cidade é um campo fértil para a colaboração com historiadores da cultura e estudiosos das artes (Santos, 1993; Singer, 2002).

Além disso, a História Urbana se beneficia da interdisciplinaridade ao explorar o papel das cidades como centros de inovação e política. A integração de conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas permite uma análise mais abrangente e contextualizada, revelando as complexas interconexões que caracterizam o desenvolvimento urbano ao longo da história. Em suma, a História Urbana, ao se valer da interdisciplinaridade, enriquece suas narrativas e interpretações, proporcionando uma compreensão mais profunda e holística da evolução das cidades e das sociedades que nelas habitam. Essa abordagem colaborativa destaca a importância de considerar uma variedade de perspectivas para capturar a riqueza e a complexidade da História Urbana.

Conceitos e base teórica para estudos em História Urbana

A cidade, para Singer (2002), é o epicentro do poder e da classe dominante, liberada das responsabilidades diretas da produção. Carlos (2008), pensa o espaço urbano sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, em duas frentes, a produção e a reprodução.

Castells se destaca pela conceitualização do espaço urbano e do processo de urbanização na América Latina. Já Harvey, com a produção do espaço, explora a relação entre capitalismo e espaço, evidenciando como este é reflexo das relações sociais. Enquanto Lefebvre, defende a participação cidadã na criação do espaço urbano, criticando a urbanização capitalista.

Segundo Singer (2002, p. 18), a cidade é sede do poder, e em consequência, da classe dominante. Esta que se encontra livre das obrigações diretas da produção.

Além disso, a origem da sociedade de classes é anterior a da origem da cidade. Porém, é com a aglomeração urbana que a divisão do trabalho se expande.

A cidade, originária da cidade-estado, não cria elementos inéditos, como o comércio, mas transforma sua função e estrutura ao longo do tempo. Com o surgimento da produção regular e especializada de bens mais sofisticados na Idade Média, o espaço urbano passa a desempenhar um papel central na organização econômica e social. Esse processo reflete não apenas avanços técnicos, mas também a consolidação de novas formas de dominação social, uma vez que a cidade se estrutura em torno de relações hierárquicas de poder, controle do trabalho e distribuição da riqueza. Assim, a cidade se constitui como um espaço de inovação na organização da produção e na regulação das interações sociais, tornando-se um pólo essencial para a vida política, econômica e cultural.

Harvey (2005), vai além das fronteiras da geografia ao dialogar com demais áreas das Ciências Humanas, - Economia, Antropologia, Ciências Políticas, etc, - ao fazer sua investigação teórica. Tal postura – aliada às concepções marxistas, permite análises temáticas como capital fixo e a acumulação de valor na economia globalizada e de alta tecnologia, além da reflexão sobre a vida e a cultura urbana. Harvey relaciona a teoria da acumulação com o entendimento da estrutura espacial e com a análise de Marx acerca da localização.

Para Marx, o crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. “A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista” (Harvey, 2005, p. 43). Primeiramente, é preciso pensar um dos aspectos da circulação, sendo o primeiro deles o movimento físico real de mercadorias do lugar de produção ao lugar de consumo. Esse é o aspecto que integra o processo produtivo, e, portanto, gerador de valor. Dessa forma, a indústria do transporte e da comunicação que vende mudança de localização é diretamente produtora de valor, visto que a condição espacial, quando considerada economicamente, é ligada ao transporte do produto ao mercado, já que este pertence ao processo de produção.⁶ “Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte” (Harvey, 2005, p. 50). Assim,

A paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso. Além disso, as crises nos investimentos do capital fixo são consideradas como sinônimo, em muitos aspectos, da transformação dialética do espaço geográfico (Harvey, 2005, p. 55).

6 Do ponto de vista da produção, faz parte do desenvolvimento das forças de produção pelo capital a redução dos custos da circulação real no espaço (Harvey, 2005, p. 49).

A avaliação burguesa da localização só se aplica como expressão de configurações ideais em condições específicas. A teoria marxista, por sua vez, instrui sobre a conexão teórica entre a acumulação e a transformação das estruturas espaciais, oferecendo uma compreensão teórica e material para entender as interações entre a geografia e a história (Harvey, 2005, p. 55).

O propósito da acumulação capitalista é atendido quando há a formação de um sistema geográfico integrado de produção e troca, mesmo que o capitalismo tenha que absorver modos não-capitalistas de produção (Harvey, 2005, p. 56-58). Lefebvre, baseando-se em Marx e Engels, apresenta duas acepções ao conceito de produção. Seria:

Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. (...) A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (Lefebvre, 2011, p. 105-106).

O conceito mais restrito se refere a produtos, sendo:

A produção, o produto, o trabalho, conceitos que emergem simultaneamente e permitem fundar a economia política, constituem abstrações privilegiadas, abstrações concretas: elas permitem analisar as relações de produção. Quanto ao conceito de produção, ele só se torna plenamente concreto e recebe seu conteúdo com a resposta às questões que ele permite colocar: “Quem produz? O que? Como? Por que e para quem?” (Lefebvre, 2011, p. 106-107).

Já o espaço social engloba coisas produzidas em uma relação de coexistência e simultaneidade, implicando múltiplos conceitos. Sua relação com a produção está na própria produção do espaço. Os espaços são produtos feitos a partir da matéria-prima advinda da natureza e de uma atividade econômica. “O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial” (Lefebvre, 2011, p. 126).

Além disso, a cidade não se limita apenas a ser um produto econômico, mas também é uma criação política e cultural. Ela é produzida como uma máquina para o aproveitamento de um modo de produção, mas, como é feita e habitada por pessoas, transcende essa função. A cidade é palco de dinâmicas sociais complexas, onde interagem diversas formas de poder, cultura e identidade. Esses aspectos são cruciais para entender como os espaços urbanos são vividos e transformados pelos seus habitantes. A reflexão sobre o espaço urbano deve, portanto, incluir a dimensão humana e cultural, reconhecendo que as cidades são moldadas tanto por forças econômicas quanto por práticas sociais e culturais dos seus moradores.

Carlos analisa a produção do espaço urbano dentro da perspectiva aberta pelo materialismo histórico e dialético.⁷ Para a autora, isso não é uma transposição de categorias de análise marxista para Geografia, mas de sua superação, buscando repensar essa ciência e a sua capacidade de analisar a relação do ser humano dentro da mesma e o significado do espaço (Carlos, 2008, p. 14). A autora considera a industrialização como ponto de partida da investigação da análise do urbano, por conta de relações desse meio entendendo a cidade enquanto processo e não enquanto fábrica. Para isso é preciso pensar não só nas intervenções, mas na discussão da paisagem como forma de manifestação no espaço, o ciclo do capital - como elemento do processo de produção espacial, - e o papel dos movimentos sociais e do Estado na produção e reprodução do espaço urbano (Carlos, 2008, p. 14-15). Sobre o ciclo do capital e as relações de trabalho, Carlos afirma que

No que se refere à primeira questão, parece-nos que a discussão da materialização do ciclo do capital como unidade entre processo de produção e de circulação (esta envolvendo a distribuição e a troca) coloca a discussão numa outra perspectiva. Este ponto de vista implicaria analisar o urbano considerado como condição geral do processo de reprodução do capital, e desta feita, em última análise, o espaço urbano se reproduziria como capital fixo. O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações, econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural e filosófica (Carlos, 2008, p. 23).

O espaço geográfico não é a base da história mundial, mas sim o produto das relações fundamentadas na divisão do trabalho, advinda da relação do ser humano com a natureza no momento histórico determinado. Assim, um processo de produção e reprodução tem como base a acumulação técnica-cultural e a relação dialética entre o velho e o novo. Sendo o velho, o espaço como meio de produção, e o novo, o processo de produção atual em si (Carlos, 2008, p. 34). Para a autora:

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz) (Carlos, 2008, p. 34).

Logo, o espaço geográfico pode ser entendido como movimento historicamente determinado da produção social. Sendo, assim, a produção como

⁷ Como o materialismo histórico, a concepção de história redefine a relação homem-natureza que se coloca em outro patamar de fundamental importância no entendimento do espaço urbano (Carlos, 2008, p. 257).

uma análise do momento particular do todo e suas articulações e conexões com o movimento geral. Enquanto a reprodução, pode ser vista como o processo de realização e acumulação do capital e o desenvolvimento da vida humana (Carlos, 2008, p. 34). Para Ana Fani Carlos o conceito de lugar pode ser visto como uma forma de decompor o fenômeno espacial ou abordar a questão da diferenciação, mas isso só acontece quando se vai além da ideia dele como um fato isolado. Nesse contexto, o lugar não é definido pela escala, mas sim como uma parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada no desenvolvimento desigual.

Sob essa perspectiva, pode conceber o lugar como uma representação espacial delineada pelos entrelaçamentos impostos pela divisão espacial do trabalho, articulada e determinada pela totalidade espacial. Portanto, não é uma forma autônoma com vida própria uma vez que sua origem está vinculada ao caráter social do trabalho que molda o espaço geográfico (Carlos, 2008, p. 42). Carlos conceitua paisagem urbana como forma de manifestação do urbano que tende a “revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; nesse contexto, a análise já introduziria os elementos da discussão do urbano considerado como processo” (Carlos, 2008, p. 43).

Seria ela a concretização da realidade das representações das relações sociais reais que a sociedade cria em seu processo de desenvolvimento. “A paisagem não é só produto da história; ela reproduz a história, a concepção que o homem tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer, do beber, enfim do viver” (Carlos, 2008, p. 46). Assim,

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho considerado como atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos etc. (Carlos, 2008, p. 48).

O espaço construído se refere ao choque presente na paisagem urbana, o que a autora chama de contrastes (diferenças). Se referem aos usos do solo, em função da divisão social do trabalho, refletindo as contradições presentes na produção do espaço urbano. Dessa forma, a cidade concentra construções estéticas e diferenciadas feitas pelo movimento humano e na relação ser humano-natureza, uma relação de produção e consumo do ambiente urbano (Carlos, 2008, p. 50-51). Ou seja,

A paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz, um produto da história das relações materiais

dos homens que a cada momento adquire uma nova dimensão; específica de um determinado estágio do processo de trabalho vinculado à reprodução do capital (Carlos, 2008, p. 56).

O processo de trabalho, essencial para a valorização do capital, utiliza o trabalhador e a cidade como meios diretos. Isso ocorre porque o capital possibilita a disponibilidade de trabalho não remunerado, enquanto a cidade se concretiza como condições gerais de produção, especialmente através do desenvolvimento da rede de circulação que busca eliminar a distância entre mercado e fábrica pela redução do tempo. Sobre o movimento na paisagem, a autora afirma que marca o ritmo, o modo e o pensar da vida, e que o capitalismo criou um novo modo de produção e um novo homem, que está cada vez mais menos identificado com o espaço que o seu trabalho criou, direta ou indiretamente (Carlos, 2008, p. 59).⁸

Acerca do uso do solo urbano:

A cidade é essencialmente o lócus da concentração de meios de produção e de concentração de pessoas; é o lugar da divisão econômica do trabalho, é o lugar da divisão social do trabalho dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (Carlos, 2008, p. 83-84).

Dessa forma, a cidade, e o estudo desta ultrapassa a linha das atividades físicas, estruturais e populacionais. Chegando a questões socioeconômicas e da atuação e dos interesses do capital, mesmo que o nascimento da cidade seja anterior ao capitalismo.

Considerando como uso do solo para o processo de reprodução do capital, o espaço será analisado como capital fixo; como uso para a reprodução da vida, ele será examinado como meio de consumo coletivo (Carlos, 2008, p. 92).

Há um processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo, isso por conta da análise do espaço urbano feita pela perspectiva da realização da mais valia capitalista. Porém, com a mudança da perspectiva, - o urbano agora visto como local de indústria, trabalho social, mercadorias, mão de obra e materialização das condições de produção - há a mudança de análise, sendo, agora, a cidade vista como meio e produto do processo de reprodução da sociedade. Segundo Carlos:

O processo capitalista se desenvolve a partir da universalização das trocas e internacionalização do capital, aprofundando a divisão espacial do trabalho e, com isso, o vínculo entre os países. Na verdade, a reprodução do espaço nacional tenderá a manifestar as contradições inerentes ao conjunto mundial, assentadas, basicamente, em relação

⁸ A divisão do trabalho (com a consequente perda de seu conteúdo) e a propriedade privada são os elementos fundamentais para análise do processo de produção espacial. O sistema capitalista tornou o trabalho alienado e sem conteúdo, e o homem, escravo do capital, privando-o da natureza como parte da sua vida inorgânica (Carlos, 2008, p. 257).

à dominação-subordinação pela qual os estados nacionais tendem a aliar-se cada vez mais ao capital multinacional (Carlos, 2008, p. 181).

Dessa forma, a autora pensa uma crise urbana, advinda do contexto descrito acima, alertando para a desigualdade intensa em países dependentes, como é o caso do Brasil. Assim, é papel fundamental dos movimentos sociais urbanos se contrapor ao que Carlos chama de dinâmica internacional – movimento de contradições presentes em sociedades em estado de relação de subordinação e dominação geradas pelo capitalismo.

São essas relações e manifestações que garantem a revolução popular o título de formadora do urbano, no que se refere a sua movimentação e produção no espaço urbano, advindas da força de trabalho e das relações trabalhistas, - cabendo a burguesia a colocação de inventora da cidade como agrupamento para concentrar pessoas e a produção nos moldes capitalistas (Carlos, 2008, p. 181-183).

Sob a perspectiva de Castells (2014, p. 16), o conceito de urbano se refere a uma configuração específica da ocupação do espaço por uma comunidade, caracterizada pela formação de uma aglomeração resultante de uma concentração significativa e de uma densidade relativamente elevada. Para Castells

Mas dito isto, quando se pretende utilizar diretamente esta definição “teórica” numa análise concreta, começam as dificuldades: em que nível de densidade e dimensão pode uma unidade espacial de população ser considerada urbana? Quais são, na prática, os fundamentos teóricos e empíricos de cada um dos critérios? (Castells, 2014, p. 16).⁹

Ou seja, para o autor, o termo “urbanização” se refere ao mesmo tempo tanto à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa de atividades e populações num espaço restrito, como à existência e difusão de um sistema cultural particular, a cultura urbana. Essa confusão é ideológica e tem por finalidade: estabelecer a correspondência entre formas ecológicas e conteúdos culturais; e sugerir uma ideologia de produção de valores sociais baseada num fenômeno “natural” de adensamento e heterogeneidade social (Castells, 2014, p. 26).

Ao contrário de uma percepção comum, o desenvolvimento do capitalismo industrial não resulta no fortalecimento da cidade; pelo contrário, leva praticamente à sua extinção como sistema institucional e organização relativamente autônoma, anteriormente centrada em seus próprios elementos. A ascensão da mercadoria

⁹ “Pero una vez dicho esto, cuando se quiere utilizar directamente esta definición “teórica” en un análisis concreto, empiezan las dificultades: ¿a qué nivel de densidad y de dimensión puede considerarse urbana una unidad espacial de población? ¿Cuáles son, en la práctica, los fundamentos teóricos y empíricos de cada uno de los criterios?” (Castells, 2014, p. 16).

como peça fundamental do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais em um espaço mais amplo, bem como a homogeneização do sistema institucional, contribuem para o desaparecimento da integração entre a forma espacial, a cidade, e a esfera de dominação de uma classe social específica, a burguesia.

A disseminação urbana, nesse contexto, equivale à perda do particularismo ecológico e cultural característico da cidade. Assim, o processo de urbanização e a autonomia do modelo cultural “urbano” emergem como dois fenômenos paradoxalmente contraditórios (Castells, 2014, p. 21). Segundo o autor:

Com efeito, se o crescimento demográfico é elevado, o da população urbana é ainda mais espetacular e as formas espaciais que assume são predominantemente expressivas e carregadas de significado político. Extrair o seu significado em relação ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham na estrutura social parece ser o objetivo comum de análises que vão além da descrição (Castells, 2014, p. 49).¹⁰

O trecho destaca a relação entre o crescimento demográfico, especialmente o crescimento da população urbana, e as formas espaciais que essa população assume nas cidades. Quando o crescimento demográfico é significativo, o crescimento da população urbana é ainda mais notável. As formas espaciais referem-se à maneira como as áreas urbanas se desenvolvem e se organizam fisicamente. Essas formas espaciais não são apenas físicas, mas também carregadas de significado político. Isso significa que a configuração e a distribuição das áreas urbanas não são apenas resultado de fatores demográficos, mas também estão influenciadas por questões políticas e sociais.

O termo “predominantemente expressivo” sugere que as características físicas das áreas urbanas refletem expressões visíveis e simbólicas de ideias, poder ou identidade. O trecho indica que além de simplesmente descrever o crescimento demográfico e as mudanças nas formas urbanas, há um interesse em extrair significado dessas transformações. Compreender o significado dessas formas espaciais em relação ao lugar que ocupam e ao papel que desempenham na estrutura social é identificado como um objetivo comum de análises mais aprofundadas.

Em outras palavras, a análise vai além da mera observação quantitativa, buscando compreender o contexto social e político das mudanças urbanas. O

¹⁰ “En efecto, sí el crecimiento demográfico es alto, el de la población urbana es aún más espectacular y las formas espaciales que toma son principalmente expresivas y están cargadas de significación política. Extraer su sentido en relación al lugar que ocupan y al papel que juegan en la estructura social, parece que es el objetivo común de los análisis que superan la descripción” (Castells, 2014, p. 49).

autor ainda aborda a relação entre o nível econômico, o crescimento demográfico e a urbanização. Primeiramente, destaca-se uma relação inversa entre o nível econômico e o crescimento demográfico, indicando que regiões mais desenvolvidas economicamente tendem a apresentar taxas de crescimento populacional mais baixas devido a fatores como acesso à educação e planejamento familiar.

Além disso, menciona-se a correlação positiva entre o desenvolvimento econômico¹¹ e o grau de urbanização, indicando que, à medida que uma região se desenvolve, é mais provável que sua população viva em áreas urbanas. O trecho analisado conclui com uma comparação histórica, destacando que, mesmo com populações urbanas semelhantes, os países “desenvolvidos” do passado possuíam níveis de industrialização significativamente mais altos do que os países “subdesenvolvidos” atuais. Essa observação ressalta disparidades históricas no desenvolvimento industrial entre esses grupos de países (Castells, 2014, p. 50-51). Para este autor:

Uma sociedade é dependente quando a configuração da sua estrutura social, a nível económico, político e ideológico, reflete relações assimétricas em relação a outra formação social que se encontra em posição de poder em relação à primeira. Por situação de poder entendemos que a estruturação das relações de classe na sociedade dependente reflete a forma de supremacia social adotada pela classe no poder na sociedade dominante (Castells, 2014, p. 55).¹²

O conceito de uma sociedade dependente é introduzido no trecho, caracterizando-a pela presença de relações assimétricas em sua estrutura social em relação a outra formação social que detém poder sobre ela. Essa dependência se manifesta em diferentes níveis, abrangendo aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

A situação de poder é definida pela configuração das relações de classe na sociedade dependente, refletindo a forma de supremacia social adotada pela classe dominante na sociedade que exerce influência. Dessa forma, a dependência social não se limita apenas a desequilíbrios econômicos, mas também incorpora

11 Berlinck e Cohen (1970) definem o crescimento econômico como um processo em que ocorre um persistente aumento da renda real de uma economia. Já, desenvolvimento econômico significa, um processo de mudança da divisão do trabalho na base da qual a maioria ou uma parcela substancial da população de uma sociedade passa a se beneficiar (através da melhoria das suas condições de vida) do crescimento econômico ocorrido. Enquanto isso, a modernização, por sua vez, foi definida como um processo de mudança do comportamento social de uma população onde os novos parâmetros culturais da estrutura são fornecidos pela Revolução Industrial.

12 “Una sociedad es dependiente cuando la configuración de su estructura social, en el nivel económico, político e ideológico, refleja relaciones asimétricas con respecto a otra formación social que se encuentra en relación a la primera en situación de poder. Por situación de poder entendemos que la estructuración de las relaciones de clase en la sociedad dependiente refleje la forma de supremacía social adoptada por la clase en el poder en la sociedad dominante” (Castells, 2014, p. 55).

dinâmicas de poder político e influências ideológicas, com ênfase nas relações de classe como elemento central na compreensão desse fenômeno complexo. Acerca do processo de urbanização latino-americano, Castells afirma que:

A urbanização latino-americana caracteriza-se, portanto, pelas seguintes características: população urbana que excede aquela correspondente ao nível produtivo do sistema; nenhuma relação direta entre emprego industrial e urbanização, mas associação entre produção industrial e crescimento urbano; forte desequilíbrio na rede urbana em benefício de uma aglomeração predominante; aceleração crescente do processo de urbanização; emprego e serviços insuficientes para as novas massas urbanas e, conseqüentemente acentuação da segregação ecológica por classes sociais e polarização do sistema de estatização ao nível do consumo” (Castells, 2014, p. 71).¹³

É possível observar que esse processo apresenta características distintas, incluindo uma população urbana que ultrapassa a capacidade produtiva do sistema, uma associação entre produção industrial e crescimento urbano sem uma relação direta entre emprego industrial e urbanização. Existe um desequilíbrio na rede urbana favorecendo uma aglomeração predominante em detrimento de outras áreas urbanas. Ou seja, o processo de urbanização na região aumenta, mas há insuficiência de empregos e serviços para atender à crescente população urbana. Isso resulta em uma acentuação da segregação sócio-espacial por classes sociais e na polarização do sistema de estatização ao nível do consumo.

Milton Santos (1993) discute como a urbanização moderna é profundamente influenciada pelo desenvolvimento técnico e científico. Para ele, o meio técnico-científico informacional é a base sobre a qual a urbanização contemporânea se desenvolve. Ele argumenta que a tecnologia e a ciência não apenas facilitam a urbanização, mas também a estrutura de maneiras específicas. Esse meio técnico-científico proporciona os instrumentos necessários para a organização do espaço urbano, integrando diferentes territórios e criando redes que conectam diversos pontos da cidade e do país. Santos destaca que o planejamento urbano deve considerar as especificidades locais e regionais, integrando o desenvolvimento econômico, social e espacial. Ele critica modelos de urbanização que replicam padrões internacionais sem considerar as realidades locais. Para Santos, é essencial que o planejamento urbano seja democrático e participativo, envolvendo a comunidade local nas decisões que afetam seu espaço de vida.

13 “La urbanización latinoamericana se caracteriza, pues, por los rasgos siguientes: población urbana que supera la correspondiente al nivel productivo del sistema; no relación directa entre empleo industrial y urbanización, pero asociación entre producción industrial y crecimiento urbano; fuerte desequilibrio en la red urbana en beneficio de una aglomeración preponderante; aceleración creciente del proceso de urbanización; insuficiencia de empleo y servicios para las nuevas masas urbanas y, por consiguiente, acentuación de la segregación ecológica por clases sociales y polarización del sistema de estatificación al nivel del consumo” (Castells, 2014, p. 71).

Castelnou (2007) aborda o surgimento do urbanismo como um saber sistematizado e estruturado na disciplina de “planejamento urbano”. Ele destaca que o urbanismo emergiu como resposta às transformações sociais, econômicas e espaciais trazidas pela Revolução Industrial e pela rápida urbanização dos séculos XIX e XX.

Segundo Castelnou, a necessidade de organizar e planejar as cidades tornou-se evidente com o crescimento desordenado e os problemas urbanos decorrentes, como superpopulação, falta de saneamento básico e desigualdade social. O urbanismo, então, surgiu como uma disciplina científica destinada a enfrentar esses desafios, utilizando metodologias e práticas específicas para ordenar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável e eficiente.

Este autor segue argumentando que o planejamento urbano sistematizado envolve a criação de teorias e ferramentas que permitam aos urbanistas prever e administrar o crescimento urbano. Ele enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar, que integra conhecimentos da sociologia, economia, geografia e outras áreas, para oferecer soluções holísticas e eficazes aos problemas urbanos.

Além disso, sublinha a evolução do urbanismo, ao longo do tempo, desde suas raízes na engenharia e na arquitetura até se tornar uma disciplina autônoma com um corpo teórico próprio. Ele destaca a importância do planejamento urbano participativo, na qual a comunidade local é envolvida nas decisões, garantindo que as soluções urbanísticas sejam adaptadas às necessidades e especificidades de cada região.

É possível definir o espaço geográfico como um “produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante, como as relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade” (Carlos, 1991, p. 15). O homem habita, constrói e reproduz o espaço. Com isso, “o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo geral da sociedade» (Carlos, 1991, p. 15).

Para esta autora há uma relação dialética entre a sociedade e o espaço, visto que “é a ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens”. A existência do espaço geográfico está vinculada a uma organização social e à existência de uma organização laboral (Carlos, 1991, p. 16).

Carlos ainda reflete sobre o trabalho como categoria central da análise do processo espacial e aponta que “o trabalho sendo sempre um processo de apropriação pelo ser humano permite discutir as formas como esta apropriação se

realiza, colocando em discussão hoje o espaço como um produto social apropriado individualmente e, portanto, alienado (Carlos, 1991, p. 17). Para a autora:

Assim, o espaço aparece como um produto estranho à sociedade que o produz, uma vez que o trabalho, exterior ao homem, cria também algo estranho a ele: a alienação que não aparece só no processo, mas no seu resultado (Carlos, 1991, p. 17).

Para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados, os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc. (Spósito, 1994, p. 12).

Eliseu Spósito (1994, p. 88), define infraestrutura urbana como um conjunto de instalações e equipamentos utilizados na extração, transporte e processamento de matérias primas essenciais, nos meios de treinamento da força de trabalho e na fabricação de bens de capital. Sítio urbano, o autor define como área da superfície terrestre na qual se assenta a malha urbana (arruamento de uma cidade). A topografia (variações de altitudes no relevo, que se refere a ondulações ou forma na paisagem que caracterizam a superfície terrestre) pode influir na expansão do sítio urbano (Spósito, 1994, p. 89). Já o solo urbano é a camada superficial da Terra que se estende pelo sítio urbano, onde se estrutura uma cidade, ao qual liga-se a capacidade de se obter renda fundiária e as diferentes possibilidades de se produzir terrenos ou de se construir edificações (Spósito, 1994, p. 90). Território é a extensão relativa a uma área ou um país da base geográfica do Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania, e as pessoas exercem suas atitudes de produção e consumo (Spósito, 1994, p. 90).

Conforme Santos (2005, p. 74), a urbanização é definida como o resultado de processos historicamente determinados, que se manifestam como a localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais. Para elucidar essa perspectiva, Santos emprega as noções de estrutura, função e forma, considerando que elas estão no cerne da interpretação da evolução espacial. Essas noções são analisadas em sua inter-relação com a sociedade-realidade e o movimento/processo dessa evolução, abrangendo os objetos resultantes dessas atividades — as formas, que são examinadas tanto por seu aspecto material quanto por seus atributos técnicos e sociais.

Enquanto isso, Maria da Encarnação Spósito (2005) pensa a cidade como um resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes. Para ela, essas cidades são

transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (Spósito, 2005, p. 11).

Dessa forma, pensa-se que a cidade assumiu, como o capitalismo, uma capacidade de produção, que a diferenciava totalmente do processo da urbanização ocorrido na Antiguidade. É nisso que consiste a diferença entre a cidade e o urbano. A cidade antecede ao urbano. E o urbano passa a existir com o capitalismo, - e a Revolução Industrial, - momento em que o espaço se torna socialmente produzido e o território passa a ser mercadoria.

Considerações Finais

A História Urbana, como variedade temática, transcende uma abordagem tradicional focada exclusivamente nos aspectos físicos das cidades, ampliando-se para englobar suas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Este artigo evidencia a evolução dessa área de estudo, destacando sua constituição a partir de múltiplas influências disciplinares, como a sociologia, geografia, economia e antropologia, além de sua relação intrínseca com teorias que interpretam a cidade como produto cultural e histórico. A interdisciplinaridade emerge como aspecto essencial, permitindo um entendimento mais profundo e abrangente da dinâmica urbana. A cidade é apresentada não apenas como um espaço de habitação e trabalho, mas como um palimpsesto, onde camadas de diferentes períodos históricos coexistem e interagem.

Por meio de conceitos teóricos como os de produção do espaço, direito à cidade e urbanização crítica, autores como Lefebvre, Harvey, Castells e Carlos oferecem bases fundamentais para analisar a cidade enquanto reflexo das relações sociais e motor de transformação histórica. Este estudo reforça que a História Urbana não é apenas um reflexo da urbanização moderna ou das condições materiais de produção; ela também se preocupa em compreender como os espaços urbanos influenciam e são influenciados pelos seus habitantes. Assim, os centros urbanos são revelados como arenas de inovação, tensão, conflito e evolução cultural.

A Geografia Brasileira, especialmente por meio das contribuições de Milton Santos, desempenhou um papel fundamental nos estudos urbanos, ao abordar a complexidade do espaço urbano e suas dinâmicas sociais e econômicas. Santos foi pioneiro na análise da cidade, destacando a importância de compreender o processo de urbanização a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

Ele explorou as relações entre o espaço e a sociedade, considerando o impacto da globalização e as desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras. Santos também enfatizou a ideia de que a cidade não deve ser entendida apenas como um aglomerado de edificações, mas como um produto das interações sociais, culturais e políticas (Santos, 1993; 1994).

Por fim, este artigo buscou contribuir para firmar a História Urbana como uma variedade temática indispensável para o entendimento das sociedades contemporâneas, destacando a relevância do diálogo interdisciplinar para construção do conhecimento histórico.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- BERLINCK, Manoel Tosta; COHENS, Youssef. Desenvolvimento econômico, crescimento econômico e modernização na cidade de São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-64, jan./mar. 1970.
- CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. 3ª ed. 4ª reimpressão. Cidade do México: Siglo XXI, 2014.
- CASTELNOU, Antonio. **Teoria do Urbanismo**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- COULANGES, Fustel de. Cap III: Forma-se a cidade; Cap IV: A cidade. In: **A cidade antiga**. Editora das Américas S.A. EDAMERIS, São Paulo, 2006.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
- LE GOFF, J. (Org.). **Histoire de la France urbaine**. Paris: Editions du Seuil, 1980-1985.
- LEPETIT, Bernard. É Possível uma Hermenêutica Urbana? In: **Por uma nova História Urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2001, p. 137-153.
- PINOL, J. L. **Le monde des villes au XIX siècle**. Paris: Hachette, 1991.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: **CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 271-296.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

SILVA, Luis Octávio. História Urbana: A constituição de uma área de conhecimento. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v.4, n.1/2 – maio/novembro, 2002, p. 75-89.

SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito (1903). In: SIMMEL, Georg. **Gesamtausgabe**, vol. 7. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1995, p. 116-131.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

SPÓSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

WEBER, Max. Tipologia das Cidades. In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol 2. Editora da UNB: São Paulo, 2004.



Recebido em 12/12/2024
Aceito em 30/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56473

ARTIGO

Mobilizações femininas contra a carestia na Campanha pela Paz e no Movimento Custo de Vida

Women's mobilizations in the Campanha pela Paz and Movimento Custo de Vida

Ana Clara Nunes Tavares

Doutoranda em História Social da Cultura pela PUC-Rio

<https://orcid.org/0009-0002-6284-2011>

Layana Sales de Oliveira

Mestra em História Social da Cultura pela PUC-Rio

<https://orcid.org/0000-0002-0755-9603>

RESUMO: Este artigo busca apresentar a organização política feminina em torno de dois movimentos distintos: a Campanha pela Paz (1948-1953) e o Movimento Custo de Vida (1973-1982). Circunscritos a períodos históricos comumente analisados pela historiografia na chave da ruptura, os movimentos apresentam importantes pontos de convergência, ilustrando como os problemas sociais impactaram a vida das trabalhadoras e os repertórios de mobilização utilizados por elas atravessaram tanto o período pós-“Estado Novo” como o pós-“Milagre Econômico” da Ditadura Militar. O estudo se baseia em fontes primárias, como prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), manifestos, atas e boletins produzidos pelos movimentos, além de periódicos e entrevistas. Dialoga com a história social do trabalho e a história das mulheres para compreender as estratégias de resistência e as formas de engajamento feminino na luta contra a carestia.

PALAVRAS-CHAVE: Campanha pela Paz. Movimento Custo de Vida. Carestia.

ABSTRACT: Wof knowledge between different areas in order to promote a more critical use of these sources, whether in biographical studies, intellectual history or other possibilities. This article aims to present women's political organization around two distinct movements: the Campanha pela Paz (1948-1953) and the Movimento Custo de Vida (1973-1982). Although framed within historical periods commonly analyzed by historiography through the lens of rupture, these movements share important points of convergence, illustrating how social problems impacted the lives of working women and how their mobilization repertoires extended across

both the post-“Estado Novo” period and the post-“Economic Miracle” phase of the Military Dictatorship. The study is based on primary sources, such as records from the Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), manifestos, meeting minutes, and bulletins produced by the movements, as well as newspapers and interviews. It engages with labor history and women’s history to understand strategies of resistance and forms of women’s engagement in the struggle against the high cost of living.

KEYWORDS: Campanha pela Paz. Movimento Custo de vida. High cost of living.

Introdução

A luta contra a carestia, tema recorrente na história brasileira, ocupou um lugar central nas mobilizações populares ao longo do século XX. Para as mulheres trabalhadoras, esse tema estava diretamente ligado às suas responsabilidades cotidianas e às condições estruturais de desigualdade enfrentadas por elas. Em diversos momentos históricos, as dificuldades geradas pela inflação e pelo aumento do custo de vida provocaram mobilizações que transcendiam o espaço doméstico, engendrando novos repertórios de ação política (Tilly, 1976). Este artigo examina como dois movimentos distintos em seus contextos — a Campanha pela Paz (1948–1953) e o Movimento Custo de Vida (1973–1982) — mobilizaram mulheres em torno de demandas essenciais, como o combate à carestia, melhores condições de trabalho e a defesa dos direitos femininos.

As mulheres das classes populares sempre estiveram presentes nos espaços públicos, com diferentes práticas e agenciamentos que colocam em xeque os limites entre as esferas pública e privada (Dias, 1983). Porém, apenas ressaltar a presença de figuras femininas no meio público não é suficiente para compreendermos as experiências e os embates com a consciência social na construção das estruturas (Thompson, 1981). É preciso pensar nas experiências femininas como motores das mudanças sociais no panorama sócio-histórico em suas determinadas épocas.

Refletir sobre as resistências e microrresistências femininas nos leva ao encontro de “causas perdidas” e “becos sem saídas” (Thompson, 1981). Contudo, é neste teatro entre aspirações, ações e resultados que as atribuições reais da coletividade se realçam. Para encontrar as potenciais ações das mulheres trabalhadoras é necessário olhar além do sindicato (Fraccaro, 2018a), entendendo na vida cotidiana e nas outras formas de coletividade a formulação de resistências, de negociações e de concordâncias com o próprio meio em que essas agentes se encontravam.

Então, é proposto que olhemos para as formulações de ações das trabalhadoras a partir da Campanha pela Paz e do Movimento Custo de Vida. Embora separados por contextos históricos e políticos distintos — que compreendem, respectivamente, a transição democrática limitada do pós-guerra e o pós-milagre econômico da Ditadura Militar —, esses movimentos revelam continuidades nas formas de organização política das mulheres. Ambos os movimentos compartilham características comuns, como a predominância da participação feminina e o uso estratégico de discursos que conciliavam demandas sociais e reivindicações políticas. Essa análise conjunta busca compreender como as mulheres articularam suas demandas em períodos marcados por tensões políticas e econômicas.

Enquanto a Campanha pela Paz esteve fortemente influenciada pela agenda do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Movimento Custo de Vida emergiu nas periferias paulistanas, articulando lideranças locais e demandas femininas no contexto da Ditadura Militar. Relacionamos os dois movimentos, tendo como pontos centrais a luta contra a carestia e a participação majoritária das mulheres, as quais estavam amplamente envolvidas com os mundos do trabalho. O engajamento das trabalhadoras nesses movimentos sociais indica o impacto da carestia, da maternidade e outras dinâmicas relacionadas à influência dos padrões normativos de gênero nas práticas e interações cotidianas. Temáticas caras ao cotidiano dessas mulheres tornaram-se, assim, pauta de uma ampla agenda política e de intensas mobilizações.

Ao privilegiar fontes primárias como atas de assembleias, prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e manifestos, articuladas à historiografia recente, este estudo analisa como as mulheres ressignificaram os papéis e funções socialmente atribuídos a elas — notadamente aqueles relacionados à reprodução e ao cuidado com o lar (Perrot, 2005) — para legitimar suas ações no espaço público. Tal abordagem permite identificar os limites e as possibilidades de ação política feminina em períodos marcados pela repressão política.

A Campanha pela Paz e a luta das trabalhadoras contra a carestia

O Movimento pela Paz era parte da linha política adotada pela União Soviética de Josef Stalin a partir do final da década de 1940. Visando a manutenção da paz mundial, em um contexto de Guerra Fria, o movimento incluía a Campanha pela Interdição das Armas Atômicas e os protestos contra a Guerra da Coreia

(Ribeiro, 2011), por exemplo. A diretriz internacional foi seguida pelo PCB, que, mesmo na ilegalidade, engajou-se completamente na Campanha pela Paz. Essa agenda global foi adaptada às especificidades locais, incluindo a luta contra a inserção do Brasil na Guerra da Coreia e ao consequente envio dos soldados brasileiros para o confronto.

Foi nesse contexto que o secretário-geral do partido, Luís Carlos Prestes, lançou o Manifesto de Agosto de 1950, consolidando o novo direcionamento partidário e destacando a importância dos comunistas se engajarem na luta pela paz, contra o imperialismo norte-americano. Convocando especialmente as mulheres, os operários, trabalhadores rurais, jovens, soldados e marinheiros para lutarem pela paz, a retórica do manifesto baseou-se na ideia de que a guerra imperialista colocava em xeque a vida, o trabalho e a dignidade. O Manifesto apresentava, ainda, o discurso de que a guerra “ameaça a vida de nossos filhos” (Voz Operária, 1950, p. 1), que se fez presente em grande parte da construção da Campanha pela Paz (Tavares, 2023, p. 42).

Essa agenda, contudo, era bastante ampla e se estendia para além da questão da paz propriamente dita. Os comunistas consideravam que era necessário criar condições para viabilizar a luta pela Paz Mundial, ou seja, garantir direitos básicos para que essa luta pudesse ser consolidada. Assim, a Campanha pela Paz comumente abrangia campanhas contra a carestia, por aumento de salários ou pelo direito à cidade, por exemplo (Alves, 2020).

Embora a Campanha pela Paz fosse uma prioridade para o partido, o contexto político brasileiro da época não era propício para sua consolidação. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), as liberdades e garantias individuais foram severamente restringidas, levantando questionamentos sobre o caráter da redemocratização após o fim do “Estado Novo”. Esse período foi marcado por uma democracia limitada e repressiva, com ações sistemáticas contra o PCB, apoiadas pela polícia sob o comando de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo (Pomar, 2002).

O controle rígido sobre as organizações de trabalhadores e o Partido Comunista tornou-se o principal símbolo da chamada redemocratização no período Dutra. Já no primeiro ano de seu mandato, o presidente promulgou o Decreto-lei 9.070, que, na prática, inviabilizava greves. Além disso, a repressão aos trabalhadores se intensificou com a prisão de líderes sindicais e a deportação de estrangeiros, medidas que evidenciavam a disciplina imposta pelo DOPS.

A contínua perseguição e repressão policial enfrentada pelos trabalhadores revela a fragilidade da democracia vivida naquele período. Com uma polícia política dedicada a vigiar e controlar o movimento operário e o associativismo popular, as iniciativas reivindicatórias da classe trabalhadora eram frequentemente sufocadas com violência. Além das violações aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores, o poder de negociação dos trabalhadores era restringido por meio do intervencionismo estatal e da força policial. Nesse cenário de intensa repressão, qualquer iniciativa da oposição se tornava alvo da polícia política, e a Campanha pela Paz não foi exceção (Pomar, 2002).

Apesar de não ser uma instituição declaradamente ligada ao PCB, a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP) era notadamente uma instituição de influência comunista e protagonizou grande parte dessa campanha, engajando-se na luta pela paz mundial desde sua fundação, em 1948. A Campanha foi central na agenda política da FMESP até a primeira metade da década de 1950, período em que a atuação da entidade foi mais contundente e, por isso, utilizado como recorte temporal para esta análise. As mulheres organizadas em torno da FMESP também acreditavam que somente com a paz as dificuldades econômicas da população seriam solucionadas e os direitos femininos seriam de fato consolidados (Mulheres de São Paulo, APESP, sem data).

A FMESP era filiada à Federação de Mulheres do Brasil (FMB), entidade que buscava articular as diferentes organizações femininas em âmbito nacional. Ambas as instituições estavam engajadas em questões do cotidiano feminino. O discurso utilizado para convocar as mulheres a se organizarem por melhores condições de vida e pela consolidação de direitos básicos era direcionado especialmente às trabalhadoras, que tinham suas trajetórias diretamente impactadas pela carestia do custo de vida, baixos salários, precariedade nos serviços de saúde e educação e no acesso ao direito à cidade. A FMESP se destacou, assim, por sua capacidade de articular mulheres de diferentes classes sociais em torno de uma agenda política abrangente.

A carestia era apontada pelas lideranças dessas entidades como um impeditivo do bem-estar e da felicidade das famílias. As mulheres, consideradas responsáveis pelo cuidado com os lares e os filhos, eram estimuladas por essas instituições femininas a se organizarem em um movimento unificado na luta por melhores condições de vida.

Descrita pelo DOPS como uma “entidade lançada por um grupo de mulheres comunistas” (Investigação sobre as mulheres do Estado de São Paulo,

APESP, 1948), a FMESP tornou-se alvo da polícia política logo após sua fundação. A Federação ficou, assim, sob vigilância constante, sendo submetida inclusive à presença de investigadores do Serviço Secreto do Departamento nas assembleias, conferências, comícios e demais eventos que organizava¹. Na mesma tônica repressiva, a Campanha pela Paz também esteve na mira da polícia política. O DOPS de São Paulo proibiu, a partir de 1949, todas as atividades relacionadas à Campanha.

Em um episódio notório, o deputado Cid Franco questionou o DOPS sobre a prisão de Ana de Andrade, então vice-presidenta da FMESP — eleita na Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo —, argumentando que havia se tornado prática comum considerar como agitadora extremista e subversiva qualquer pessoa que falasse sobre paz ou se opusesse ao envio de jovens brasileiros para a Guerra da Coreia. Em resposta, Hugo Ribeiro da Silva, delegado adjunto da Delegacia de Ordem Social e responsável pela prisão de várias pessoas ligadas ao movimento pela paz, declarou que os que promoviam o *slogan* da paz em apoio à campanha comunista, como faziam as mulheres da Federação, estavam agindo contra o interesse nacional e, por isso, deveriam ser contidos pela polícia (Circular n° 82 da Federação de Mulheres do Brasil, APESP, 1952).

Mesmo diante de forte repressão política, a FMESP protagonizou grande parte da Campanha, sendo responsável por uma intensa luta feminina em prol da paz mundial e pela conquista e consolidação dos direitos femininos. Nesse sentido, a Federação organizou, entre 28 e 30 de março de 1949, a Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo, cujo *slogan* era “pela paz e por uma vida melhor” (1ª Convenção Feminina, APESP, 1949). Estrategicamente, a realização do evento foi comunicada ao DOPS como uma forma de evitar qualquer movimento repressivo que impedisse sua efetivação e contou com a presença de agentes do Serviço Secreto, que registraram todas as atividades, como de praxe.

Planejada e estruturada desde o ano anterior, em 1948, a Convenção foi pensada com o intuito de promover a discussão de temáticas caras às mulheres, visando encontrar soluções para os problemas que as afligiam:

A Federação das mulheres do Estado de São Paulo, órgão de âmbito estadual, que congrega entidades femininas com a finalidade precípua de lutar pelos Direitos da Mulher e defender a Paz Mundial e as riquezas

¹ Não há informações sobre os agentes do Serviço Secreto, mas é interessante pensar que, tendo em vista a presença majoritária de mulheres nesses eventos, os agentes precisavam ser do sexo feminino se quisessem passar despercebido. A outra opção, também plausível, é que agentes do sexo masculino realizassem as investigações sem a preocupação de serem notados.

do subsolo brasileiro, CONSIDERANDO que a guerra de maneira alguma pode interessar a mulher que tanto já sofreu no segundo conflito mundial, o que lhes dá o direito e mesmo as obriga a compartilhar da construção de um mundo de após guerra, onde em ambiente de Paz possa construir e estabilizar o seu lar e educar seus filhos dentro dos sãos princípios da Liberdade, Paz e Progresso; [...] CONSIDERANDO que o elevado custo de vida em consequência dos salários baixos percebidos pelos chefes de família e a alta dos preços de gêneros de 1ª necessidade, o que vem tornando para as donas de casa um verdadeiro martírio à solução de seus problemas domésticos, o que mais se agravará agora com o aumento de imposto de vendas e consignações; CONSIDERANDO a situação de fome, miséria e abandono quanto a assistência social em que se encontra em tôdas as partes do Estado, no campo ou na cidade, a mulher que trabalha; CONSIDERANDO que êstes últimos fatos trazem em consequência a estatística assustadora de mortalidade infantil e de vítimas da tuberculose; CONSIDERANDO finalmente, o espírito da luta do qual já se vem caracterizando as mulheres do nosso Estado na solução desses problemas e a necessidade que temos de dar um novo impulso a essas lutas para não sermos esmagados, principalmente pela situação econômica, que se agrava de dia para dia; e A exemplo do que já se vem realizando em outros Estados da União, convoca uma Convenção Feminina que deverá se realizar, possivelmente, em Fevereiro de 1949, na Capital, afim de que, unidas, organizadas, tôdas as mulheres do Estado, operárias, estudantes, donas de casa, intelectuais, camponesas, funcionárias públicas, etc, possam discutir e encontrar meios de solução às questões que tanto lhes interessam e preocupam. Que não fique, pois, um bairro, uma empresa, uma fazenda, um município, onde não penetrem os trabalhos preparatórios da Convenção, os quais deverão ser não uma reunião pura e simples de mulheres, mas a consequência lógica de todo trabalho, verdadeiramente popular, onde nossas mulheres manifestem praticamente seu desejo de se organizar e lutar pelos seus inúmeros direitos. MULHERES DE SÃO PAULO! PELA DEFESA DA PAZ! [...] PELA CONQUISTA DE NOSSOS DIREITOS! CONTRA O ALTO CUSTO DE VIDA! [...] (Manifesto às mulheres de São Paulo, APESP, 1948)².

O “Manifesto às Mulheres de São Paulo”, ferramenta de convocação para a Convenção Feminina, utilizava-se do discurso de defesa dos filhos e do sofrimento ainda latente deixado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, estratégias amplamente empregadas na Campanha pela Paz. Além disso, o manifesto adiantava o conteúdo das discussões que seriam travadas durante a Convenção: paz mundial, combate à carestia do custo de vida e às más condições de trabalho e demais questões ligadas ao cuidado materno, à assistência social e aos problemas ‘domésticos’.

A Convenção pretendia reunir mulheres de distintas classes sociais e profissões. Ao convocar intelectuais, estudantes, camponesas, operárias e donas de casa para um debate, a FMESP apontava que essas questões interessavam a todas as mulheres do estado de São Paulo. Contudo, não é possível ignorar que os problemas relacionados à carestia, mortalidade infantil e condições precárias de trabalho afligiam sobretudo as mulheres pobres, da classe trabalhadora.

² Esta e as demais citações de fontes históricas utilizadas neste artigo transcrevem com exatidão o texto, reproduzindo eventuais erros ortográficos e a escrita da época.

Não por acaso, boa parte das discussões travadas na Convenção estava diretamente atrelada aos direitos das trabalhadoras e às suas principais demandas. As responsáveis pela organização do evento estabeleceram como pauta a reivindicação de salário igual para trabalho igual nas fábricas, assistência médica e social para as trabalhadoras do campo, combate à mortalidade infantil e destaque aos casos de subnutrição aos quais os filhos de operários e camponeses eram submetidos pela falta de alimentos básicos, por exemplo. A FMESP conclamava, assim, as mulheres a lutarem contra a guerra, pela paz, pelo progresso e pela emancipação feminina.

Foram selecionadas delegadas representantes de diversos municípios, bairros e associações femininas. Cada delegada ficou encarregada de redigir uma tese sobre uma das temáticas e apresentar as demandas dos grupos que representavam. Além disso, deveriam indicar as conclusões de seus respectivos grupos a respeito do abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, escolas, hospitais, aumento do custo de vida e demais reivindicações que caberiam apenas às mulheres de cada associação, município ou bairro.

As teses elaboradas, algumas datilografadas e outras escritas à mão, não apenas apontavam as preocupações e reivindicações das delegadas e dos grupos aos quais representavam, mas também marcavam as diferenças sociais entre essas mulheres. Essas diferenças estão expressas tanto no modo de escrever como no próprio conteúdo das proposições, que versavam sobre questões até então desconhecidas para muitas das pessoas presentes, o que foi ressaltado pela própria direção da FMESP ao final do evento (Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo, APESP, sem data). A maior parte das teses apontava problemas que afligiam diretamente as trabalhadoras. Essas proposições apresentavam temáticas que afetavam o cotidiano das mulheres pobres, levantando questões cruciais sobre a experiência feminina nos mundos do trabalho — tanto naquele período como em contextos anteriores e posteriores — e sobre a forma pela qual elas reivindicavam seus direitos e se colocavam no debate político.

Em um desses documentos, elaborado por uma autora não identificada, a discrepância entre os baixos salários e o elevado custo de vida foi apontada como um dos principais problemas da mulher operária e dona de casa. Essa discrepância gerava, segundo a delegada que redigiu, a supressão dos gêneros de primeira necessidade como leite e carne e, conseqüentemente, a subalimentação dessas mulheres e de seus filhos (Prontuário 108.021, APESP, 1949).

A delegada apontava o problema da moradia como um dos mais latentes para a classe operária. Segundo ela, o preço dos aluguéis fora do alcance das trabalhadoras as obrigava a residir em casas de apenas um quarto com famílias inteiras e com condições precárias de higiene. Além disso, geralmente as casas eram distantes dos locais de trabalho, o que implicava em enfrentar a precariedade dos transportes públicos superlotados, fazendo com que se atrasassem para o trabalho.

Pela lei de regulamentação do repouso semanal remunerado, o trabalhador deveria cumprir integralmente seu horário de trabalho na semana anterior para ter direito ao descanso. Assim, até mesmo pequenos atrasos implicavam na perda de metade do pagamento diário e da remuneração do descanso (Leal, 2011). Dessa forma, uma coisa estava atrelada à outra, em um efeito cascata: os baixos salários refletiam nas possibilidades de moradia, que, por sua vez, ocasionavam descumprimento da assiduidade e, conseqüentemente, a redução ainda maior da remuneração dessas trabalhadoras e a impossibilidade de arcar com os custos de vida.

As demais teses apresentadas e discutidas na Convenção Feminina seguiram a mesma linha e reivindicaram melhores condições de trabalho, igualdade salarial, creches nas fábricas e demais pautas latentes para as mulheres trabalhadoras, além da paz mundial. As questões debatidas durante o evento — que refletiam as demandas femininas ligadas ao trabalho ao mesmo tempo em que dialogavam com a agenda política da FMESP — indicavam o caráter generificado das pautas dessas mulheres, que, conforme apontado por uma das delegadas, tinham “reivindicações específicas a levantar e defender, inerentes à profissão, à saúde, à maternidade, à higiene e aos bons costumes” [sic] (A mulher e as organizações profissionais, sindicatos, etc., APESP, sem data).

Certamente, tais questões eram ainda mais latentes para mulheres negras. Contudo, a pauta racial não era abertamente levantada nas reivindicações realizadas pela FMESP. Nem mesmo os documentos produzidos pelas próprias filiadas — como atas de assembleia, panfletos ou as teses apresentadas na Convenção — fazem menção ao maior impacto das condições precárias de vida e trabalho para as mulheres negras. Enquanto as diferenças entre as experiências masculina e feminina e as discussões de classe permeavam a maioria dos debates e ações realizados pela instituição, as questões referentes à raça eram ignoradas.

Sob este aspecto, é importante ressaltar que a direção da FMESP foi majoritariamente composta por mulheres brancas e pertencentes a uma elite

intelectual e financeira ao longo de seu funcionamento. Uma exceção à regra foi a presidenta Sofia Campos Teixeira, professora e ativista negra, empenhada na defesa dos direitos das mulheres negras, eleita para o cargo no final da Convenção Feminina, na qual defendeu a tese “Sobre as domésticas”. Inclusive, esta foi a única proposição sobre trabalho doméstico apresentada durante a Convenção e argumentava pelo direito de sindicalização da categoria e a regulamentação de questões fundamentais, como férias remuneradas, jornada de trabalho regulamentada, descanso semanal e aviso prévio (Campos Teixeira, 1949).

Sofia foi descrita mais de uma vez por agentes secretos do DOPS como uma mulher preta que usava óculos (APESP, Dossiê Campanha da Paz, Assembleia de encerramento da 1ª Convenção Feminina Pró-paz, realizada ontem, no salão das Classes Laboriosas, à Rua do Carmo, 129, 1949); a única a ter a cor da pele apontada em relatórios da polícia política, diga-se de passagem. Não foi possível considerar a racialização das associadas da Federação, pois nos documentos de filiação estas eram identificadas apenas a partir de suas profissões, dos bairros em que moravam ou trabalhavam e das associações/sindicatos dos quais eram membros. Dentre aquelas que foram detidas ou citadas de forma recorrente pela polícia política — e, por isso, é possível tecer uma identificação mais detalhada —, não havia mulheres negras. Uma pesquisa mais aprofundada seria necessária para revelar o perfil racial da FMESP, considerando todas as listas de filiadas.

De modo geral, as demandas levantadas pelas delegadas nas diferentes proposições apresentadas durante a Convenção evidenciam uma complexa articulação entre as esferas pública e privada. Constantemente, as trabalhadoras mobilizavam sua condição de mães e cuidadoras para justificar sua inserção política no espaço público, ao mesmo tempo em que desafiavam as estruturas de poder estabelecidas.

Estrategicamente, a mobilização dessas questões a partir do que se entendia como padrão de comportamento feminino garantia certa legitimidade às reivindicações feitas por essas trabalhadoras. Não era incomum, dessa forma, que apesar do caráter extremamente político dessa agenda reivindicatória, as mulheres buscassem retratá-la como ancorada apenas no espírito maternal e na preocupação feminina com as questões domésticas. Essa tentativa de despolitizar suas próprias ações pode ser compreendida como forma de evitar a repressão política, mas também pode significar que muitas dessas mulheres compreendiam sua organização como apenas representações de seus instintos maternais, apesar da clara influência de uma instituição com caráter extremamente político como

a FMESP. Muitas vezes, elas reivindicavam espaço na esfera pública para lutar pela paz e por melhores condições de vida, reconhecendo-se enquanto mulheres, mães e esposas, responsáveis pela estabilidade do lar.

Nessa perspectiva, Marina Magalhães Silva, presidenta da Associação Cívica Feminina de Santos e uma das principais articuladoras da FMESP, realizou uma conferência em 1948 intitulada “A mulher e a paz universal”, na qual pontuou a importância da mobilização feminina em torno dessas demandas para o bem-estar coletivo. A conferência refletiu a movimentação da Federação em torno da discussão sobre o papel da mulher no debate público e, sobretudo, a percepção de que esse papel estava intimamente associado às expectativas tradicionais de gênero:

Dizem, por aí, que o lugar da mulher é somente no lar. Sem duvida, ela é o artífice da felicidade, da alegria e da beleza da família. Porém, sem deixar de ser mulher e de ser mãe, de ser grácil e de ser meiga, há de se projetar, fatalmente, na sociedade, para participar de seus anseios e de seus sofrimentos. Grande foi o numero de mulheres que souberam honrar o lar, como mães e como companheiras e dignificar a coletividade, pela ação e pelo pensamento. [...] Vemos, queridos amigos, que a mulher, pela sua estesia, pode desenvolver magna atividade. Por isso, exigimos o lugar que lhe é destinado na preparação de um mundo menos infeliz e onde a paz seja mantida. Não deve a mulher ser preterida, com desdém e ironia, somente por ser mulher. A ela o que lhe pertence, por direito, justamente porque é mulher, porque é mãe, porque é esposa, a companheira diligente de cada dia, de cada hora, por saber sorrir e saber sufocar lágrimas. Louvemos, pois, a mulher que, sem alarde e sem ostentação, na singelesa do lar e na sociedade, vem contribuindo de maneira notavel para o bem estar coletivo. Asseguremos e respeitemos o valor e os direitos de quem com nobreza e alto grau de equilíbrio corrige, ama e conduz (Magalhães Silva, APESP, 1948).

Os papéis tradicionais de gênero, que relegam as mulheres à função reprodutiva, ao trabalho de cuidado e ao ambiente doméstico (Fraser, 1993), eram mobilizados como uma ferramenta para legitimar reivindicações e projeções políticas femininas. Defendia-se, assim, a ideia de que ser mãe, esposa, dona de casa e, conseqüentemente, responsável pelas questões de âmbito ‘doméstico’ era justamente o que tornava necessário o engajamento e a mobilização dessas mulheres em discussões que versavam sobre os problemas da sociedade. A responsabilidade feminina com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos era, portanto, apontada como motivação para que as mulheres se engajassem e se organizassem politicamente.

Ao destacar que a mulher, com nobreza e equilíbrio, “corrige, ama e conduz”, Magalhães Silva reforçava a ideia de que o cuidado, o zelo e a responsabilidade são qualidades naturais atribuídas à mulher. No entanto, essa visão não limitava o papel feminino a tais funções, muito pelo contrário. Na visão

de Marina, que possivelmente refletia o posicionamento da FMESP, justamente por serem responsáveis pelo trabalho de cuidado, as mulheres estavam aptas a se organizar e lutar por melhores condições de vida. As associadas da instituição buscavam, assim, afirmar sua presença no debate público, lutando não apenas por seus direitos fundamentais e pela emancipação feminina, mas também pela reivindicação de um protagonismo nas discussões sobre a paz mundial e defesa nacional.

Além de esclarecer como essas mulheres provavelmente compreendiam as relações de gênero e os papéis sociais que deveriam desempenhar na sociedade, essa narrativa também serviu para conferir um caráter menos ‘subversivo’ às militantes da FMESP. As associadas já eram vistas como ‘agitadoras comunistas’ e ameaças à ordem por lutarem pela paz e por uma vida melhor enquanto apelavam para a sensibilidade e o sentimento maternal. Nesse caso, romper completamente com os ideais tradicionais de feminilidade e questionar abertamente o papel da mulher na sociedade provavelmente intensificaria ainda mais a repressão política.

Considerando essas questões, a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo mobilizou inúmeras trabalhadoras na luta pela paz e por melhores condições de vida, configurando-se como um importante instrumento de organização dessas mulheres. A partir da agenda política da Campanha da Paz, a instituição propulsionou debates fundamentais acerca das condições de vida da classe trabalhadora e, sobretudo, de demandas cruciais para as mulheres das classes populares naquele período.

A organização política das trabalhadoras em torno da Federação ilustra que a inação nunca foi uma opção para as mulheres, especialmente as mulheres pobres. Em um período esquecido entre as “ondas”³ do feminismo e com bandeiras e demandas diferentes daquelas consagradas no movimento, essas trabalhadoras se mobilizaram de diversas formas e tiveram atuação extremamente significativa na consolidação de seus próprios direitos, protagonizando um importante movimento pautado em uma agenda política diretamente atrelada aos problemas da classe trabalhadora.

3 O debate sobre a divisão da história do feminismo em ondas tem ganhado destaque, pois essa periodização tende a consolidar uma visão homogênea do movimento, priorizando o gênero como principal categoria de análise e ofuscando as interseções com raça e classe. Ver, entre outros: Fraccaro, 2018b.

Movimento Custo de Vida: entre a carestia e a busca por direitos

É necessário observar que as negociações entre as mulheres trabalhadoras e o Estado também ocorreram em outros períodos da História Contemporânea do Brasil. A Ditadura Militar brasileira protagonizou um dos momentos de maior repressão institucionalizada no país e os métodos de opressão à classe trabalhadora não fogem deste cenário. Isso se fez presente, à título de exemplo, na Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964, que cerceou o direito à greve, assim como também foi responsável pelo desmantelamento dos sindicatos.

Além disso, a Ditadura Militar incorporou a caça aos ‘inimigos invisíveis’ como forma de guerra revolucionária (Alves, 1984), admitindo uma contraposição entre a ideologia comunista e a moralidade conservadora apresentada de maneira propagandística pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A forte influência moral acrescida de um pico de melhora econômica, advindo do “Milagre Econômico”, eram estratégias de legitimação do governo militar. É nesse cenário autoritário, de destituição da democracia e de supressão das liberdades individuais, que múltiplas formas de resistência se configuraram.

O Movimento Custo de Vida (MCV) formou-se na periferia sul da capital paulista por meio dos Clubes de Mães da Zona Sul (CMZS). As reuniões dos CMZS eram realizadas nos bairros e, inicialmente, eram ligadas aos padres e freiras que encabeçavam a Operação Periferia⁴ em São Paulo. Os Clubes, a priori, surgiram como forma de associativismo entre as mulheres da periferia, as quais uniam-se para aprender bordado, costura, entre outras formas de complementação de renda.

As relações entre a domesticidade e as participantes dos CMZS eram intrínsecas: o lar, a família, os afazeres domésticos e a economia da casa eram parte das suas vidas cotidianas. Portanto, as discussões permeavam as perspectivas do lar, enfatizando sempre os problemas das periferias, tais como: o transporte público insuficiente, o saneamento básico, a distribuição de água, a escola, a creche e os salários baixos faziam parte da gama de debates propostos nas reuniões. Célia Brito, pedagoga e voluntária do núcleo São Joaquim dos CMZS, relembra que:

4 A Operação Periferia surgiu após a reforma da Igreja Católica, no Concílio Vaticano II (1962-1965), em 1972, quando Dom Arns, na ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade em São Paulo, apresentou para os fiéis a “Operação Periferia”, que contava com o auxílio dos católicos à população marginalizada da cidade. A ajuda consistia na instrumentalização da caridade, promovendo e treinando pessoal para o providenciamento do desenvolvimento humanitário. Dessa maneira, formaram-se laços entre a Igreja e a população das periferias paulistanas, tendo as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) papel central na mobilização, atuando como parceiras na organização social, principalmente no apoio aos desempregados e perseguidos pela Ditadura Militar.

As mulheres iam aprender a pintar pano de prato, mas ficavam sabendo que existia uma ditadura militar feroz, que elas não podiam ficar só vendo a casa: precisava olhar o bairro, as condições de vida das famílias, que a falta de muita coisa tinha de ver com a situação da época. Era assim o clube de mães. Aí, todo mundo se mexia. Inúmeras lutas por escola, creche, ônibus, escola, regularização do loteamento, água encanada, nasceram desse grupo (Dias; Azevedo; Benedicto, 2004, p. 82.)

Não por acaso, no ano de 1973, após uma conversa à beira do tanque de lavar roupas entre Irma Passoni e Ana Dias — duas das principais lideranças do MCV —, a questão da alta do preço dos alimentos de necessidade básica foi levantada e levada à uma das reuniões do Jardim Nakamura (Oliveira, 2024). A partir do esquema de repasse de informações entre os Clubes, a demanda chegou aos outros bairros, os quais colocaram a carestia como uma exigência central das mulheres que ali viviam. Dessa maneira, formularam um movimento que apresentava e discutia as urgências sociais inerentes à existência periférica, o MCV. À medida que o MCV crescia, algumas ações coletivas eram executadas pelas participantes. A primeira delas contou com uma pesquisa sobre o aumento de 17 produtos básicos (1ª Carta das mães da periferia, 1973) entre os anos de 1972 e 1973⁵, a qual gerou uma carta às autoridades do país — Presidente da República, Senadores, Governador do Estado de São Paulo, Deputados, Prefeito de São Paulo, Vereadores e autoridades no geral —, que incluía as exigências propostas, como também a descrição da vida cotidiana das mulheres. Nela, apresentam que:

O feijão de \$2,40 para \$6,70, a carne de \$7,00 para \$15,00 e o arroz de \$1,25 para \$2,40. etc. Assim sendo o custo de vida subiu de 120% e salário mínimo de \$266,80, só subiu 16% passando para \$312,00. Afinal, esse salário é um salário de fome ou não é? E ainda notamos na pesquisa que quanto mais longe é o bairro da cidade mais alto o custo de vida, por exemplo na cidade o custo de vida subiu 69%, nos bairros afastados 94%, e os mais afastados 120%. (...). Nós mães fazemos um apelo para que os senhores tomem providencia no sentido de resolver a carestia de vida e aumentos os salários (1ª carta das mães da periferia, 1973).

O valor insuficiente do salário mínimo, a carestia, o direito à cidade e a maternidade eram as principais questões abordadas pelas figuras femininas presentes no MCV, porque seus desafios diários perpassavam estas esferas. A vida na periferia paulistana era cercada por dificuldades, principalmente no que diz respeito ao acesso ao centro da cidade, à disponibilidade de vagas em escolas e creches, como também à moradia digna e ao trabalho assalariado. Considerando

⁵ Thiago Monteiro (2017) aborda que a forma como a pesquisa de aumento dos produtos básicos foi feita dificulta o seu entendimento, porque durante as entrevistas, usadas em seu estudo, as mulheres não especificam se a pesquisa sobre o preço dos alimentos foi feita em 1972 e depois comparada com o aumento do custo de vida de 1973 ou se o levantamento foi feito a partir de memórias sobre os preços do ano de 1972 e comparadas com os de 1973.

esta realidade, os Clubes propunham reações coletivas ao elaborarem uma rede de auxílio entre os vizinhos, bem como ao desafiarem o governo ditatorial.

Tereza, moradora da Vila Margarida, vizinha de Santo Dias e Ana Dias, tinha dez filhos, era analfabeta e trabalhava como faxineira em um banco de São Paulo. A solidariedade entre os vizinhos do bairro foi essencial para sua sobrevivência, ela rememora que Santo arrumou emprego para o marido, como também ele e Ana auxiliaram o casal no aprendizado da leitura e da escrita (Dias; Azevedo; Benedicto, 2004).

Então, o formato de vínculo bairrista presente na estrutura dos Clubes de Mães foi fundamental para o avanço e ampliação do MCV. Os Clubes se comunicavam em forma de leva-e-traz, ou seja, as questões discutidas em um clube eram levadas para os outros. O Clube de Mães da Vila Remo, em sua origem, contava com a participação das mulheres do Lions Clubs⁶, as quais ensinavam bordado, tricô, crochê e higiene básica.

Além disso, elas faziam feiras de vendas das produções fabricadas nos Clubes como forma de arrecadação de dinheiro para a compra de materiais. Porém, em 1972, o pároco local, ao perceber o distanciamento das figuras da elite das mulheres periféricas, expulsou-as da administração, reconhecendo que as mães da periferia já estavam aptas a conduzir sozinhas o Clube. Assim, o Clube da Vila Remo se juntou ao da Vila Margarida, acarretando nas relações de leva-e-traz (Monteiro, 2017).

Dentro deste caráter associativista⁷, os sujeitos presentes nos CMZS conduziram outra pesquisa, entre 1974 e 1975, sobre 2 mil gêneros básicos de consumo, que se desdobrou, novamente, em uma carta às autoridades do país sobre o custo de vida (Pesquisa 1975, CEDEM, Fundo CMZS, 1975). Nesta, elas constataram que aquele era o ano internacional da mulher organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que sendo esta data importante para a vida das mulheres, a questão da carestia e da maternidade necessitava de maior atenção⁸. O cunho do grupo, a partir desta carta, se tornava muito mais centrado

6 O Lions Club é um clube associativista da elite paulistana.

7 O associativismo é colocado neste contexto a partir da ideia de que os movimentos sociais são a maior expressão dos agentes sociais coletivos. Dessa maneira, é na construção de identidades em comum que o associativismo faz-se necessário, ao incorporar as demandas comuns a um grupo que identifica-se a partir delas. (Gohn, 2008).

8 O ano de 1975 marcou o ocidente com o início da década da mulher (1975-1985), planejada pela ONU. Durante esse período, ocorreram três conferências mundiais sobre as reivindicações femininas. A primeira, em 1975, na Cidade do México, discutiu o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, com 133 delegações. Em 1980, a segunda conferência abordou “Educação, Emprego e Saúde”. A terceira, em 1985, em Nairobi, discutiu as “Estratégias Orientadas ao Futuro para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Em 1995, em Pequim, ocorreu uma quarta

nas percepções femininas e de classe, o que tornou as discussões diretamente generificadas⁹.

Neste contexto, as mulheres trabalhadoras basearam-se, em parte, nas contribuições advindas das discussões das conferências mundiais para realizar materiais próprios como panfletos, boletins, materiais de estudos e até mesmo cursos de formação. Em um boletim chamado “O ano internacional da mulher”, as figuras femininas dos CMZS explicam que “O ANO INTERNACIONAL DA MULHER (1975) oferece excelente oportunidade para trabalharmos em conjunto para acabar com essas diferenças tão comuns contra a mulher para que ela participe mais da vida econômica social e política de nosso planeta” (Ano Internacional da Mulher, CEDEM, Fundo CMZS, 1975).

Dessa forma, as pautas brasileiras ligam-se às demandas feministas internacionais. Um boletim dos CMZS trouxe como o trabalho da mulher era subremunerado em relação ao do homem na mesma função, abordou também sobre o trabalho doméstico não remunerado, criticou a submissão da esposa ao marido, destacou a maternidade, abrangendo o descaso da saúde pública com a mulheres-mães, e dialogou com o Estado para que fossem dadas melhores condições de vida, com objetivo de conseguirem cuidar dos seus filhos, conforme é exposto abaixo:

Na ‘maternidade’ não pode haver igualdade mas há necessidade de proteção para a mulher e como a mulher não participa da política da saúde as necessidades da maternidade nem são reconhecidas pelo contrário é um dos setores mais descuidados nos programas de saúde. COMO SE PODE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE UM SER HUMANO NASCIDO DE MÃE ANALFABETA, ECONOMICAMENTE DEPENDENTE, SUBALIMENTADA E SOBRECARGADA DE TRABALHO, DE SAÚDE PRECÁRIA E TENDO UM FILHO POR ANO? (Boletim sobre o Ano Internacional da Mulher, 1975).

No entanto, ainda que houvesse várias tentativas de resistência entre 1973 e 1975, as mulheres não obtiveram resposta e o custo de vida crescia exponencialmente, tanto pela crise internacional do petróleo quanto pelas consequências das políticas econômicas da Ditadura Militar, que culminaram no “Milagre Econômico”. Então, como forma de tentar atingir as autoridades, bem

conferência sobre “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. (Conferências Mundiais das Mulheres, ONU, 1975, disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>).

⁹ Durante este período houve uma colisão entre o MCV e as mulheres dos periódicos “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”. As interações entre essas perspectivas sobre a ‘questão da mulher’ possivelmente contribuíram tanto para uma concepção predominantemente feminina das demandas do Movimento de Conscientização da Mulher (MCV) quanto para a formulação de uma interpretação feminista não hegemônica, observável nas discussões promovidas por mulheres exiladas em Paris (Abreu, 2016). Portanto, desencadeou-se, a partir desta ligação entre os movimentos periféricos e as mulheres letradas, uma nova convicção dos debates sociais sobre as necessidades das mulheres.

como inserir as demandas no cenário sócio-político paulistano, as manifestantes, em 1976, iniciaram a coleta de assinaturas para um primeiro abaixo-assinado em nome do Movimento Custo de Vida. Entretanto, para que o abaixo-assinado gerasse resultado, as mulheres propuseram uma assembleia geral sobre o custo de vida no Colégio Santa Maria. Nesta reunião participaram figuras religiosas, estudantes (principalmente da PUC-SP), donas de casa e trabalhadores assalariados, principalmente aqueles ligados aos sindicatos metalúrgicos da região (Monteiro, 2017).

Esta Assembleia foi responsável pela aproximação do MCV com outros movimentos sociais. Monteiro (2017), afirma que da reunião saiu nova tática de ação das mulheres: as reuniões não seriam mais realizadas na periferia e sim no centro de São Paulo, o que ocasionou a desistência de parte das participantes, pois não tinham como chegar nas partes centrais da cidade, tanto pelo transporte público danificado, quanto pelo horário de trabalho e pelos afazeres da casa. Todavia, mesmo com as constantes reclamações sobre a perda do vínculo com a base, as mulheres da periferia continuaram lutando por seus interesses, fazendo com que o movimento crescesse cada vez mais.

Foram apresentadas nesta Assembleia algumas reivindicações que já existiam no cerne do MCV, como também novas demandas providas da aproximação com os movimentos sindicais, feministas e estudantis. A partir deste encontro foi feito o primeiro abaixo-assinado em nome do MCV, no qual se demandava: “1- Congelamento dos preços. 2- Aumento de salário e abono de emergência. 3- Organização de Cooperativa. 4- Construção de creches” (Doc. 002_2, 1976).

A partir daí, as disputas internas tornaram-se mais evidentes, já que o abaixo-assinado conquistou, aproximadamente, 19.500 assinaturas, mostrando que o MCV tinha potencial de organização e de afeto às autoridades políticas repressoras. Anteriormente, o movimento era descredibilizado por dispor de mulheres periféricas, majoritariamente donas de casa, como líderes. Contudo, pela sua rápida ascensão no cenário político brasileiro, os diversos grupos presentes no auxílio da estruturação do MCV tentaram pleitear as relações internas, para, assim, administrarem a luta contra a carestia à sua maneira (Monteiro, 2017).

Todavia, com a grande participação de apoiadores de fora da Zona Sul, o Movimento não poderia mais manter o sistema de leva-e-traz para a sugestão de pautas e organização. Assim, em agosto de 1977, criou-se uma coordenadoria geral, em uma assembleia no Colégio Arquidiocesano, contando com a participação

de 700 pessoas. Foram eleitos, aproximadamente, 40 representantes, sendo: “MCV e Clubes de Mães e um elemento das entidades estudantis, intelectuais e de alguns diretórios de bairros do MDB” (Monteiro, 2017, p. 77), ademais, havia a participação da Frente Nacional do Trabalho (FNT), membros do PC do B (e suas dissidências) e do Movimento Feminino pela Anistia (Evers, 1982, p. 77). Também durante o ano de 1977 foram planejados o lançamento e a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado de 1978. Nesse abaixo-assinado, as mulheres da periferia abordavam que:

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mês, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais. Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos. [...] Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e, por isso, temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar das decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto, é porque nossos direitos não estão sendo respeitados. O que estamos exigindo é parte deles: Congelamento dos preços de primeira necessidade; Aumentos dos salários acima do aumento do custo de vida; Abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. (“Abaixo-assinado”, 1978).

Esse foi um momento de extrema importância para o movimento. Em 26 de agosto de 1978, o jornal “Folha de São Paulo” escreveu sobre o embate entre algumas senhoras que panfletavam e colhiam assinaturas na Praça da Sé e um pelotão da polícia que chegou ao local. Elas foram abordadas por um policial, que teria dito tê-las confundido com supostos ‘subversivos’. O pelotão havia recebido ordens para cercar a praça e interceptar os panfletos, mas ao chegarem lá encontraram as donas de casa colhendo assinaturas e divulgando o ato, que aconteceria no dia posterior. Em entrevista para o referido jornal, o capitão, que não quis se identificar, assumiu que preferia “[...] enfrentar um batalhão de gladiadores do que dez mães com suas crianças” (Segurança só permitirá ato público na Catedral, Folha de São Paulo, 1978).

No dia posterior a esta confusão, milhares de pessoas juntaram-se às mães da periferia na Catedral da Sé para anunciarem as cláusulas do Abaixo-Assinado sobre o Custo de Vida, contendo 1,3 milhões de assinaturas. Isto se deu mesmo com a negativa do uso da praça e com o ostensivo policiamento desde o dia anterior. Para que a passeata acontecesse, Dom Mauro Morelli, bispo representante de Dom Paulo Evaristo Arns na arquidiocese paulistana, colocou a catedral à disposição

para o uso do MCV. O ato representou uma das mais expressivas manifestações populares desde 1968¹⁰. Contudo, mesmo com a importância do ato na capital paulistana, as tentativas de repolitização sempre estiveram presentes no cenário brasileiro, mas as ações repressivas do Estado impediam que ela acontecesse.

Nesse mesmo ano, o MCV também se inseriu politicamente na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Irma Passoni elegeu-se para a ALESP pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que representou uma guinada do MCV à política partidária, iniciando uma forma de institucionalização da movimentação. Portanto, a partir de Irma, as demandas foram levadas às instituições estatais. Neste período, a campanha de Irma foi pautada nas conquistas e ações do MCV, pois seu núcleo eleitoral principal estava na Zona Sul, bem como a campanha passou a criticar o governo militar. Para Irma, o principal mérito do MCV foi ter levado certa conscientização política às camadas populares. Isso se deu por meio da mobilização e das grandes discussões nos bairros.

Para ela, a população começou a perceber os problemas político-econômicos do Brasil e traduzi-los para a uma linguagem acessível, apresentando suas demandas de maneira simples e enfática (Moura, 2010, p. 41). Todavia, a periferia paulistana já havia sido palco de grandes movimentos e conquistas e não havia uma incapacidade de pensamento dos indivíduos ali presentes, mas o papel dos CMZS e do MCV foi o de construir uma mobilização coletiva sólida, pautada, principalmente, nas questões das mulheres.

Por fim, as últimas ações do MCV ligaram-se aos Congressos da Mulher Paulista (1979, 1980 e 1981). Estes congressos aconteceram no mesmo momento político em que se iniciaram as discussões sobre a abertura “lenta, gradual e segura”, como também foram aceitas a anistia e o fim do bipartidarismo (Oliveira, 2024). Dessa maneira, segundo Ana Paula Palamartchuk:

A história do feminismo a partir de então carrega essa marca, mas não sem tensões e nuances, já que a defesa dos direitos humanos no interior das organizações feministas, e para fora delas, muitas vezes se orientou mais pela defesa da igualdade de gênero e menos pela construção de uma pauta centrada nos direitos das mulheres. É como se as organizações estivessem entre a defesa de uma pauta feminista e a defesa da democracia (Palamartchuk, 2023, p. 117).

Sendo assim, a transição democrática foi um momento de efervescência dos movimentos feministas, o que gerou uma brecha para a maior participação

¹⁰ Ano em que o Ato Institucional nº 5 foi instaurado, proibindo as manifestações e protestos políticos.

feminina na política, bem como originou maiores debates sobre as demandas das mulheres. A busca pela construção de um novo aparelho estatal fez com que estas mulheres mostrassem, de maneira mais enfática, as suas demandas, para que, na esperança da formação de um novo Brasil democrático e com possibilidade de diálogo, fossem inseridas as questões feministas.

É neste processo de reabertura política, de maior inserção da mulher na política e de mais debates sobre as questões femininas que as narrativas das mulheres trabalhadoras ganham ainda mais espaço no cenário político-social brasileiro. Portanto, a trajetória das mulheres do MCV mostra-se essencial para a compreensão da História das Mulheres, evidenciando que as figuras da dona de casa e da mulher trabalhadora são políticas.

Considerações finais

Ao analisar a Campanha pela Paz e o Movimento Custo de Vida em conjunto, este estudo propõe uma leitura que transcende a narrativa tradicional de rupturas históricas. Ambos os movimentos demonstram que, apesar das mudanças nos contextos políticos, os desafios enfrentados pelas mulheres trabalhadoras permaneceram notavelmente consistentes.

Além disso, a análise revela que as mulheres utilizaram suas experiências cotidianas como ponto de partida para a formulação de demandas políticas, ressignificando padrões normativos de gênero e contribuindo para a ampliação das agendas da classe trabalhadora e das mulheres. Ao fazê-lo, elas tensionaram as fronteiras entre público e privado, desafiando as limitações impostas pela repressão política, presente mesmo em período de suposta democracia.

A Campanha pela Paz e o Movimento Custo de Vida estão circunscritos a dois períodos históricos distintos e que são, comumente, analisados na chave da ruptura pela historiografia. Entretanto, a partir da análise desses dois movimentos, é possível perceber as continuidades entre a suposta experiência democrática do período pós-“Estado Novo” e a Ditadura Militar brasileiras. Apesar de ser um período de imaginário democrático, o final da década de 1940 e a primeira metade da década de 1950 foram marcadas por forte repressão política e social, especialmente protagonizada pelo DOPS.

As continuidades entre a ‘experiência democrática’ e a ditadura vão além da repressão. Boa parte das demandas femininas eram as mesmas durante os dois períodos. Para além da questão da carestia, a falta de creches e de lugares próprios para refeição nos ambientes de trabalho, tal como a precariedade dos serviços de

transporte e a desigualdade salarial, por exemplo, faziam parte do arcabouço reivindicatório de ambos os movimentos. Essa similaridade entre as agendas indica como, apesar das intensas mobilizações na luta por melhores condições de vida ao longo dos anos e de supostos períodos de alto desenvolvimento no país — como o do “Milagre Econômico”— os problemas que afligiam a classe trabalhadora e, especialmente as mulheres, persistiam.

Além disso, a moralidade e a expectativa sobre os papéis de gênero também são pontos de convergência entre esses dois momentos. Sob essa ótica, as noções em torno da maternidade e de seu uso político se mostram coincidentes na Campanha pela Paz e no MCV, o que indica que a percepção popular acerca dessa temática era bastante similar nos dois períodos. Isso se explica porque, embora a maternidade realmente fosse um meio de legitimar a atuação política feminina e, conseqüentemente, de abrandar a repressão, era sobretudo parte significativa da experiência dessas mulheres. Muito mais do que apenas uma estratégia, o uso político da maternidade versava sobre as reais motivações das trabalhadoras, que se preocupavam cotidianamente com a qualidade de vida de seus filhos.

No caso da Campanha pela Paz, havia uma estratégia política mobilizada pela Federação de Mulheres sob influência do PCB, que não apenas ditava as pautas reivindicatórias como também orientava o teor do discurso. Contudo, as trabalhadoras que protagonizaram as mobilizações em torno dessa agenda tinham suas vidas diretamente impactadas pelos problemas aos quais buscavam soluções.

No caso do MCV as relações entre trabalho e maternidade eram mais sutis, sem uma estratégia mobilizadora forte, porém era intrínseca ao cotidiano das mulheres periféricas. As reiteraões do papel da mãe demonstraram o real sofrimento das figuras femininas da Zona Sul de São Paulo, que mesmo que atribuído sem uma agenda política, se tornou uma pauta importante na luta contra a carestia. As nuances cotidianas da vida das mães periféricas geraram demandas fundamentais para os movimentos de mulheres e para a classe trabalhadora à época, o que demonstra certa predominância dos discursos das mulheres na luta contra a Ditadura.

Essa agenda política, ancorada na questão da maternidade e da responsabilidade feminina com o lar, difere bastante das pautas consagradas como feministas no Brasil. Ambos os movimentos foram pautados em questões generificadas e que versavam sobre as demandas mais latentes para as mulheres, além de possuir um importante caráter emancipatório. A experiência dessas

trabalhadoras elucida que as mulheres sempre estiveram se organizando politicamente e reivindicando seus direitos e o quão amplas foram as agendas políticas femininas.

Referências:

1ª Carta das mães da periferia. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, 1973.

1ª Convenção Feminina. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, março de 1949.

“Abaixo-assinado”, Centro de Documento e Pesquisa Vergueiro (CPV), Fundo ECO_PRE, 1978

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris.** São Paulo: Alameda, 2016.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

A mulher e as organizações profissionais, sindicatos, etc. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

Assembleia de encerramento da 1ª Convenção Feminina Pró-paz, realizada ontem, no salão das Classes Laboriosas, à Rua do Carmo, 129. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Dossiê Campanha da Paz, 31 de março de 1949.

Boletim sobre o Ano Internacional da Mulher, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Fundo CMZS, 1975.

CAMPOS TEIXEIRA, Sofia. **Sobre as domésticas.** Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021. São Paulo, 1948.

Carta enviada à Associação Feminina de Vera Cruz. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 10 de fevereiro de 1949.

Carta sobre o custo de vida. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Caixa 5, Fundo CMZS, 1975.

Circular nº 82 da Federação de Mulheres do Brasil. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 22 de janeiro de 1952.

DIAS, Maria Odila Leite. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun, 1983.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Doc. 002_2, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), Fundo ECO_PRE, 1976.

EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida. In: MOISÉS, J. **Alternativas populares de democracia**: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes, p. 74-100, 1982.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018a.

FRACCARO, Glaucia. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos**, v. 31, p. 7-26, 2018b.

FRASER, Nancy. *Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente*. **Debate Feminista**, p. 23-58, março de 1993.

GOHN, Maria da Gloria. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 44, nº 2, p. 130-138, 2008.

Investigação sobre a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 08 de outubro de 1948.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

MAGALHÃES SILVA, Marina. **A mulher e a paz universal**. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 17 de setembro de 1948.

Manifesto às Mulheres de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, dezembro de 1948.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **“Como pode um povo vivo viver nessa carestia”**: o movimento custo de vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.

MOURA, Alessandro de. Movimento Operário do ABC Paulista (1978-2010): Contestação, intermediação e colaboracionismo. **Revista Aurora**, v. 4, n. 6, p. 36- 68, ago. 2010.

Mulheres de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

OLIVEIRA, Layana Sales de. **“Somos Mães de Família em Desespero”**: relações de gênero e trabalho nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e no Movimento Custo de Vida (1973-1983). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-

1980). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **[Re]existências LGBTQIA+ e feminismo na Ditadura Civil-Militar e na Redemocratização do Brasil**. Maceió: Editora UFAL, 2023. p. 112-139.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POMAR, Pedro Estevam. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 2002.

Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

SEGURANÇA SÓ PERMITIRÁ ATO PÚBLICO NA CATEDRAL, **Folha de São Paulo**, 26 de ago. de 1978, p. 9.

TAVARES, Ana Clara. **A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.

TILLY, Charles. *Getting it together in Burgundy, 1675-1975*. **CRSO Working Paper U128**, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, 1976.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.



Recebido em 05/12/2024
Aceito em 22/04/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56369

ARTIGO

Os princípios educativos feministas impressos e expressos no jornal “Nós Mulheres” nos anos de 1970

The feminist educational principles printed and expressed in the newspaper “Nós Mulheres” in the 1970’s

Andreza da Silva Vieira

Doutora em História pela Universidade Estadual do de Maringá

<https://orcid.org/0000-0001-8878-9402>

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy

Doutora em Educação pela Universidade Estadual do de Maringá

<https://orcid.org/0000-0003-2007-7024>

RESUMO: O artigo analisa o perfil das mulheres que produziram o periódico “Nós Mulheres”, publicado no Brasil na década de 1970, e os princípios educativos femininos expressos em suas edições iniciais. O objetivo é destacar como essas mulheres, por meio do jornal, atuaram como agentes formadoras de pensamento e consciência coletiva, promovendo um processo educativo que reforçava o sentimento de pertencimento à agenda da humanidade. O “Nós Mulheres” posicionava-se como um veículo de oposição à ordem vigente, articulando as lutas femininas e contribuindo para a construção da identidade feminina brasileira. A análise baseia-se nos pressupostos da Escola dos Annales, considerando os diálogos entre civilização, cultura e sociedade da época. Como resultado, destacamos o papel dessas brasileiras na produção de narrativas que inspiraram outras mulheres a trilharem seus próprios caminhos e a participarem ativamente da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Imprensa Feminina. Princípios educativos.

ABSTRACT: This article analyzes the profile of the women who produced the newspaper “Nós Mulheres”, published in Brazil in the 1970s, and the feminist educational principles expressed in its early editions. The objective is to highlight how these women, through the newspaper, acted as formative agents of thought and collective consciousness, promoting an educational process that reinforced a sense of belonging to humanity's agenda. “Nós Mulheres” positioned itself as a vehicle of opposition to the prevailing order, articulating feminist struggles and contributing

to the construction of Brazilian female identity. The analysis is based on the assumptions of the Annales School, considering the dialogues between civilization, culture, and society of the time. As a result, we highlight the role of these Brazilian women in producing narratives that inspired others to follow their own paths and actively participate in society.

KEYWORDS: Women. Female Press. Educational principles.

Introdução

O presente texto é fruto de uma reflexão teórico-metodológica realizada acerca das publicações femininas do jornal denominado “Nós Mulheres” que circulou no Brasil na década de 1970. Esse periódico surgiu em São Paulo no ano de 1976, sendo um jornal de oposição a ordem vigente (ditadura militar), disposto a veicular as lutas das mulheres, tendo como responsável por suas publicações a Associação de Mulheres; formada por um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil. Tiveram 8 edições entre os anos de 1976 e 1978. O jornal era produzido artesanalmente e, como muitos outros jornais de mídia alternativa, não tinha uma periodicidade em suas publicações, pois enfrentava problemas financeiros, provavelmente, por viverem na clandestinidade devido a repressão sofrida por parte do governo militar.

O estudo analisou os dois primeiros volumes desse periódico, buscando compreender e divulgar o desenvolvimento da consciência feminina e sua contribuição para a autonomia das mulheres. Essas publicações não apenas ofereceram um espaço de expressão e reivindicação, mas também ajudaram a moldar um novo pensamento feminino. Ao longo desse processo, as mulheres passaram de compreender sua condição a se reconhecerem como sujeitas ativas de sua própria história, inserindo-se na agenda da sociedade brasileira. Assim, apresentamos o periódico destacando suas temáticas e seu papel como agente formativo na construção desse novo olhar feminino.

Reconhecemos que os escritos presentes nesse periódico faziam parte de um tímido movimento feminista¹ que crescia lentamente entre as mulheres, mas que surgia como um meio de movimentar processos formativos que buscavam, por sua vez, acordar consciências femininas para que pudessem lutar pela garantia de seus direitos de oportunidades iguais, de ocupação de espaço em uma sociedade

¹ Segundo Sarti (2004), embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americanas, o feminismo brasileiro dos anos 1970 foi marcado pela contestação à ditadura militar instaurada em 1964. Parte dos grupos feministas atuava clandestinamente, articulada a organizações de influência marxista. Portanto, essa trajetória esteve ligada ao contexto político da época, diferenciando gerações de mulheres e transformando formas de pensar e viver. O movimento impactou as instituições sociais e políticas, ampliando a atuação pública feminina.

reprimida pelo autoritarismo militar. Era um momento difícil para reivindicar, mas ao mesmo tempo, oportuno, pois poderia ganhar forças junto aos outros movimentos sociais que viriam pela reabertura política.

Portanto, nossa análise se concentra nas contribuições dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos feministas, para o desenvolvimento das sociedades, destacando seu papel na inserção das mulheres em novos espaços sociais. O objetivo deste artigo é examinar como o movimento feminista da década de 1970 alcançou alguns segmentos de mulheres brasileiras, especialmente aquelas letradas e majoritariamente situadas em São Paulo, por meio do jornal “Nós Mulheres”. Nesse contexto, o periódico se configurou como um agente educativo e formativo na construção de um novo pensamento feminino, mais consciente de seus valores e capacidades. Buscamos compreender de que forma esse movimento e o processo formativo que ele promoveu impactaram a vida social da época, em especial a dessas mulheres, incentivando-as a repensar sua própria existência na sociedade.

Para embasar nossas reflexões, realizaremos uma contextualização do perfil feminino na história, abordando a Europa dos séculos XVIII e XIX. Essa análise se faz necessária porque a imprensa feminina, especialmente o jornal “Nós Mulheres”, foi organizada por mulheres influenciadas pelos movimentos feministas europeus, em parte devido às experiências acadêmicas que algumas delas tiveram no exterior. Compreendemos que a imprensa feminista desempenhou um papel importante nesse processo ao longo do século XIX, proporcionando às mulheres um novo olhar sobre si mesmas por meio de princípios formativos disseminados nas matérias publicadas.

Tomamos o jornal “Nós Mulheres” para análise, porque, ao nosso ver, ele representa um importante artefato comprobatório da mudança no pensar das mulheres, e da força dos movimentos sociais femininos em prol da garantia dos direitos das mulheres. Pois, a imprensa tanto revela as concepções sociais de um dado momento social, como também expõe as mazelas sociais e os movimentos que buscam superá-las. Portanto, constitui-se em um excelente instrumento de estudo e uma ótima fonte para análise para compreender aquele universo, bem como as condições das mulheres da época.

A partir de suas publicações, conhecemos uma nova consciência entre as mulheres relativamente autônomas, em construção. O espaço ocupado por elas até então, restringia-se aos seus lares ou, para aquelas que estavam inseridas no mercado de trabalho, à sua dupla jornada. O mercado de trabalho ocupado

por elas não era o mesmo ocupado pelos homens; as condições trabalhistas se diferiam, e muito. Nessa configuração social, os afazeres da casa (em sua maioria), direcionava-se apenas às mulheres enquanto o conhecimento era destinado aos homens.

O contexto de análise deste estudo é o período da ditadura militar no Brasil. Segundo Fausto (2004), essa época foi marcada por intensa coação, medo e violência. Os direitos foram cerceados pelo regime militar que buscava impedir a implementação de um governo socialista e garantir a manutenção do capitalismo como modelo econômico. Isso, entretanto, não impediu que os prismas socialistas se espalhassem pelos ideais de diferentes movimentos brasileiros. É nesse período de conflitos e movimentos sociais tímidos, que o jornal “Nós Mulheres” surge como um apelo ao desenvolvimento da consciência feminina e, ainda, como um alerta a toda a população, independente do sexo, quanto ao autoritarismo; visto que as publicações destinadas ao público feminino, em sua grande parte, tratam de assuntos voltados ao esse universo doméstico, ao que a sociedade patriarcal esperava delas enquanto administradoras dos lares, mães e esposas.

As publicações voltadas às mulheres eram, em sua maioria, produzidas ou organizadas por homens, que não as reconheciam como sujeitos capazes de tomar suas próprias decisões. Pelo contrário, a produção editorial reforçava a ideia de que o gênero feminino precisava da tutela masculina de forma constante. Além dessa imposição, as mulheres não tinham a opção de recusar essa dependência. O próprio conceito de História contribuiu para essa invisibilização arbitrária, uma vez que, como destaca Perrot (2009, p. 112):

“o esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras.”

O surgimento de conteúdos ligados aos movimentos sociais de cunho feministas propagou a possibilidade de se manifestar novas matérias e ideias diferentes dessas que veiculavam nas produções masculinas voltadas ao público feminino. Timidamente abriu-se um espaço pelas próprias mulheres a sua participação na sociedade. Os periódicos, como o jornal “Nós Mulheres”, entre outros tipos de publicações contribuíram significativamente, pois apresentaram possibilidades e alternativas para o pensar das mulheres sobre elas próprias e sobre suas potencialidades.

Diante dos horizontes que os periódicos abriram para as mulheres e para a sociedade, torna-se evidente a importância da escrita na disseminação de conceitos.

A escrita consolidou-se como um dos principais instrumentos de formação do pensamento humano. Nos séculos XV a XVII, o ensino era predominantemente eclesiástico, voltado para religiosos. No século XVIII, a burguesia se apropriou do saber e passou a controlar o acesso ao conhecimento, restringindo a leitura e a escrita a determinados grupos sociais e excluindo aqueles que não estavam inseridos nessa estrutura (Ginzburg, 1989). Já no século XIX, a popularização da cientificidade ampliou o acesso à educação, mas ainda limitada a quem possuía recursos financeiros para se dedicar aos estudos. A definição restrita de conhecimento, baseada em informações contidas em livros escritos por autores homens, fortaleceu a exclusão de saberes oriundos da vivência cotidiana. Esse controle privilegiava os homens das classes mais abastadas, enquanto as mulheres, em maior ou menor grau, continuavam à margem do acesso ao conhecimento legitimado por essa elite.

Apesar do compartilhamento de espaços sociais entre homens e mulheres nos séculos XVIII e XIX, a equidade e o espaço de fala foram negados ao gênero feminino. As mulheres trabalhavam, sustentavam lares e até escreviam, mas, muitas vezes, de forma anônima e limitada ao que lhes era permitido. Mesmo atuando ativamente na construção social, sua participação ainda é latente em diversas áreas, como a política, a economia e a religião, reflexo de séculos de controle e restrição. No século XX, a sociedade naturalizou essa disparidade, categorizando funções femininas como ‘naturais’ ou fruto da ‘vontade de Deus’. Na historiografia, eram representadas como personagens secundárias, heroínas ou santas, reforçando sua exclusão (Perrot, 2009). A luta por visibilidade e equidade, no entanto, tem sido resultado da própria iniciativa das mulheres, que buscaram ocupar espaços em uma sociedade que historicamente lhes negou esse direito.

Buscando contribuir para a divulgação e o entendimento de que o acesso à educação, associado aos movimentos feministas e sociais das mulheres, desempenha um papel singular, realizamos a leitura do jornal “Nós Mulheres”. Nosso objetivo é evidenciar que, apesar dos inúmeros empecilhos impostos pela sociedade, seja na educação, seja no acesso e no tratamento dispensado às mulheres, elas continuaram a produzir conteúdo. O jornal é fruto de um grupo de mulheres que, com acesso à informação, reflexões e conteúdos formativos que buscaram promover essas mesmas oportunidades para outras mulheres. Além disso, incentivava o despertar da consciência feminina, estimulando-as a lutar por espaços que, cotidianamente, eram-lhes negados.

Ao procurar compreender as razões da necessidade da publicação de um jornal feito por mulheres² e para mulheres³, não se pode ignorar uma série de fatores, como: o momento no qual se deu a publicação, o público-alvo do periódico, analisar as próprias autoras e em qual universo estavam inseridas. Cientes disso, também é necessário observar quem escreveu e a justificativa, considerando-a num contexto social como indivíduo imerso numa realidade específica.

As feministas militantes do Brasil Mulher⁴ e do Nós Mulheres eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou do exílio. Não foram, entretanto, diferenças profundas de concepção os motivos que as levaram a editar dois jornais e não apenas um, em uma mesma conjuntura, com tão poucos recursos financeiros e humanos (Leite, 2003, p. 235).

De acordo com Leite (2003), as militantes que retornaram ao Brasil em 1976, antes mesmo da Anistia, tinham o propósito de criar um jornal feminista e de oposição, voltado para dar visibilidade às lutas sociais das mulheres. Para garantir autonomia e preservar a diversidade ideológica presente nas organizações de esquerda, optaram por fundar seu próprio periódico, o “Nós Mulheres”. O objetivo do jornal era alcançar não apenas as feministas militantes, mas também as mulheres operárias, funcionando como um meio de disseminação de ideias e de acesso à informação.

Ainda segundo Leite (2003), esses jornais, geralmente em formato tabloide e com tiragem irregular, tinham circulação limitada. Embora estivessem disponíveis em bancas, sua distribuição mais significativa ocorria dentro dos círculos militantes. Com uma linha editorial de esquerda e oposição ao regime, esses periódicos eram produzidos de forma artesanal e vendidos principalmente por militantes em eventos ou nas sedes de organizações populares.

Essas conjunturas podem fornecer determinado ponto de vista, que não passa a ser único. A narrativa passa a ser a junção, comparação e relação de diversos tipos de interpretações humanas acerca de determinadas temáticas.

A História das Mulheres ou ‘história sexuada’ é datada no Brasil no início dos anos 1970. Inicialmente denominada como ‘história do feminino’, fornecia visibilidade às mulheres a partir de seus papéis considerados

2 Mulheres que compunham a edição, as relatoras, repórteres, ilustradoras, conforme denominadas nas edições.

3 Operárias, trabalhadoras de toda ordem da sociedade da época.

4 O jornal “Nós Mulheres” foi produzido no mesmo período que o “Brasil Mulher”. Apesar das diferenças em suas abordagens, os grupos de mulheres se comunicavam e trocavam experiências. No entanto, segundo Leite (2003), não houve uma unificação entre eles, pois as integrantes do “Brasil Mulher” temiam as feministas recém-chegadas, que traziam diversas críticas à linha editorial adotada.

tradicionais: maternidade, prostituição, vida cotidiana. Posteriormente passou-se a problematizar as noções de representação de ‘público/privado’, de poderes e violência de gênero (Perrot, 2009). Não é possível, portanto, desvincular o periódico do momento histórico no qual foi produzido e a necessidade de compreensão da fonte. Quando se inclui na história o processo de criação do jornal é para que compreendamos a importância do mesmo como parte do processo de disseminação de ideias feministas no Brasil. Nesse texto, aproveitamos para propor a importância das mulheres neste ideal e seus alcances.

Para identificar esse novo universo, apoiamos-nos, além dos fundamentos da Escola dos Annales, no conceito de história como parte do arsenal de questões que contribuíram para a invisibilidade feminina arbitrária. Utilizamos também os escritos de Tania Regina de Luca (2005) sobre a análise da imprensa, relacionados à perspectiva de Jacques Le Goff (1996). No Brasil, a história dos periódicos é datada da metade do século XX em diante, pois se considerava como viável apenas aquilo que fosse comprovado documentalmente, alinhado ao ideal positivista. Como os jornais não atendiam a esses critérios e traziam diversas opiniões individuais, não eram vistos como fontes confiáveis (Luca, 2005). Apesar dessa desconfiança, a Escola dos Annales já havia criticado essa visão, embora isso não tenha levado ao reconhecimento imediato da importância da imprensa no Brasil (Luca, 2005).

A história não deve abarcar apenas a geopolítica, o comércio, as artes e a ciência (Le Goff, 1996). Há outras questões pertinentes para a pesquisa acadêmica que escapam destas temáticas: “Temos, porém, de viver e pensar com este duplo ou triplo sentido de ‘história’. Lutar contra as confusões grosseiras e mistificadoras entre os diferentes significados, não confundir ciência histórica e filosofia da história” (Le Goff, 1996, p. 19). O documento não se torna importante sozinho já que depende de diversas variáveis. Isso significa que independentemente da temática, estudar história se torna um dos meios de interpretação de uma realidade. Felizmente, a ampliação do conceito historiográfico foi tomando outros formatos durante o século XX.

A ideia de documento histórico ao longo do século XX se ampliou, estimulando o surgimento de novos objetos históricos e cumpriu o desejo de Marc Bloch que anelava dar o estatuto de ‘documento histórico’ a tudo o que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana (Karnal; Tatsch, 2009, p. 13).

O alargamento do campo historiográfico juntamente com a preocupação dos pesquisadores forneceu o que conhecemos como renovação teórica. Portanto,

o estudo não deve considerar os fatos como comprovações históricas: se torna necessário cruzar informações e discernir quais são as pertinentes (Prost, 2000). Foi na década de 1970 que a história da imprensa e dos jornais se tornaram objeto da pesquisa histórica no Brasil (Luca, 2005). A história do movimento operário no Brasil, por exemplo, foi analisada por meio da imprensa não-oficial.

A História do movimento operário, que desfrutou de grande prestígio nos círculos acadêmicos brasileiros especialmente entre 1970 e 1990, encontrou na imprensa uma de suas fontes privilegiadas. Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, por vezes redigidas em língua estrangeira, sobretudo italiano e espanhol, impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis [...] (Luca, 2005, p. 119).

O jornal “Nós Mulheres”, objeto desta análise, se insere no mesmo contexto e período histórico. Não foi publicado pelas mídias oficiais brasileiras e, sem a autorização do governo para sua impressão e circulação, foi distribuído de maneira clandestina. Essa clandestinidade permitiu certa liberdade editorial, já que as editoras não temiam expressar críticas à ditadura militar. Além disso, o jornal surgiu no período conhecido como pós-luta armada (1978-1980), quando se iniciava o processo de liberalização do regime militar, com uma redução da censura à imprensa e uma crescente crítica ao modelo tradicional de fazer política. No contexto da história política, desconsiderar a imprensa seria um erro, pois ela registra diariamente diversos aspectos do cotidiano político de determinados grupos (Luca, 2005). Nesse sentido, “Nós Mulheres” aborda aspectos da vida feminina na década de 1970, destacando a visível busca pela independência individual das mulheres.

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente, abordamos a situação das mulheres na sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, já que esse contexto influenciou a América Latina. Isso é relevante, pois muitas das mulheres que organizaram o jornal “Nós Mulheres” se inspiraram nos modelos de luta feminista europeus, baseados nas vivências dos séculos anteriores. Em seguida, fazemos uma análise do surgimento dos movimentos de conscientização das mulheres sobre suas capacidades e potencialidades, que também foram influenciados por ideias vindas de fora. Nesse ponto, discutimos os conceitos de movimento feminista e feminismo, fundamentais para entender os movimentos que surgiram no século XX, tanto na Europa quanto no Brasil.

Posteriormente, apresentamos o cenário em que os movimentos feministas brasileiros começaram a se desenvolver, destacando suas causas, impacto

social e as mudanças no pensamento feminino. Aqui, também refletimos sobre o que entendemos por emancipação feminina e princípios educativos. Por fim, detalhamos o periódico “Nós Mulheres”, caracterizando suas publicações como conteúdo feminista e formativo. Em nossa análise, destacamos as temáticas abordadas pelo jornal, sinalizando sua função como agente formativo na construção de um novo pensar feminino.

As condições de vida feminina na Europa dos séculos XVIII e XIX

Utilizando-se de diversas justificativas os homens controlaram as mulheres autoritariamente durante séculos. Tomaram como base tanto o aspecto religioso, os preceitos cristãos (religião ainda predominante na Europa), como outros segmentos que fizeram parte da sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX oriundas de um tempo remoto, mas que exerceram grande influência sobre a leitura que os homens faziam da sociedade de sua época e das mulheres imersas nela (Vaquinhas, 2011). Apesar de vivermos numa sociedade distinta daquela mencionada, ainda sentimos, como indivíduo e como estudiosas, constrangimentos e situações degradantes que não passaríamos caso estivéssemos nascidos descendentes de outra estrutura.

Diversas sociedades contavam o significado do saber como contrário à feminilidade (Perrot, 2012). O conhecimento era uma relação entre homem e Deus, desse modo, a tradição cristã justifica bem esta separação: Eva – a primeira mulher – cometeu pecado ao comer a fruta proibida por querer saber mais daquilo que haviam lhe dito e foi punida por isto. Na cristandade, a imagem negativa das mulheres surge já nos escritos e ao longo do domínio da Igreja nas sociedades essa ideia foi propagada.

De forma geral, o contato das mulheres com a instrução, como o conhecimento, reduziu-se aos conhecimentos populares transmitidos de geração para geração. Àquelas que ingressavam na vida religiosa – conventos e recolhimentos – tinham acesso à certa instrução científica. Devido aos costumes sociais medievos, a vida conventual foi se tornando uma alternativa para as famílias. Como resultado desta inserção, as religiosas visualizaram na vida conventual possibilidades de ‘independência’ e de ‘liberdade’ das determinações sociais (em especial no século XVIII).

Os conventos forneciam acesso à instrução, à leitura de obras da literatura, da filosofia e das artes e, de certa forma, o espaço estava longe da tutela masculina também. Segundo relatos de alguns escritores como Godoy (2018), nos conventos

as mulheres gozavam de relativa autonomia. Viviam as regras da casa e podiam manter romances com homens que tinham acesso ao convento, inclusive, sem que precisassem se casar para isso.

Naquele momento, a vida conventual representou não somente uma alternativa de vida para as mulheres, mas também uma importante ferramenta de libertação do seu pensar (Godoy, 2018). Por meio da instrução que receberam, as mulheres se compreenderam como indivíduos, entendendo suas capacidades cognitivas e que poderiam ser protagonistas de seus destinos ao realizarem pequenas escolhas, que naquele momento representavam grandes mudanças. Aos poucos se iniciou um movimento de procura pela vida religiosa a qual se tornou alvo de muitas mulheres; demonstrando assim, a percepção feminina e seu descontentamento com as determinações sociais impostas.

Apesar do ambiente abrigar mulheres que não tiveram a oportunidade de fazer a escolha de querer estarem ali, algumas viram no espaço local de possibilidades. D. Leonor de Almeida Portugal Lorena de Lencastre – a marquesa de Alorna – foi um desses casos, que foi punida após uma perseguição política desencadeada pelo marquês de Pombal em sua família e encerrada num convento no século XVIII (Godoy, 2018).

Ao terem contato com a educação conventual, mulheres como a marquesa, modificaram sua percepção sobre si mesmas, desenvolveram elementos que possibilitaram a leitura da sociedade por outro viés, e identificaram que as restrições sociais sofridas faziam parte de algum tipo de controle social. Entenderam que o controle moral não se relacionava às suas capacidades cognitivas. Portanto, D. Leonor de Almeida foi um exemplo dessa percepção, tanto que ela própria tratou de contribuir com outras mulheres, ensinando-as em sua própria casa depois que retornou a sociedade. Chamou-as de meninas pobres e ensinavam-nas novas possibilidades.

Em consonância com as ideias de Godoy (2018), entendemos que a educação conventual proporcionou um início tímido da emancipação do pensamento feminino⁵, mesmo nunca sendo este o objetivo da instituição. No cenário conventual conhecemos algumas possíveis precursoras e inspiradoras das

⁵ Godoy (2018) destaca que a tomada de consciência das mulheres enquanto um ‘grupo’ ou ‘coletivo humano’ envolve a capacidade de realizar uma reflexão sobre si mesmas enquanto indivíduos, sua condição social, o papel que desempenham na sociedade, sua presença ou ausência no campo social, assim como sua voz ou silêncio dentro da sociedade em que estão inseridas (Godoy, 2018, p. 13).

mulheres que futuramente desenvolveram os movimentos feministas ao longo do século XX.

Ao trabalhar com a história da vida privada e o surgimento das cidades durante o século XIX, Alain Corbin (1991) demonstra que mudanças significativas ocorreram com a estruturação da vida urbana. Em razão do distanciamento social proporcionado pelo ambiente urbano, indivíduos passaram a ter autonomia para tomar decisões próprias. Anteriormente, nas pequenas vilas, era possível a tutela incisiva do Estado e da Igreja no cotidiano das pessoas. A libertação proveniente do espaço urbano, porém, atingiu apenas os homens (Corbin, 1991). Às mulheres, destinou-se a vida nos espaços privados com um confinamento ainda maior; impôs-se uma mudança no comportamento, restringiu-se o acesso da mulher letrada à política e até as vestimentas passaram a refletir esse controle: o número de camadas de tecido aumentou, associando a feminilidade à noção de pudor. Corbin (1991) evidencia esse processo ao retratar a forma como as jovens eram alvo de intensa vigilância e moralização:

Detenhamo-nos um instante no caso da ‘moça crescida’, púbere, que focaliza então os cuidados dos moralistas. Consagram-se especialmente a ela grossos manuais de fisiologia e higiene. Eles desenham a imagem, fantasmagórica, bem entendido, de uma criança amedrontada ou surpreendida pela radical metamorfose que se opera em si mesma e que o surgimento das regras sanciona (Corbin, 1991, p. 452-453).

A citação revela o quanto as transformações corporais femininas foram condenadas, carregando um teor de responsabilidade social sobre as mulheres por processos naturais. Esse peso simbólico gerou uma tensão entre o desejo de expressar sua feminilidade e o anseio por se libertar das amarras sociais impostas. De forma geral, o ato de permanecer em casa, cuidando da família, era visto como conduta esperada. Perrot (2012) reforça essa perspectiva ao apontar que essas atividades foram classificadas como virtudes femininas, que deveriam ser continuamente alimentadas com obrigações adicionais ao longo da vida. Ela observa: “O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois, a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar” (Perrot, 2012, p. 135). Essa pressão social, somada ao sentimento de dependência familiar e à ausência de liberdade financeira, ajuda a compreender por que os movimentos feministas demoraram a se consolidar de forma mais ampla ao longo do século XX.

Salientamos que, ao desenvolvermos considerações gerais referentes aos possíveis elementos que proporcionaram uma consciência de lutas das mulheres,

não pretendemos qualificar como único o percurso dos movimentos feministas. A trajetória de luta não é finita e, por isso, essa análise se enquadra nada mais do que a pequenas pinceladas de tinta num grande quadro que revela a história das mulheres, suas lutas e conquistas.

Com essa contextualização histórica buscamos apontar alguns elementos que permita o leitor se situar no tempo e no espaço a fim de conhecer um pouco da história de luta das mulheres, em especial mulheres do círculo de altas classes sociais. Essa localização no espaço-temporal nos mostra que a busca pela emancipação se iniciou nos círculos que dispunham de maior acesso ao conhecimento científico, demonstrando que o acesso à educação muda pensamentos – como os conventos – que, por sua vez, abrigava mulheres de famílias com certo prestígio social. Mulheres de classes mais baixas da população também iniciaram movimento emancipacionista anos depois, com formato diferenciado. Ainda hoje essa separação existe e se analisa como um dos motivos para a fragmentação do movimento feminista na sociedade.

No século XX, os papéis femininos foram associados à família e, quando se tentou romper com este cenário, as mulheres foram marginalizadas (Mota, 2012). Essa marginalização também ocorreu com quem não respondia às demandas de feminilidade exigidas – como se casar, por exemplo –, pois ser solteira era forma de anulação social. Ao final da vida adulta as mulheres perdiam o pouco ‘valor’ que possuíam na cadeia patriarcal, sendo vista como ativas apenas ao exercerem o papel de boa avó ao cuidar da família e dos netos (Mota, 2012).

Para Perrot (2012), vários pensadores foram adeptos à ideia de que o saber não deveria ser direcionado ao gênero feminino, pois era preciso educar as meninas e não exatamente instruí-las. Essa educação significava ensinar as meninas serem agradáveis, úteis aos homens em seus papéis como dona de casa, de esposa e mãe. A organização social herdada de outros momentos históricos fez com que a sociedade contemporânea reproduzisse as relações sociais de outros tempos, conservando a antiga divisão de papéis definidos pelo sexo das pessoas à serviço de um projeto social (Godoy, 2018).

Não obstante, todas essas transformações decorreram da formação dos núcleos urbanos e, conseqüentemente, do fortalecimento do individualismo, que possibilitou à mulher conquistar novos espaços. Foi no contexto urbano que se tornou possível a libertação do rígido controle familiar, abrindo caminho para escolhas pessoais e modestas ascensões sociais. Como destaca Perrot (2012, p. 136), as mulheres “[...] conseguem modestas ascensões sociais, escapam a

uniões arranjadas para realizarem casamentos por amor. A cidade é o risco, a aventura, mas também a ampliação do destino. A salvação”. Essas mudanças se intensificaram no século XIX: a escolarização para meninas avançou no final da década de 1880, e o ingresso das jovens na universidade ganhou força entre as duas guerras do século XX, especialmente a partir da década de 1950 (Perrot, 2012). O acesso ao saber permitiu o surgimento de um novo perfil feminino, distinto do modelo anterior e representado por algumas pioneiras, como a marquesa de Alorna, já mencionada neste texto (Godoy, 2018). O século XX, portanto, foi moldado a partir desse passado histórico significativo.

No contexto brasileiro, Mariana Coelho⁶ se destaca como uma das protagonistas na disseminação de críticas à sociedade da época e à falta de direitos e acesso das mulheres. Em 1930, Coelho publicou a obra “A evolução do feminismo”, na qual demonstra como o movimento se organizou e incita a necessidade de ampliá-lo. A autora aponta que a insatisfação feminina demorou a se manifestar como um anseio da sociedade brasileira devido à falta de instrução das meninas⁷ (Coelho, 2002). Conforme já mencionado, a educação era controlada e voltada para grupos sociais específicos e quando as mulheres começaram a ter acesso a uma educação mais formal, os conteúdos ainda eram distintos daqueles destinados pelo público masculino.

Este tipo de ensino sofreu alterações ao longo do tempo, mas não resultou na adoção da educação para meninos e meninas até a década de 1950. A distinção de gênero permaneceu até a segunda metade do século XX. As mulheres latinas, por exemplo, recebiam educação a partir da compreensão de sua feminilidade, tendo sua formação com base em conhecimentos de administração do lar, educação dos filhos e atendimento às necessidades do marido (Coelho, 2002). Neste período, foi proposta às mulheres a indignação quanto a estas questões e, a partir desse sentimento nascente e crescente no universo feminino, foi estabelecendo a necessidade de “uma sã e apropriada educação da mulher moderna, para que

6 Portuguesa de nascimento, veio para o Brasil em 1892, se fixando em Curitiba, Paraná. Já quanto aos registros de seu nascimento, diferentes dicionários biográficos indicam datas distintas, apontando os anos de 1857, 1858 e 1872. Mariana Coelho trabalhou como educadora, fundou e dirigiu o Colégio Santos Dumont, para o sexo feminino, e a Escola Profissional República Argentina, que dirigiu até aposentar-se. Ela faleceu em Curitiba em 1954. Como escritora, transitou pela poesia, livros de contos, estudos de história da literatura, e realizou traduções e artigos em periódicos. (Machado, 2003).

7 Entendemos, assim, a importância da educação enquanto instituição social, responsável por preparar as pessoas para a vida. Além disso, observamos que as matérias publicadas pelo jornal “Nós Mulheres” se inseriam nesse formato de educação, com o objetivo de contribuir para a formação de um pensamento feminino crítico e reflexivo.

esta surja aos olhos dos pessimistas digna de ser respeitada, e não ridicularizada” (Coelho, 2002, p. 32).

A negligência das próprias mulheres às questões de gênero se resulta em séculos de educação superficial (Coelho, 2002). Diante destas questões, a sociedade brasileira do século XX proporcionou a grupos específicos de mulheres a compreensão de que a situação cotidiana vivida fora imposta para atender aos desejos de uma sociedade. Alternativas começaram a ser produzidas por meio de atos individuais, do aumento da busca pela escolarização, da luta e da voz do movimento. O desenvolvimento do feminismo no Brasil, apesar de suas particularidades, deve ser recebido como notório por ampliar os horizontes femininos e pela contribuição as ideias democráticas que se faziam presentes.

Com um pensamento voltado para a autonomia feminina, Mariana Coelho (2002) destaca como a organização do movimento feminista cresceu cada vez mais no Brasil. A guerra, tanto no Ocidente quanto no Oriente, no início do século XX, foi um marco para o despertar do sentimento feminista, que também alcançou terras brasileiras. O silêncio feminino na pesquisa e na história das mulheres reflete sua ausência na arena política, um espaço historicamente reservado aos homens. A história da ditadura militar, por exemplo, é uma história de homens, com as mulheres sendo tratadas como sujeitos invisíveis, excluídas do poder e do processo histórico (Colling, 2004). Por terem sido socialmente marginalizadas em diversas questões, ainda hoje, persistem resquícios dessa exclusão, que dificultam a inserção das mulheres em funções e papéis diversos. Essa exclusão, marcada tanto pela ausência nas narrativas quanto pela marginalização nos espaços de decisão, é também internalizada pelas próprias mulheres, como observa Colling (2004):

As mulheres desmerecem-se, atribuindo-se pouca importância, assumindo o discurso masculino, de que o lugar do poder no mundo político é reservado aos homens. A questão do consentimento é central no funcionamento de um sistema de poder, seja social ou sexual, devendo ser objeto de estudo a dominação masculina também como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição (Colling, 2004, p. 3).

A fala de Colling (2004) revela problemas reais vividos durante a ditadura militar, cujos resquícios ainda se refletem em situações de preconceito às mulheres muitas vezes perceptíveis até hoje. Infelizmente, essa desigualdade continua a ser vivida por muitas e propagada por outras, apesar dos inúmeros movimentos e ideais de igualdade defendidos por diversos grupos sociais.

Ao estudar essa temática, observamos que o movimento feminista teve suas raízes antes do século XX, embora tenha sido neste período que se consolidou de forma sistematizada. As primeiras manifestações do movimento são notadas no século XVIII, com a busca clara de alguns grupos femininos por maior notoriedade. Figuras históricas femininas propuseram novas perspectivas de vida, relacionadas à busca por independência e equidade, direitos que, na época, lhes eram negados. Somente no século XX, portanto, a luta feminista ganhou contornos mais definidos, com demandas insistentes e contínuas por igualdade.

A mulher brasileira e o movimento feminista: o florescer de uma consciência coletiva

O Brasil viveu sob governos autoritários e controladores entre as décadas de 1960 e 1980, uma realidade inegável. Apesar desse contexto, o ideal feminista já começava a se fazer presente na sociedade. O feminismo ganhou força em um momento histórico em que outros movimentos também emergiam, denunciando opressões que iam além das questões econômicas. Ao analisar os jornais da época, percebemos que um dos marcos do movimento feminista brasileiro surgiu nas camadas médias, expandindo-se por meio de articulações com as camadas populares. Contudo, mesmo em um contexto revolucionário, o movimento ainda enfrentava limitações impostas ao gênero feminino.

Durante esse período, a direita via o feminismo como um movimento imoral, enquanto a esquerda associava-lhe uma conotação antifeminina (Sarti, 1998). De forma geral, o movimento feminista enfrentava a ditadura militar, a supremacia masculina, a violência sexual e buscava conquistar o direito ao prazer. Além disso, lutava pela redemocratização, pelos direitos de cidadania e pela igualdade. O foco dos nossos estudos está no surgimento de periódicos femininos no Brasil criados por mulheres e para mulheres. O objetivo é destacar o propósito dessas publicações, o público-alvo a que se destinavam e as formas com que produziram seu conteúdo, unindo feminismo, informação e formação.

O texto de Rosalina de Santa Cruz Leite (2003) aborda a história dos primeiros jornais nacionais dirigidos às mulheres e feitos por mulheres no período pós-1975: o “Brasil Mulher”⁸ e o “Nós Mulheres”. Desenvolvidos pelo que se chamava, por uns, de imprensa democrática ou alternativa e, por outros,

⁸ Criado em 1975, jornal dedicou-se a temas especialmente ligados às mulheres, como a jornada dupla de trabalho e o questionamento da estrutura patriarcal da sociedade. Veiculou entre os anos de 1975 e 1980 (Tamião, 2009).

de imprensa nanica, o jornal “Nós Mulheres”, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação demonstra o teor temático: davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política. Essas mulheres as quais tomaram a iniciativa para a produção do jornal, eram feministas e, majoritariamente, de esquerda, muitas com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e do exílio (Leite, 2003).

Atualmente, parte do movimento feminista critica essa produção por ser oriunda de debates feministas vindos da França e Grã-Bretanha, denominados de feminismo da burguesia. As editoras e escritoras estudaram na Europa e foram influenciadas por eles, portanto, não refletiam os mesmos interesses do proletariado. “Este postularia uma feminilidade partilhada por todas as mulheres, mascarando assim as diferenças do estatuto econômico e político, e até os antagonismos que as separam” (Juteau, 2009, p. 91). Resultante deste meio, o movimento também expressa a dicotomia entre considerações, pensamentos e debates. Entendemos a possível polarização de ideias e conceitos passíveis nesta análise, mas apontamos o jornal “Nós Mulheres” como uma das possibilidades historiográficas ao estudo do movimento feminista no Brasil e como agente formativo do pensamento feminino.

O jornal “Nós Mulheres” foi desenvolvido por militantes exiladas que haviam estudado em Paris e, ao retornarem ao Brasil, priorizaram a criação de um periódico feminista de oposição política, com o objetivo de ser porta-voz das necessidades e anseios das mulheres. Embora não tivessem plena consciência de que seus discursos não abrangiam todas as mulheres, eram essas as suas crenças. Tanto o “Nós Mulheres” quanto o “Brasil Mulher”, outro periódico feminista da época, surgiram em um momento de relaxamento da censura à imprensa (Leite, 2003). No entanto, esse enfraquecimento da censura não representava a reabertura plena da democracia, pois o governo Geisel (1974-1979) continuou a utilizar instrumentos de exceção quando necessário (Leite, 2003). Mesmo diante desse ‘recado governamental’, as militantes não se intimidaram. Continuaram a se expressar, a se informar e também a informar outras mulheres, em um processo formativo que visava despertar consciências femininas sobre seus direitos, seus potenciais cognitivos e sua capacidade de ocupar espaços públicos, antes exclusivos aos homens. O jornal “Nós Mulheres” foi significativamente atuante no quesito evidenciar potenciais e capacidades do gênero feminino, em alertar

sobre a opressão vivida e sobre o cerceamento de direitos civis e políticos. Suas matérias primavam por instruir, — ultrapassando o mérito do informar, como veremos a seguir.

O jornal “Nós Mulheres”, imprensa de mulheres para mulheres: a construção de um novo perfil feminino

Embora nossa proposta seja analisar o jornal “Nós Mulheres”, destacamos que um periódico de tamanha importância exigiria mais do que um único artigo para ser explorado. Assim, o que segue é uma leitura de caráter analítico; apresentando algumas considerações reflexivas. Apontamos para o surgimento de uma nova mulher, consciente de sua condição restrita, ciente de suas capacidades e ávida pela busca pela igualdade de direitos.

Quanto à metodologia de pesquisa, o jornal “Nós Mulheres” está disponível para acesso no site da Fundação Carlos Chagas⁹. Para elaborar os resultados apresentados neste trabalho, realizamos uma análise das oito edições publicadas, focando nas questões levantadas, nos anseios das mulheres e no contexto histórico, a partir da perspectiva das participantes do jornal. O periódico tinha um caráter informativo, como exemplificado na 5ª edição, que trouxe uma seção sobre o que era a menstruação, além de tirinhas que faziam críticas e contavam histórias. Também informava as leitoras sobre o andamento dos movimentos sindicalistas, direitos trabalhistas e as dificuldades enfrentadas por aquelas que escreveram no jornal. Para este artigo, no entanto, focamos nas discussões presentes nas duas primeiras edições publicadas.

Em nossos estudos acerca do “Nós Mulheres”, observamos a existência de uma estrutura básica contendo seções de textos, reportagens - algumas das quais em formato de entrevistas - sempre organizadas de maneira a dialogar com a leitora. Utiliza-se uma linguagem simples, de modo a transmitir a sensação de uma conversa entre amigas próximas. Logo no editorial do ano de 1976, as produtoras expõem a ideia central do periódico e que norteia as demais seções: a necessidade de incentivar a luta por melhores condições e pela igualdade.

Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurante a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos junto com

9 Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/nosmulheres/> Acesso: em 12 fev. 2025.

os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 2)¹⁰.

Desde a primeira edição do periódico, as editoras compreenderam que a luta feminista transcende as denúncias e as discussões teóricas, devendo alcançar o cotidiano das mulheres. Um exemplo disso é a questão abordada no jornal sobre as mulheres que começam a trabalhar fora de casa para ajudar na renda familiar, mas enfrentam o desafio de deixar seus filhos sozinhos. Um grupo de mães do setor de Interlagos e sociedades de amigos em São Paulo relatou que, ao buscarem creches de período integral, receberam uma resposta desanimadora da prefeitura: "Até que um dia disseram que, se a gente mesma construísse e mantivesse funcionando por 3 anos, a prefeitura veria se aprovava a creche e daria uma ajuda" (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 3). Esse relato evidencia um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres para ingressarem no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que marca o início de mobilizações femininas em busca de soluções para essas questões. A dificuldade enfrentada por essas mulheres revela a falta de apoio do poder público à autonomia feminina.

Seguindo a sequência, o periódico disponibiliza uma seção onde demonstra como a situação das mulheres e suas organizações pelo mundo acontecem, com atenção especial à América Latina. O jornal afirma que a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) realizou estudos sobre a participação da mulher latino-americana na vida social e econômica de seus países; concluindo que em cada classe social, a situação da mulher latino-americana é inferior a do homem, e que medidas tomadas para melhorar esta situação ainda não haviam acontecido mesmo no melhor dos cenários. Para o jornal, tudo isso foi resultante da busca governamental em agradar o eleitorado feminino do que resultado de reivindicações dos grupos organizados pelas mulheres (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 4).

Na coluna, intitulada "Daqui & Dali", há um breve resumo das lutas das mulheres no mundo e suas conquistas. Também se percebem críticas de várias entrevistadas as mais diversas áreas econômicas, como o salário-mínimo. Entre

10 As edições do jornal Nós Mulheres, utilizadas neste artigo, não possuem numeração de páginas. Contudo, para facilitar a localização das informações citadas e oferecer maior precisão ao leitor, optou-se por utilizar a numeração correspondente às páginas do arquivo em formato PDF disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas.

os relatos, destaca-se a forma como essas críticas ganhavam voz por meio de declarações diretas das próprias mulheres:

Se comer hoje em dia anda muito difícil, o que dizer do cinema, passeios, futebol, enfim daquelas coisas às quais todos deviam ter direito, depois de uma semana de trabalho? Mas isso não entra no cálculo do salário mínimo: fazem parte do que se chama 'supérfluo', ou seja, desnecessário. Afinal, nunca se ouviu dizer que alguém morreu por falta de cinema ou futebol (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 4).

Essa fala sintetiza a crítica cotidiana de muitas mulheres, demonstrando como o jornal se tornava um canal de denúncia das desigualdades. Para algumas leitoras e colaboradoras, o periódico passou a representar um espaço de reivindicação política — diante da exclusão dos circuitos tradicionais de poder, foi nele que encontraram possibilidades para articular ideias e expressar críticas de natureza econômica e social.

Em uma nova seção, com o título "Direitos da mulher", surge informações pertinentes às novas ingressantes no mercado de trabalho tais como a cobrança por salários iguais. Explicam que tornar-se gestante ou se casar não eram justificativas para demitir alguém, por exemplo. Apesar de diversas informações chegarem ao campo popular, nem todas tinham o alcance preciso. Foi a falta dessa amplitude e contato com outras mulheres que se moveram as organizadoras do jornal a requisitar na seção "Carta ao Leitor" que todos tivessem interesse na organização e produção do periódico, divulgassem o jornal nas reuniões familiares, nos rádios.

O objetivo era alcançar e legitimar as lutas de todas as mulheres, mostrando que elas precisavam ocupar espaços para contribuir na transformação dessa realidade. Para isso, era essencial que as mulheres se unissem, evidenciassem seu potencial e, principalmente, tivessem acesso à informação. Contudo, não se tratava apenas de acesso, mas de refletir sobre essa informação e sobre a realidade vivida, considerando as possibilidades de mudança. A informação deveria ser uma ferramenta de instrução, estimulando o pensamento sobre alternativas e caminhos, e demonstrando a capacidade das mulheres. Assim, tanto as matérias publicadas no jornal quanto a linguagem utilizada se configuravam como princípios educativos¹¹, com o objetivo de colaborar para a transformação do pensamento feminino e despertar uma consciência mais visível sobre as temáticas abordadas.

Na mesma edição, em outra página intitulada "Nós mulheres: OPERÁRIAS" (1976, p. 9), são apresentados depoimentos de mulheres. A cada edição, um novo

¹¹ Princípios educativos são aqui considerados, de acordo com Godoy (2018, p.12) como o "[...] conjunto de diretrizes, valores e ideias que fundamentariam o processo formativo/educação do indivíduo, nesse caso, das mulheres, possibilitando, a elas, um despertar das suas capacidades e potencialidades".

relato é publicado, abordando uma temática diferente. Por meio dessas histórias e memórias, os sentimentos das participantes transparecem. As dificuldades e percalços enfrentados por elas muitas vezes se manifestam de forma irônica nos relatos.

Os homens acham que as mulheres têm que ganhar menos, podem ganhar menos. Eu não sei se é porque nós comemos menos, geralmente a gente faz regime, né? Deve ser mais ou menos isso, porque eu não sei de onde tiraram esta ideia que a mulher deve ganhar menos. Nós pagamos a mesma condução, o arroz que comemos é o mesmo preço do dos maridos e a carne é a mesma coisa, mas não sei por que temos que ganhar menos do que eles francamente. Vai ver que é por causa do regime, no meu caso. Agora, os outros que é magro, eu não sei. Nós precisamos fazer alguma coisa, né? Agora, eu não estou muito animada porque o pessoal está difícil, mulher está difícil, eu não sei o que elas estão pensando. A maioria entende errado este movimento feminista. A maioria entende que o movimento feminino é gostar de outra mulher. Então tá todo mundo indo pra trás (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 9).

Como podemos perceber nesse relato, embora ainda não haja uma uniformidade de ideias por parte de todas as mulheres sobre os propósitos do movimento feminista e, provavelmente, também sobre os objetivos das matérias do jornal, algumas, como a mulher que narra este relato, começam a mudar a forma como se veem. Elas começam a reconhecer que são iguais aos homens, com as mesmas necessidades e custos de vida, e criticam o fato de que os homens não compreendem isso. Demonstram a necessidade de buscar conhecimento sobre a realidade e os movimentos sociais, incluindo o feminismo, para entender que lutar por espaço na sociedade e pela garantia de oportunidades iguais não tem relação com 'gostar de outra mulher'. Esse é um exemplo da mudança no pensamento feminino e da construção de um perfil mais consciente.

A falta de representatividade feminina nos campos de atuação das fábricas têxteis também foi alvo de críticas no jornal "Nós Mulheres", especialmente considerando que a mão de obra feminina, mais barata e rendosa, era amplamente utilizada em todo o país. Os patrões insistiam em colocar apenas homens na função de gerentes, o que foi percebido pelas mulheres brasileiras como uma desvalorização do seu esforço contínuo, muitas vezes mal recompensado.

Ainda na seção "Nós mulheres: OPERÁRIAS", as editoras do jornal afirmaram que apesar de suas capacidades, não as colocavam em cargo de gerência porque chefe era intrinsecamente ligado à figura masculina. Nesta ânsia de uma valorização precisavam ainda lidar com trabalhadoras que acordavam em delatar qualquer forma de descaso ou motim que pudessem vir a ocorrer. "Na têxtil Mococa tinha as vigias que ficavam marcando no relógio quantos minutos você ficava no banheiro" (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 10). O perfil feminista do

periódico acreditava na força da mulher, seja emocional ou física como fator de emancipação social. Essas adversidades apresentadas condizentes à postura do controle masculino deslegitimavam a luta árdua e diária que propunham fazer. Mas, ao mesmo tempo, denunciava o nascente entendimento de que esse posicionamento feminino estava equivocado, que elas não precisavam disso para se manter empregadas. Precisavam mostrar sua capacidade para ocupar postos de gerência, outra tentativa, aos nossos olhos, de educar as mulheres do período, no sentido de educar sua forma de pensar, se valorizando e buscando ocupar seu tempo nas fábricas com o exercício do saber e não com o controle da outra.

Michelle Perrot (2012), aponta que a sociedade brasileira no século XX visualizava a mulher como intelectualmente distinta do homem e, por isso, incapaz de realizar certas ações.

Recusam-se as mulheres as qualidades de abstração (as ciências matemáticas lhes seriam particularmente inacessíveis), de invenção, de síntese. Reconhecem para elas outras qualidades: intuição, sensibilidade, paciência. Elas são inspiradoras, e mesmo mediadoras do além. Médiuns, musas, ajudantes preciosas, copistas, secretárias, tradutoras, intérpretes. Nada mais (Perrot, 2012, p. 97).

A seção "Fotonovela", disponibilizava imagens sem uma ordem específica. A leitora deveria ordenar do modo que preferisse, criando uma sequência, diálogos e legendas para as fotos.

Sandra Adams fotografou para o EX as operárias que inventaram essa fotonovela. Nós misturamos as fotos, e a sequência pode ser recriada, conforme o enredo que você inventar. 1. Ordene as fotos da forma que você preferir; 2. Escreva legendas e diálogos para cada uma delas, identificando cada quadro com as letras correspondentes [sic] 3. Mandem-nos a fotonovela que você criar, juntando seu nome e endereço 4. Publicaremos a história mais original (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 13).

Na primeira edição, a página é preenchida com nove fotos - uma mulher negra com rosto apreensivo e na sequência esta mesma mulher sentada numa sala de escritório de um rapaz, depois este indo na casa da mulher e entregando algo a ela; na próxima foto há uma mulher mais velha e com uniforme de empregada doméstica, também negra, repreendendo a moça por algo, há outra imagem com o rapaz em seu escritório sentado lendo jornal. A penúltima foto, aparecia um rapaz abraçando a mulher e, por último, a mesma vestida com uniforme e realizando algum trabalho (Nós Mulheres, n.1, 1976, p. 13)¹².

¹² Optamos por não incluir a página da fotonovela devido à perda de qualidade da imagem na publicação do artigo, o que comprometeria a visualização. Para acessar as fotos em melhor qualidade, sugerimos que o leitor acesse o link abaixo. A fotonovela pode ser encontrada na página 13 do pdf disponibilizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf> Acesso em: 12 fev. 2025.

Essa seção que foi organizada com fotos de pessoas reais, e não desenhos, fornece a possibilidade de haver diálogo e ao mesmo tempo confronto com as próprias inseguranças femininas. O que nos chamou a atenção foi a imagem em que, a partir de nossa visão, a mãe repreende a filha por buscar um emprego e ter sua independência. A realidade abria brechas a situações como estas nas quais as próprias mulheres impediam outras da busca por empregos e sua autossuficiência. Situação essa herdada por anos de misoginia que precisava ser abandonada pelo bem das novas gerações e para a melhoria do futuro das mulheres. Aqui notamos, mais uma vez, a intenção educativa do jornal, mostrando às mulheres que, independentemente do que se dissesse, elas precisavam acreditar em seu potencial e lutar por seus objetivos e por sua autonomia. O que reconhecemos, como princípios educativos.

Nas últimas seções de cada edição, o jornal destinava uma lauda para a manifestação de leitoras e leitores, que escreviam sobre temas relacionados à condição feminina. As edições publicavam essas contribuições seguidas de respostas da redação, estabelecendo um diálogo entre o periódico e seu público. Embora a ênfase principal estivesse na voz das próprias mulheres brasileiras diante das dificuldades que enfrentavam, o jornal também apresentava seções informativas, com notícias e relatos sobre eventos ligados à luta feminista.

Na segunda edição, também de 1976, as editoras do jornal criam uma seção intitulada "Eleições Municipais", a qual destacam a importância de conhecer a política institucional e saber escolher os candidatos quando fossem votar. Também disponibilizam às leitoras, orientações sobre o funcionamento da política brasileira durante a ditadura militar e suas demais organizações. Dentro disso, cobram veemente a participação da população, pois a ausência dos mesmos na solução dos problemas cria dificuldades essencialmente para a classe trabalhadora (Nós Mulheres, n. 2, 1976, p. 3).

A produção exclusiva de história em quadrinhos foi característica importante do jornal "Nós Mulheres". A história em quadrinhos com a personagem Bia Sabiá, também produzida por uma mulher, demonstra em poucos quadrinhos a realidade das mulheres daquele período. Bia Sabiá é um pássaro fêmea que possui um marido pássaro e dois filhos, que exigem dela total atenção para todos os assuntos familiares possíveis.

No segundo volume, a história em quadrinhos traz a família se organizando para um passeio. Para isso, a mãe prepara as roupas do marido, os lanches do passeio, dá banho em seus filhos. Quando finalmente vai se arrumar, o esposo de Bia

reclama que ela está sempre atrasando as saídas de seus passeios (Nós Mulheres, n. 2, 1976, p. 3). Nessa seção, encontramos diversas críticas ao posicionamento familiar e como isso sufocava a vida da mulher e sua individualidade.

Percebemos que o segundo volume do jornal “Nós Mulheres” não seguiu tendo as mesmas seções, foram alteradas de acordo com os assuntos que as editoras concordavam serem mais relevantes naquele momento. E, nessa edição, houve várias entrevistas com mulheres operárias, há notícias sobre a política no Brasil e em outros países, como o fato de mencionarem a morte de Mao Tsé-Tung, aos 82 anos de idade (Nós Mulheres, n. 2, 1976, p. 4).

Demonstra-se a cada página um grupo militante bastante decidido e focado na transmissão do ideal feminista às mulheres brasileiras. Ao fornecerem esse canal de comunicação, possibilitaram um processo de busca por igualdades de direitos. As cartas enviadas pelos leitores mostravam essa abordagem, quando o alcance do jornal acabava por chegar em outros Estados, além de São Paulo e Rio de Janeiro. Pelo fato das editoras feministas do “Nós Mulheres” estarem sob posição privilegiada em relação à mulher brasileira comum, se utilizavam dessa posição, para fornecerem às organizações populares femininas, a oportunidade de reivindicarem direitos e terem uma acolhida ao movimento. Nesse espaço de representação, favoreceram o diálogo com a militância e diversas questões que as incomodavam tais como se dava o convívio familiar, a intimidade e as relações de poder entre homens e mulheres.

Considerações finais

Este texto buscou fornecer ao leitor um panorama sobre a história das mulheres na historiografia, destacando a realidade silenciosa que elas vivenciaram na pesquisa acadêmica. Além disso, analisamos o contexto histórico brasileiro na segunda metade do século XX e como ele influenciou as ações feministas no país.

A partir do estudo do jornal “Nós Mulheres”, foi possível perceber a visão de grupos de mulheres sobre a realidade do período, sobre o tratamento dispensado ao gênero feminino. Embora as mulheres, assim como todos os brasileiros, vivessem sob uma repressão constante durante a ditadura militar, muitas encontraram meios para se expor. Para isso, utilizaram-se do movimento feminista, que ganhava força, e a possibilidade da imprensa para divulgar princípios que contribuíam para a formação de um novo pensamento feminino.

A força das mulheres cresceu impulsionada pela luta contra a repressão política e busca por direitos.

O jornal “Nós Mulheres” exemplifica essa realidade: apesar de sua publicação clandestina, não há dúvidas de que atingiu um público considerável, como evidenciado pelas cartas recebidas pelas editoras. O jornal foi um meio de acesso às informações sobre o feminismo, abordando desde questões relacionadas ao processo eleitoral e à função de cada legislador até histórias em quadrinhos com humor simples, mas crítico.

O cerne dos movimentos feministas brasileiros pode ser localizado na década de 1970, período em que as mulheres passaram a conquistar e reivindicar espaços historicamente negados. O jornal “Nós Mulheres” surgiu nesse contexto, refletindo uma luta feminina inserida em um panorama político mais amplo e atuando como uma ferramenta relevante de instrução e formação. Os movimentos feministas do século XXI podem ser compreendidos como desdobramentos desse processo histórico, resultado tanto das transformações políticas do século XX quanto da atuação de periódicos como o “Nós Mulheres”, que contribuíram para a difusão dessas ideias.

O atual cenário social é fruto das contribuições de diversas mulheres ao longo da história. Embora ainda persistam desafios relacionados à equidade de gênero, avanços significativos foram conquistados, possibilitando a produção de reflexões como as apresentadas neste estudo. As lutas femininas contemporâneas se manifestam em diferentes esferas da sociedade — no ambiente de trabalho, na vida familiar e no campo acadêmico — e seguem pautadas por desafios históricos e demandas atuais. O reconhecimento das vozes silenciadas no passado destaca a importância de manter o debate ativo, promovendo a igualdade de direitos e a valorização da diversidade de experiências femininas. A pesquisa histórica evidencia que essas lutas são contínuas e se renovam conforme os contextos sociais e políticos se transformam.

Referências

- COELHO, M. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- COLLING, A. M. **As mulheres e a ditadura militar**. História em Revista, v. 10, 2004.
- CORBIN, A. Bastidores. In: Michelle Perrot (org.). **História da vida privada**. Volume 4 — da revolução a grande guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. In: GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, G. A. V. de. **Princípios educativos para mulheres dos séculos XVIII e XIX: contribuições da Marquesa de Alorna**. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação - PPE. Universidade Estadual de Maringá, 2018.

JUTEAU, D. **Etnicidade e Nação**. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KARNAL, L. TATSCH, F. G. A memória evanescente. In: PINSKY, C B LUCA, T R de (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, R. de S.C. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa feminista brasileira**. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 11 (1): 336, jan-jun/2003.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C.B. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, R. M. A evolução do feminismo: subsídios para sua história. Origens da Imprensa feminista brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol. 11 (1): jan-jun/2003.

MOTA, A. B. **Mulheres Velhas: Elas começam a aparecer**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 1, jun. 1976. Editorial.

NÓS MULHERES. São Paulo: Associação de Mulheres, n. 2, set./out. 1976. Editorial.

PERROT, M. **História (Sexualização da)**. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PROST, A. **Como a História faz o Historiador?** Anos 90. Porto Alegre, n 14, dez., 2000.

SARTI, C. A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association)**, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso: em 10 jan. 2018.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (2):264, maio-agosto/2004.

TAMIÃO, J. S. **Escritos feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação do Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2009.

VAQUINHAS, I. M. **"Senhoras e mulheres" na sociedade portuguesa do século XIX**. 2 ed. Lisboa: Fernando Mão de Ferro, 2011.



Recebido em 03/04/2025
Aceito em 12/05/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.57793

ARTIGO

A prostituição e o escândalo político como formas construtoras da identidade homossexual masculina weimariana: uma análise a partir da obra de Christopher Isherwood (1939-1976)

Prostitution and Political Scandal as Constructive Forms of Male Homosexual Weimarian Identity: An Analysis Based on the Works of Christopher Isherwood (1939–1976)

Mateus Henrique Siqueira Gonçalves

Doutorando em História pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-4352-6737>

RESUMO: O artigo investiga como a identidade homossexual masculina na capital alemã, Berlim, foi moldada pelas categorias de prostituição e escândalo político entre as décadas de 1920 e 1930. A partir dos romances semiautobiográficos do escritor homossexual inglês Christopher Isherwood, “*Goodbye to Berlin*” (1939) e “*Christopher and His Kind*” (1976), assim como de fontes jurídicas e apoio de uma bibliografia especializada, o estudo analisa a comercialização do sexo entre homens e seu impacto na percepção pública da homossexualidade. A prostituição masculina era comum entre a queda da República de Weimar e a ascensão nazista ao poder, e, com diferentes projetos políticos em disputa, setores da sociedade exploraram as ramificações desse comércio para realizar suas manobras políticas. A pesquisa evidencia que essas ações não apenas criaram e reforçaram estereótipos, mas também colaboraram para consolidar uma identidade homossexual masculina específica em um momento de transformação radical da Alemanha.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. República de Weimar. Nazismo.

ABSTRACT: This article investigates how male homosexual identity in the German capital, Berlin, was shaped by the categories of prostitution and political scandal between the 1920s and 1930s. Based on the semi-autobiographical novels of the English homosexual writer Christopher Isherwood, “*Goodbye to Berlin*” (1939) and “*Christopher and His Kind*” (1976), as well as legal sources and the support of specialized bibliography, the study analyzes the commercialization of sex between men and its impact on public perception of homosexuality. Male prostitution was

common between the fall of the Weimar Republic and the rise of the Nazis to power, and, with different political projects at stake, sectors of society exploited the ramifications of this trade to carry out their political maneuvers. This research highlights how these actions not only created and reinforced stereotypes, but also contributed to consolidate a specific male homosexual identity in a moment of radical transformation in Germany.

KEYWORDS: Homosexuality. Weimar Republic. Nazism.

Introdução

A proposta deste artigo é examinar como a identidade homossexual weimariana foi parcialmente construída sob dois pilares: a comercialização do sexo entre homens e os escândalos político-midiáticos que derivaram dessa atividade em Berlim entre as décadas de 1920 e 1930. A prostituição foi um fenômeno popular na Alemanha da República de Weimar. Concomitantemente, escândalos políticos foram conferidos na arena pública no intuito de minar a credibilidade de figuras, partidos, projetos, instituições e coletivos de sujeitos perante a sociedade. Os homens homossexuais ocuparam posição de destaque entre os indivíduos marginalizados por noções morais tradicionais e conservadoras. Institucionalmente, essas categorias foram mobilizadas pelo Estado com o apoio da sociedade para o exercício da discriminação legal contra eles.

O escopo de compreensão temporal deste artigo estende-se, primeiramente, de 1929 até 1933, tendo em vista o espaço de experiência do escritor homossexual inglês Christopher Isherwood em Berlim, capital alemã, à época do declínio e queda da República de Weimar. Porém, a escrita dessa experimentação só foi viabilizada em 1939 e 1976, quando dois romances semiautobiográficos de Isherwood foram publicados. O primeiro, no Reino Unido e nos EUA em março de 1939, sob o título “*Goodbye to Berlin*”. O segundo, em novembro de 1976 nos EUA e em março do ano seguinte no Reino Unido, “*Christopher and His Kind*”. Cerca de 3 décadas separam um livro do outro, e a homossexualidade masculina foi um assunto cada vez mais urgente e inquietante para seu autor. Contudo, uma pesquisa como esta precisa extrapolar a documentação primária e interagir com a bibliografia especializada para efetivar um panorama de compreensão histórico mais complexo do envolvimento entre homossexualidade e prostituição masculinas.

“*Goodbye to Berlin*” destacou-se, entre outras questões, por ter elevado Isherwood à fama internacional. Essa obra é uma composição híbrida entre semiautobiografia e romance histórico ficcional, transformando Isherwood

na figura tríade de autor, personagem principal e narrador, configurando uma experiência de pacto autobiográfico com a audiência leitora. O enredo baseia-se na degradação da sociedade alemã às vésperas da ascensão nazista ao poder. Temas como prostituição, moralidade, imoralidade, antissemitismo e homossexualidade surgiram no legado literário isherwoodiano.

“*Christopher and His Kind*”, por outro lado, demonstrou a maturidade de seu autor ao revisitar o passado berlinense e encarar de frente algumas das questões em que ele anteriormente omitiu ou dissimulou, como a própria homossexualidade. Nesse livro, o escritor detalha as suas experiências homossexuais e a sua vivência na Alemanha, ao traçar uma visão crítica de si mesmo. É também um esforço literário de revisão de obras anteriores, como “*Goodbye to Berlin*”. Isherwood evidenciou suas fragilidades e seu caráter complexo ao engajar em temas como a busca da identidade pessoal e a conciliação dos desejos em uma época conturbada de intensas transformações sociais.

Apesar do sucesso e da positiva recepção da crítica especializada, o livro gerou controvérsias por conta de sua abordagem objetiva e direta das questões sexuais e de como elas eram exercidas no final da República de Weimar. Contudo, não deixou de se tornar um importante documento histórico-literário que serviu ao movimento de emancipação homossexual europeu e estadunidense do século XX, fornecendo retóricas memoriais para a identificação e o fortalecimento da luta por direitos da comunidade de ostracizados por questões sexuais e de gênero.

O comércio sexual berlinense na República de Weimar

Em “*Goodbye to Berlin*”, ao tomar como ponto de partida a prostituição da personagem Kost, o autor concebeu uma ideia do comércio sexual como prática do cotidiano na República de Weimar. Atividade corriqueira que era exercida pelas prostitutas dentro dos quartos alugados em que moravam nas pensões da cidade, até mesmo em casas familiares (Isherwood, 1989)¹. Ao relatar a prostituição que ocorria na esquina da rua de seu prédio à noite, Isherwood se atentou às características de idade, aparência e indumentária das mulheres. Elas já haviam ultrapassado a meia-idade e se vestiam de maneira decorosa, com chapéus matronais, saias compridas e casacos largos, sem esconder suas idades com maquiagem. O narrador ao questionar um personagem, Bobby, escuta

¹ A edição da qual tive acesso foi um exemplar traduzido para o português do Brasil datado de 1989, publicada pelo Círculo do Livro, sob o título “Adeus a Berlim”. Por razões estéticas, optei por permanecer utilizando o título original em inglês da obra neste artigo.

a explicação de que os homens procuram essas mulheres pois se sentem mais confortáveis com elas do que com moças mais jovens (Isherwood, 1989, p. 21).

Por supostas questões sentimentais, os homens preferiam as mulheres de mais idade, mas, o que também chama a atenção é o exercício da prostituição que mulheres idosas precisavam efetivar como maneiras de subsistir na Alemanha dos anos 1920. Segundo Otto Friedrich (1997), a inflação, o desemprego e a miséria, demoliram as noções morais tradicionais em relação ao sexo. Até mesmo as mulheres mais jovens passaram a alugar seus corpos em detrimento dos seus sonhos de contrair o matrimônio ainda castas. Ele afirma: “a partir da inflação desenfreada, o que aconteceu foi que as jovens deixaram essa história para lá. As mulheres sentiram-se liberadas” (Friedrich, 1997, p. 141). Com a quebra da economia e, conseqüentemente, com a perda do valor monetário, o sistema nupcial também faliu. Assim, a prostituição consolidou-se como uma maneira de tentar minimizar as dificuldades econômicas.

Contudo, a prática do comércio sexual evidenciava-se socialmente desde a era pré-industrial. Para Victoria Harris (2010, p. 9-10), o processo de urbanização alemão anunciou a expansão e a ocupação do sexo pago em espaços públicos, como as calçadas e as estações ferroviárias. E o contínuo exercício da prostituição, fez com que o Estado tratasse juridicamente dessa questão. Com a criação do primeiro Código Penal Imperial, à época da unificação alemã em 1871, os legisladores redefiniram estratégias penais para a gestão do vício, o que efetivaram ao longo do tempo através de dois dispositivos legais.

O primeiro, o Parágrafo 361, Seção Seis, em que definiram a prostituição como sexo mediante remuneração econômica (Alemanha, 1872). O dispositivo prescrevia punição com pena de prisão para toda mulher que, tendo sido colocada sob controle policial por conta da prostituição profissional, violasse as normas impostas pela polícia para a proteção da saúde, da ordem e da decência, ou qualquer mulher que, não tendo sido inserida no contexto de vigilância estatal, praticasse a prostituição mediante remuneração. Segundo Harris (2010, p. 10), delineou-se dois crimes: se prostituir sem se submeter ao registro policial e transgredir os estatutos em relação à saúde, ordem e decência, uma vez submetidos. O segundo dispositivo penal, o Parágrafo 180, decretava que quem auxiliasse a prática da prostituição, de maneira habitual ou com fins lucrativos, apoiando ou proporcionando facilitação para a mesma, seria punido com pena de prisão não inferior a um mês, com multa de 150 a 6.000 marcos e a perda de franquia (Harris, 2010, p. 10).

Acontece que esse esforço institucional não era um caso isolado dos alemães. Os franceses foram os primeiros a executar, ainda na primeira metade do século XIX, um sistema para regular a prostituição. Como aponta Corbin (*apud* Harris 2010, p. 10), a ideia era fundar “uma sociedade alternativa fechada que fosse ‘estritamente hierarquizada e compartimentada’”.² Os italianos, desde 1860, obrigaram as prostitutas a se registrar na polícia, fazer exames de saúde a cada 15 dias e se submeter coercitivamente aos tratamentos para doenças sexualmente transmissíveis (Harris, 2010, p. 10).

Em outros países da Europa como a Inglaterra, Noruega, Holanda e Suíça, a prostituição foi gerida sem sanções penais e sem um sistema de registro consolidado. Contudo, autoridades inglesas buscaram efetivar o controle e a exclusão social das prostitutas sob o pretexto da vigilância de doenças. Harris (2010, p. 11) observou como os Atos de Doenças Contagiosas de 1864, 1866 e 1869 procuravam prevenir a disseminação de doenças venéreas, especialmente em cidades de guarnição e portos marítimos, obrigando a testagem à força e o tratamento daquelas consideradas “prostitutas comuns”. A definição de “prostituta comum” era vaga, e utilizando-se dessa brecha interpretativa a polícia obrigou qualquer mulher considerada indesejável à testagem, independente se uma mulher possuísse vínculo com a prostituição ou não.

Na Alemanha da República de Weimar, elas estavam sob constante vigilância das forças policiais, do sistema judiciário e penitenciário, assim como da exploração masculina, especialmente por conta da lei de 1927 que legislava sobre o Combate às Doenças Venéreas. Uma década depois, já no regime nazista, uma portaria tratava das medidas preventivas para combater a criminalidade, classificando as prostitutas como “associais”, levando a uma transformação na maneira como a sociedade encarou e lidou com a prostituição em uma Alemanha marcada por crises, escassez de múltiplas frentes, das rupturas institucionais às mudanças de costumes, dos avanços e também dos retrocessos nos debates que envolviam a sexualidade e suas práticas (Harris, 2010, p. 14).

Ainda que a prostituição fosse originalmente uma experiência corpórea de mulheres, homens também estiveram envolvidos diretamente nesse comércio, tanto como clientes quanto como vendedores. A prostituição igualmente envolveu o coletivo de sujeitos desviantes da sexualidade e das expressões de gênero, como homens homossexuais, pessoas transgêneras e transexuais, transformistas,

² Tradução do autor. No original: “An enclosed alternative society that was ‘strictly hierarchised and compartmentalised’”.

artistas de cabarés e da indústria audiovisual. Conrad Veidt, ator alemão que conquistou Hollywood ainda no início dos anos 1930, era reconhecido nas ruas berlinenses como uma das mais belas transformistas. A atividade de transgressão das normas era tamanha que, às vezes, não havia condições de discernir quem era homem ou mulher nos clubes, danceterias e bares da cidade.

O turismo sexual berlinense foi exercido por nativos e estrangeiros. De várias partes do Ocidente, como dos EUA, de países vizinhos europeus, como a França, Inglaterra, Escandinávia e Rússia, os turistas sexuais moldaram a vida noturna da capital alemã. Porém, como pontua Robert Beachy (2015, p. 188), nem todos eram “turistas sexuais” no sentido específico do termo. Muitos eram observadores curiosos da experiência de libertação sexual, e buscavam acompanhar as práticas enquanto produziam registros dos elementos mais sórdidos da cidade, sem necessariamente estabelecer contatos sexuais.

Ainda que Isherwood não aborde explicitamente a questão da prostituição masculina em *“Goodbye to Berlin”* (Isherwood, 1989), esse é um assunto que permeou seu processo criativo de escrita, a composição de seus personagens e sua vivência sexual no período. Otto Nowak, personagem introduzido no cânone isherwoodiano em *“Goodbye to Berlin”* era, na realidade, Walter Wolff, um adolescente operário entre seus 16 e 17 anos que se prostituía e teve um envolvimento econômico, afetivo e sexual com Isherwood durante alguns meses (Parker, 2004, p. 192). Somente cerca de 3 décadas depois, Isherwood abordou essa questão de forma mais crítica em *“Christopher and His Kind”* (Isherwood, 2015). Nesse sentido, a experiência da prostituição masculina foi reveladora do desabrochar sexual do escritor.

O sexo pago e a formalização da identidade homossexual weimariana

Isherwood providencia um indício de que a sexualidade, para além das particularidades dos indivíduos, é uma experiência identitária construída coletivamente em determinada época e lugar, historicamente configurada para atender necessidades próprias de um tempo específico. Isherwood assimilou que o comércio sexual entre homens era uma forma legítima de exercitar a homossexualidade. Em *“Christopher and His Kind”*, na prostituição, os homossexuais, nativos ou estrangeiros, imaginavam-se em constante exercício de libertação das amarras conservadoras, moralistas e tradicionais às quais haviam sido moldados durante parte significativa de suas vidas (Isherwood, 2015).

O escritor constatou que a maior parte dos sujeitos que vendiam sexo pertenciam à classe trabalhadora, mas que não eram profissionais do ramo. Em suas palavras: “eram gananciosos, mas não calculistas, temperamentalmente incapazes de pensar no amanhã” (Isherwood, 2015, p. 30).³ Esses rapazes eram tão indiferentes, amadores e despreocupados com a vaidade, que não conseguiam enxergar a si mesmos como objetos de desejo. Isherwood observa como os rapazes propuseram a atividade sexual remunerada para sobreviver nos espaços de sociabilidade homossexual, mas, também, para estabelecer laços sociais (Isherwood, 2015, p. 30). Essa era uma juventude marcada pelo despudor como maneira de socialização e alienação. O dinheiro que advém do comércio sexual é uma bonificação que não compreende integralmente os sentimentos, não dimensiona a rede de sociabilidade e a formação de vínculos entre esses homens.

Uma parte da sociedade berlinense pareceu naturalizar tanto a prostituição durante a República de Weimar, que a linha tênue que separa abuso e consentimento, perversão e moralidade, ilegalidade e legalidade, opressão e resistência, etc., tornou-se bastante estreita, passando por vendedores e consumidores do sexo como quase invisível tamanha a sua pontilhada secção. Segundo Robert Beachy (2015, p. 189), foi após 1918 que a cena homossexual em Berlim borbulhou de vez. O turismo sexual foi encorajado por múltiplos setores, como a mídia impressa, a indústria cinematográfica, as instituições artísticas, os locais de entretenimento e o apoio massivo de anunciantes e agentes empresariais.

A atuação da revista “*Berliner Illustrirte Zeitung*” (BIZ) é reveladora nesse sentido, no final da década de 1920. Suas reportagens, crônicas e ensaios fotográficos promoviam a vida noturna berlinense. Ao dar ênfase a cabarés, casas de prostituição, clubes homossexuais e espetáculos de transformistas e travestis, originava-se uma forma de erotização e sexualização da metrópole, estimulando visitas de estrangeiros, particularmente britânicos e estadunidenses. Os que estavam interessados em experimentar a prostituição, sentiam-se encorajados pela construção narrativa de uma Berlim licenciosa e permissiva às sexualidades e demais formas de expressão de gênero dissidentes (Gordon, 2006).

Pela sua ótica pessoal, Isherwood (2015, p. 31) descreveu essa jornada de descoberta sexual, imerso nesse caldeirão em efervescência das liberalizações do sexo, como uma espécie de regressão ao mundo de sua sexualidade adolescente. Para o autor, os alemães exerciam o sexo com uma naturalidade que estimulava

³ Tradução do autor. No original: “They were greedy but not calculating, temperamentally unable to take thought for the morrow”.

a intimidade, mas sem deixar de lado o fetichismo, o gosto pelo sadismo e por uma relação física própria dos homens e daquilo que surge entre esse contato. Depois de se satisfazer com o sexo homossexual desregrado, Isherwood (2015, p. 32) passou a visar um relacionamento sério, “expresso por um tipo diferente de fazer amor”.⁴ Nesse ponto da narrativa, um peso moralizante e um exame de consciência pouco positivo para si mesmo instaura-se sobre o sexo pago.

Isherwood (2015, p. 32) questiona a si próprio: “não foi basicamente errado contratar outros seres humanos para fazer sexo com você? Você não estava explorando-os, degradando-os?”.⁵ O autor oferece aos leitores a possibilidade de responder suas indagações. Ao tratar do *Cosy Corner*, um bar em que operava a prostituição masculina entre homens, Isherwood analisou o comportamento dos clientes, qualificando-o como feio diante do sentimentalismo:

Eles esperavam sentimentalmente gratidão, até mesmo amor, jogada na barganha. Não recebendo nenhum dos dois, eles ficaram desagradáveis, chamaram os meninos de putas e relutaram o dinheiro que haviam gasto com eles. [...]. No meio de uma briga com um garoto, [um cliente exclamou]: ‘Eu não dou a mínima para o dinheiro – é **você** que eu quero!’ Ele havia dito involuntariamente o que desejava que o garoto **lhe** dissesse. Havia uma coisa que os meninos tinham a oferecer que muito poucos clientes queriam: sua amizade. A maioria dos meninos sonhava com um amigo – aquele conceito sagrado alemão. Este amigo os ajudaria com dinheiro, é claro, mas ele também – e isso era muito mais importante para eles – lhes ofereceria interesse sério, conselhos e encorajamento (Isherwood, 2015, p. 32-33, grifos do texto original)⁶.

Em tempos de privações econômicas, instabilidades políticas e sociais, mudanças bruscas na cultura, etc., os sujeitos carecem de categorias para além do bem-estar físico e material. Havia uma parcela de clientes do comércio sexual que buscava unicamente o sexo rápido e o prazer instantâneo, mas alguns mais delicados e abertos às sentimentalidades desfrutavam de algo além daquilo que seguramente o comércio sexual entre homens tinha a oferecer, como a camaradagem, a intimidade, o estabelecimento de uma relação de amizade, afeto ou amor. Contudo, Isherwood também havia tropeçado no obstáculo do sentimentalismo. Ainda que ele critique aqueles que esperavam gratidão e amor

4 Tradução do autor. No original: “Expressed by a different kind of lovemaking.”

5 Tradução do autor. No original: “Wasn’t it basically wrong to hire other human beings to have sex with you? Weren’t you exploiting them, degrading them?”

6 Tradução do autor. No original: “They sentimentally expected gratitude, even love, thrown into the bargain. Not getting either, they turned nasty, called the boys whores and begrudged the money they had spent on them. [...] In the midst of a quarrel with a boy, [a client exclaimed]: ‘I don’t give a damn about the money—it’s **you** I want!’ He had involuntarily said what he had been wishing the boy would say to **him**. There was one thing the boys had to offer that very few clients wanted: their friendship. Most boys dreamed of a Friend—that sacred German concept. This friend would help them with money, of course, but he would also—and this was far more important to them—offer them serious interest, advice, encouragement.” Grifos do texto original.

provindos do contato com a prostituição, o próprio escritor esteve envolvido nessa situação, inclusive, mais de uma vez.

Fato é que em “*Christopher and His Kind*”, Isherwood (2015, p. 3-5) se contradiz. Ora ele afirma que a prostituição masculina o tornou mais seguro em sua própria identidade sexual, ora ele acha execrável beneficiar-se dessa prática, pensando-a como sintoma de uma miséria coletiva, da dissolução de uma sociedade. Pode ser que ambas as coisas sejam verdadeiras e, por conta disso, em “*Goodbye to Berlin*” ele tenha deliberadamente dissimulado, omitido e mentido sobre isso. Mas por alguma razão, em “*Christopher and His Kind*”, ele tenha se sentido minimamente seguro para se expor, para atestar aos leitores as suas incongruências, falhas, culpas e demais formas de abuso perpetrados.

Ao ler os romances semiautobiográficos cotejados com as biografias de Isherwood, como a escrita por Peter Parker (2004), conclui-se que o escritor não era tão espontâneo e verdadeiro quanto se pretendia publicamente. Sua obra inverte os papéis da vida real e atribui aos seus personagens semifictícios relações inexistentes, quando não oculta informações delicadas de sua experiência pessoal. O Christopher Isherwood de “*Goodbye to Berlin*” é praticamente um assexuado puritano, moralmente conservador, escandaliza-se com as falas da personagem Sally Bowles sobre sexo e não produz indícios de uma atividade sexual do fictício suposto casal homossexual Peter Wilkinson e Otto Nowak, somente dá ênfase aos seus violentos desentendimentos. Já o Christopher Isherwood de “*Christopher and His Kind*” é libidinoso, progressivamente desinibido, trata o sexo como uma categoria complexa e essencial da vida humana e, fundamentalmente, uma experiência de descoberta e entendimento homossexual repleta de altos e baixos.

Verifica-se, na realidade, que Isherwood manteve uma relação afetivo-sexual com um rapaz, no mínimo, 10 anos mais novo do que ele (em “*Goodbye to Berlin*” apresentado como Otto Nowak, na vida real, Walter Wolff). Embora essa configuração relacional seja pública, há uma estranheza quando envolve financeiramente a sobrevivência de uma família de trabalhadores à beira da miséria e o sustento dos pequenos luxos de um adolescente vaidoso como Walter Wolff, que gastava o dinheiro de Isherwood com elegantes ternos e em noites de diversão nos cabarés da cidade (Parker, 2004, p. 200). Talvez, por isso, em “*Christopher and His Kind*”, Isherwood demonstre peso na consciência e parcial autocrítica após aproveitar-se da prostituição masculina berlinense (Isherwood, 2015, p. 32).

Essa decisão narrativa que oculta a sua atividade sexual em “*Goodbye to Berlin*”, sugere que ocorreu porque Isherwood tinha receio do julgamento moral da sociedade ou porque temia ser censurado e não publicado em um tempo cuja explícita exposição sexual dissidente poderia demolir a carreira de um escritor e impedir uma obra de vir à público. Apesar de ser conhecido pelas relações afetivo-sexuais com homens mais novos do que ele ao longo de toda sua vida, não há evidências de que o escritor tenha sido pedófilo. As documentações às quais tive acesso não demonstram que Isherwood tenha se relacionado com rapazes menores que a idade de consentimento legal, muito menos a bibliografia especializada sobre o escritor trata da sua figura enquanto um predador ou abusador sexual.

Decerto, o Parágrafo 176 do Código Penal da República de Weimar, o mesmo utilizado desde o final do século XIX na unificação alemã, estabelecia a idade de consentimento em 14 anos para atividades heterossexuais (Alemanha, 1871a). Porém, os atos homossexuais masculinos eram criminalizados pelo Parágrafo 175 independentemente da idade. Assim, a conjuntura dos homossexuais é muito mais complexa de ser analisada. Ao especular a situação, pode-se pensar que se não fosse a homofobia institucionalizada, os homossexuais provavelmente estariam dentro da legislação que trata sobre a idade de consentimento sexual, sem quaisquer distinções. No caso do relacionamento de Isherwood com Walter Wolff, alguns podem até moralizar as condições pelas quais essa relação se estruturou, assim como censurar a diferença de idade entre eles e problematizar uma possível relação de poder e de abuso, mas não há concretude para imputar crime de exploração sexual de menor, tendo em vista que Wolff, à época, tinha entre 16 e 17 anos de idade quando se relacionou com Isherwood. Se esse fosse um relacionamento heterossexual, pela lei, não configuraria crime algum, mesmo com a discrepância de idade entre eles.

Isherwood dissimula o real status de relacionamento que tinha com Walter Wolff em “*Goodbye to Berlin*”. Nessa narrativa, eles são somente bons amigos e de maneira muito generosa Isherwood ajuda financeiramente a família Nowak. Contudo, em “*Christopher and His Kind*”, ele assume o seu envolvimento afetivo-sexual com o rapaz, fornecendo detalhes de como Walter era sedutor, egoísta e ambicioso. Preocupado com a aparência, luxúria e prazeres acessíveis nas noites da cidade. Ainda que eles tenham se relacionado sexualmente, Otto permanecia atraído majoritariamente por mulheres. Sobre a manifestação dessa afetividade, Isherwood a descreve:

Para Christopher, durante seus primeiros meses juntos, a presença física de Otto parecia fazer parte do próprio verão. [...]. Christopher andou no ônibus com ele para o grande lago em Wannsee, [...] depois vagaram pela floresta circundante para encontrar um lugar onde pudessem estar sozinhos. [...]. A multidão e a floresta também estavam cheias de ameaças para Christopher; dentro delas espreitavam aquelas que poderiam atrair Otto para longe dele. Otto preferia as mulheres aos homens, mas ele era um narcisista em primeiro lugar. Por isso, o grau de sua luxúria dependia em grande parte do de seu parceiro. Christopher poderia competir com sucesso com a maioria das mulheres mostrando mais luxúria, mais sem-vergonhice, do que elas fariam. (As mulheres mais velhas eram uma ameaça maior do que as jovens). (Isherwood, 2015, p. 43)⁷.

Para os leitores, o autor observa durante essa passagem um envolvimento sexual mútuo, um jogo de sedução exercido com intensidade recíproca. Isherwood sabe os limites desse relacionamento, entende suas complexidades e a real identidade sexual de seu parceiro. Ele também relata como sua relação afetivo-sexual com Walter Wolff era de conhecimento público. Segundo ele, os familiares do rapaz e todos os seus amigos íntimos sabiam que essa relação, para além do envolvimento afetivo-sexual, estava condicionada por dinheiro e status social.

A sua escrita sugere que a prostituição masculina fazia parte da experiência homossexual como uma prática amplamente difundida, corriqueira e integralmente associada à estruturação da identidade homossexual alemã no período weimariano. Segundo Isherwood (2015, p. 45-46), Wolff flertava com todos os seus amigos, sendo Stephen Spender o mais receptivo a isso. W. H. Auden, por sua vez, tratava a presença de Wolff com indiferença. E o amigo heterossexual, Edward Upward, esforçava-se ao máximo para respeitar a homossexualidade que testemunhava em Berlim, não somente como estrangeiro, mas como um sexuado de outro campo (Isherwood, 2015, p. 47-48).

O encontro do movimento de emancipação homossexual com a prostituição masculina: entre escândalos e esforços políticos

Ainda na década de 1920, os ativistas da causa homossexual passaram a se preocupar com o comércio sexual entre homens. Kurt Hiller e Richard Linser, homossexuais e intelectuais de esquerda ligados ao Comitê Científico-Humanitário, advogaram publicamente a favor da prostituição masculina

⁷ Tradução do autor. No original: “For Christopher, during their first months together, Otto’s physical presence seemed part of the summer itself. [...] Christopher rode on the bus with him to the great lake at Wannsee, [...] then wandered off into the surrounding woods to find a spot where they could be alone. [...]. The crowd and the woods were also full of menace to Christopher; within them lurked those who might lure Otto away from him. Otto preferred women to men, but he was a narcissist first and foremost. Therefore, the degree of his lust was largely dependent upon that of his partner. Christopher could compete successfully with most women by showing more lust, more shamelessly, than they would. (Older women were a greater threat than young ones).”

(Marhoefer, 2015, p. 112-113). Hiller, em 1905, aos 20 anos, teve sua primeira experiência com o comércio sexual dos homens. Para ele, o sexo pago se tornou uma parte significativa de sua vida, o acompanhando durante as próximas três décadas. Hiller acreditava que o comércio sexual era uma prática legítima e honesta, logo, sua criminalização era um escândalo (Marhoefer, 2015, p. 112-113).

Em 1923, Hiller conheceu Linsert, um jovem comunista veterano da Primeira Guerra Mundial que tentou fundar uma “liga da amizade” (espécie de associação homossexual) em Munique no início dos anos 1920. Ao fracassar na empreitada, Linsert mudou-se para Berlim e foi requisitado por Hiller para trabalhar como secretário do Comitê Científico-Humanitário. Com as relações estabelecidas a partir do Comitê, Linsert esteve presente assiduamente em um posto de trabalho dentro do Instituto para a Ciência Sexual, colaborando diretamente com o sexólogo Magnus Hirschfeld (Marhoefer, 2015, p. 114-115). Juntos, Linsert e Hiller cresceram dentro do movimento homossexual a ponto de assumirem a liderança do Comitê quando Hirschfeld abdicou do cargo no final dos anos 1920 (Marhoefer, 2015, p. 120).

Em 1925, no Ministério da Justiça, tramitou novos esboços legislativos que propuseram revisão ao Código Penal, estipulando endurecimento das penas de prisão para os homens flagrados comercializando sexo (Marhoefer, 2015, p. 116). Mas por que a atividade sexual entre homens era um problema de ordem moral na sociedade alemã? Primeiro, porque o sexo homossexual masculino, em si, era considerado um crime bestial contrário à natureza desde o final do século XIX, quando o Parágrafo 175 foi criado com a primeira versão do Código Penal (Alemanha, 1871b). A punição previa o encarceramento e a perda dos direitos políticos. Segundo, porque havia socialmente uma crença na qual os homossexuais supostamente convertiam outros homens às práticas sexuais não-reprodutivas, proliferando a sua ‘anormalidade’ e enfraquecendo aquilo que era entendido como destino biológico humano, a reprodução. E, em terceiro, porque a prostituição masculina, para além da intrínseca associação à homossexualidade, inseria-se em um contexto de criminalidade, como a chantagem (Barreto, 2018; Duarte, 1988; Marhoefer, 2015).

Na tentativa de desfazer essas associações entre a venda do sexo homossexual com a criminalidade e a imoralidade, Linsert uniu-se com alguns ativistas da causa e entrevistaram mais de 300 homens que estavam envolvidos diretamente com a prostituição. A proposta era provar, a partir dos estudos de caso, que os homens que se prostituíam pertenciam à classe trabalhadora, em sua

maioria encontravam-se desempregados e, conseqüentemente, faziam isso por causa de suas miseráveis condições de vida aliada à péssima situação econômica do país.

Com os resultados dessa pesquisa, Linsert fazia oposição às leis discriminatórias aos trabalhadores masculinos do sexo, não pelo comércio sexual que exerciam, mas pela homossexualidade que o permeava. Essa questão revelou-se um problema de ordem pública, social, política e econômica, e pouco ou quase nada tinha relação com a imoralidade ou a criminalidade, como defendia Linsert. Notava-se que a maioria desses homens não se autodeclararam homossexuais, apenas um terço deles. Esses rapazes vendiam sexo por muitas razões, como subsistir, trazer à cidade suas companheiras que estavam nas zonas interioranas, ou, até mesmo, fazer uma renda extra para ter uma vida mais confortável (Marhoefer, 2015, p. 117-118). Por fim, esses esforços não obtiveram o êxito que se esperava entre os legisladores.

Mesmo com uma legislação anti-homossexuais e a suspeita do recrudescimento da vigilância, a prostituição masculina não retrocedeu. Pelo contrário, esse era um ramo mercadológico e de sociabilidade em extensa construção e desenvolvimento. Uma profunda subcultura homossexual prosperou, aglutinando marginalizados de todos os tipos. Para driblar a vigilância do Estado, os trabalhadores do sexo e os mantenedores desse serviço se reinventaram. A prostituição foi estruturada como uma via coletiva para muitos homens que não só descobriram e experienciaram suas sexualidades nessa prática, mas a reforçaram por múltiplas razões. Tanto para aqueles que encaravam o comércio sexual com seriedade e dignidade, como para os outros que participavam dele enquanto válvula de escape da realidade local ou, em parte, enxergavam no sexo pago um entretenimento e uma forma de sociabilidade, a experiência da prostituição moldou o exercício dos relacionamentos homosocial, homoafetivo, homoerótico e homossexual na Alemanha da República de Weimar.

Apesar dos inúmeros espaços de sociabilidade homossexual espalhados por Berlim, do centro aos bairros nobres e proletários, e daqueles que não somente toleravam como incentivavam a prostituição, a importunação deixou marcas danosas para a imagem pública dos homossexuais. Em 1908, Hirschfeld apontou a existência de diversas casas seguras para o comércio sexual masculino na capital alemã, cuja clientela baseava-se nos indivíduos das classes sociais mais altas e oficiais que temiam a chantagem (Tamagne, 2003, p. 43). Contudo, nem mesmo a criação dos estabelecimentos direcionados para isso conseguiu evitar transtornos

dentro da comunidade homossexual. Os escândalos políticos noticiados pela imprensa que envolviam prostitutos que chantageavam clientes casados, publicamente homens heterossexuais de reputação, pais de família, também não ajudaram em nada para que o debate fosse favorável aos homossexuais e aos trabalhadores masculinos do comércio sexual (Marhoefer, 2015, p. 123).

As associações com a prostituição masculina e o desvio de caráter, atrelada à ideia de uma espécie de patologia mental, tendência, compulsão ou oportunidade à criminalidade, como o roubo ou a chantagem, foram exaustivamente conferidas por legisladores, psiquiatras e sexólogos da época. O próprio Hirschfeld, em seu trabalho, arquitetou uma imagem dos prostitutos masculinos como heterossexuais degenerados e chantagistas (Marhoefer, 2015, p. 126). Segundo o sexólogo, a maioria dos prostitutos masculinos possuía uma “degeneração inata”. A aversão ao trabalho e a falta da noção de vergonha eram características que acentuavam essa condição. Jovens sem moradia aprendiam sobre prostituição e chantagem em ambientes marginalizados, como prisões e abrigos, onde o sexo entre homens era visto como substituto do sexo heterossexual. A fusão da prostituição com a criminalidade, nessa perspectiva, oportunizava o roubo e a extorsão.

Contudo, essa argumentação de Hirschfeld, demasiadamente problemática, é reflexo de uma época em que teorias pseudocientíficas proliferavam e procuravam responder algumas questões da vida humana ancoradas nos campos da criminologia e da eugenia. A ideia de que algumas pessoas apresentavam desvios morais desde o nascimento, ou seja, carregavam esses elementos de forma inata, não possui respaldo científico nenhum. No entanto, a teoria do ‘criminoso nato’ foi largamente utilizada por diversos setores da sociedade para atender a interesses, até mesmo opostos, em épocas diferentes. Hirschfeld uniu a psiquiatria e a sexologia à política para tentar distanciar a criminalidade dos homossexuais, imputando a ‘má conduta inata’ aos homens heterossexuais. Os nazistas, por outro lado, também se beneficiaram dessas práticas, ressignificando as identidades humanas de judeus, ciganos e homossexuais para um lugar de não-humanidade.

Fato é que essa junção entre prostituição e criminalidade foi tão popular na época que o primeiro filme homossexual da história do cinema, “*Anders als die Andern*” (“Diferente dos outros”, 1919), abordou a relação entre um chantagista heterossexual que se passava por um prostituto e um violinista homossexual chantageado. A avaliação de Hirschfeld era categórica, esses homens que usavam da prostituição para cometer crimes não eram homossexuais, pois a maioria dos

prostitutos tinha orientação heterossexual. Assim, eles encaravam o comércio sexual entre homens como um meio de faturar não com o sexo, mas com a chantagem e outros atos ilícitos (Marhoefer, 2015, p. 126-127).

Outro ponto que pesou contra a simpatia do parlamento em relação à reforma sexual legal foi a descoberta dos casos de assassinatos em série ocorridos na cidade de Hanôver, entre 1923 e 1924 (Plant, 1986, p. 45). A homossexualidade, em caráter patológico, estampou as páginas dos jornais sensacionalistas, ocupou negativamente o imaginário social e político, reforçou disputas, narrativas e projetos de poder entre partidos rivais, assim como também incitou manifestações públicas de ódio não somente contra um crime ou um criminoso, mas à comunidade homossexual. Se antes, as associações que pesavam contra a homossexualidade eram das categorias da imoralidade, prostituição e chantagem, agora, passavam a incluir assassinatos ritualísticos e canibalismo.

Friedrich Heinrich Karl Haarmann, conhecido como Fritz Haarmann, era um homossexual com histórico de instabilidade mental e passagens por prisões e instituições psiquiátricas, acusado de crimes como furtos e abusos de menores. No mercado clandestino, subsistia com a venda de roupas, joias e carnes de procedência duvidosa. Por algum tempo, também foi informante da polícia, o que inicialmente o livrou de suspeitas. Suas vítimas eram jovens do sexo masculino, geralmente adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que ele atraía com promessas de trabalho e abrigo. Levava-os à sua casa, onde os abusava e assassinava com mordidas no pescoço, rompendo a carótida e a traqueia (Plant, 1986, p. 45-46).

Nem todos eram mortos, mas os que eram tinham os corpos esquartejados e suas carnes processadas em um moedor comum. Além de vendê-las como carne de cavalo, Haarmann as consumia. Após o aparecimento de restos humanos no rio Leine, a polícia iniciou uma investigação, levando o assassino a julgamento em julho de 1924 (Plant, 1986, p. 45-46). No tribunal, ele confessou 127 assassinatos, mas foi condenado por 24. Pediu a pena de morte, executada em 15 de abril de 1925. Alegava não lembrar dos rostos das vítimas, mas admitia ter matado sob o efeito de uma raiva sexual descontrolada. O caso gerou associações com antigos mitos de vampiros e lobisomens que foram anexados ao processo legal e, por fim, envolveu Magnus Hirschfeld como perito, ainda que ele nunca tenha manifestado publicamente a sua participação na investigação (Plant, 1986, p. 46).

Esses eventos marcaram a trajetória do ativismo homossexual de tal maneira que o fragmentou por completo, diluindo parte do trabalho encabeçado

por Hirschfeld e o Comitê Científico-Humanitário ao que concerne as pressões políticas para a queda das leis anti-homossexuais. Para Plant (1986, p. 45-46), esse é o momento de uma divisão irreparável dentro do movimento de emancipação homossexual, fornecendo os subsídios retóricos para os preconceitos contra a homossexualidade e recrudescendo as ações dos adversários conservadores da reforma sexual legal.

Mesmo após esses escândalos que, na mídia e na política foram enviados para polemizar as questões relativas à reforma sexual legal em prol dos homossexuais, uma parcela do movimento de emancipação homossexual não retrocedeu à pressão política e não sucumbiu às associações tendenciosas e essencialistas entre crime e identidade sexual. Alguns ativistas fizeram os esforços na imprensa para que a conexão entre homossexualidade e criminalidade fosse desfeita. Friedrich Radszuweit, um empresário conservador que à época ocupava cargo de chefia na Liga pelos Direitos Humanos, enviou uma carta aos principais jornais em que protestava contra aquilo que ele chamou de “imprensa amarela”, responsável pela junção entre homossexuais e criminosos. Em seu texto, ele afirmava que os homossexuais rejeitavam enfaticamente as insinuações que equiparavam a homossexualidade à criminalidade (Plant, 1986, p. 46-47).

Ocorre que desde a segunda metade do século XIX, os homossexuais ligados à causa do Comitê Científico-Humanitário e outras entidades preocupadas com as questões de libertação homossexual pressionaram as autoridades políticas da Alemanha para que as leis anti-homossexuais fossem extintas do Código Penal, mesmo sob as turbulências externas aos esforços de emancipação. No começo do século XX, em 1929, o Reichstag sinalizou o interesse do quase completo expurgo do Parágrafo 175. Contudo, para que isso pudesse acontecer, os legisladores queriam substituir uma lei anti-homossexuais por outra (Marhoefer, 2015, p. 117-118).

Na prática, o sexo homossexual por si só seria descriminalizado, entretanto, o novo arranjo legislativo propunha penas criminais para o sexo homossexual em três situações: “proibia o sexo entre dois homens se um tivesse menos de 21 anos e o outro não, se uma das partes usasse uma posição de influência para pressionar a outra ou se uma pagasse à outra” (Marhoefer, 2015, p. 120)⁸. Ou seja, ainda haveria perseguição aos homossexuais, tendo em vista que a idade de

8 Tradução do autor. No original: “It outlawed sex between two men if one was under twenty-one and the other was not, if one party used a position of influence to pressure the other, or if one paid the other”.

consentimento ao ato sexual entre homens aumentaria e a prática da prostituição masculina seria definitivamente criminalizada.

Essa proposta criou um racha dentro do movimento homossexual. Alguns ativistas homossexuais que eram contrários à associação ou à defesa da prostituição masculina, pois a encaravam como algo pejorativo e de má reputação social, deram-se por satisfeitos. Outros, como Hiller e Linsert, achavam que a nova proposta de lei era uma ilusão, uma forma de dividir e sabotar a organização dos homossexuais em busca de direitos. Eles acreditavam que a causa da emancipação homossexual estava diretamente ligada com a legalização da prostituição masculina, uma vez que ambas as categorias se imbricavam e eles estavam reivindicando liberdades individuais e direito ao uso do próprio corpo. Por causa dessa polarização, Hirschfeld afastou-se do debate e deixou o cargo de liderança do Comitê Científico-Humanitário, cofundado e ocupado por ele há 32 anos, no comando de Hiller e Linsert (Marhoefer, 2015, p. 117-118).

Ainda que o Reichstag tenha votado pela substituição do Parágrafo 175 pelo Parágrafo 297, desse momento histórico na Alemanha, para Marhoefer (2015, p. 127-128), evidencia-se como a homossexualidade permanecia encarada enquanto uma anomalia, uma perversão moral ou uma doença congênita da qual os homossexuais eram vítimas. Os votos dos partidos políticos e as falas de autoridades legislativas e psiquiátricas, revelam uma confusão acerca dos entendimentos da homossexualidade e uma homofobia ainda latente na sociedade alemã. Hirschfeld, apesar de advogar contrário à prostituição masculina, era um dos mais ferrenhos defensores da homossexualidade enquanto uma expressão sexual-identitária legítima dos seres humanos, que deveria ser naturalizada e normalizada publicamente. Entretanto, somente a sua argumentação contrária à prostituição masculina foi levada em consideração pelo parlamento.

Fato é que o Reichstag dissimuladamente aprovou a descriminalização do sexo entre homens ao mesmo tempo que recrudescu a criminalização à prostituição masculina, sob o pretexto de proteger a sociedade da criminalidade e da degeneração que envolvia o comércio sexual entre homens. Contudo, para o decorrer da História, essa movimentação política não parece importar tanto. Ainda na primeira metade dos anos 1930, os nazistas chegaram ao poder e, em 1935, reformularam o Código Penal, principalmente em relação às leis discriminatórias aos homossexuais. A ditadura nazista utilizou-se de leis pré-existentes e retóricas discriminatórias, patológicas e que imputavam criminalização, degeneração, má reputação moral e racialização aos homossexuais para efetivar um largo

processo de perseguição, banimento, encarceramento, deportação e assassinato aos dissidentes sexuais masculinos, assim como aos seus empenhos e legados históricos, políticos, sociais, memoriais e culturais.

Contudo, o escândalo político por razões sexuais não era uma novidade para os alemães. Anterior às associações entre crimes bárbaros com homens homossexuais, a imprensa já havia explorado a sexualidade até mesmo da alta aristocracia imperial. No início do século XX, estourou o caso de Eulenburg (1907-1909), referente às acusações na imprensa, processos na corte marcial e na esfera civil, pronunciamentos no Reichstag e questionamentos populares sobre a conduta homossexual de membros influentes e íntimos do gabinete de Guilherme II. O jornalista Maximilian Harden explorou em publicações a suposta relação homossexual entre o príncipe Philipp zu Eulenburg-Hertefeld e o general Kuno von Moltke (Steakley, 1991, p. 233). Essa série de eventos alavancou o escândalo mais relevante na política doméstica do Segundo Reich (Steakley, 1991, p. 234).

Essa conexão da sexualidade desviante com o controle do país não foi idealizada à toa. Harden expôs uma noção social comum da época em que homens homossexuais eram fracos por natureza, incapazes de exercer o poder com firmeza (Mommsen, 2002). Logo, não deveriam ocupar cargos estratégicos nos ministérios ou nas fileiras dos braços armados da nação. Além dos artigos, os jornais também publicaram charges políticas anti-homossexuais.

Com forte teor homofóbico, as caricaturas de Eulenburg e Moltke eram desenhadas vestidas ou seminuas, mas, com regularidade, afetadas e delicadas, remetendo a trejeitos femininos. Uma em específico, feita em 1907 e publicada em um periódico de Munique, trazia Eulenburg e Moltke ocultando seus órgãos sexuais apenas com flores, remetendo às pinturas da Antiguidade Clássica das representações de Dionísio, deus grego do vinho, das festas e das transgressões sociais. Eulenburg, com uma mão, segura uma harpa e com a outra, acaricia o queixo de Moltke. Entre eles, em destaque, o escudo de armas da Prússia (Grand-Carteret, 1992).

Após investigações, processos, condenações e anulações, Eulenburg faleceu em 1921, com a suspeita de sua sexualidade ainda em aberto. Harden foi condenado por difamação, mas não foi preso. Arcou com os custos dos processos e da multa. Moltke, por sua vez, em abril de 1908, teve sua reputação restabelecida pela opinião pública. O resultado do caso Eulenburg foi uma mudança radical na política alemã. Membros da corte e das forças armadas foram afastados da cena e dos cargos públicos, as noções de virilidade aliadas à agressividade militar

foram intensificadas, o tom pacífico de Guilherme II foi abandonado, insinuações conspiracionistas antissemitas foram proferidas e, por fim, contribuiu para o estopim da Grande Guerra, assim como acelerou o declínio e fim do Império (Steakley, 1991, p. 235).

Décadas depois, a homossexualidade continuou ao serviço do escândalo político na mídia. Marinus van der Lubbe, por exemplo, foi apontado como um dos sujeitos responsáveis por incendiar o Reichstag em fevereiro de 1933. O jovem de origem holandesa rapidamente teve sua suposta homossexualidade e ideologia comunista exploradas por políticos conservadores, fascistas ou simpatizantes do Partido Nazista, e pela imprensa da ultradireita alemã. Ele e outros quatro indivíduos foram a julgamento, porém, somente van der Lubbe foi condenado à morte por alta traição (Gonçalves, 2022, p. 39; Schlagdenhauffen, 2018, p. 7-8).

Nem mesmo os nazistas do alto escalão do Reich estavam a salvo se a homossexualidade surgisse enquanto escândalo. Os rumores sobre a sexualidade desviante de Ernst Röhm, líder da SA (*Sturmabteilung*), um dos homens mais íntimos do círculo pessoal de Hitler, explodiram ainda no início dos anos 1930. Hitler, até então, ignorava os boatos que circulavam e a propaganda homofóbica que grupos de extrema-esquerda e social democracia faziam sobre o Partido Nazista com o intuito de minar sua popularidade perante a sociedade. Progressivamente, Röhm conquistou a indisposição e a antipatia de outros homens de poder dentro do partido, entre eles, Heinrich Himmler, Reinhard Heydrich, Hermann Göring, e, após a sua sexualidade se tornar objeto de profunda ojeriza para esses compatriotas, Röhm foi alvo de uma conspiração. Documentos falsos o acusavam de tentar dar um golpe dentro do Partido Nazista, destituindo Hitler do comando central do Reich e fortalecendo sua milícia paramilitar em um exército a nível nacional (Gonçalves, 2022, p. 40; Setterington, 2018, p. 30).

Entre 30 de junho e 2 de julho de 1934, houve a “Noite das Facas Longas”, uma série de episódios de expurgo dentro do Partido Nazista que inaugurou o assassinato como maneira de eliminar opositores ou indesejáveis do Reich. Encabeçado por Hitler, algumas centenas de homens entre as lideranças e soldados comuns da SA foram mortos com o objetivo de extirpar uma “anormalidade sexual vergonhosa e repugnante” que, se não fosse controlada, poderia recair enquanto suspeita sobre toda a direção do Partido Nazista (Longerich, 2014, p. 259). Nessa chacina, Hitler demonstrou que possuía apoio praticamente irrestrito da sociedade e das instituições do Estado para agir como bem entendesse, mesmo

que fosse na ilegalidade, sem a devida investigação, processo legal ou julgamento (Kershaw, 2010, p. 347).

A presença da homossexualidade foi capaz de enfurecer tanto os membros da cúpula do Reich a ponto de Hitler ordenar ao novo chefe do Estado-Maior, Viktor Lutze, entre outras medidas, a erradicação da homossexualidade dentro da SA no imediato da carnificina perpetrada contra os camisas-pardas. Sobre eles, pairaram as acusações de excessos luxuriosos, libertinagem, imoralidade e traição à pátria (Kershaw, 2010, p. 347). Quando a comitiva de Hitler, alguns membros da SS e da polícia local chegaram cedo ao Hotel *Hanselbauer* para efetuarem as prisões, no quarto ao lado de Röhm, o líder da SA de Breslau, Edmund Heines, como nos informa Kershaw (2010, p. 343), “foi encontrado [...] na cama com um homem jovem – cena que a propaganda de Goebbels utilizou bastante para expor a SA ao opróbrio moral”. Esse fato revelou uma preocupação obsessiva com as questões sexuais e morais dentro das instâncias políticas do Reich, pois tornou-se simbólico a ponto de ser incorporado ao discurso homofóbico nazista, adquirindo um caráter escandaloso na propaganda política de Goebbels (Kershaw, 2010, p. 347).

A partir de 1935, os homens homossexuais experimentaram formas mais radicais de discriminações e perseguições pela reestruturação da legislação penal. Os discursos homofóbicos presentes na propaganda e nas ações políticas nazistas desde os anos 1920 por figuras como Heinrich Himmler, chefe da Gestapo, Ministro do Interior e ideólogo da homofobia nazista, haviam alcançado o seu auge (Gonçalves, 2022, p. 40). Em 1936, Himmler encabeçou a criação da Central do Reich para o Combate da Homossexualidade e do Aborto (Longerich, 2013, p. 245). Forças policiais de segurança do Estado, como a Gestapo e a Kripo, foram encarregadas de cumprir as tarefas de fiscalizar, localizar, banir e exterminar os homossexuais dos territórios do Reich.

Isherwood sequer poderia tratar sobre essa perseguição aos homossexuais em “*Goodbye to Berlin*”, afinal, seu romance se encerra ainda em 1933 quando os nazistas chegaram ao poder. Porém, é importante que se tenha clareza do histórico dessa perseguição que se fazia muito presente ainda nos anos 1920 (época em que Isherwood experimentou a vida berlinense entre 1929 e 1933), quando os homossexuais já eram censurados, vigiados e incriminados por uma lei do século XIX que foi fortalecida pelos nazistas e acabou perdurando no país por mais de 120 anos, entre recuos e recrudescimentos.

Decerto, a comunidade homossexual esteve refém dos abusos, violências e descasos da sociedade e do Estado durante tanto tempo em diferentes épocas e formas de governo. O Parágrafo 175 da era imperial prussiana, de 15 de maio de 1871, vigorou quase intacto durante todo o século XX, perpassando o declínio e o fim do império alemão, a proclamação da República, a democracia weimariana, a ditadura nazista, a Alemanha rachada entre o bloco soviético (os comunistas) e o bloco estadunidense (os capitalistas), a nova Alemanha reunificada em outubro de 1990 após a Guerra Fria e, por fim, sob o comando do presidente de origem protestante Roman Herzog quando o dispositivo de lei anti-homossexuais finalmente caiu por completo em 11 de junho de 1994 (Gonçalves, 2022, p. 41-42).

Nessa conjuntura histórica, a homossexualidade encarnou-se na figura de um fantasma para o Reich nazista, um incômodo que, apesar de todos os esforços truculentos, não desapareceu. Edward Ross Dickinson (2007) evidencia que a perseguição aos homossexuais na Alemanha deu um salto exponencial durante a era nazista e só foi após a revogação parcial do Parágrafo 175 em 1969, na Alemanha Ocidental, que a situação vertiginosamente começou a declinar. Segundo Frank McDonough (2016, p. 174-175), “entre 1936 e 1935, com o uso da antiga lei 175, 4 mil homens foram sentenciados. Entre 1936 e 1939, com o uso da nova lei mais abrangente, quase 30 mil homens foram considerados culpados”. Os relatórios da Gestapo são reveladores nesse sentido, a maioria dos homossexuais que caíram sob o Parágrafo 175 tinham entre 18 e 25 anos de idade e provinham das mais diversas camadas sociais (McDonough, 2016, p. 175).

Apesar dos registros oficiais, testemunhos de sobreviventes e de uma historiografia preocupada com as dissidências sexuais e de gênero, a história dos homossexuais em relação ao nazismo permanece incompleta. Parte da documentação foi destruída pelos próprios nazistas ao passo em que perdiam a guerra. Nem mesmo a estimativa dos que foram vítimas diretas do Reich hitlerista pelo crime da homossexualidade é totalmente confiável. Contudo, as pesquisas atuais apontam que pelo menos 100.000 homens passaram pelo sistema de justiça criminal nazista. Metade deles foi condenado à prisão. Entre 5.000 e 10.000, enviados aos campos de concentração marcados com o triângulo rosa (Schlagdenhauffen, 2018, p. 21), símbolo final da homofobia que fez sucumbir os homens que se atreveram a amar outros homens.

Considerações finais

Isherwood fugiu de Berlim com seu companheiro Heinz Neddermeyer, um cidadão alemão, em 13 de maio de 1933. 103 dias após a ascensão dos nazistas ao poder, em 30 de janeiro daquele ano, quando Hitler tornou-se chanceler. Essa partida foi resultado direto da perseguição aos homens homossexuais que, no imediato da chegada ao poder, foi radicalizada pelos fascistas. As instituições médico-científicas, associações políticas, editoras, jornais, bares, cabarés, restaurantes e demais centros de sociabilidade homossexuais foram atacados, fechados e banidos. Assim, para Isherwood, tinha sido definitivamente interrompido um tempo de experiência do livre exercício sexual dissidente germânico.

Não bastasse isso, Heinz foi interceptado pela Gestapo em 12 de maio de 1936, após ser obrigado a retornar ao país. Preso por ter desertado das obrigações militares, mas, principalmente, pela acusação de homossexualidade. Foi julgado, condenado e deportado aos campos de concentração para cumprir sua pena de trabalho forçado. Somente muitos anos depois do fim da guerra e da desnazificação, Isherwood e Heinz se reencontraram na Alemanha. À época, Heinz era casado com uma mulher, era pai de uma criança e vivia um relacionamento feliz.

Sob o prisma de um método histórico interdisciplinar, ancorado na história social e cultural da sexualidade, articulando literatura, direito, política e memória, há uma mobilização de sentidos e interpretações para compreender como a experiência da homossexualidade masculina na Berlim weimariana foi construída. O comércio sexual masculino evidencia-se não apenas como prática econômica, mas também como parte significativa da experiência identitária de emancipação e exercício sexual, sendo instrumento de sociabilidade e categoria de visibilidade pública – independente se é positiva ou negativa – dos homens homossexuais.

O escândalo político por razões sexuais, por sua vez, não foi uma novidade alemã no século XX, mas um exemplo entre tantos modelos que surgiram entre a passagem do século XIX para o século XX no contexto europeu. Especificamente no caso alemão, revelou como a vida sexual foi uma preocupação pulsante por décadas, independente das lideranças políticas e dos regimes que comandaram o país. Contudo, a tentativa de adequação em homogeneizar a sexualidade para um destino biológico, a compulsória reprodução, foi uma inquietação expressiva para o Terceiro Reich. Em contrapartida, toda manifestação de sexualidade que

desviasse desse plano deveria ser prontamente erradicada. Portanto, as questões sexuais tiveram relevância na culminação da queda da República de Weimar e da ascensão nazista ao poder.

A obra de Isherwood é relevante, entre outros aspectos, porque suscita questionamentos pertinentes sobre como a sexualidade desviante interferiu nos rumos sociais, políticos e culturais da Alemanha durante as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a análise textual isherwoodiana reposiciona o seu autor no centro da configuração de uma fonte histórica. Quando Isherwood escreve, se reivindica como agente do processo histórico, como sujeito que operou e que buscou problematizar a experiência do passado.

Os dispositivos jurídicos apresentados ao longo do texto, mostram como eles foram instrumentalizados para a execução da exclusão social, a obstrução da reforma sexual legal e a criminalização a partir de uma lógica moralizante tradicional e conservadora sobre os homossexuais e os prostitutos, apontando como o Estado alemão impôs normas e perseguições no intuito de não somente controlar os homossexuais, mas banir suas práticas e, posteriormente, suas existências do mundo germânico.

O processo histórico de marginalização da identidade homossexual entre a prostituição e o escândalo político sustenta-se, portanto, nesses dispositivos legais e nas demais retóricas discriminatórias, patológicas e criminais pré-existentes na sociedade, na psiquiatria, no sistema jurídico-penal e no parlamento. O resultado disso foi o enfraquecimento e a demolição progressivas dos esforços conferidos por ativistas da causa de emancipação homossexual. A obsessão conservadora da vigilância do corpo, do gênero e do sexo, levou o país a mobilizar e criar aparelhos de repressão no sentido de uniformizar as expressões subjetivas da sexualidade.

Isherwood foi um observador *in loco* dessa degradação da civilização. Nesse sentido, sua produção literária é também um compilado de fragmentos testemunhais. Uma documentação importante para entender a maneira como os homossexuais perceberam e lidaram com a transformação da sociedade entre a falida democracia liberal weimariana e a consolidação de uma ditadura que não somente suprimiu direitos individuais, como igualmente empenhou-se em segregar e aniquilar aqueles que pela lógica nazista não deveriam ter direitos.

Referências

ALEMANHA, **Parágrafo 175, 15 de maio de 1871a**. Regula os crimes contra a autodeterminação sexual. Berlim. Disponível em: <https://lexetius.com/StGB/175.7> Acesso em: 31 mar. 2025.

ALEMANHA. **Parágrafo 176, 15 de maio de 1871b**. Regula o crime de abuso sexual de menor. Berlim. Disponível em: <https://lexetius.com/StGB/176> Acesso em: 31 mar. 2025.

ALEMANHA. **Parágrafo 361, 1 de janeiro de 1872, Seção Seis**. Regula o crime de fornicação profissional. Berlim. Disponível em: <https://lexetius.com/StGB/361.14> Acesso em: 5 mai. 2025.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Quando a pesquisa é o problema: o tabu no estudo das práticas sexuais. In: **Cadernos de campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 270-293, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p270-293. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/138577> Acesso em: 9 mai. 2025.

BEACHY, Robert. **Gay Berlin: Birthplace of a Modern Identity**. New York: Vintage Books, 2015.

DICKINSON, Edward Ross. **Policing Sex in Germany, 1882-1982: A Preliminary Statistical Analysis**. *Journal of the History of Sexuality*, vol. 16, nº 2, 2007, p. 204-250. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30114233> Acesso em: 31 mar. 2025.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *A Psychopathia sexualis de Krafft-Ebing*, ou o progresso moral pela ciência das perversões. In: **Cadernos do IMS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1988.

FRIEDRICH, Otto. **Antes do dilúvio: um retrato da Berlim dos anos 20**. Trad. Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. **Trauma e memória na escrita da catástrofe das vítimas homossexuais do nazismo: os casos de Pierre Seel e Rudolf Brazda (1994-2010)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), Brasília, 2022.

GORDON, Mel. **Voluptuous Panic: The Erotic World of Weimar Berlin**. *Expanded Edition*. Los Angeles: Feral House, 2006.

GRAND-CARTERET, John; STEAKLEY, James. *Derrière "lui": L'homosexualité en Allemagne – Suivi de Iconographie d'un Scandale*. Lille: Question de Genre/GKC, 1992.

HARRIS, Victoria. **Selling Sex in the Reich: Prostitutes in German Society, 1914-1945**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ISHERWOOD, Christopher. **Adeus a Berlim**. Trad. Geraldo Galvão Ferraz. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

ISHERWOOD, Christopher. *Christopher and His Kind*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LONGERICH, Peter. **Heinrich Himmler:** uma biografia. Trad. Angelika Elisabeth Köhnke, Christine Röhrig, Gabriele Ella Elisabeth Lipkau, Margit Sandra Bugs. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LONGERICH, Peter. **Joseph Goebbels:** uma biografia. Trad. Luiz A. de Araújo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MARHOEFER, Laurie. ***Sex and the Weimar Republic: German Homosexual Emancipation and the Rise of the Nazis.*** Toronto, Buffalo and London: University of Toronto Press, 2015.

MCDONOUGH, Frank. **Gestapo.** Trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: LeYa, 2016.

MOMMSEN, Wolfgang J. ***War der Kaiser an allem schuld? Wilhelm II. und die preußisch-deutschen Machteliten.*** Berlin: Propyläen Verlag, 2002.

PARKER, Peter. ***Isherwood: A Life.*** London: Picador, 2004.

PLANT, Richard. ***The Pink Triangle: The Nazi War Against Homosexuals.*** New York: A New Republic Book; Henry Holt and Company, 1986.

SCHLAGDENHAUFFEN, Régis (Ed.). ***Queer in Europe during the Second World War.*** Strasbourg: Council of Europe, 2018.

SETTERINGTON, Ken. **Marcados pelo triângulo rosa.** Trad. Sandra Pina. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2017.

STEAKLEY, James D. *Iconography of a Scandal: Political Cartoons and the Eulenburg Affair in Wilhelmine Germany.* In: DUBERMAN, Martin; VICINUS, Martha; CHAUNCEY, George (Eds.). ***Hidden from History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past.*** New York: Penguin Books, 1991.

TAMAGNE, Florence. ***A History of Homosexuality in Europe:*** Berlin, London, Paris 1919-1939. Volume I & II. New York: Algora Publishing, 2003.



Recebido em 12/12/2024
Aceito em 03/02/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56462

ARTIGO

Saúde íntima feminina na Inglaterra do século XVII através do trabalho de Hannah Woolley

Female intimate health in 17th Century England through the works
of Hannah Woolley

Giovana Cobello

Mestranda em História na Universidade Estadual Paulista

<https://orcid.org/0009-0002-9596-332X>

RESUMO: Na Inglaterra do século XVII, havia a tradição da elaboração de livros receituários domésticos, os quais continham desde receitas culinárias até prescrições médicas caseiras. Neste contexto, inserem-se as obras da doméstica inglesa Hannah Woolley (1622-1675), pioneira em publicações femininas de cunho receituário na Inglaterra, diferenciando-se pela sua atestada experiência com as receitas que escrevia e publicava. Aspecto este que não ocorria com as autoridades masculinas que dominavam o mercado editorial, baseando-se em conhecimentos teóricos para discorrerem sobre receituários médicos voltados para a vida doméstica e saúde íntima feminina. A partir deste contexto, o presente artigo pretende compreender aspectos da saúde íntima feminina, como a menstruação, fertilidade, gravidez e aborto. Para isso, será utilizada a perspectiva de Woolley, uma doméstica inglesa praticante da medicina caseira e empírica, que falava para um público do qual era parte integrante, conhecendo suas necessidades e demandas. Assim, utilizaremos as obras “*A Supplement to The Queen-Like Closet*” (1674) e “*The Accomplished Lady’s Delight*” (1675), nos quais Woolley traz receituários para a saúde íntima feminina.

PALAVRAS-CHAVES: Inglaterra seiscentista. Saúde íntima. Mulher inglesa.

ABSTRACT: In 17th-century England, there was a tradition of writing household recipe books, which contained from culinary recipes to home-made medicines. This context includes the works of the English maid Hannah Woolley (1622-1675), a pioneer in women’s recipe publications in England, who stood out for her experience with the recipes she wrote and published. This was not what happened with the male authorities who dominated the publishing market and based their discussions on theoretical knowledge about medicines aimed at domestic life and female intimate health. Based on this context, this article aims to understand aspects of women’s intimate health, such as menstruation, fertility, pregnancy and abortion. To this end,

the perspective of Woolley will be used, as she was an English mais who practiced home and empirical medicine and spoke to an audience of which she was part, knowing their needs and demands. Thus, we will her works “A Supplement to The Queen-Like Close”t (1674) and “The Accomplished Lady’s Delight” (1675), in which Woolley provides recipes for women’s intimate health.

KEYWORDS: Seventeenth Century England. Intimate health. English woman.

Introdução

Na Inglaterra do século XVII, a prática da medicina passava por intensas mudanças e regulamentações¹ – desde as formas de compreender o corpo aos ingredientes medicinais, aquele tempo foi palco de alterações sensíveis. O campo dessa *práxis* era diverso e permeado por conflitos, fosse entre diferentes ofícios ou mesmo acerca dos princípios norteadores do raciocínio médico. Neste âmbito, podemos apontar uma esfera mais específica: a saúde íntima feminina, o foco deste trabalho, em que os aspectos da fertilidade, menstruação e gravidez chamam a atenção. Na vasta arena de praticantes médicos na Inglaterra seiscentista, optamos por estudar estes tópicos através do olhar feminino, pois as vozes das autoridades médicas masculinas tendiam a propagarem-se fortemente através de inúmeras publicações discorrendo sobre tópicos que diziam respeito a corpos diversos dos seus.

Neste cenário, a medicina doméstica era um dos meios mais condizentes com seus papéis sociais, pois era esperado o zelo da mulher pelo bem-estar dos familiares devido ao “lado maternal” (Whaley, 2011, p. 229). Outrossim, por este meio acabavam realizando procedimentos de mais de um ofício médico – boticários, cirurgiões, parteiras e físico-médicos. Um símbolo da expressão desta atividade eram os livros de receitas, uma tradição feminina e familiar que remonta aos livros de segredos medievais, que continham conhecimentos empíricos de gerações (Leong, 2013, p. 86). Neles, eram encontrados receituários culinários, de embelezamento e medicinais para a consulta pessoal de familiares, amigos e vizinhos, ou seja, num âmbito mais privado (Whaley, 2011, p. 176). É neste gênero de livros que se encontram nossas fontes, os livros publicados pela doméstica inglesa Hannah Woolley (1622-1675).

Woolley foi uma das pioneiras em publicações femininas de livros receituários na Inglaterra moderna, com o total de sete livros atribuídos à sua

1 Podemos citar o fortalecimento das guildas nos ofícios médicos; mudanças nos programas das universidades; insurgências contra a medicina hipocrática galênica (como a Helmontiana e Paracelsiana); e o fechamento do órgão regulador de publicações, a Câmara Estrelada.

autoria, sendo eles: “*The Ladies Directory*” (1661), “*The Cooks Guide: or, Rare Receipts for Cookery*” (1664), “*The Queen-Like Closet*” (1670), “*The Ladies Delight*” (1672), “*A Supplement to the Queen-Like Closet*” (1674), “*The Accomplished Ladies Delight*” (1675) e “*The Compleat Servant-Maid*” (1685)² — dentre eles, os dois últimos possuem sua autoria questionada. Ela alcançou considerável sucesso de vendas, conquistando lugar até em prateleiras internacionais, com “*The Queen-Like Closet*” sendo traduzido para o alemão (Ezell, 2013, p. 159). O êxito de Hannah Woolley motiva questionamentos sobre a autoria das obras “*The Accomplished Ladies Delight*” e “*The Compleat Servant-Maid*”, lançadas postumamente e possivelmente associadas a seu nome para valorizar as vendas.

No entanto, para a realização da presente análise, selecionamos “*A Supplement to the Queen-Like Closet*” e “*The Accomplished Ladies Delight*”, partindo do princípio da dúvida quanto a autoria, e da compreensão de que as receitas chegaram ao público-leitor com o nome de Woolley, tornando o trabalho ainda pertinente para nossos objetivos. A primeira obra em questão conta com 177 receituários, a descrição de 25 figuras mitológicas greco-romanas e a personificação dos 12 meses do ano, formando um conjunto do que Woolley julgava necessário para a execução de um trabalho doméstico de excelência.

Já a segunda publicação indicada é dividida em duas partes: 1) *The Art of Preserving and Candyng all Fruits and Flowers, as also of making Conserves, both wet and dry, and also the preparing of all sorts of Syrups, Jellies, and Pickles*; 2) *Here are some Excellent Receipts in Physick and Chirurgery, for Curing most Diseases incident to the Body. Together with some Rare Beautifying Waters, Oyls, Oyntments, and Powders, for Adornment of the Face and Body, and to cleanse it from all Deformities*. Elas resultam em 446 receitas que acompanham instruções sobre pesca e, ao final do livro, outras 224 receitas exclusivamente culinárias³, bem como tutoriais para a elaboração de esculturas. Tal documentação apresenta-se como uma rica fonte para compreender a perspectiva feminina dos cuidados com a saúde íntima de seu corpo, possibilitando reflexões sobre os conceitos de menstruação, fertilidade, gravidez e aborto correntes na Inglaterra seiscentista, e as demandas que podem ser inferidas a partir da seleção feita por Woolley.

² Nenhuma das obras possui tradução oficial para a língua portuguesa, portanto todas as traduções indicadas do conteúdo dos livros de Woolley e demais expressões em língua estrangeira foram realizadas por nós.

³ Exclusivamente para fins de consumo alimentício, sem visar curas.

Não sendo nascida na aristocracia, a autora trabalhou como empregada doméstica na casa de famílias nobres desde sua juventude. Adquiriu seus conhecimentos de administração do lar a partir de experiências próprias e de suas familiares (Hobby, 1989, p. 167-167). Além disso, Woolley recebeu grande incentivo da nobre para quem trabalhou, responsável por prover livros médicos e informações dispensadas por médicos e cirurgiões para ajudar a doméstica (Nagy, 1988, p. 161-162). Ela alega ter auxiliado com suas habilidades médicas amigos e vizinhos, atestando a legitimidade de suas prescrições.

Os livros produzidos pela inglesa a partir de suas experiências foram publicados nos períodos de viuvez de dois casamentos. O primeiro marido foi Benjamin Woolley, mestre na *Newport Grammar School* com quem se casou em 1646 e teve quatro filhos. Após sua morte, casou-se novamente em 1666 com Francis Chalons, que morreu três anos depois. O fato de Woolley realizar publicações apenas quando viúva pode ser encarado como um meio de arrecadar recursos para sua sobrevivência (Cosgrove-Tremblay, 2013, p. 2). O que não significa que a inglesa deixava completamente seu exercício profissional quando casada, visto que trabalhava na escola de seu primeiro marido e auxiliava no tratamento de crianças adoecidas (Nagy, 1988, p. 161-162).

É a partir das duas supramencionadas obras de Hannah Woolley que procuraremos inventariar e interrogar os receituários para a saúde íntima do corpo feminino, sobretudo para compreendermos como os ingleses pensavam e agiam sobre a menstruação, fertilidade, gravidez e aborto no século XVII. Tais tópicos eram majoritariamente associados ao universo feminino privado, com uma parcela pequena de homens neste terreno. No entanto, estimulados pela reflexão ampliada sobre o funcionamento dos corpos e a necessidade expressa por acadêmicos de limitar a atuação de mulheres não-médicas na Inglaterra, foram publicados também manuais de partejo por homens (Whaley, 2011, p. 93)⁴, gênero de conhecimento ligado diretamente aos assuntos íntimos das mulheres. Ali, o trabalho de Woolley mostra-se de grande valor ao representar a visão feminina no tópico de maneira pública.

Neste período, as temáticas sobre a saúde íntima feminina eram alvo de inúmeras nuances dentre homens e mulheres. No que tange a questão menstrual, por exemplo, havia recursos mobilizados por ambos os gêneros para referirem-se ao sangramento mensal, sempre atenuado por ser de extrema intimidade (Walle,

⁴ Como “*Directory for Midwives*” (1651), de Nicholas Culpeper, e “*Dr. Chamberlain’s Midwives Practice*” (1665), de Peter Chamberlain.

1997, p. 201). Sobre concepção e gravidez, havia diferentes perspectivas sobre como ocorriam no corpo feminino (Evans, 2011, p. 9), o que influenciava a visão do papel da mulher nesse processo e os cuidados com sua saúde e a do bebê. O próprio conceito de gravidez gerava dúvidas e debates, pois os métodos de reconhecimento eram pouco precisos e demandavam conhecimento da mulher sobre seu corpo, porque o mais confiável se dava com a movimentação da criança no ventre (Donaghy, 2021, p. 1143 e 1159).

O parto era ainda mais característico da agência feminina, pois as mulheres dominaram os quartos de parto por séculos (Whaley, 2011, p. 93) — começando a perder território no século XVIII, com homens sendo chamados em casos graves e cirúrgicos (Lindemann, 2010, p. 117). Outra questão localizada em uma zona cinzenta é a dos cuidados após o parto ou aborto — fossem eles espontâneos, induzidos ou acidentados —, porque a maior parte das indicações médicas feitas por homens focavam na saúde emocional da mãe (Evans, 2023, p. 17). A saúde física ficava ao encargo das parteiras e demais mulheres próximas a quem encontrava-se em tal condição, ocupando-se de auxiliar na expulsão do conteúdo uterino após o parto ou aborto, e dos cuidados de possíveis complicações (Lindemann, 2010, p. 222-223) — como hemorragias, febres ou problemas na amamentação.

Os abortos mostram-se como outra questão fundamental para nossos estudos. Ele poderia ser buscado por mulheres sob o disfarce de receituários purgativos (Whaley, 2011, p. 176) altamente populares pela tradição galênica, facilitado ainda pela natureza privada destes assuntos. No entanto, não levamos esta hipótese como regra, pois a busca por purgativos era legitimada pelos princípios da medicina do período, que priorizava a regularidade dos sangramentos mensais (Read, 2013, p. 145). A partir disso, devemos considerar ambas as possibilidades de utilização dos receituários com caráter purgativo, alinhadas também às demandas femininas relacionadas a sua saúde íntima em nosso trabalho.

Fertilidade, concepção e aborto conformam, portanto, o conjunto de temas voltados aos cuidados com a saúde íntima feminina que investigaremos pelo prisma de Woolley. Desse modo, buscaremos entender: quais enfermidades femininas Woolley oferece sua atenção? Quais os tratamentos prescritos por ela? O que eles demonstram sobre suas perspectivas médica e feminina? São esses alguns dos questionamentos que conduzem a investigação que apresentamos nas próximas páginas.

Perspectivas inglesas seiscentistas acerca da menstruação, gravidez e aborto

Alguns conceitos relativos à saúde íntima feminina tinham suas próprias definições e compreensões na Inglaterra seiscentista. Três noções são especialmente importantes: menstruação, gravidez e aborto. É necessário, portanto, delimitar esses entendimentos para compreendermos o que se dizia sobre a menstruação — sua regularidade, importância para a saúde e o significado social do sangramento. Igualmente, merecem atenção a gravidez, suas implicações para a condição física e social da mulher, e o aborto na perspectiva médica e legal.

Iniciemos com o tópico ‘menstruação’, comum à maioria das mulheres, e com a linguagem utilizada pelos ingleses para referirem-se a ele, cujas variações são encontradas no uso popular e na literatura médica. A origem dessas variações — *monthly sickness, benefit of nature, time common to women, flooding*⁵ — pode ter seus motivos rastreados até a diferença entre os círculos sociais masculinos e femininos (Read, 2013, p. 96). Observamos, assim, como seus discursos eram moldados a partir do que era esperado para cada um dos nichos masculinos e femininos na sociedade, além da ocorrência de diferenças entre a cultura popular e acadêmica. Diferentemente dos ingleses, podemos observar que as mulheres se serviam de mais atenuações e floreios para a menstruação (Walle, 1997, p. 201).

Algumas origens dessas expressões podem ser mapeadas: *custom of women*, por exemplo, tem raízes bíblicas e raramente era usada fora desse contexto — o que possivelmente contribuiu para o silêncio das mulheres do século XVII sobre a menstruação, vista como espiritualmente impura (Read, 2013, p. 115). Já *courses* e *terms* derivavam da natureza cíclica do processo (Read, 2013, p. 26-27). A mais recorrente observada pela historiografia, como por Evans (2019) e Walle (1997), é *flowers*, associada à ideia de frutificar, pois sem a menstruação não haveria a possibilidade de uma gravidez — o fruto. A aplicação desse vocábulo é atestada em documentos como cartas e diários do século XVII redigidos por mulheres para suas amigas, filhas e médicos. Elas invocam essas proposições indiretas mesmo no âmbito privado de suas correspondências, às vezes utilizando-se de expressões de cunho próprio. É o caso da Princesa Anne e a Duquesa de Marlborough, que apelidaram a menstruação de Lady Charlotte (Read, 2013, p. 92-93).

Em concordância com essa prática de atenuações, Hannah Woolley utiliza tais *down*termos nos títulos de suas receitas para a menstruação, como: “To

⁵ Doença mensal; benefício da natureza; período comum das mulheres; inundação.

bring down the Flower”, “*To stay the Flowers*” e “*To provoke Terms, a good Medicine*”⁶. Esse tipo de artifício sugere a dificuldade que as mulheres inglesas deste século tinham ao expressarem-se sobre o sangramento, fosse em sua esfera íntima e com pessoas de sua confiança (Read, 2013, p. 85-86), ou — como no caso de Woolley — quando dispunham-se a falar publicamente.

Quando voltamos nosso olhar para o vocabulário dos homens ingleses a situação muda. Embora historiadores como Walle (1997) apontem certa relutância dos homens comuns em falar sobre a menstruação — sobretudo em comparação aos médicos —, é possível notar que eles usavam termos que não suavizavam o tema em si: a menstruação. Estudos como o de Read (2013) indicam que homens registravam livremente os ciclos menstruais de suas esposas em diários e correspondências, muitas vezes com o propósito de identificar ou comunicar uma possível gravidez.

A propósito da linguagem utilizada pela literatura especializada dos físico-médicos ingleses do período, podemos apontar as raízes no grego e latim — que fundamentam a medicina na Inglaterra moderna (Read, 2013, p. 28). Os termos mais encontrados são *menses*, *menstrua* e o grego *catamenia* (Drake, 1707; Home, 1688), baseados no período do ciclo lunar, devido a duração similar de um ciclo menstrual padrão de 28 dias e, por isso, associado à condição da mulher (Evans, 2011, p. 33). Entretanto, ainda que essas expressões não tenham o mesmo efeito atenuante das anteriores, podemos observar um desvio do uso de um termo propriamente inglês que se referisse diretamente ao ciclo menstrual. Isso, pois os termos em latim e grego remetem a um elemento natural ao invés do corpo feminino.

Vale destacar que, apesar dos homens demonstrarem preferência pelo latim e grego, também utilizavam expressões usadas pelas mulheres para a menstruação (Read, 2013, p. 96-97). O inverso também se sustenta, ainda que em menor frequência e em casos mais específicos, como o das parteiras Jane Sharp — “*The Midwives Book*” (1671) — e Sarah Stone — “*A Complete Practice of Midwifery*” (1737) — em seus livros publicados, com *menses* e *menstrua*, ambos termos médicos para a condição.

Com esse panorama, podemos compreender como o universo dos cuidados com a menstruação era envolto em segredos e vergonha (Walle, 1997, p. 201). Homens e mulheres esquivavam-se do tópico com subterfúgios alegóricos, ou

6 Para as flores descenderem; Para as flores permanecerem; Para provocar os termos, um bom remédio.

apoiando-se nas características cíclicas da menstruação. Havia ainda a questão da esfera privada feminina, visto que os assuntos relacionados aos sangramentos mensais ainda eram fortemente agenciados por elas, a entrada de médicos neste universo era recente no século XVII. Isso representava uma alteração da ordem anterior, em que este universo era mais restrito às mulheres — aspecto curioso quando notamos tantos desvios do público feminino ao discutir a menstruação, mesmo em esferas íntimas.

E como essa sociedade entendia o funcionamento do ciclo menstrual? Em primeiro lugar, precisamos levar em conta o sistema sobre o qual se baseava a medicina: hipocrático-galênico, fundamentado no equilíbrio dos quatro humores. Este sistema se dava pelo balanceamento da bile amarela, bile preta, fleuma e sangue, que desajustados acarretariam enfermidades. Assim, dentro dessa lógica, a menstruação era indispensável para a harmonia do corpo, e o sangramento não deveria ser demasiado ou escasso, pois a desproporção acarretaria graves problemas, principalmente para a fertilidade (Read, 2013, p. 83). A importância da menstruação para a concepção se dava a partir de duas ideias sobre a fecundação. Na primeira “das duas sementes”, a formação de uma vida iniciaria-se com duas sementes, uma do homem e da mulher — sendo essa a função do sangue menstrual. A outra, chamada de “modelo de uma semente”, acreditava que apenas o homem contribuía com a semente, e a mulher nutria o fruto com o sangue. Assim, dos dois modos (Evans, 2019, p. 57-59) a menstruação tinha um papel fundamental na concepção, logo necessitava de atenção das mulheres e médicos para seu bom funcionamento.

Através dos nossos estudos dos receituários de Hannah Woolley, neste tópico não se mostrou possível definir com precisão qual sistema melhor se encaixaria para ela. Isso deve-se à natureza bastante direta na construção do texto da inglesa, sem rodeios ou reflexões sobre as causas das patologias e funcionamento do corpo. As prescrições são elaboradas laconicamente, indicando sequencialmente os ingredientes, os procedimentos para fazer o medicamento e suas aplicabilidades. No entanto, nos parece claro que a autora concorda com a ideia de que os ciclos menstruais deveriam ser assistidos de perto pelas mulheres para que observassem dois aspectos cruciais de salubridade: a regularidade e o fluxo. Isso fica óbvio quando observamos ao menos onze receitas médicas que podem ser relacionadas, direta ou indiretamente, ao fluxo menstrual nas obras de Woolley selecionadas. Dentre estas: “*To provoke Terms, a good Medicine*”; “*For the Bloody-flux, or Scouring*”; “*To bring down the Flowers*”.

A regularidade do ciclo era importante à luz da medicina humoral, cuja lógica indicava que se o fluxo cessasse sem gravidez aparente e irregular, sinalizaria um desequilíbrio. O resultado seriam doenças como *falling sickness*, *the whites*, *the mother*, *the melancholy*⁷, febre e vapores doentios que infestavam o cérebro (Walle, 1997, p. 186). Por exemplo, em casos de amenorreia, a febre seria pelo aumento de sangue circulando no corpo que deveria ser expurgado, podendo gerar um sangramento nasal para o rebalanceamento (Read, 2013, p. 146). A doença *the whites*, que consistia no corrimento vaginal excessivo, é também apontada como uma causa de infertilidade no corpo feminino (Evans, 2019, p. 72).

No trabalho de Hannah Woolley, podemos apontar tratamentos para todas essas condições, especificamente ou não. Como para a *falling sickness*, poderiam ser aplicadas as receitas intituladas “*For the falling sickness*” e “*For Madness, and for fumes in the Head*”⁸, ambas no livro “*A Supplement to The Queen-like Closet*” (1670, p. 18; 23). Nelas encontramos elementos como sangue de toupeira, vinho branco, conhaque, noz-moscada e vinagre de vinho branco. Nessa mesma obra encontramos “*For the falling down of the Mother*” e “*To make an excellent Cordial Electuary, for to restore one that is weak, or against Melancholy*” (1679, p. 28; 122)⁹, nelas Woolley utiliza: água de mastruço, folhas e casca de carvalho, conserva de flor-de-estrela, flor de alecrim, calêndula, sálvia e begônia, xarope de flores de cravo-da-índia, xarope de suco de cidra, água de canela, folha-de-ouro, coral branco ou vermelho. Já em “*The Accomplish’d Lady’s Delight*” podemos indicar “*For the Whites*” (1675, p. 135)¹⁰, na qual Woolley usa terebintina branca, canela e gengibre.

O contrário da retenção menstrual também era alarmante, como casos de sangramento em abundância no pós-parto, pois este sangue também era encarado como menstruação, sendo ele o que não foi expurgado para nutrir/formar o feto (Evans, 2019, p. 152). A menstruação nestes casos era referida como *lochia*, ou *flooding*, com uma diferenciação importante entre os termos a depender da gravidade da perda sanguínea. Quando o cenário não era positivo, chamava-se de *flooding* para indicar a menorragia, situação temida pelas inglesas do século XVII, como é observável através de diários e correspondências trabalhados em

7 A doença do cair/da caída; os/as brancas/brancos; a mãe; a melancolia.

8 Para a doença do cair/da caída; para Loucura, e para os vapores na Cabeça.

9 Para o cair da mãe e Para fazer um excelente Eletuário Cordial, para restaurar aquele que é fraco ou melancólico.

10 Para as/os brancos.

outros estudos (Nagy, 1988)¹¹. Apesar desse medo latente, segundo as estatísticas referentes ao período, a incidência de morte das mulheres no pós-parto não fosse tão alarmante quanto parecia (Evans, 2019, p. 158)¹². Além do perigo de óbito, o sangue em profusão poderia afetar a produção de leite materno, uma vez que entendiam como responsabilidade dele a produção do alimento para o bebê (Evans, 2019, p. 155). Nesse sentido, dentro da obra de Woolley há o receituário “*For the Bloody-flux, or Scouring*” (1674, p. 154)¹³, composto por uma maçã assada recheada com cera, que interpretamos como aplicável para a enfermidade descrita acima — apesar de também considerarmos a possibilidade contrária, isto é, para a estimulação do fluxo sanguíneo.

Apesar dos ingleses terem seus medos mais concentrados na hemorragia, o inverso também preocupava. Seguindo a mesma lógica do bloqueio da menstruação, se a mulher não tivesse a *lochia* no pós-parto poderia ser acometida pelos mesmos maus apontados anteriormente pela contenção do sangue (Evans, 2019, p. 149-150). Já com grande sangramento durante um período menstrual regular acreditava-se que o útero ficaria excessivamente úmido, não permitindo que a semente masculina fecundasse, escorregando para fora do órgão (Evans, 2019, p. 72). Partindo dessa ideia, observamos no receituário “*An Excellent Remedy to procure Conception*”¹⁴ de Woolley (1674, p. 143) a presença de canela, açafrão e noz-moscada, considerados de natureza quente e seca, o que nos leva a acreditar que a autora corroborava com os efeitos do sangramento intenso.

Em circunstâncias de perda sanguínea normal, utilizava-se o termo *lochia* ou, uma expressão mais coloquial, *the cleansings*¹⁵. A partir desse conceito de limpeza usado pelos seiscentistas, podemos notar duas coisas: a ideia de purificação associada ao sangue menstrual, e a dificuldade em referir-se a esta condição corporal diretamente. Para que fosse hábil essa diferenciação, alguns cálculos foram elaborados, podemos citar dois: Jacques Guillemeau (1550-1613)¹⁶ apontava que a mulher deveria sangrar por 30 dias caso produzisse um menino, e 42 dias se fosse uma menina (Guillemeau, 1612, p. 221). Entretanto, essa visão do médico francês leva em conta apenas o tempo que levaria para formar cada gênero, e não quanto consumiria cada um do sangue no útero. Esse aspecto era o

11 Os diários de Alice Thornton, inglesa da pequena nobreza seiscentista, é um exemplo de documentação que expressa os terrores que circundavam as mulheres acerca do sangramento pós-parto (Nagy, 1988, p. 156).

12 A taxa de mortalidade de mulheres ao dar à luz girava em torno de 6-7%.

13 Para o fluxo Sangrento, ou Limpeza.

14 Um Remédio Excelente para efetuar a Concepção.

15 A limpeza.

16 Cirurgião francês conhecido por sua atuação obstétrica dentro do hospital *Hôtel-Dieu*.

mais importante para a fundamentação dos médicos ingleses, como para Helkiah (1615, p. 274)¹⁷, que defendia que a mulher deveria ter um período mais curto de *lochia* caso desse à luz a um menino, valendo o inverso para bebês do gênero feminino, pois o primeiro necessitaria de mais sangue para nutrir e formar-se.

Com essas perspectivas sobre a menstruação na Inglaterra seiscentista, podemos melhor compreender o papel que este sangramento tinha na ideia de fertilidade, sendo seu funcionamento regular e em boas quantidades indispensáveis para a boa saúde fértil da mulher; desempenho divergente deste era preocupante. Assim, tendo a mulher o perfeito andamento do ciclo menstrual, estaria apta a engravidar. Mas essa condição não se mostrava facilmente identificável no período, ocasionando falsas percepções e ações diversas para a manutenção da boa saúde íntima. Entre os métodos desenvolvidos para que fosse possível a confirmação da gestação, um dos mais utilizados era a movimentação do bebê no útero, geralmente prevista para ocorrer entre o terceiro e quarto mês de gravidez. Esse evento era conhecido como *quickenning*, ou *quick child*¹⁸ (Donaghy, 2021, p. 524-525).

Apesar disso, alguns médicos, como William Cooper em “*A Compendium of Midwifery*” (1766), alegavam que a plena certeza apenas se daria com o nascimento da criança viva e saudável, porque mesmo a movimentação poderia ser fruto de outras condições — gases ou gravidez molar (Donaghy, 2021, p. 1140; 1147). A falta da menstruação, ainda que fosse sinal de uma possível fecundação, não era a primeira opção devido ao medo da retenção do sangramento (Scott, 2013, p. 82). Outro motivo dava-se também porque muitos médicos alegavam ser comum o sangramento nos primeiros meses de gestação, uma vez que o feto, por ser muito jovem, ainda não usaria todo o sangue disponível no útero (Culpeper, 1662, p. 156).

Como consequência da incerteza da confirmação gestacional, muitas mulheres confundiam gravidez molar com uma verdadeira. No caso de uma gestação molar — chamadas de *moles*, *molae* ou *mooncalves* —, era uma massa uterina sem forma, que podia causar sintomas como o crescimento da barriga e seios, associados à gravidez (Donaghy, 2021, p. 1141). Para que se formasse uma gravidez molar, os médicos ingleses seiscentistas explicavam que era necessário o encontro de uma semente masculina enfraquecida com a semente feminina e/ou o sangue abundante presente no útero — comum em períodos menstruais. A

¹⁷ Médico da corte do rei inglês James I.

¹⁸ Podemos traduzir os termos de modo literal, como: acelerando ou criança acelerada/rápida.

parte provida pelo homem não teria a força vital para moldar o material presente no corpo da mulher (Donaghy, 2021, p. 1149-1150).

Embora fosse dificultoso realizar a distinção entre os dois tipos de gestação apresentados — para médicos e gestantes —, Paige Donaghy (2021, p. 1156), traz um caso interessante. Nele, uma condessa afirmava ter a plena certeza de que sua gravidez não era real, enquanto seu médico — La Motte — divergia de sua opinião. Em casos de falsa gravidez, a solução seria expulsar o conteúdo uterino. Para isso, a condessa recorreu a atividades físicas intensas e, ao final, comprovou-se que ela estava certa. Contudo, por mais que houvesse mulheres que conseguissem realizar tal distinção — muitas vezes apoiadas em experiências gestantes anteriores —, aquelas que não possuíam essa habilidade acabavam por passar pelo sofrimento da perda da gravidez — fosse ela molar ou não, o sentimento era o mesmo (Donaghy, 2021, p. 1140).

Voltemo-nos para a terceira noção que nos importa definir: o aborto. A partir das perspectivas apresentadas, levantamos algumas reflexões e caminhos possíveis que pretendemos percorrer, tendo em vista a agência que as mulheres tinham sobre seus corpos. Isso porque a incerteza sobre a gravidez e a valorização de um ciclo menstrual regular abriam margem para que elas atuassem de acordo com suas necessidades — fosse a busca por um filho ou o fim de uma gravidez indesejada. Entretanto, é preciso considerar as motivações primordiais que permeavam a vida das inglesas, em que as funções femininas eram intrinsecamente ligadas à reprodução e à maternidade. Essa lógica atravessava os diferentes setores da sociedade: para a aristocraciaurgia a ânsia pela continuidade da linhagem, enquanto para as menos afortunadas, os braços para o trabalho eram imperativos (Donaghy, 2021, p. 1141).

Dito isso, alinhado com a noção de uma menstruação regular, concluímos que é perfeitamente plausível a procura por tratamentos para restabelecer os sangramentos (Gowing, 2003, p. 120), tanto para evitarem doenças decorrentes de sua retenção, quanto para estarem aptas a gerar filhos (Read, 2013, p. 83). Assim, possíveis sangramentos consequentes de medidas tomadas pelas mulheres nesses casos não seriam de grande preocupação. Pelo contrário, provavelmente seria um alívio livre de culpa, pois não havia a expectativa de uma gravidez, apenas a busca pela boa saúde e equilíbrio dos humores.

Portanto, não podemos considerar os abortos em potencial acarretados acidentalmente quando elas procuravam tratamento para a menstruação, pois elas não os entenderiam como tal e sua reação não corroboraria com esta condição.

Woolley (1670; 1674) aparenta concordar com esta noção, pois notamos o uso de ingredientes compreendidos como potencialmente perigosos para grávidas, mas frequentemente utilizados para a regulação da menstruação por sua ação purgativa: como poejo, salsa, canela, açafrão, arruda, artemísia e noz-moscada.

As percepções alteravam-se quando a gravidez era reconhecida pela mulher. A partir disso, sua condição após um aborto poderia ser bastante diferente e influenciar o estado de sua saúde física (Donaghy, 2021, p. 1159). Por outro lado, poderia ser também o motivo que a levou a buscar métodos para findar a gravidez artificialmente. No primeiro dos casos, médicos e parteiras recorriam ao consolo de que eram gravidezes molares, mesmo quando não parecia ser o caso, com o objetivo de preservar a saúde das mães (Donaghy, 2021, p. 1153). Apesar disso, a expectativa gerada previamente tornava difícil a distinção por parte das mulheres.

Agora, quando discutimos as mulheres conscientes da molaridade das gestações desde o princípio, o cenário muda. Elas sabiam que a saída seria livrar-se do conteúdo em seus úteros o quanto antes, pois não se desenvolveria nenhum bebê. Assim, quando entramos neste tópico de busca por métodos de expulsão do material uterino, devemos tomar cuidado ao nos referirmos a isto estritamente como aborto, uma vez que, como demonstramos, havia uma preocupação latente com a regularidade dos ciclos menstruais.

A ideia de aborto então partilhada nos parece mais ‘flexível’ que em tempos posteriores, devido às dificuldades em detectar-se uma gravidez. Quando partimos do estabelecido que um dos principais indicativos de uma gestação se dava pela movimentação do bebê no ventre, o que de modo geral seria atestado pela mulher, podemos entrever a liberdade que elas tinham em omitir a gestação caso desejassem. Assim, somos levados a concluir que seria possível que recorressem a métodos abortivos sob o disfarce de uma preocupação com o ciclo menstrual sem denunciarem-se. Todavia, surge a questão acerca do material expelido, que poderia apontar ou não o aborto, a depender de sua forma e do que norteava as noções médicas. Por exemplo, entre os ingleses, o aborto poderia ser considerado mesmo quando o material expelido fosse comparável ao tamanho de uma abelha (Evans, 2023, p.24). Logo, quando não fosse identificada e/ou comprovada uma gravidez molar, ou mesmo a inexistência de uma gestação — apontando para um sangramento menstrual —, a mulher ainda poderia ser acusada de aborto.

Até o momento, levamos em consideração hipóteses em que o desejo de terminar a gravidez partia da própria mulher, por motivos de interesse pessoal

— como a vontade de não ter filhos, uma gestação fruto de um relacionamento não sacramentado, extraconjugal ou molar. Tais hipóteses se mostram plausíveis a partir do raciocínio desenvolvido até aqui. Entretanto, devemos considerar casos que a saúde da gestante corria perigo e demandavam um aborto. Para isso, precisamos compreender que, nesse momento, ocorria uma transição no pensamento sobre a condição do feto em relação à mulher: iniciava-se uma diferenciação entre as duas vidas.

Até então, encarava-se o feto dentro do útero como um apêndice do corpo feminino, um fruto que não madura e indissociável da árvore (Galeotti, 2003, p. 2003). Logo, ambas as vidas não estariam no mesmo plano em caso de perigo de vida, sendo a da mãe sobreposta à da criança; o aborto tornava-se uma saída aceitável. Contudo, com o desenvolvimento da medicina passou-se a diferenciar as duas entidades, o que fez mudar as discussões sobre o aborto. Assim, antes a comprovação da indução de um aborto culpabilizava a mulher por impedir o homem de exercer seu direito de continuação da linhagem. Agora, a acusação podia estender-se até a homicídio, ainda que houvesse debates sobre a partir de que altura da gravidez o feto seria um ser animado (Galeotti, 2003, p. 67-68).

Cuidados direcionados para a saúde íntima do corpo feminino

Os cuidados tomados para a manutenção de uma boa saúde feminina, desde a regularidade dos ciclos menstruais, até os cuidados para o prosseguimento da gestação e no pós-parto ou pós-aborto, podem ser agora avaliados. Começemos pelos tratamentos direcionados para a menstruação e a saúde uterina visando a fertilidade e a concepção. É importante ressaltar que o útero não poderia estar numa condição fria, quente, seca ou úmida demais (Evans, 2019, p. 69), era preciso o balanceamento. Porém, dado que a natureza feminina era considerada naturalmente mais fria que a masculina (Evans, 2019, p. 69), grande parte dos tratamentos para as mulheres melhorarem a fertilidade e funcionamento dos sangramentos menstruais tinham como objetivo aquecer o útero. Para isso, utilizavam-se alimentos e ervas consideradas de natureza quente, bem como secreções e órgãos animais — eram os emenagogos e afrodisíacos (Walle, 1997, p. 195) —, ou liberavam o sangue contido com sangrias (Scott, 2013, p. 78).

Eram utilizados também componentes de caráter seco, visto a natureza úmida do útero, e podemos observar este conjunto de indicações nas receitas de Woolley supracitadas, com ingredientes quentes e secos em suas prescrições para estas condições: cravo, noz-moscada, sálvia, canela, gengibre, artemísia, açafraão,

arruda e muscadine. Além disso, eles eram aplicados também para a contenção do fluxo menstrual caso fosse desmesurado e perigoso para a mulher, bem como apenas para sua manutenção.

Seguindo a trilha dos emenagogos, uma parte da historiografia (Riddle, 1992; McLaren, 1984) chega a afirmar que essas prescrições seriam abortivas disfarçadas para o fluxo menstrual. Entretanto, como defendem Evans (2011; 2019; 2022; 2023), Scott (2013) e Donaghy (2021), havia uma busca legítima dentre as inglesas por tratamentos que regulassem seu ciclo para a manutenção da saúde e fertilidade. Este aspecto pode ser observado pela grande quantidade de receituários para essa prática que continham emenagogos (Evans, 2022, p. 11-12). Ainda que com contraindicações para mulheres grávidas, não se interpretava que apenas por induzirem a menstruação automaticamente seriam abortivos (Walle, 1997, p. 184; 195). Apesar disso, também não podemos assumir que tais tratamentos eram usados exclusivamente para a concepção, pois muitas receitas continham poucas especificações sobre as quantidades de preparo. Das mulheres, era presumido conhecimentos básicos da produção de remédios caseiros, abolindo por vezes a necessidade de um boticário (Evans, 2022, p. 13). Essas receitas poderiam também ser encontradas em livros receituários familiares, o que facilitava o manuseio destas prescrições privadamente de acordo com a necessidade de cada mulher. Assim, medicinas com expulsivos¹⁹ poderiam ser utilizadas na indução de partos, auxílio na expulsão da placenta ou de um feto morto, bem como para propósitos mais controversos, o aborto.

Voltemo-nos para os afrodisíacos os quais eram empregados sem necessariamente para provocar a menstruação — mesmo que houvesse casos para essa prática. Nesse sentido, o objetivo central era o de promover a fertilidade através do aumento da temperatura corporal. Esse aspecto é chave para a medicina hipocrática-galênica, pois para o desenvolvimento da semente era necessária uma temperatura mais elevada (Evans, 2019, p. 69). Além disso, seriam também provocadores de desejo e prazer sexual — aspectos que poderiam ser balanceados também com sono, caminhadas, descanso e a administração das paixões e emoções —, encarado por parte da comunidade médica seiscentista como fundamental para uma fecundação bem-sucedida (Evans, 2019, p. 69). Isso porque o estímulo causado pelo orgasmo desencadearia a produção de sementes e geraria um ambiente propício para seu desenvolvimento (Evans, 2019, p. 59).

¹⁹ Alguns ingredientes contidos nesses receituários eram: poejo, sálvia, cereais, heléboro, cerefólio, bistorta, açafraão, agrião e pimenta.

O consumo de afrodisíacos não se restringia a ervas, flores e sementes²⁰, havia também pratos com órgãos reprodutivos de animais ou com alimentos que lembrassem em sua forma o aparelho reprodutivo (Evans, 2019, p. 116-118; 121-123), como cenouras, pastinacas e feijões. Nesses casos, os alimentos refletiam a natureza sexual do animal ou do formato fálico. Ainda assim, apesar de fortemente disseminados na cultura inglesa, como Evans (2019) aponta, o uso de afrodisíacos era feito com cautela para não superaquecer o corpo, pois as mulheres poderiam ser acometidas por uma perigosa voracidade sexual ou tornarem-se masculinas. Receitaúrios direcionados especificamente para a melhora da fertilidade com afrodisíacos de origem animal não foram encontrados na obra de Hannah Woolley, apesar de encontrarmos o uso de animais em outras receitas, com língua de cervo, esterco de ganso e sangue de toupeira (Woolley, 1674, p. 156).

Há outras indicações médicas relativas a essa matéria. Além de alimentos especificamente afrodisíacos, era preciso também o consumo de produtos que nutrissem o corpo e de fácil digestão para o aumento da concentração de sangue e, logo, da produção de semente no corpo da mulher. Havia ainda a categoria de alimentos ventosos, por vezes contraindicados para mulheres, existindo até receitas para expulsão do ar contido no útero. Exceto em casos de obesidade, pois acreditava-se que ajudariam na expansão do útero para viabilizar a fecundação (Evans, 2019, p. 109; 112). Para situações de sangramento em abundância ou a falta deles era recomendada a sangria — na primeira hipótese, feita antes da chegada da menstruação, como um modo de balancear o corpo e evitar seu enfraquecimento posteriormente (Read, 2013, p. 90-97).

Havia cuidados para a manutenção da gestação e para o pós-parto. Uma vez que a concepção era confirmada, seguiam-se as atenções para que a gestação fosse finalizada apenas quando o bebê nascesse e sem tragédias no percurso. Logo, para a identificação de um aborto espontâneo, esperava-se que a mulher conhecesse bem o funcionamento de seu corpo (Donaghy, 2021) e pudesse identificar quaisquer alterações perigosas. Sobre este autoconhecimento, podemos apontar o título do receitaúrio “*To make a Woman be soon delivered, the Child being dead or alive*”²¹ (Woolley, 1674, p. 150), que prescreve o mesmo tratamento para indução de parto ou expulsão do feto morto. Isso nos permite compreender que a

20 Podemos apontar a mostarda, agrião, açafrão, pimentas, canela, gengibre e eruca.

21 Para a Mulher parir logo, a Criança estando morta ou viva.

mulher saberia identificar se seu filho estivesse vivo, mas ainda não pronto para nascer — e, por isso, não deveria aplicar o tratamento.

Era também essencial que a gestante se mantivesse fortalecida com uma boa alimentação, neste aspecto entram também as comidas afrodisíacas. Ainda que houvesse ressalvas e restrições ao seu uso por gestantes devido à estimulação uterina e aumento da libido (Evans, 2019, p. 188; 177), elas eram frequentemente indicadas para manter o útero aquecido e saudável para o desenvolvimento da criança. Por exemplo, Woolley utiliza muscadine e amêndoas secas em seu tratamento “*To prevent Miscarrying*”²² (1674, p. 134), componentes de caráter quente e seco, potencialmente afrodisíacos. Era também aconselhado que não se realizassem atividades intensas (como sexo, danças ou cavalgadas), nem episódios emocionais fortes (felicidade, raiva, tristeza ou medo) (Scott, 2013, p. 81), tampouco sangrias, para que o sangue não irrompesse no útero, o que ocasionaria um aborto não desejado ou prejudicaria a nutrição do feto (Read, 2013, p. 146). Nesse sentido, no preparo “*An Excellent Remedy to procure Conception*” (1674, p. 143), Woolley alerta “mas certifique-se de não fazer exercícios violentos”.

Além das indicações para o fortalecimento e nutrição do corpo com alimentação e medicações, a maior parte dos livros médicos e de receitas discutia com mais ênfase os tratamentos para que se evitasse (Evans, 2023, p.30-32) o aborto espontâneo do que para efetivamente tratá-lo em caso de detecção (Evans, 2022, p. 517). Caso fosse confirmado o início de um aborto, a norma seria recorrer aos tratamentos já utilizados previamente para o fortalecimento e nutrição do corpo, pouco é indicado sobre o que fazer além disso.

Agora, quando o aborto era confirmado, a conjuntura mudava e dois aspectos principais precisam ser considerados: a saúde física, e o conjunto mental e emocional da mulher, pois, dentro do recorte temporal da nossa análise, o bem-estar sentimental era indissociável do físico (Read, 2013, p. 98). No que diz respeito à saúde emocional no luto, esse era o tópico mais discutido pelas autoridades masculinas que pareciam voltar-se muito pouco para os cuidados físicos do período pós-aborto, por considerarem que eram os mesmos aplicados às mulheres que haviam passado por um parto comum. Prática essa que se prova verdade, uma vez que eram utilizados os tratamentos purgativos para a expulsão da placenta e do feto para a limpeza uterina. Eram evitados os de contenção do

²² Para prevenir o aborto espontâneo.

sangramento loquial para que o material uterino não ficasse preso e ocasionasse perigo para a mulher (Evans, 2023, p. 17; 25-26).

Apartir disso, o que pretendemos demonstrar aqui é que haviam tratamentos prescritos por homens médicos que poderiam ser utilizados no pós-aborto²³. Não obstante, quase não se encontram receituários com direcionamento específico para esses casos. Logo, concluímos que tal falta nos trabalhos masculinos se dava a restrita participação deles nos partos — papel ainda assumido majoritariamente pelas mulheres, fosse por questões morais religiosas ou de modéstia (Read, 2013, p. 152). No entanto, quando alteramos nosso foco para publicações produzidas por mulheres nesse século, encontramos prescrições que buscam não apenas fortalecer o corpo e restabelecer os espíritos no combate à melancolia, mas também o expelimento do material uterino após o aborto, como demonstraremos mais adiante.

Atestamos, a partir do panorama apresentado, que havia inúmeras prescrições médicas que objetivavam manter a boa saúde íntima da mulher visando o papel materno. Muitas delas potencialmente subvertidas para outros fins, como a indução de um aborto. Tal hipótese pode ser considerada, pois, parte importante dos medicamentos era responsável pelo estímulo uterino, como, por exemplo, no caso do consumo desbalanceado de afrodisíacos fortes por gestantes — como o de cantáridas, indicadas também para mulheres que tivessem dificuldades com o parto ou buscassem expelir um feto morto (Evans, 2019, p. 169).

Além disso, podemos considerar também a possibilidade da aplicação de maneira inversa às indicações médicas, ao ingerirem alimentos ou praticarem atividades que resfriassem o corpo — como água gelada, água de lírios ou banhos frios (Evans, 2019, p. 81) —, tornando-o um local hostil para o crescimento do bebê. Outro método é o aleitamento materno prolongado, pois durante este período não era indicado a realização de atividades sexuais (Scott, 2013, p. 81) e, segundo os fundamentos médicos do período, era o sangue presente no útero que se transformava no leite materno. Consequentemente, ocorreria uma possível infertilidade temporária, já que também era sua função a produção de sementes e criação de um ambiente favorável à fecundação. A mesma lógica de remanejo

²³ Um exemplo prático é trazido por Evans (2023), a prescrição identificada como “*to procure delivery*” (para efetuar uma expulsão), que pode referir-se ao parto ou a expulsão de um feto morto.

das indicações pode ser aplicada em medidas como a sangria, receituários para a liberação do fluxo menstrual e preservação de fortes eventos emocionais.

Como já indicamos, a margem para essas práticas abortivas não deve ser levada como regra. Por outro lado, seria inocente presumirmos que tais táticas não eram usadas por mulheres que buscavam interromper uma gravidez — quaisquer que fossem suas motivações —, principalmente, tendo em vista a considerável agência que elas mantinham sobre sua saúde íntima no século XVII, como a confirmação da gestação e acesso mais restrito ao quarto de parto. Além do conhecimento acerca da produção de medicina caseira, e o alcance a livros de receita familiares tradicionais escritos majoritariamente por outras mulheres.

Quais aspectos/preocupações referentes a saúde íntima da mulher Hannah Woolley aborda em suas receitas

Delimitado esse quadro ampliado, passemos para o que Hannah Woolley, no conjunto de obras compulsadas, tem a dizer sobre esses três eixos fundantes em nossa análise da saúde íntima da mulher. Entre as receitas elaboradas por ela que poderiam atuar na regulação do ciclo menstrual, ao menos seis merecem destaque: “*An excellent Medicine for any obstructions*” e “*For the falling sickness*”²⁴ — presentes no livro “*A Supplement to Queen-Like Closet*” (1670) —; “*To provoke Terms, a good Medicine*”; “*For the Bloody-flux, or Scouring*”; “*To bring down the Flowers*”; “*To stay the Flowers*” — encontradas na obra “*The Accomplish’d Lady’s Delight*” (1675).

O primeiro aspecto que apontamos é o uso de expressões atenuantes para o fluxo menstrual, como *terms* e *bring down the flowers*. Apesar disso, as receitas citadas são as que tratam mais diretamente da regulação deste aspecto da saúde íntima feminina. Outros preparos, como “*For the Bloody-flux*” e “*An excellent Medicine for any obstructions*”, estão abertos à interpretação de quem procura. É lógico pensarmos que mulheres com problemas de obstrução da menstruação ou com um fluxo abundante procurassem aplicá-los. Podemos chegar a essa conclusão, pois a falta da menstruação era encarada como uma obstrução, logo medicinas com termos que remetessem a desobstrução seriam aplicáveis.

Analizados os títulos das receitas e o que nos mostram, precisamos entender quais elementos são encontrados nelas. Podemos observar o uso de sementes de pimenta, arruda, artemísia, uva/muscadine, vinho, flor de trigo, noz-moscada e baleeira. Esses elementos são frequentemente encontrados em tratados médicos

²⁴ Um excelente remédio para quaisquer obstruções.

e herbais por outros historiadores (Scott, 2013; Walle, 1997; Riddle, 1994) no estudo sobre o manejo do ciclo menstrual. É interessante notarmos também a presença de componentes afrodisíacos, como a pimenta, noz-moscada e vinho, corroborando com a noção médica inglesa seiscentista sobre a aplicabilidade dessa categoria de alimentos para manutenção dos sangramentos e fertilidade (Evans, 2011).

Fica claro que, como os demais médicos em seus tratados e guias de obstetrícia²⁵, as prescrições de Hannah Woolley alinhavam-se com as noções latentes de equilíbrio dos humores e a importância da menstruação. Esse fator está presente também na receita intitulada “*For the falling sickness*”, tipo de enfermidade específica das mulheres que sofriam com a retenção do sangue. Nesse sentido, é exposto o que Woolley compreendia que seria necessário e procurado por outras para tratamentos médicos íntimos e, portanto, deveriam ser incluídos em suas publicações.

Dentro do tópico de busca pela concepção de um bebê, há ainda receitas mais específicas, como “*An Excellent Remedy to procure Conception*”, em “*The Accomplish’d Lady’s Delight*”, uma receita mais complexa se comparada às supracitadas. Ela contém 19 ingredientes, como canela, tâmaras, raiz de eringo, açafraão, semente de urtiga, e outros já observados antes: noz-moscada, vinho e artemísia. Constatamos novamente o uso de elementos afrodisíacos e a repetição de emenagogos para a promoção do fluxo menstrual e fertilidade feminina.

Agora quando procuramos por indicações para a prevenção de abortos espontâneos encontramos apenas uma: “*To prevent miscarrying*”, presente na mesma publicação da receita anterior. Por mais que seja simples em comparação com as anteriores, apresenta uva/muscadine em sua composição, que marca presença também em tratamentos para a saúde fértil e regulação menstrual. A partir disso, permanecemos ainda na incerteza sobre métodos para a contenção de um aborto espontâneo que vão além da manutenção da nutrição e fortalecimento do corpo.

Com relação aos cuidados para o trabalho de parto, encontramos a medicina intitulada pela autora como “*To make a Woman be soon delivered, the Child being dead or alive*”. Notamos primeiro o fato de Woolley escolher apontar logo no título o uso da receita para casos de partos convencionais ou de aborto. Não podemos deixar de apontar, ainda, que a autora não indica remédios

²⁵ Por exemplo, a obra do físico-médico inglês da Universidade de Norwich, John Sadler (1615-1674), “*The Sicke Womans Private Looking-glasse*” (1636).

apenas para limpeza uterina após abortos, optando por publicar uma receita de dupla função como faziam os demais médicos. Salta aos olhos o fato de Woolley prestar-se a indicar essa aplicação dupla do tratamento, visto que a maioria das outras autoridades médicas escolhiam apresentar eles de um modo mais voltado para os partos convencionais, de crianças vivas. Nesta prescrição, Woolley utiliza basicamente o pó de âmbar, indicado por ela também em receitas como “*To bring down the flowers*” e “*To stay the flowers*”, o que demonstra a versatilidade dos ingredientes selecionados para o cumprimento de funções expulsivas.

Além desse receituário, podemos retomar “*An excellent Medicine for any obstructions*” e “*For the Bloody-flux, or Scouring*” como receitas passíveis de serem usadas por mulheres em pós-parto ou pós-aborto. Poderiam servir para auxiliar na expulsão da placenta, conter um fluxo loquial abundante ou realizar a limpeza uterina. Outra receita de Woolley para o pós-parto é “*For the Piles after Child-Birth*”²⁶, na qual ela indica um banho de absinto, canela e vinho²⁷ — todos aplicados em receitas anteriores, como em “*To provoke Terms, a good Medicine*”. A partir disso, atestamos mais uma vez o caráter purgativo atribuído a esses elementos e a possibilidade desta prescrição ser aplicável tanto a mulheres que sofreram abortos espontâneos quanto àquelas que teriam o intuito oculto de induzir um. Ambas as hipóteses são viáveis, visto a margem de interpretação de materiais desse gênero, fossem eles de coleções familiares particulares²⁸ ou tratados e livros publicados.

Outro aspecto importante na recuperação de um aborto é a condição de espírito da mulher, bem como o fortalecimento de seu corpo. Para essas demandas, encontramos dois exemplos de tratamentos de Woolley: “*To make an excellent Cordial Electuary, for to restore one that is weak, or against Melancholy*” e “*For the falling down of the Mother*”²⁹ — ambos presentes no livro “*A Supplement to Queen-Like Closet*” (1674). A primeira, apesar de não ser explicitamente direcionadas para mulheres que sofreram abortos, cobre os dois tópicos chave: fortalecimento e combate a melancolia para a recuperação do corpo feminino.

26 Para as hemorróidas/hemorragias após o parto.

27 Importante destacarmos a utilização de ingredientes como a canela, componente caro na época de Woolley e que nos indica o acesso da autora a elementos importados e de maior custo. Podemos estabelecer uma possível ligação com a família nobre para quem trabalhou e incentivou seus estudos, a qual teria o poder aquisitivo para a compra de tais ingredientes.

28 Por exemplo, o livro de receitas da Condessa de Kent, Elizabeth Grey (1582-1651), publicado postumamente sob o título “*A Choice manual, or, rare and select secrets in physick and chirurgery collected*” (1653).

29 Para fazer um excelente Eletuário Cordial, para restaurar aquele que é fraco ou melancólico; Para o cair da Mãe.

Alguns aspectos que guiam a nossa lógica de presunção sobre sua aplicação se dão pelo título atribuído por Woolley. Ao utilizar o termo eletuário, por exemplo, que designa um medicamento calmante e purgativo, ligamos aos resultados buscados por mulheres que passaram por partos convencionais ou abortivos para fortalecerem seus corpos e melhorarem os espíritos. A segunda receita também possui indícios em sua titulação que nos levam a crer no seu uso por mulheres abortadas. A referência a uma queda/descida da mãe pode indicar a perda de um filho, sua caída do útero. Esse mesmo termo é utilizado para referenciar a queda da menstruação, o que abre margem para considerarmos uma dupla aplicação desta receita para ciclos menstruais.

Em ambas as receitas medicinais citadas no parágrafo anterior, Woolley seleciona ingredientes como flores de sálvia, cravo-da-índia, canela e casca ou folhas de carvalho, todos estes encontrados também em receitas purgativas, com caráter afrodisíaco e calmantes (caso do carvalho). Esses aspectos são frequentemente associados pela autora e demais autoridades médicas, como os supracitados Chamberlain (1665), Culpeper (1651) e Sadler (1636), na Inglaterra moderna, aos tratamentos da saúde íntima feminina.

Aliás, o arsenal terapêutico mobilizado pela doméstica inglesa não é nada desprezível: absinto, açafraão, açúcar, açúcar branco cristalizado, açúcar de confeição, aguardente de sclarea, alecrim, algarrobo, amêndoas doces, âmbar, arruda, água de canela, água de mastruço, aguardente de sclarea, agrimônia, baleeira, begônia, betano, casca de carvalho, casca de cássia imperial, caroços de abacaxi, calêndula, casca de canela, claret, confeição de Alkermes, conserva de açúcar, conserva de flor-de-estrela, conservas de marmelo, conhaque, coral preparado, cravo, flor de feijão, flor de trigo, folhas de carvalho, folha-de-ouro, gemas de ovo, leite fresco, mace, maçã, manteiga doce fresca, mel, meimendro, muscadine, noz-moscada, noz-moscada cristalizada, óleo de poejo, óleo de rosas, óleo de sallet, panos, pimenta, pimenta-longa, pistaches, pó de aloés, raiz de aquilégia, raiz de erva-cobra inglesa, raízes de eringo, raízes de erva-abelha, raiz de malvaíscio, ruibarbo, sanicula, sálvia, sementes de alcaçuz, sementes de anis, sementes de beldroega, sementes de coentro, sementes de rocha, sementes de urtiga, scabiosa, salsaparrilha, sena, suco de celidônia, suco de língua de cervo, tâmaras, terebintina branca lavada, terebintina veneziana, toupeira, vinagre, vinagre de vinho branco, vinho branco, xarope de cidra e xarope de cravo-da-índia aparecem entre suas prescrições voltadas para a menstruação, a gravidez e os abortos, para ficarmos em apenas alguns.

De origens plurais e empregos múltiplos, identificamos elementos de cozinha e de botica; de aquém e de além-mar ingleses; vegetais e químicos; de fácil encontro ou com clara raridade, como as pedras preciosas. Sistematizamos, a seguir, os principais medicamentos nesse sentido que pudemos identificar na documentação de Woolley:

Tabela 1³⁰

Receitas relativas à menstruação, à gravidez e ao aborto nas obras The Accomplished Lady's Delight (1675) e A Supplement to The Queen-Like Closet (1674)

Nome da Receita	Ingredientes mencionados
<i>For the falling sickness</i>	Toupeira, Vinho Branco
<i>For Madness, and for fumes in the Head</i>	Conhaque, Meimendro, Noz-Moscada, Vinagre de Vinho Branco
<i>For the falling down of the Mother</i>	Água de Mastruço, folhas de Carvalho, Casca de Carvalho
<i>A most excellent Diet-drink for any Disease, caused by sharp or foul Humors</i>	Salsaparrilha, madeira de Sassafrás, Agrimonia, Unha-de-asno, Scabiosa, raiz de Malvaíscio, Betano, Pé-de-leão, Sanicula, raiz de Aquilégia, Vinho Branco, Mel, Sena, Ruibarbo
<i>An excelente Medicine for any Obstructions</i>	Flor de Trigo, Cravo, Noz-moscada, Mace, Açúcar, suco de Língua de Cervo, Erva-doce, Gemas de Ovo, Manteiga doce fresca
<i>To make an excellent Cordial Electuary, for to restore one that is weak, or against Melancholy</i>	Conserva de Flor-de-estrela, Alecrim, Calêndula, Sálvia, Begônia, Xarope de Cravo-da-Índia, Xarope de Cidra, Confecção de Alkermes, Água de Canela, Folha-de-Ouro, Coral preparado

30 As informações e receitas contidas na tabela foram retiradas diretamente das obras *The Accomplished Lady's Delight* (1675) e *A Supplement to the Queen-Like Closet* (1674) de Hannah Woolley, que compõem nosso corpus documental. Assim, a referida tabela é de nossa própria confecção e integra nosso acervo pessoal, elaborada a partir das análises realizadas.

<i>A very good Cordial Water without the trouble of a Still</i>	Conhaque, Cravo, Noz-Moscada, Canela, Gengibre, sementes de Alcaçuz, sementes de Coentro, sementes de Anis, Alcaçuz, Pimenta-longa, Erva-campeira, Açúcar Branco Cristalizado, Xarope de Cravo-da-Índia, Folha-de-Ouro
<i>To prevent Miscarrying</i>	Terebintina Veneziana, Amêndoas doces
<i>For the Whites</i>	Terebintina branca lavada, Canela, Gengibre
<i>An Excellent Remedy to procure Conception</i>	Xarope de agripalma, Xarope de Artemísia, Aguardente de esclarea, Raiz de daninha Inglesa, sementes de Beldroega, Urtiga, Rúcula, Noz-Moscada Cristalizada, Raízes de Eringo, Raízes de Erva-Abelha, Tâmaras, Pistaches, Conserva de Açúcar, Canela, Açafrão, Conserva de Verbena, Carochos de Abacaxi
<i>For a sore Breast not Broken</i>	Óleo de Rosas, Flor de Feijão, Gema de Ovo, Vinagre
<i>To make a Woman be soon delivered, the Child being dead or alive</i>	Âmbar
<i>To provoke Terms, a good Medicine</i>	Absinto, Arruda, Pimenta, Vinho branco ou Malvasia
<i>For the Bloody-flux, or Scouring</i>	Maçã, Cera Virgem
<i>For the Cancer in a Woman's Breast</i>	Esterco de Ganso, Suco de Celidônia
<i>To bring down the Flowers</i>	Baleeira, Muscadine, Claret, Açúcar, Óleo de Sallet, Âmbar
<i>To stay the Flowers</i>	Âmbar, Coral, Pérola, Zimbro, Conserva de Marmelo, Leite Fresco
<i>For the Piles after Child-birth</i>	Absinto, Pau-Ferrugem, Casca de Canela, casca de Cássia Imperial, Vinho, Panos, Algodão, Pó de Aloés, Óleo de Poejo

A partir das receitas pinçadas dos trabalhos de Hannah Woolley, podemos compreender a sua replicação dos conceitos da medicina hipocrática-galênica, que regia também os tratados e guias médicos concebidos por figuras masculinas

nos cuidados da saúde íntima feminina. Na seleção dos títulos e orientação das receitas, podemos perceber um direcionamento mais específico em caso de aborto, ainda que a incidência seja mínima. Também há uma preocupação primordial com o fluxo menstrual e fertilidade, que se expressa nas medicinas próprias para provocar o sangramento e para sua manutenção, contenção e busca por um ambiente fértil.

Na composição de suas prescrições, Woolley segue a tradição do uso de alimentos quentes, secos e afrodisíacos notada em obras produzidas por autoridades masculinas para a promoção destas condições na saúde íntima da mulher inglesa moderna. Além disso, notamos também a margem para interpretação das receitas de acordo com cada necessidade, visto que a autora por vezes recorre a medidas pouco precisas — ou não as utiliza de qualquer maneira³¹. Isso atesta a ideia de que as mulheres do século XVII possuíam noções básicas acerca da elaboração de remédios caseiros e, portanto, sabiam lidar com tal formato de receituários.

Conclusão

A partir da análise feita no presente trabalho, é possível concluir que, apesar dos inúmeros empecilhos enfrentados pelas mulheres para exercer legitimamente a prática médica na Inglaterra seiscentista, Hannah Woolley — cujo trabalho guiou nossas reflexões — conseguiu emergir no mercado de publicações, com livros receituários que expressam de forma exemplar o papel multifuncional das domésticas inglesas, abrangendo desde a culinária até diagnósticos e tratamentos médicos. Woolley conquistou um lugar de prestígio e reconhecimento com o seu trabalho, não apenas para si, mas para toda a cultura da medicina caseira na qual se engajavam as mulheres.

Em sua nada inexpressiva obra, Woolley demonstra que as distinções entre o conhecimento acadêmico formal e o chamado conhecimento popular não seriam tão acentuadas quanto defendiam muitos (Nagy, 1988, p. 132-133; 175). Pelo contrário, a doméstica apresenta as influências da tradição hipocrática-galênica que embasava os cursos médicos nas universidades (Lindemann, 2010). Woolley usa frequentemente receituários purgativos para o balanceamento dos quatro humores do corpo, e os parâmetros galênicos na escolha dos ingredientes

³¹ Em “*For the Cancer in a Woman’s Breast*”, Woolley apenas indica que os ingredientes serão esterco de ganso e suco de celidônia, mas não indica quantidades e proporções para a execução do tratamento.

para a composição de seus tratamentos. Assim, podemos concluir que a base na qual se assentava a prática médica de Woolley não era inferior apenas por ser majoritariamente empírica, ela compartilhava de muitos pressupostos propagados pelas autoridades acadêmicas e masculinas (Lindemann, 2010, p. 126-127).

Quando empregamos os receituários publicados por Hannah Woolley para melhor entendermos suas compreensões domésticas sobre o funcionamento e demandas íntimas das mulheres, a inglesa demonstra grande conformidade com muitas das noções médicas masculinas (Lindemann, 2010, p. 190-191). Em seus livros aqui analisados, ela traz receituários que buscam melhorar a fertilidade feminina com a regulação dos ciclos menstruais, elemento central na manutenção da boa saúde da mulher no século XVII.

A doméstica apresenta aos seus leitores tratamentos para a prevenção de abortos, juntamente com medicinas que auxiliavam na expulsão do conteúdo uterino — indicando que a criança poderia estar viva, no momento do parto, ou já morta —, raramente encontradas em obras feitas por homens. Nesse sentido, não é errado supor que tal abertura a interpretação, alinhada à noção de que mesmo as quantidades de ingredientes em diversas receitas eram imprecisas, pressupunha que as mulheres para quem eram direcionadas estas receitas saberiam como e quando usarem estas prescrições alinhadas às suas necessidades. Nesses casos, as consulentes das obras de Woolley poderiam até ocasionar abortos desejados, auxiliar trabalhos de partos ou expulsão de fetos já mortos.

Em suma, podemos concluir que as obras publicadas Hannah Woolley nos oferecem um rico vislumbre do engajamento das mulheres inglesas no século XVII na arte médica. Mesmo com as constantes críticas e inferiorização de suas habilidades, ainda havia meios pelos quais conseguiam legitimar seu trabalho, apoiando-se no papel materno esperado delas e nos princípios da caridade cristã que permeavam a sociedade. Os receituários de Woolley também demonstram, com seus títulos, composições e instruções, o modo como as mulheres ainda garantiam boa parte da agência sobre os cuidados íntimos de seus corpos e a ampla percepção e conhecimento que tinham sobre eles.

Portanto, podemos apontar certa medida de ousadia na empreitada de Hannah Woolley e seus editores com a publicação de seus livros de receitas pessoais em um momento cheio de transformações no campo da prática médica. Ainda podemos nos perguntar o que mais pode ser revelado por pesquisas que se debruçam sobre os aspectos da saúde íntima das mulheres em livros receituários

— publicados ou não —, considerando os critérios de seleção para publicação e promovendo um diálogo entre essas fontes. A historiografia sobre o tema era antes deficitária, como apontado por Nagy (1988), mas atualmente tem apresentado um profícuo trabalho sobre essa espécie de documentação. Mas, apesar do aumento de pesquisa na área, a infinidade de perspectivas desta temática ainda se mostra um campo riquíssimo para o trabalho histórico, para o qual esperamos adicionar essa contribuição.

Referências

- CHAMBERLAIN, Peter. **Dr. Chamberlain's Midwives Practice**. London: Printed for Thomas Rook, 1665.
- COOPER, William. **A Compendium of Midwifery**. Londres: [s.n.], 1766.
- HELKIAH, Crooke. **Mikrokosmographia: A Description of the Body of Man**. London: William Jaggard, 1615.
- CULPEPER, Nicholas. **Directory for Midwives**. London: Printed by Peter Cole, 1651.
- DONAGHY, Paige. Miscarriage, False Conceptions, and Other Lumps: Women's Pregnancy Loss in Seventeenth — and Eighteenth-Century England. In: **Social History of Medicine**, [S.I.], vol. 34, nº 4, p. 1138-1160, nov. 2021.
- DRAKE, James. **Anthropologia Nova; or, A New System of Anatomy**. London: Sam. Smith and Benj. Walford, 1707.
- EVANS, Jennifer. **Aphrodisiacs, Fertility and Medicine in Early Modern England**. [S.I.]: Royal Historical Society, 2019.
- EVANS, Jennifer. 'It bringeth them into dangerous perill': management of and recovery after miscarriage in early modern England, c.1600–1750. In: **Historical Research**, [S.I.], vol. 96, nº 271, p. 17-31, fev. 2023.
- EVANS, Jennifer. 'Gentle Purges corrected with hot Spices, whether they work or not, do vehemently provoke Venery': Menstrual Provocation and Procreation in Early Modern England. In: **Social History of Medicine**, [S.I.], vol. 25, nº 1, p. 2-19, mar. 2011.
- EVANS, Jennifer. "A Toste wett in Muscadine": preventing miscarriage in early modern English recipe books c.1600–1780. In: **Women's Writing Journal**, [S.I.], vol. 27, nº 4, p. 514-532, nov. 2022.
- EZELL, Margaret J. M. **Cooking the books, or, the three faces of Hannah Woolley. In: Reading and Writing Recipe Book (1500-1800)**. Manchester: Mancheste University Press, 2013, p. 159.
- GALEOTTI, Giulia. **História do Aborto**. São Paulo: Edições 70, 2003.
- GOWING, Laura. **Common Bodies: Women, Touch and Power in Seventeenth-Century England**. New Haven and London: Yale University Press, 2003.
- GREY, Elizabeth, Condessa de Kent. **A choice manual, or, rare and select secrets in physick and chirurgery**. Londres: Printed by G.D. and are to be sold by William Shears, 1653.

GUILLEMEAU, Jacques. **Child-birth**. London: Printed by A. Hatfield, 1612, p. 221.

HOME, Randle. **The Academy of Armory; or, A Storehouse of Armory and Blazon Containing the Several Variety of Created Beings**. Chester: [s.n.], 1688.

LEONG, Elaine. Collecting Knowledge for the Family: Recipes, Gender and Practical Knowledge in the Early Modern English Household. In: **Journal of the European Society for the History of Science**, [S.I.], vol. 55, nº 2, p. 81-103, mai. 2013.

LINDEMANN, Mary. **Medicine and society in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

NAGY, Doreen Evenden. **Popular medicine in seventeenth-century England**. Ohio: Bowling Green State University Popular Press, 1988.

READ, Sara. **Menstruation and the Female Body in Early Modern England**. [S.I.]: Palgrave Macmillan, 2013.

RIDDLE, John M. **Contraception and Abortion from the Ancient World to the Renaissance**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

SADLER, John. **The Sick Woman's Private Looking-Glasse**. London: Printed by Anne Griffin, 1636.

SCOTT, Caitilin. Birth Control and Conceptions of Pregnancy in Seventeenth-Century England. In: **Retrospectives: A Postgraduate History Journal**, Coventry, vol. 2, nº 1, mai. 2013, p. 73-85.

SHARP, Jane. **The Midwives Book**. Londres: Printed for Simon Miller, at the Star at the West End of St. Pauls, 1671.

SOARES, Marina Juliana de Oliveira. As receitas médicas de Hannah Woolley: prática cotidiana e autoridade feminina na Inglaterra do século XVII. In: **História Ciência Saúde - Manguinhos, Manguinhos**, vol. 30, nº 7, abr. 2023, p. 1-17.

TREMBLAY-COSGROVE, Petra A. **Hannah Wooley: Martha Stewart of the 17th**. [S.I.]: [s.n.], mai. 2013.

WALLE, Etienne van de. Flowers and Fruits: Two Thousand Years of Menstrual Regulation. In: **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, vol. 28, nº 2, p. 183-203, out 1997.

WHALEY, Leigh. **Woman and the Practice of Medical Care in Early Modern Europe, 1400-1800**. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 316.

WOOLLEY, Hannah. **The Accomplished Lady's Delight**. London: Benjamin Harris, 1675.

WOOLLEY, Hannah. **A Supplement to The Queen-Like Closet**. London: Printed by T. R, 1674.



Recebido em 08/12/2024
Aceito em 31/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56413

ARTIGO

Vaquejada de Currais Novos/RN: a elaboração discursiva de uma tradição (1975-1977)

Vaquejada of Currais Novos/RN: the discursive elaboration of a tradition (1975-1977)

Fabiana Alves Dantas

Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<https://orcid.org/0000-0002-3543-5341>

RESUMO: Neste artigo, investiga-se a elaboração discursiva acerca da vaquejada do município de Currais Novos, localizado no estado do Rio Grande do Norte, em publicações periódicas de 1975 a 1977, utilizando-se referências teóricas da História Cultural sobre o uso de jornais e revistas na pesquisa histórica. Identificou-se que tal elaboração sobre o evento ocorreu concomitantemente aos esforços de agentes das esferas política e econômica local para consolidá-lo como uma festa de caráter tradicional e, por isso, ele pode ser entendido como uma tradição inventada. A noção de tradição passou a mobilizar elementos de um passado histórico a fim de justificar uma nova prática dotada de novas finalidades, nesse caso, a promoção de uma festa consolidada como atração turística do município.

PALAVRAS-CHAVE: Currais Novos. Imprensa. Tradição.

ABSTRACT: In this article, we investigate the discursive elaboration about the vaquejada in the municipality of Currais Novos, located in the state of Rio Grande do Norte in periodical publications from 1975 to 1977, using theoretical references from Cultural History about the use of press in historical research. It was identified that such elaboration about the event occurred concomitantly with the efforts of agents from the local political and economic spheres to consolidate it as a traditional party and, therefore, it can be understood as an invented tradition. The notion of tradition began to mobilize elements from a historical past in order to justify a new practice with new purposes, in this case, the promotion of a party consolidated as a tourist attraction in the municipality.

KEYWORDS: Currais Novos. Press. Tradition.

Considerações iniciais

Vaquejada: palavra que pode significar tanto a prática da derruba ligada ao momento de apartação de gado que ocorria nas antigas fazendas destinadas à pecuária no recorte espacial do sertão, bem como o evento que, no presente, reproduz essa prática de forma festiva em muitos lugares do país, destacando-se a região Nordeste (Faria, 1993). Neste artigo, focaliza-se o segundo sentido, objetivando-se a investigação de como a vaquejada tornou-se um evento dotado de um significado ligado à noção de tradição. Cabe ressaltar desde já que, na historiografia, essa noção tem sido associada à ideia de invenção, uma vez que as práticas que passam a ser entendidas como tal não são naturais, mas elaboradas de diferentes maneiras. Considere-se a definição apresentada pelo historiador Eric Hobsbawm (2008) na introdução da obra “A invenção das tradições”, na qual ele destaca o aspecto de invenção ora mencionado:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (Hobsbawm, 2008, p. 9).

Desse modo, a investigação da vaquejada como tradição inventada é feita direcionando atenção para o evento que ocorre anualmente no município de Currais Novos, situado no interior do estado do Rio Grande do Norte. A vaquejada currais-novense é conhecida pelo grande porte e potencial turístico, ambos associados ao discurso que a aponta como um evento tradicional. Veja-se como exemplo disso as palavras do historiador diletante Celestino Alves em sua obra a respeito do tema:

Alguém já tem perguntado: Porque Currais Novos tem tanto público na vaquejada? Eu normalmente respondo: porque Currais Novos é o berço das vaquejadas do Nordeste. Currais Novos chama-se “currais”, porque foram os currais que deram origem à cidade; esses currais foram feitos em 1760, já para apartação e feira de gado. Portanto, se nossas origens foram os currais, se os nossos ancestrais foram vaqueiros, porque não gostamos de vaquejada? É exatamente por esta razão que todo curraisnovense gosta de vaquejada e vai mesmo assistir (Alves, 1986, p. 48).

Em razão da maneira como o conceito de tradição é hoje compreendido no campo historiográfico, como já exposto, os historiadores costumam desconfiar do que é apresentado como algo tradicional. Assim, o interesse em perscrutar tal questão foi aguçado quando verificou-se a existência de alguns anúncios da vaquejada currais-novense no jornal Diário de Natal e em dois exemplares da Revista de Currais Novos, datados de 1975 e 1977. Tais anúncios apontavam para

uma elaboração discursiva deste evento como uma festa tradicional, o que levou à escolha de tais fontes para abordar o assunto.

Trabalha-se, portanto, com publicações periódicas de circulação local, estabelecendo-se um diálogo com autores que discorrem sobre o uso da imprensa como fonte para a pesquisa histórica (Barbosa, 2010; Cruz; Peixoto, 2007; Martins; Luca, 2006; Martins, 2008). O Diário de Natal, fundado por Assis Chateaubriand e ligado ao grupo Diários Associados, era de circulação estadual; já a Revista de Currais Novos, organizada por empresários locais, foi publicada apenas em âmbito municipal, focalizando Currais Novos como tema. No caso do primeiro, encontra-se publicado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; já os exemplares da revista fazem parte do acervo pessoal da autora. Quanto ao recorte temporal da pesquisa, justifica-se pelo conteúdo analisado, pois ele aponta para um momento decisivo em 1975, quando retomava-se a vaquejada currais-novense após treze anos sem que ela ocorresse, elaborando-se, a partir de então, o discurso de que tratar-se-ia de um importante evento ligado à “tradição popular” do “esporte sertanejo” (Conheça todos os detalhes da VI Vaquejada de Currais Novos, 1977, n. 2, p. 14). A análise de tais fontes ampara a discussão sobre como esse discurso foi elaborado e difundido pela imprensa local e ajuda a elucidar que o evento dito tradicional só é entendido desta forma porque houve, em um determinado momento, um interesse de determinados agentes históricos em torná-lo uma grande festa associada a um discurso identitário.

Espera-se, com este trabalho, gerar uma contribuição ao partir da compreensão de que o tema da vaquejada, ao ser estudado no âmbito acadêmico, deve ser abordado distanciando-se do ponto de vista folclorista que caracteriza boa parte da produção sobre o assunto, marcada por um tipo de análise estática e romântica, como afirma Eriosvaldo Lima Barbosa (2006). Luís da Câmara Cascudo (1969) é um dos mais conhecidos representantes dessa vertente, embora caiba ressaltar as contribuições desse erudito para o conhecimento acerca da origem da prática ora discutida. Além disso, vale ressaltar o quanto o assunto passou a ser debatido nos últimos anos no Brasil, especialmente a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de declarar inconstitucional uma lei estadual do Ceará que regulamentava a prática, gerando, no ano de 2016, a mobilização de vaqueiros e outros trabalhadores envolvidos com as vaquejadas em manifestação (Vaqueiros ocupam Esplanada em ato contra proibição de vaquejadas, 2016, n.p.).

Quanto à organização do artigo, a discussão inicia com uma abordagem acerca da história da vaquejada nordestina, identificando sua origem na atividade pecuária praticada no interior do país durante o período colonial. Em seguida, apresenta-se especificamente a história da vaquejada de Currais Novos, elucidando o contexto histórico de seu aparecimento enquanto uma festa de grande porte e a elaboração discursiva que a imprensa local realizou em torno da ideia de uma tradição sertaneja. Conclui-se com algumas reflexões finais, destacando-se a observação de uma insistência no argumento que apela para a noção de tradição, presente no discurso ora analisado.

Breve história da vaquejada nordestina

A origem da vaquejada nordestina está na pecuária desenvolvida nos sertões durante o período colonial, devido à expansão da colonização para o interior das terras que hoje constituem o Brasil. A criação de gado desenvolveu-se no sertão como atividade secundária, que fornecia alimento para a força de trabalho empregada na produção açucareira para exportação e aproveitamento da matéria-prima em outros setores, como aponta Eloísa Maria de Faria (1993), autora que também indica como o aumento quantitativo na criação de gado produziu uma nova fonte econômica. Graças a esse aumento, espaços interioranos foram desenvolvendo-se com base na criação de gado, gerando áreas povoadas por agentes a serviço da colonização.

Os autores Eloísa Maria de Faria (1993) e Eriosvaldo Lima Barbosa (2006) apontam em seus trabalhos que a prática da derruba ocorria associada à apartação do gado nessas áreas, pois, nas antigas fazendas de criação do período de ocupação dos sertões, não havia cercas para marcar a divisão das terras, criando-se o gado de muitos proprietários juntos. Em razão disso, anualmente, ocorria a apartação, ou seja, a separação dos gados de cada um. Assim, vê-se que a derruba ocorria a partir da “necessidade da apartação, entre a pegada do gado e a remoção às fazendas de seus donos” (Faria, 1993, p. 20). A vaquejada surgiu a partir desse contexto. Conforme a citação abaixo, é possível observar que ela, como evento, surgiu inspirada na antiga prática da derruba:

Nota-se que a vaquejada, festa da derruba, decorreu das apartações: era um momento oportuno, acontecia justamente com atividade funcional e rotineira do vaqueiro. Nesses tempos a pegada dava-se em campos fechados (no meio das caatingas) e em seguida a derruba, no pátio destinado a reunião da boiada, também um espaço aberto sem limites e cercas (Faria, 1993, p. 17-18).

É interessante refletir sobre o que tornou possível transformar em evento de grande porte uma atividade ligada ao labor de trabalhadores da pecuária. Desde o início, atribuía-se ao momento da apartação um caráter de brincadeira. Tal brincadeira era associada à valorização de habilidades, nesse caso, a habilidade do vaqueiro perante árduas condições de vida em um sertão “ameaçado com problemas reais de seca, nos quais dão dimensão de sua limitação existencial no cerne da natureza física” (Faria, 1993, p. 23).

Ao estudar a vaquejada a partir de sua lógica como negócio, por meio de suas regras e códigos, Eriosvaldo Lima Barbosa (2009) destaca que foi no período entre 1970 e 1980 que ela passou a ser realizada em pistas de corrida para dar continuidade ao “costume” da época das apartações, o que ocorreu graças à modernização da pecuária. Já a partir de 1990, ainda segundo o mesmo autor, deu-se o surgimento dos parques de vaquejada e da figura do vaqueiro profissional. A vaquejada passou, então, a não depender mais das apartações anuais para acontecer. Embora o caráter lúdico na prática da derruba já existisse em certa medida nas antigas apartações, com a criação dos parques de vaquejada, ela assumiu a forma de um evento relacionado a finalidades comerciais.

Esse surgimento das pistas de corrida marcou, portanto, o desligamento da vaquejada com a função prática pastoril. O evento surgido a partir desse desligamento diferencia-se da derruba praticada no período em que se faziam as apartações anuais, nas quais, diferentemente do que é feito nesses parques criados para a sua realização, os vaqueiros “ficavam à porteira do curral tendo na frente um pátio grande limitado apenas pela vegetação que determinava onde terminava o espaço aberto e onde principiava o campo fechado” (Faria, 1993, p. 24). Por este motivo, Eloísa Maria de Faria (1993) considera as atuais vaquejadas como uma distorção da antiga derruba: “Hoje a derruba, ou melhor, a vaquejada distorcida, dar-se em parques meticulosamente medidos e limitados em um conjunto de regras pré-estabelecidas, e seus corredores se distanciam da condição de vaqueiro” (Faria, 1993, p. 18). Inclusive, foi graças a tais mudanças que o discurso folclorista negou a permanência da vaquejada no presente, reconhecendo-a apenas como prática do passado (Barbosa, 2006).

Assim, nota-se a existência de uma transformação na prática que, quando deixou de existir, pelo fato de a pecuária ter se modernizado, passou a ser realizada de outra maneira, evocando-se o passado da época das apartações ao promovê-la como uma festa associada à noção de uma tradição sertaneja. No momento em que se escreve este artigo, ela passou a ser também uma prática esportiva reconhecida

pela Lei 13873/19, como consta na página da Agência Câmara de Notícias (2019). A partir do estudo da elaboração discursiva em torno da vaquejada currais-novense na imprensa local, busca-se compreender historicamente este percurso, partindo da compreensão de que não se deve entender a continuidade desta prática como algo natural, mas sim algo que foi possível graças às decisões de determinados agentes históricos que passaram a promovê-la como um evento de grande porte.

Vaquejada de Currais Novos/RN: o contexto histórico de sua origem

A história currais-novense está associada ao surgimento das primeiras fazendas criatórias para a pecuária na então capitania do Rio Grande, durante o período colonial. A historiadora Denise Mattos Monteiro (2007) aborda o assunto em seu trabalho “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, no qual comenta que, durante a primeira metade do século XVIII, “apenas os mais ricos habitantes da Colônia tinham o capital suficiente para arcar com os custos da montagem das primeiras fazendas criatórias” (Monteiro, 2007, p. 63). Ela destaca o caso currais-novense ao abordar a expansão da pecuária para terras sertanejas:

Foi a partir de meados do século XVIII – por volta de 1750 – que o sertão começou a ser mais povoado pelos colonizadores, quando muitos sesmeiros e grandes posseiros passaram a residir em suas terras, com suas famílias, escravos e trabalhadores, consolidando todo o interior da capitania como território de domínio da Coroa portuguesa. A maioria desses homens acumulava, com a terra, patentes militares de capitães, tenentes e coronéis nas Milícias e nas Ordenanças, que eram, junto com as Tropas de Linha, as forças armadas da capitania, o que lhes concedia, de fato, poder político nas respectivas áreas onde se instalaram. Assim, por exemplo, o coronel Cipriano Lopes Galvão recebeu sesmaria e instalou-se com sua fazenda de gado, por volta de 1755, na região do atual município de Currais Novos, tendo sido o primeiro coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Seridó (Monteiro, 2007, p. 63).

Em “Vaqueiros e Vaquejadas”, trabalho publicado em 1986 por Celestino Alves, encontram-se informações sobre as origens da vaquejada em Currais Novos. Elas remetem ao passado da ocupação de terras para o desenvolvimento da atividade pecuarista. A citação a seguir apresenta essa questão, situando esse passado no contexto da história do Rio Grande do Norte:

O Rio Grande do Norte foi uma capitania privilegiada na criação de gado desde a colonização, portanto foi uma Capitania colonizada por vaqueiros; foram os vaqueiros os grandes desbravadores dos sertões norte-rio-grandenses e, muito especialmente, do sertão do Seridó. O Seridó está cheio de contos e lendas de bois e de vaqueiros, os nossos povoadores foram todos criadores e, conseqüentemente, vaqueiros; eu costumo dizer que não há seridoense que não tenha sangue de vaqueiro. O Seridó é também uma região onde a dignidade e a honestidade é uma tradição, exatamente porque é uma região que foi povoada por vaqueiros (Alves, 1986, p. 9-10).

Deve-se fazer uma observação quanto à visão romantizada que o trecho acima apresenta em relação a esse passado. No entanto, observa-se que a vaquejada surgiu no Seridó norte-rio-grandense a partir desse processo histórico de colonização dos sertões. Assim, há nesse contexto o registro das antigas apartações mencionadas no tópico anterior, nas quais verifica-se a origem da prática em terras seridoenses, incluindo aquelas onde, atualmente, está situada Currais Novos.

Isto posto, cabe investigar como ocorreu a transformação dessa prática em um evento de grande porte no município. Na obra de Celestino Alves (1986) consta a referência a 1954 como sendo o ano em que realizou-se a primeira vaquejada currais-novense no formato de uma grande festa. Segundo o autor, ela foi idealizada pelo então prefeito Sílvio Bezerra de Melo, por ocasião do Congresso do Algodão, sediado na cidade naquele ano, no qual fizeram-se presentes pessoas com status de autoridade nos âmbitos estadual e nacional, a exemplo do jornalista Assis Chateaubriand, fundador do Diário de Natal. Relata o autor:

Houve um desfile de vaqueiros, onde também desfilou o jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, encourado, de chapéu de couro, fez um discurso dizendo que também era vaqueiro e capador de bodes, só que era um péssimo montador, montou um dos cavalos mais mansos da região e muito bom, mas quando montou, forçou um pouco na rédea da brida, o cavalo levantou as patas dianteiras, ele escapuliu pela garupa, mas ficou de pé, não caiu propriamente e disse: “o bicho quer subir como um avião” (...). A vaquejada foi muito bem concorrida, com representação de vaqueiros de todo o Estado (Alves, 1986, p. 45).

Vê-se, então, que houve uma movimentação por parte de um membro da elite política para a retomada da prática no formato de um evento festivo, já que, ainda segundo Celestino Alves (1986), anteriormente, não havia acontecido vaquejadas no município por um período considerável, especialmente entre 1940 e a data da vaquejada idealizada por Sílvio Bezerra de Melo. Isso indica uma tendência ao desaparecimento da vaquejada como brincadeira associada ao momento das apartações do gado, com o desaparecimento motivado pela modernização da pecuária na região, já que os fazendeiros estavam cercando suas propriedades. As que continuaram existindo, pelo que consta no relato de Alves (1986), estavam ainda associadas à necessidade de apartar o gado criado conjuntamente na faixa de terra mencionada pelo autor. Entende-se com isso que retomar a vaquejada transformando-a em festa no ano de 1954 foi uma decisão associada às elites locais, pois a ideia partiu do então prefeito de Currais Novos. Dava-se início, naquele momento, à realização da vaquejada como um evento anual no município e, diante desse contexto, é relevante observar com

esse exemplo como as festividades locais podem ser dotadas de usos políticos. Cabe agora analisar o discurso elaborado para justificar o evento como uma tradição, argumentando-se que a imprensa local assumiu um papel relevante nesse processo ao apresentá-lo associando-o à tal noção.

A imprensa local e a elaboração discursiva da vaquejada de Currais Novos como uma tradição

Para Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007) a imprensa pode ser entendida como força social ativa e, por isso, ao abordá-la na pesquisa histórica, seja como fonte ou objeto, ela deve ser relacionada com o campo de lutas sociais do qual é parte, uma vez que é constituída a partir dele e nele também atua. Faz-se necessário romper com a reprodução das narrativas encontradas nas publicações periódicas como se elas relatassem uma verdade incontestável, problematizando-se uma visão inocente a respeito da fonte. Isso porque, como apontam as autoras, os historiadores perderam a inocência quanto a essa questão, incorporando uma compreensão do documento como monumento e, por isso, ele deve ser entendido como algo carregado de subjetividade e intencionalidade. Desse modo:

Os diversos materiais da Imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258).

Assim, ao realizar a operação de escolha mencionada pelas autoras na citação acima, os historiadores devem voltar sua atenção para as condições de produção dos materiais da imprensa e perscrutar os processos associados à produção de sentido a partir dos quais eles são produzidos. Quanto a esse aspecto, Roger Chartier (1991) chama atenção para a importância de “reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias [sic] são desencarnadas” (Chartier, 1991, p. 180).

A imprensa escrita foi o primeiro meio de comunicação de massa, devendo-se, portanto, considerar os interesses associados ao conteúdo produzido com a finalidade de atingir uma grande quantidade de pessoas, mesmo no caso daquela de circulação local. Isso porque meios de comunicação são empresas que buscam lucro e “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam,

estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (Martins; Luca, 2006, p. 11).

Abordar a imprensa na perspectiva de uma História Cultural envolve ainda reconhecer a importância de representações que ela dissemina sobre o assunto de interesse para o pesquisador. Ou seja, é importante levar em conta como ela elabora e dá a ler determinadas noções e as implicações disso em uma sociedade, visto que o cultural e o social estão relacionados (Chartier, 1988). Como indica Marialva Barbosa (2010), a imprensa torna-se uma fonte relevante porque deixa traços significativos de uma sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos ela pretendeu retratar, além dos traços autorreferenciais. Por conseguinte, estudá-la é “ir além do objeto – o jornal – e tentar descortinar as práticas responsáveis pelas significações das obras. E essas práticas, algumas vezes, estão escritas numa história à margem” (Barbosa, 2010, p. 48).

Nem tudo vira notícia em uma sociedade. As equipes de jornais e revistas selecionam o que publicarão e como o farão. Por isso, a partir das considerações teórico-metodológicas aqui apresentadas, entende-se que estudar o discurso formulado pela imprensa sobre a vaquejada currais-novense implica reconhecer que, em um determinado momento, foi considerado pertinente apresentá-la como um evento tradicional aos leitores para os quais destinavam-se o Diário de Natal e a Revista de Currais Novos. Cabe pensar nos interesses associados a esse discurso, já que qualquer jornal ou revista, mesmo de público mais limitado, “articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 269).

Isto posto, parte-se para a análise das fontes. O ano de 1975 foi identificado como momento relevante por tratar-se de uma retomada da vaquejada após um período de pausa em sua realização em Currais Novos, O Diário de Natal anunciava esse retorno (Currais Novos terá carnaval do passado, 1975, n. 9000, p. 4; Igreja prepara para a festa de Santana, 1975, n. 9831, p. 2). O evento passou a fazer parte da programação social das festividades religiosas da padroeira Sant’Ana, realizadas em julho, sendo anunciado como um destaque meses antes de seu início, como verifica-se em um exemplar do dia 16 de janeiro do referido ano. Nele, a notícia de que a vaquejada seria realizada aparece junto à menção de outras medidas do então prefeito Bitamar Bezerra. No início do mês de julho daquele ano, anunciava-se em tom de empolgação que “No Seridó, tudo é festa no mês de julho” (Igreja prepara para a Festa de Santana, 1975 n. 9831, p. 2),

acrescentando-se o destaque sobre a vaquejada na notícia situada em uma das páginas iniciais do jornal. Como pode ser observado na citação a seguir, esse tom de empolgação da divulgação do evento buscava criar uma expectativa nos currais-novenses e visitantes quanto à parte social e recreativa da festa da padroeira:

Os festejos a esta santa são tão arraigados no Nordeste e, particularmente, no Seridó – Caicó e Currais Novos –, que o próprio nome do mês de julho é trocado, chamando-se mês “de Santana”. Na parte social e recreativa, o maior destaque será a vaquejada no parque que está sendo organizado por trás das dependências escolares do Ginásio Agrícola (Igreja prepara a festa de Santana, 1975, n. 9831, p. 2).

O ano de 1975 foi também o de lançamento da Revista de Currais Novos. Ela foi idealizada por empresários locais e lançada no período da festa de Sant’Ana, apresentando-se do seguinte modo: “Esta Revista – idealizada pela Associação Comercial e Clube de Diretores Lojistas – quer ser um marco nas homenagens à Padroeira, comunicando traços de nossa história e fixando a festa de Santana de 1975 nos quadrantes dos anos que virão” (Araújo, 1975, n. 1, p. 3). Formulando esta apresentação e lançando-se no período estratégico de uma festa de padroeira marcada pelo retorno na vaquejada, ela colocava-se para a sociedade currais-novense como um meio de comunicação responsável pela missão de expressar valores de uma identidade local: “Conhecedores que somos de nossa gente e recorrendo à memória dos antepassados no Seridó, reafirmamos – agora – tudo o que significa uma Festa de Santana” (Araújo, 1975, n. 1, p. 3). Observa-se neste trecho autorreferencial o estabelecimento de uma relação direta com a cidade quando a revista coloca-se como porta-voz dessa “gente” de quem os colaboradores consideravam-se “conhecedores”. Assim, mesmo que abordasse entre seus temas um assunto ligado ao passado histórico das antigas fazendas criatórias, como é o caso da vaquejada, esse periódico assumia uma função ligada ao urbano, como é característico da imprensa, pois:

Tal como nós a conhecemos hoje, a imprensa é fundamentalmente produto do urbano na medida em que foi nas cidades que ela encontrou o ambiente favorável (concentração de leitores, disponibilidade de renda, recursos tecnológicos acumulados, mercado de anunciantes, etc.) para emergir e prosperar. Da mesma forma, o urbano e a urbanidade tiram parte das suas características da relação com os meios de comunicação, pois as formas como a cidade é percebida e, mesmo se percebe, são normalmente mediadas pela comunicação massiva (Martins, 2016, p. 393-394).

Buscando compreender o contexto de surgimento dessa revista, é interessante notar o que escrevem Marília Graziella Oliveira da Silva, Juciano de Sousa Lacerda e Maria Érica de Oliveira Lima em texto publicado em 2018, no qual discorrem a respeito do histórico currais-novense no tocante à comunicação.

Os autores identificam um perfil histórico-comunicacional em Currais Novos, havendo no município publicações voltadas especialmente para o público local: “quando voltamos o nosso olhar para a mídia, percebemos que, historicamente, Currais Novos sempre teve uma predisposição para a comunicação” (Silva; Lacerda; Lima, 2018, p. 141). Os autores fazem essa afirmação relacionando tal “predisposição” aos avanços materiais proporcionados pelos ciclos econômicos do município, especialmente ao longo do século XX. Tais ciclos, especialmente o da mineração, contribuíram para que ideias progressistas circulassem ali, inclusive, por meio de publicações periódicas. Assim, no caso da Revista de Currais Novos, vê-se que, mesmo ao abordar um tema ligado ao passado rural, trata-se de um periódico com intencionalidades ligadas ao progresso econômico.

No seu primeiro número, a revista enfatiza o retorno na vaquejada em mais de uma sessão, destacando-se a mensagem oficial da Câmara Municipal pela relação com a esfera política, na qual fala-se de uma congratulação “com os promotores desta tradicional realização, quando se afirma, cada vez mais, o pensamento de valorização humana e bem-estar social do povo de Currais Novos” (Câmara Municipal de Currais Novos, 1975, n. 1, p. 17). Já na página 19, assim como o Diário de Natal, ela anuncia o retorno do “esporte sertanejo” como algo que tornaria a festa de Sant’Ana daquele ano mais movimentada, relatando a contratação de um narrador pernambucano especializado chamado Humberto Granja, feita para assegurar o êxito do evento.

A imprensa local escolheu anunciar a retomada da vaquejada apresentando-a aos leitores como um evento tradicional quando ela, na verdade, não era realizada há treze anos e teve seu início como festa em 1954, graças à uma decisão de um membro da elite política local. Por isso, a quinta edição do evento, em 1975, é um momento chave para a compreensão desse discurso. Entende-se que havia a intenção de fomentar o interesse pela festa, que passaria a ser um evento voltado para o âmbito comercial e turístico. Não foi à toa que uma revista idealizada por empresários do município surgiu exatamente nesse momento, destacando a vaquejada entre os temas abordados.

Quanto ao ano seguinte, 1976, infere-se, pela ausência de anúncios no Diário de Natal e pelo fato de não ter sido lançado nenhum número da Revista de Currais Novos, que o evento foi inviabilizado por algum motivo. Inclusive, a notícia sobre a festa de Sant’Ana naquele ano foi inserida nas últimas páginas do jornal, diferente do que ocorreu em 1975, quando os anúncios carregados de entusiasmo

acerca de uma grande festa que contaria com a parte social da vaquejada estavam em destaque, aparecendo nas páginas iniciais dos exemplares.

A edição seguinte da vaquejada currais-novense ocorreu em 1977, retornando com ela a publicação da Revista de Currais Novos. Esse segundo número apresenta um discurso no qual a noção de tradição aparece ainda mais explícita, tanto com relação à vaquejada, bem como na autorreferência que a revista faz, alegando sua intenção de criar uma tradição ao lançar-se no período da festa de Sant'Ana novamente:

Já se tornando uma tradição, a Revista de Currais Novos assinala sua presença neste contexto e chega aos leitores curraisnovenses e a seus visitantes em seu segundo número. Resulta de uma convergência de esforços redacionais e financeiros. Traz desta página em diante a história do município, suas pedras misteriosas, o trabalho das minerações e empresários, os fatos destacados em sociedades, a educação das crianças, o Potyguar F.C., a VI Vaquejada e tudo quanto há de mais significativo na comunidade (O sentido desta revista, 1977, n. 2, p. 1).

Como nota-se no texto de apresentação, a vaquejada é citada como uma das coisas significativas do município cobertas pelo periódico, apresentando-se na página 14 os detalhes do evento daquele ano, acompanhados por uma introdução na qual apresenta-se o “esporte sertanejo” como uma “tradição popular”. Além disso, alegava-se, como em 1975, que a edição daquele ano seria novamente o ponto alto da festa da padroeira. Outro ponto interessante informado é o apoio explícito que o evento recebeu da imprensa local, nesse caso, dos jornais Diário de Natal e O Poti (o segundo sendo a edição dominical do primeiro), além da Rádio Poti. Tal informe conferia a essas empresas prestígio social por contribuírem com a realização da festa.

O número de 1977 da Revista de Currais Novos também situa os informes sobre a vaquejada em uma posição estratégica para conferir-lhe o caráter de tradição. Nesse caso, trata-se da página seguinte à matéria que a revista inicia na página 11, tratando da história do município. A matéria intitulada “Biografia de Currais Novos antigo” apresenta um texto no qual a história local é abordada de forma resumida, algo comum em revistas pelo fato destas se caracterizarem como “veículo de proposta ligeira, condensada, intermediária entre o jornal e o livro, mais fácil que ambos” (Martins, 2008, p. 66). Nela, inicia-se abordando exatamente a atividade pecuarista que passou a ser desenvolvida na Fazenda Currais Novos, de Cipriano Lopes Galvão e Adriana de Holanda de Vasconcelos, em torno da qual o município surgiu. Ao discorrer sobre a vaquejada após abordar o histórico municipal ligado à criação de gado, cria-se a impressão de que a festa seria uma sucessão natural das antigas práticas de apartação que ocorriam em fazendas

como aquela a partir da qual desenvolveu-se a cidade. Uma chave importante para entender a elaboração desse discurso está, portanto, na associação do evento com o ciclo do gado que seria um marco na história do município, disseminando-se assim a noção de que os currais-novenses teriam uma identidade associada a esse passado. A defesa dessa noção contribuiu para fortalecer o discurso de que a vaquejada em Currais Novos seria especial, associada à uma identidade local.

O Diário de Natal, no ano de 1977, também voltou a abordar com entusiasmo o evento que, como visto, estava patrocinando. O jornal anunciou em 17 de junho as normas gerais da sexta Vaquejada de Currais Novos na sessão de notícias do Seridó, além de apresentar um anúncio de destaque na mesma página para o evento, no qual descreve a derrubada do boi como a festa do sertanejo. O anúncio apresenta as informações sobre os organizadores, o local de realização e a imagem de um vaqueiro derrubando o boi, dirigindo-se diretamente ao leitor, convidando-o.

Esse convite repete-se nos números seguintes, até a realização do evento. Em 02 de julho, o jornal destacou que a cidade tinha o maior parque de vaquejadas do Rio Grande do Norte naquele momento, referindo-se ao parque do Ginásio Agrícola, com 1500 metros de comprimento, atribuindo relevância ao evento também ao noticiar a ampla cobertura midiática que ele teria. Por uma notícia de 12 de outubro do mesmo ano, meses após a realização anual da festa, nota-se a intenção de destacar que, a partir de então, a vaquejada currais-novense estaria consolidada como um evento anual, anunciando-se a preocupação com o que seria feito com o parque de vaquejadas, cuja estrutura estaria sendo prejudicada pelas ventanias. Nessa notícia, já começava-se a abordar a realização da vaquejada do ano seguinte, indicando-se a intenção dos organizadores quanto a reformulá-la.

Pelo exposto, argumenta-se que é possível relacionar o processo de transformação da antiga prática da derruba na atual vaquejada com a noção de “tradição inventada”, defendida pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (2008). No caso da organização da vaquejada currais-novense como um evento festivo, percebe-se que, apesar de inspirada em uma antiga prática do cotidiano dos vaqueiros nordestinos, também houve uma construção no sentido de instituí-la como uma tradição. Essa construção contou com a elaboração discursiva ora analisada e pode, como visto, ser localizada em um determinado momento da história currais-novense, especialmente a segunda metade do século XX.

Veja-se ainda o fato de que, afirmando-se desde seu início como tradição por remeter a esse passado dos vaqueiros nordestinos, o evento ainda apresenta

a característica de estabelecer uma continuidade artificial com um determinado passado histórico. Trata-se de algo comumente observado nos processos de invenção de tradições, como aponta Hobsbawm ao destacar o interesse em estabelecer uma noção de continuidade, ainda que de maneira artificial:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento a partir da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (Hobsbawm, 2008, p. 9-10).

A respeito dos valores e normas de comportamento mencionados por Hobsbawm (2008), veja-se que vaquejada foi idealizada para ser uma festa dita tradicional a partir de decisões em prol de torná-la um evento renomado para fins de atração turística, criando-se um valor identitário para justificá-la e valorizá-la. Tal justificativa e valorização foi feita atendendo demandas das esferas econômica e política locais. Quanto ao motivo desse interesse, pode-se pensar a partir de um questionamento pertinente feito por Néstor García Canclini (2011) em sua obra “Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade”, na qual reflete acerca da atração por referências ao passado por parte dos promotores da modernidade que, em contradição a isso, a anunciam como superação do antigo e do tradicional. Ao final do século XX, período da publicação original do mencionado trabalho, o autor ressaltou o contexto que enxergava na América Latina, onde “as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar” (Canclini, 2011, p. 17), indicando como a ideia de modernização passou a ser apregoada por setores da política, economia e publicidade, em contrapartida a esse contexto de tensão com o dito tradicional. Para ele, existe, nesse caso, uma incerteza sobre o sentido e o valor da modernidade que pode ser explicada, entre outros fatores, pelos cruzamentos socioculturais nos quais misturam-se o tradicional e o moderno. Esse processo vai além de estratégias das instituições e dos setores hegemônicos, constituindo também o que o autor chama de “reestruturação econômica e simbólica” por parte de agentes que buscam adaptar-se à vida urbana. Nesse sentido, pode-se argumentar que as iniciativas políticas e econômicas que tornaram a vaquejada currais-novense um evento de

grande porte com potencial turístico para o município estão relacionadas à uma busca pelo desenvolvimento econômico local, o qual faz uso de um apego ao que é dito como tradicional e o adapta à realidade urbana para outras finalidades. Como visto ao discorrer sobre o conteúdo da Revista de Currais Novos, havia no período ora abordado meios que propalavam no município a noção de uma vinculação identitária com o passado rural ligado à pecuária a partir da qual ele surgiu. Assim, o evento da vaquejada surgiu ligado a esse discurso, buscando agradar uma população que era estimulada a entender-se como parte de uma história vinculada à essa prática.

Note-se que a repetição anual, no período da festa da padroeira local, pode ser entendida como uma estratégia para a manutenção de uma constância, levando em conta que a “invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição” (Hobsbawm, 2008, p. 12). Como destaca ainda Hobsbawm (2008), o uso de elementos antigos pode ser feito na elaboração de novas tradições que são inventadas com finalidades originais: “Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas” (Hobsbawm, 2008, p. 14).

Na obra “Valeu boi! O negócio da vaquejada”, Eriosvaldo de Lima Barbosa (2006) defende que a atual vaquejada não é sobrevivência do passado, nem invenção exclusiva do presente. Para ele, trata-se de algo que encontra legitimidade no passado para sua redefinição no presente, como uma bricolagem – feita no presente, a partir de pedaços do passado. No presente estudo, entende-se que, pensá-la como uma tradição inventada que contou com uma significativa elaboração discursiva, é exatamente reconhecer esses aspectos mencionados pelo autor. Isso porque a antiga derruba não necessariamente precisaria ter seguido a direção de tornar-se uma festa à qual atribui-se a característica de tradicional, uma vez que, na verdade, a prática estava desaparecendo à medida que as fazendas de gado se modernizavam. A vaquejada tornou-se o que é hoje devido às escolhas carregadas de intencionalidades que a tornaram possível, pois a definição do que é tradição para uma sociedade não é espontânea. Pelo contrário, é fruto de escolhas nada inocentes.

Considerações finais

O trabalho demonstrou que a noção de tradição associada à vaquejada currais-novense tem uma história. Essa pode ser contada a partir de fontes da imprensa local que, conforme demonstrou-se, colaborou ativamente com a elaboração dessa noção ao disseminá-la em suas publicações. Certamente, outras fontes podem ser abordadas em trabalhos futuros, possibilitando compreender como esse discurso foi elaborado por meio de diferentes linguagens, a exemplo da literatura, da música e de obras folcloristas.

Nos debates atuais a respeito da vaquejada, em meio aos quais deu-se sua regulamentação como prática esportiva em 2019, um argumento constante é o de que ela seria uma “tradição nordestina”, como pode-se observar, por exemplo, no texto completo da matéria jornalística publicada em 2016 pelo *site* G1, citada na introdução deste trabalho. Vê-se com isso a importância de situar historicamente como tal evento, voltado para fins comerciais e turísticos, ancora-se nesse discurso, criado a partir de interesses econômicos e políticos. Como já citado ao mencionar as discussões realizadas por Eric Hobsbawm (2008), trata-se de identificar, com o estudo de uma tradição inventada, os problemas de uma época.

Cabe reforçar, por fim, a conclusão principal do estudo: uma vez que o surgimento da vaquejada no formato atual e sua continuidade ancoram-se em uma referência ao passado que é evocado para justificá-la, esse aspecto a caracteriza como tradição inventada. Nota-se a partir desse exemplo a relevância de estudos sobre o processo de invenção das tradições. Afinal, como mostra o caso aqui abordado, a compreensão desses aspectos possibilita o entendimento sobre as questões culturais, políticas e sociais em evidência em um determinado período, além de auxiliarem a esclarecer a respeito das relações humanas com o passado, já que as tradições inventadas costumam utilizar a história para legitimar-se.

Referências

- ALVES, Celestino. **Vaqueiros e Vaquejadas**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1986.
- ARAÚJO, Radir Pereira de. Nossa mensagem fraterna. **Revista de Currais Novos**. Currais Novos, jul. 1975, n. 1, p. 3.
- BARBOSA, Eriosvaldo Lima. **Valeu boi! O negócio da vaquejada**. Teresina: EDUFPI, 2006.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa (Brasil 1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS. **Revista de Currais Novos**. Currais Novos, jul. 1975, n. 1, p. 17-19.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **A vaquejada nordestina e sua origem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 26 jan. 2025.
- CONHEÇA TODOS OS DETALHES DA VI VAQUEJADA DE CURRAIS NOVOS. **Revista de Currais Novos**. Currais Novos, jul. 1977, n. 2, p. 14.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 07 ago. 2023.
- CURRAIS NOVOS TERÁ CARNAVAL DO PASSADO. **Diário de Natal**. Natal, 16 jan. 1975, n. 9000, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Currais%20Novos%20ter%C3%A1%20carnaval%20do%20passado%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14795. Acesso em: 24 abr. 2025.
- FARIA, Eloísa Maria de. **Estudo da vaquejada inserida no contexto sertanejo rural: o vaqueiro**. 1993. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1993. Disponível em: <http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/202>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 9-23.
- IGREJA PREPARA A FESTA DE SANTANA. **Diário de Natal**. Natal, 03 jul. 1975, n. 9831, p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Igreja%20prepara%20a%20Festa%20de%20Santana%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=16346. Acesso em: 24 abr. 2025.

JÚNIOR, Janary. Nova lei regulamenta vaquejada e rodeio; texto prevê proteção a animais: em relação à vaquejada, será preciso ainda assegurar água e alimentação suficiente, assim como um local apropriado para descanso. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, set. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/586617-nova-lei-regulamenta-vaquejada-e-rodeio-texto-preve-protecao-a-animais>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP, 2008.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Cidades representadas: uma reflexão acerca dos estudos sobre imprensa e cidade no Brasil do pós-guerra. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 393-407, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6926>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2007.

NOTÍCIAS DO SERIDÓ. **Diário de Natal**. Natal, 17 jun. 1977, n. 10332, p. 15. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Vaquejada%20de%20Currais%20Novos%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22889. Acesso em: 24 abr. 2025.

NOTÍCIAS DO SERIDÓ. **Diário de Natal**. Natal, 02 jul. 1977, n. 10346, p. 15. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=%22Vaquejada%20de%20Currais%20Novos%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=23089. Acesso em: 24 abr. 2025.

NOTÍCIAS DO SERIDÓ. **Diário de Natal**. Natal, 12 out. 1977, n. 10422, p. 15. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_02&pesq=vaquejada%20de%20currais%20novos&pasta=ano%201977&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=24045. Acesso em: 28 abr. 2025.

O SENTIDO DESTA REVISTA. **Revista de Currais Novos**. Currais Novos, jul. 1977, n. 2, p. 1.

SILVA, Maríllia Graziella Oliveira da; LACERDA, Juciano de Sousa; LIMA, Maria Érica de Oliveira. O pioneirismo da cidade de Currais Novos/RN no cenário televisivo da região Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 134-150, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/7294>. Acesso em: 09 ago. 2023.

VAQUEIROS OCUPAM ESPLANADA EM ATO CONTRA PROIBIÇÃO DE VAQUEJADAS. **G1 DF**. Brasília, 25 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/vaqueiros-ocupam-esplanada-em-ato-contra-proibicao-de-vaquejadas.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.